

Reflexões, impactos e perspectivas de atuação da Força-Tarefa constituída pelo MPDFT durante a pandemia da covid-19

Anais do Webinário realizado entre 31 de agosto e 1º de outubro de 2021

Webinário sobre Reflexões, Impactos e Perspectivas da Atuação da Força-Tarefa constituída pelo MPDFT durante a Pandemia da Covid-19



MP DFT Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Órgãos da Administração Superior do MPDFT

Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradora-Geral de Justiça Fabiana Costa Oliveira Barreto

Vice-Procuradoria-Geral Jurídico-Administrativa

Procuradora de Justiça Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional

Procurador de Justiça André Vinícius Espírito Santo de Almeida

Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur

Secretaria-Geral

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Assessoria de Políticas Institucionais

Promotor de Justiça André Luiz Cappi Pereira

Promotora de Justiça Thaienne Nascimento Fernandes

Reflexões, Impactos e Perspectivas de Atuação da Força-Tarefa Constituída pelo MPDFT durante a Pandemia da covid-19

Anais do Webinário realizado entre 31 de agosto e 1º de outubro de 2021

Brasília - DF, 2022



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Anais do Webinário realizado entre 31 de agosto e 1º de outubro de 2021

Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão – PDDC/MPDFT

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF, CEP 70.091-900

Publicação eletrônica: <http://www.mpdft.mp.br>

Reflexões, Impactos e Perspectivas de Atuação da Força-Tarefa Constituída pelo MPDFT durante a Pandemia da Covid-19. (2021 : Brasília).

Anais do Webinário sobre Reflexões, Impactos e Perspectivas de Atuação da Força-Tarefa Constituída pelo MPDFT durante a Pandemia da Covid-19, 31 de agosto a 1º de outubro de 2021 / Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. – Brasília : MPDFT, 2022.

260 p. : il.

ISBN 978-65-89246-04-6

1. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – atuação. 2. Covid-19 - aspectos jurídicos. 3. Pandemia – aspectos jurídicos. I. Título.

CDD 341.413

Ficha catalográfica: Biblioteca do MPDFT

© 2022 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Coordenador: Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, José Eduardo Sabo Paes, e outros.

Programação visual e diagramação: Secretaria de Comunicação do MPDFT

Texto: Transcrição editada das apresentações dos membros do MPDFT realizadas durante o Webinário.

Revisão: Váldima Fogaça de Souza

1ª Edição – 2022

Tiragem: 300 exemplares

Editora

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT

Sumário

Prefácio • 8

Apresentação • 10

Visão Global da Atuação da Força-Tarefa do MPDFT • 12

Dia 1

Abertura do Webinário • 14

Tema 1: Saúde • 19

Tema 2: Educação • 44

Dia 2

Abertura do Webinário • 53

Tema 1: Assistência Social • 55

Tema 2: Idoso • 88

Dia 3

Abertura do Webinário • 102

Tema 1: Sistema Prisional • 104

Tema 2: Segurança Pública • 119

Dia 4

Abertura do Webinário • 147

Tema 1: Mobilidade e Gestão Pública • 149

Tema 2: Consumidor • 161

Tema 3: Ouvidoria • 168

Dia 5

Abertura do Webinário • 184

Tema 1: Infância e Juventude • 186

Tema 2: Família e Sucessões • 201

Dia 6

Abertura do Webinário • 222

Tema 1: Ordem Tributária • 224

Tema 2: Falência e Recuperação Judicial • 230

Tema 3: Fundações e Entidades de Interesse Social • 245

Prefácio

Esta publicação retrata a dedicação e o compromisso do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios com a defesa dos direitos da população do Distrito Federal.

A decretação da pandemia, em março de 2020, impôs desafios imediatos à garantia dos direitos fundamentais, como a proteção da vida e o acesso a serviços essenciais no contexto da promoção da dignidade humana.

Com a urgência imposta por uma crise sanitária sem precedentes na história recente, o MPDFT mobilizou suas equipes para o desenvolvimento de um trabalho multidisciplinar, que se tornou referência no Distrito Federal e entre os Ministérios Públicos estaduais e da União, tendo sido, inclusive, finalista na premiação do CNMP, em 2021.

Essa frente de trabalho envolveu a criação de um Gabinete de Crise, coordenado diretamente pela procuradoria-geral de Justiça, e de uma Força-Tarefa para acompanhamento das ações de combate e prevenção ao novo Coronavírus. Em paralelo, há que se considerar ainda o trabalho ininterrupto realizado pelas diversas promotorias de Justiça com atribuições nas áreas mais demandadas.

Coordenado pelo procurador de Justiça Eduardo Sabo, a Força-Tarefa conta com a colaboração de mais de 30 promotores de Justiça, com atuações na defesa da saúde, da educação, do consumidor, do patrimônio público, dos direitos humanos, da pessoa idosa, da infância e da juventude e de controle do sistema prisional, entre diversas outras áreas.

A qualidade do trabalho desenvolvido e a dedicação incondicional dos integrantes do MPDFT ao combate e ao controle do Coronavírus no Distrito Federal contou com o apoio de instituições públicas e representantes da sociedade civil, resultando em justo reconhecimento por parte da sociedade local.

O conteúdo desta publicação é um pequeno recorte, uma reunião de olhares sobre um trabalho amplo e diverso, que se estende por mais de dois anos, adequando-se às exigências do momento e sempre com a atenção voltada à proteção dos direitos fundamentais, à preservação do patrimônio público e à necessidade de primar pela eficiência no uso dos recursos públicos.

Assim, esperamos contribuir para um rápido processo de recuperação econômica e social, de tal forma que o cidadão retome suas rotinas de trabalho e socialização, com segurança e qualidade de vida.

Nosso desejo é que as reflexões, agora registradas nesta publicação, sirvam de estímulo ao enfrentamento de tantos desafios, que não terminam com o fim ou o controle da pandemia, mas se remodelam com o surgimento de novas necessidades.

Aqui, devem ser registrados também agradecimento e reconhecimento a todos que contribuíram para este trabalho, que se tornou um exemplo de dedicação e compromisso com o cidadão do Distrito Federal.

Boa leitura.

FABIANA COSTA

Procuradora-Geral de Justiça

Apresentação

A presente publicação é o registro das exposições realizadas durante o webinar “Reflexões, Impactos e Perspectivas da Atuação da Força-Tarefa constituída pelo MPDFT durante a Pandemia da Covid-19”. O evento ocorreu durante seis dias, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2020.

Como expresso em seu título, o webinar teve como objetivo realizar um balanço e projeções da atuação dos integrantes do Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) nos primeiros 18 meses da crise do coronavírus, iniciada em 11 de março de 2020, com a declaração de pandemia realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O advento da crise sanitária de escala global representou um desafio sem precedentes para as instituições públicas de diversos países, que tiveram, em tempo recorde, que se adaptar e se preparar para o enfrentamento dos problemas que emergiram em consequência da rápida disseminação do novo vírus.

O Ministério Público não foi exceção à regra. A instituição também foi impactada pela crise, e precisou se preparar de maneira rápida para cumprir suas atribuições de fiscalização da legislação e de defesa dos direitos dos cidadãos no contexto pandêmico, em especial os relacionados à saúde e à vida.

Desde o início, a dimensão da crise sanitária mostrou a necessidade de atuação articulada dos membros do MPDFT. Desse modo, já em 23 de março de 2020, a Procuradora-Geral da instituição publicou a Portaria nº 220/2020, criando a Força-Tarefa que seria responsável por acompanhar as ações do governo local de combate à pandemia no Distrito Federal.

Esta publicação reflete, portanto, as impressões de integrantes da Força-Tarefa sobre o trabalho realizado durante a pandemia da covid-19. As páginas seguintes contêm observações valiosas sobre os acertos e as dificuldades encontrados por procuradores e promotores de Justiça que atuaram durante a emergência sanitária para assegurar direitos em áreas de relevante interesse público, como saúde, educação, assistência social, segurança pública, mobilidade e outras.

Entre as conclusões dos expositores do webinar sobre a atuação do MPDFT na pandemia, três ganham destaque. A primeira é a de que o trabalho coordenado dos membros no âmbito da Força-Tarefa representou ganhos expressivos para a população do Distrito Federal. Promoveu melhor articulação intrainstitucional entre procuradorias e promotorias, circunstância que proporcionou maior fluidez e celeridade ao diálogo interinstitucional entre o MPDFT, órgãos da administração pública que atuaram no enfrentamento da pandemia e entidades da sociedade civil.

A segunda é que a ação institucional articulada gerou uma demanda que resultou no fortalecimento dos processos administrativos internos e das áreas técnicas do MPDFT, que tiveram que se reorganizar para produzir os subsídios (estudos, notas técnicas e outros conteúdos) necessários à atividade-fim da instituição.

Concluíram também que a crise sanitária vem provocando sérios impactos socioeconômicos no Distrito Federal. São desdobramentos que se estenderão no tempo, mesmo após a decretação do fim da pandemia, e que precisarão ser acompanhados com muita atenção pelo Ministério Público por serem um prenúncio de ofensa a direitos essenciais da cidadania consagrados em nosso ordenamento jurídico.

A publicação deste livro se soma às diversas iniciativas desenvolvidas pela Força-Tarefa, desde sua criação, para dar transparência a suas ações, fazendo com que diferentes segmentos da população possam tomar conhecimento do trabalho realizado pelo MPDFT na defesa de direitos sociais coletivos durante a pandemia da covid-19.

Trabalho, aliás, que não teria sido possível sem a confiança e o suporte conferidos ao grupo pela Procuradora-Geral do MPDFT, Fabiana Costa. E, igualmente, sem o apoio do Conselho Superior da instituição, que referendou as diversas iniciativas levadas a cabo pela Força-Tarefa no cumprimento de suas atribuições.

Por fim, a edição da presente obra serve também como registro da memória institucional, possibilitando que gerações futuras de procuradores, promotores e demais interessados possam ter à sua disposição um conteúdo útil de pesquisa que sirva, de algum modo, como contribuição à atuação em prol dos interesses da sociedade.

JOSÉ EDUARDO SABO PAES

Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão

Coordenador da Força-Tarefa do MPDFT

Visão Global da Atuação da Força-Tarefa do MPDFT

Nos dois primeiros anos de atividades, iniciados em 23 de março de 2020, data de sua criação, a Força-Tarefa (FT) do MPDFT contabilizou mais de mil iniciativas, nos âmbitos extrajudicial e judicial, no cumprimento de sua missão de acompanhar as medidas de enfrentamento ao coronavírus no Distrito Federal.

Abaixo, uma visão geral com números que mostram a dimensão do esforço empreendido na defesa de direitos da sociedade durante a pandemia da covid-19.

- **Recomendações** dirigidas, principalmente, a gestores de órgãos da Administração Pública Distrital: **39**
- **Ofícios** expedidos a instituições públicas e privadas: **417**
- **Vistorias e inspeções** realizadas em equipamentos públicos, a maioria na Rede Pública de Saúde do Distrito Federal: **78**
- **Notas técnicas** emitidas sobre diferentes temas relacionados ao monitoramento da pandemia do coronavírus: **19**
- Total de **reuniões**, presenciais e não presenciais, realizadas entre os membros da Força-Tarefa e representantes de órgãos públicos e instituições privadas: **185**
- **Manifestações analisadas** pela Força-Tarefa, a maioria proveniente de cidadãos que apontaram ameaças e violações efetivas de direitos ao longo da pandemia: **456**
- **Releases publicados** no portal de internet do MPDFT com informações para a imprensa e para sociedade em geral: **410**
- **Vídeos** veiculados nos canais informativos do MPDFT sobre o trabalho realizado pela FT: **61**

• **Campanhas** informativas sobre assuntos relacionados à FT: **12**

• **Cards** veiculados nas redes sociais sobre assuntos de responsabilidade da FT: **216**

* *Dados referentes ao período compreendido entre 23 de março de 2020, data de instituição da Força-Tarefa, e 23 de março de 2022.*



Integrantes da Força-Tarefa em frente à sede do MPDFT: compromisso com a defesa dos direitos dos cidadãos do Distrito Federal na pandemia da covid-19. Foto: MPDFT.

**Dia
1**

Abertura do Webinário



Fabiana Costa

Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)

Meus cumprimentos ao Doutor Eduardo Sabo, aos colegas Doutor Bernardo Matos, Doutora Márcia, Doutor Marcelo Barenco, e a todas e todos que nos assistem neste momento. É uma grande alegria, ao iniciar este evento, fazer estes cumprimentos iniciais. Não só porque temos aqui a brilhante atuação da Força-Tarefa, que foi criada, em 23 de março de 2020, para coordenar as atividades do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) no acompanhamento das ações de combate e prevenção do coronavírus no Distrito Federal. A segunda é pela realização deste evento que demonstra a capacidade de diálogo, articulação e produção de conhecimento por meio do compartilhamento de experiências decorrentes de um momento tão difícil. Em sua pessoa, Doutor Eduardo Sabo, quero cumprimentar a todos os integrantes deste grupo, que colocou o Ministério Público entre as instituições mais atuantes nesse período de pandemia, ao lado das demais promotorias de jus-

Foto dos procuradores promotores na tela do aplicativo onde ocorreu o primeiro dia do webinário. (FOTO: MPDFT)



tiça, contribuições nas áreas. Enfrentamos uma crise que não se restringe a área da saúde, produzindo impactos nos diversos setores da sociedade, cujos reflexos se estenderão pelos próximos anos. Sabemos que situações de crise permitem melhor conhecimento das pessoas e das instituições; revelam suas forças, fraquezas, sua capacidade de articulação, de união e de aprendizado. Nesse período de quase um ano e meio de pandemia, conhecemos o Ministério Público altamente comprometido com a defesa da vida, da saúde e dos direitos fundamentais. Vimos uma dedicação exemplar. Pessoas que renunciaram ao convívio familiar, dos momentos de lazer e do conforto de seus lares para visitar hospitais, presídios, estádios, escolas, para vistoriar o transporte público, para investigar desvios de recursos aplicados em situação de emergência, para assegurar os direitos da população do DF em todas as áreas de nossa atribuição. Perdemos amigos, colegas de trabalho, familiares. Fomos

“*Situações de crise permitem melhor conhecimento das pessoas e das instituições; revelam suas forças, fraquezas, capacidade de articulação, de união e de aprendizado. Nesse período de pandemia, conhecemos um Ministério Público altamente comprometido com a defesa da vida, da saúde e dos direitos fundamentais*”.

tomados por sentimentos de tristeza, medo, ansiedade e, às vezes, revolta. Seres humanos que somos, partilhamos das dores e dos anseios comuns a todo cidadão. Enquanto agente públicos, encarregados de zelar pela defesa dos direitos da sociedade e pela fiscalização das leis, entendemos nosso papel e, assim, trabalhamos ainda mais. Um desafio após outro. Seguimos, primeira onda, segunda onda, variante Delta, vacinação, e agora o retorno gradativo às atividades no cenário que ainda inspira total atenção. A realização deste webinar é um gesto significativo para a compreensão de que este trabalho é mais longo do que prevíamos. O fim da pandemia que tanto desejamos traz novos desafios. Nos próximos meses, nos próximos anos, lidaremos com as consequências do que foi feito e do que deixou de ser realizado pelo poder público. Mas posso dizer também, com alguma tranquilidade, que, por meio da atuação deste MPDFT e dessa Força-Tarefa, foi possível prevenir ou mitigar o impacto de futuras crises em diversas áreas. Por isso, ao finalizar, quero agradecer a cada um de vocês, não apenas pelo trabalho exemplar que tem sido re-

alizado, mas por haverem fortalecido a imagem deste Ministério Público como instituição comprometida com a vida, com a saúde e o bem-estar da sociedade do Distrito Federal. Desejo a todos um bom evento, meu muito obrigada.

Eduardo Sabo
Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão
e Coordenador da Força-Tarefa



É uma satisfação estar aqui neste evento em que a Doutora Fabiana Barreto, a nossa Procuradora-Geral, realizou a abertura e nos fez refletir a respeito dessa profunda reformulação que a pandemia trouxe nas nossas instituições. E essa reflexão, com certeza, vai ser muito bem-feita, na verdade, até melhor, pois foi feita pelos colegas que hoje vão abrilhantar o nosso webinar, e para todos aqueles colegas que vão nos seguir nesses quatro dias de evento. Não há dúvida que a presença aqui hoje do Doutor Bernardo, Doutor Marcelo Barenco, da Doutora Márcia Rocha será excelente para entendermos como foi a atuação das instituições, tanto na forma direta como indireta, nesse momento, em que vivenciamos uma crise sanitária de maior repercussão, em termos de reflexos, com relação à humanidade com a humanidade. A situação foi inédita, e ainda está sendo, fica aqui o registro. Hoje, nós estamos acompanhando, e continuamos, essas consequências. Muitas vezes, somos, assim, surpreendidos por uma visão pós-covid ou sequelas da covid. Muitas vezes, alguns colegas ou alguns amigos não podem se fazer presentes em razão dessa doença; isso nos impacta. Nós, aqui no Ministério Público do DF, por ação expressa da Doutora Fabiana, e por uma percepção, sim, nossa, do conjunto dos promotores e da própria Procuradoria do Cidadão, sentimos a necessidade de adoção de medidas. Há medidas adotadas no curso de fevereiro, março, logo no início da pandemia, no sentido de que teríamos de lidar com uma série de problemas que surgiram em razão dessa crise. Os governos, e aqui não foi diferente, no Governo do Distrito Federal, desenvolveram uma série de medidas administrativas para combater a pandemia. Aqui no

DF fizeram um tratamento excepcional com relação ao sistema de saúde, ao sistema educacional, ao sistema de mobilidade. E esse tratamento fez com que determinadas ações nos compelissem a monitorar, fiscalizar, acompanhar de forma mais presente. Mais presente, sim, fazendo com que o Ministério Público, realmente um promotor, um procurador pudesse se aproximar do gestor para acompanhar mais de perto essa política. Ressalto que foram mais de 30 procuradores e promotores. E não sei exatamente quantas dezenas de servidores se expuseram e se expõem diariamente, semanalmente, como muito bem a nossa Procuradora-Geral destacou. Inclusive, atuaram mesmo sofrendo impactos na própria saúde e na da família. Houve, sim, uma deterioração em relação a políticas públicas, e necessidade de superação em

“
A Força-Tarefa atuou sob o entendimento de que a proteção à vida seria a prioridade. Procuramos agir de modo coerente com o que está disposto na nossa Constituição, na legislação e com as orientações da Procuradora-Geral no sentido de que o gestor é responsável pela execução de políticas públicas, mas o MPDFT tem a responsabilidade de zelar pela transparência, objetividade, pelo controle e pelas ações céleres”.

relação ao contingente de vulneráveis, ou também de pessoas atendidas no sistema de saúde. Isso obrigou, não só aqui ao DF, mas a todo o Brasil, a realizar políticas públicas para resgate dessas comunidades ou dessas populações. Nós atuamos diretamente, entendendo que a proteção à vida é a nossa prioridade. E a vida em que a saúde tem destaque. E uma vida que entendemos ser vida por completo, com direito ao exercício de todas as atividades. Por isso, entendemos e temos de agir de modo coerente com aquilo que está disposto na nossa Constituição, com as diretrizes estabelecidas em lei e com orientações da própria Procuradora-Geral no sentido de que o gestor é responsável pela execução de políticas públicas. Nós temos a responsabilidade de fazer com que haja transparência, objetividade, controle e ações céleres. Então houve um empenho muito claro, não só dos colegas que estão aqui hoje, mas de todos os que vão passar essas manhãs aqui conversando conosco. Certamente, explicarão, a todos os que nos assistem, porque tomamos determinadas decisões, em que momento as tomamos, e qual foi o resultado. Vamos fazer uma reflexão. E

refletir por quê? Porque o nosso sentimento é desejar que essa pandemia acabe o mais rápido possível. Percebemos isso, ou seja, as procuradorias e promotorias, não só aqui, mas em todo o Brasil, já estão exercendo as suas atividades corriqueiras e essenciais para a manutenção de um Estado permanentemente atuante. Mas o que presenciamos, hoje, em termos de Brasil? Mais de 60% da população vacinada com a primeira dose; mais de 30% com a segunda dose. E no Distrito Federal, quando temos dados de hoje refletindo que é uma população de mais de 3 milhões e 100 mil pessoas, nós temos mais de 2 milhões de habitantes vacinados com esta primeira dose. E um pouco mais de 770 mil com a segunda dose. Ainda necessitamos de cuidados. Por que cuidado? Porque nós temos, aqui no DF, como média móvel, dos últimos sete dias, 15 óbitos. Ainda é muito, muito, muito. Nós temos um índice de transmissibilidade que, infelizmente, nos últimos três, quatro dias, chegou a 1.9, está batendo 1.10. Ou seja, a cada 100, nós teremos 110 infectados. Isso nos faz refletir sobre o que nós podemos auferir nesses dias, dando atenções mais especiais para alguns setores. Nós temos que ficar mais atentos ao quê? O gestor público tem que incrementar uma ação em qual ambiente, ou em quais ambientes? Para que tenhamos retorno no âmbito da saúde, de cirurgias eletivas, ou na educação. Que luta grande os nossos, as nossas colegas têm! Um retorno eficaz das atividades educacionais, mas tudo isso eu estou trazendo só de uma reflexão muito, assim, aberta para dizer que o nosso propósito, e aqui eu encerro, o nosso propósito nesse webinar é justamente trazer à sociedade um pouco das ações da Força-Tarefa, e discutir com ela, porque teremos perguntas, indagações. Quais são as iniciativas futuras, o que podemos fazer para continuar com o nosso papel de proteção à sociedade e de acompanhamento das instituições públicas? Eu sei que é um desafio muito grande, mas eu tenho certeza de que os nossos promotores, os nossos colegas de hoje, de amanhã e dos outros dias (do webinar), são super capazes de nos trazer isso. Olha, fizemos isso, vamos fazer aquilo, temos que melhorar em conjunto com a própria sociedade, com o próprio gestor. Porque não existe política pública se não houver a compreensão da sociedade, na responsabilização das ações. Ainda mais nesse caso da pandemia. Onde nada se faz sem que a sociedade se conscientize de seu papel de uso de máscara, distanciamento, em várias oportunidades, e da vacinação com as duas doses. E logo, logo, se Deus quiser, teremos também essa dose de reforço.

**Dia
1**

Tema 1: Saúde

Marcelo Barenco
Promotor de Justiça de Defesa da Saúde



Bom dia a todas e todos que nos ouvem. Inicialmente, gostaria de agradecer o convite. É uma honra, e talvez uma grande responsabilidade, representar as Promotorias de Defesa da Saúde neste momento, que, na verdade, é uma conversa entre nós. Não é um debate científico. É mais uma conversa e, como bem disse o Doutor Sabo, é mostrar à sociedade todo o trabalho que foi realizado pelo Ministério Público nesses quase um ano e meio, ou melhor, nesses quase 18 meses. Inicialmente, gostaria também de parabenizar a Doutora Fabiana, nossa Procuradora-Geral, o Doutor Sabo, Coordenador da Força-Tarefa, pela organização deste evento, toda a equipe da PDDC, toda a equipe da Secom, a Secretaria de Comunicação, e todos os demais envolvidos. Depois de um ano e meio, e passado o início dessa pandemia, para que todos se lembrem, iniciou-se em março de 2020, é de suma importância a realização desse evento. Aqui podemos acompanhar a prestação de contas de toda essa atuação do Ministério Público durante a pandemia, não apenas como órgão de controle das atividades administrativas, mas também como indutor de políticas públicas. Isso é essencial e serve de balizamento para as próximas ações a serem realizadas pelas promotorias de justiça. Eu, antes de iniciar, especificamente, no que diz respeito à atuação da Promotoria da Saúde, gostaria de fazer alguns comentários, percepções pessoais, a respeito desse período, desses 18 meses que nós passamos em relação à pandemia. Eu me recordo muito bem, Doutor Sabo, em março de 2020, um grande amigo, quase um irmão, que é assessor de um ministro do Supremo Tribunal Federal, me confidenciou que os ministros, desde aquela época, já estavam bastante preocupados com a disseminação do vírus. Àquela época, já existia um número de 4 mil mortos na China. E ele me confidenciou que os ministros faziam

reuniões, vamos dizer, secretas, reuniões sigilosas com então ministro da Saúde, o ministro Mandetta. E aí, para me surpreender, ele me confidenciou o seguinte: que o ministro Mandetta havia dito aos ministros do Supremo que, no Brasil, haveria cerca de nove mil mortes. Essa era a grande surpresa que causava um espanto enorme naquele período. Seriam nove mil mortos. Lembrando que, na China, já havia quatro mil. Então, quando ele me deu essa informação, eu falei, “Não é possível! Nove mil mortos!” Pois, hoje, nós chegamos a 579 mil mortes no Brasil. No Distrito Federal, um pouco mais de 10 mil, completados no sábado. É uma percepção pessoal afirmar que esse grande número de mortes, no Brasil e no Distrito Federal, talvez em todos os estados, eu vou dizer no Distrito Federal porque foi onde nós acompanhamos, decorreu, em grande parte, da incapacidade do Estado, e da sociedade, de tratar a saúde como um direito social, um direito coletivo, e não apenas como direito individual. E aí eu vou explicar melhor isso. Incapacidade do Estado é por uma falta histórica de infraestrutura. Todos nós fomos pegos de surpresa dentro de um

“
O grande número de mortes no Brasil, e também no Distrito Federal, decorreu, em grande parte, da incapacidade de o Estado, e de a sociedade, de tratar a saúde como um direito social, um direito coletivo, e não apenas como direito individual. Fomos pegos de surpresa dentro de um sistema já em colapso há muitas décadas”.

sistema já em colapso há muitos anos, há muitas décadas, e tendo que resolver todas essas questões de uma hora para outra. Então, essa falta de investimento histórica demonstra essa incapacidade de o Estado de tratar a saúde como esse direito coletivo, esse direito social. Além disso, o subfinanciamento do SUS, que é um assunto que não vale a pena tratar agora com detalhes, mas o Brasil hoje gasta três, próximo de 3% do seu PIB, em saúde pública, enquanto a Inglaterra e outros países desenvolvidos gastam 7%, 8%, 9%. Então isso mostra um subfinanciamento que é um outro assunto que pode ser discutido talvez em um outro momento. Eu acrescentaria também, como ineficiência do Estado, a falta da testagem, e de rastreamentos eficientes, justamente para conter essa disseminação desse vírus. Um cientista francês escreveu, em março de 2020, logo no início da pandemia, salvo engano dia 19 de março de 2020, poucos dias após aqui no Distrito Federal o governador Ibaneis decretar o

início da pandemia, um artigo científico. Esse texto foi traduzido para doze línguas. Em português ele tem como título “Martelo e Dança, Hammer and Dance”. Nesse artigo científico, esse cientista já dizia que “a melhor forma de se conter uma epidemia por vírus é, em um primeiro momento, você usar o martelo,” ou seja, você usar um poder coercitivo do Estado para tentar realizar o isolamento, o distanciamento entre as pessoas, o uso de máscara. E esse período do martelo deveria demorar entre duas e sete semanas. A partir deste momento, nós iniciaremos o período da dança, que seria justamente um período de mitigação. O período do martelo seria o período da supressão de direitos, e o período da dança seria um período de mitigação, um período de alívio onde nós poderíamos controlar melhor essa pandemia. E para quem ainda se lembra das matérias de trigonometria, no ensino médio, toda

“*Hoje, embora a pandemia não tenha terminado, vivemos praticamente uma vida normal. Quem visita shoppings, bares, restaurantes verifica isso. A sociedade mentaliza a ideia de que a crise sanitária já acabou. Isso é bastante perigoso até porque todos sabemos que existe uma nova variante*”.

epidemia por vírus é formada por ondas. Então, o gráfico do seno e do cosseno, para quem ainda se recorda, é formado por ondas. Então, por isso é que falamos em primeira onda, segunda onda, terceira onda. É exatamente isso. A epidemia sobe, chega no cume e depois volta. Depois, sobe de novo. E o objetivo de todo gestor, trazida pelo artigo científico, é basicamente, essa ideia do martelo e da dança, ou seja, tentar reduzir o pico. É fazermos com que essa onda fosse a menor possível, e já descesse para iniciarmos esse período da dança. Em uma visão pessoal, uma percepção pessoal, eu acho que muitos gestores falharam nessa regra do martelo e da dança. Enquanto outros que a utilizaram, como especialmente os países asiáticos, Coreia do Sul, e a própria China, tiveram bastante, bem mais, sucesso do que o Brasil e outros países menos desenvolvidos. Enfim, essa só é a minha visão, a ineficiência do Estado se dá justamente por esses motivos. Em relação à sociedade, eu diria que, pela dificuldade de compreender os riscos da propagação do coronavírus, e da importância da prevenção para o combate à covid. E por diversos motivos, que aqui não vêm ao caso, mas nós iniciamos um período de bastante conscientização e

passado pouco, pouco tempo, a sociedade, a população, a maioria começou a se descuidar. E hoje nós vemos que, embora a pandemia não tenha finalizado, não tenha terminado, nós vivemos praticamente uma vida normal. Quem visita aí os shoppings, bares, restaurantes verifica isso, que está no mesmo nível do que era

Pessoas fazem fila em frente a shopping em Brasília-DF: atividades começam a voltar ao normal, mas cuidados devem permanecer até completo fim da pandemia. Foto: Agência Brasília.



antes da pandemia. Então, embora a pandemia não tenha se finalizado, a sociedade mentaliza a ideia de que isso já se acabou. Isso é bastante perigoso, até porque todos sabemos que existe essa variante Delta. Hoje mesmo, ontem, o Ministério da Saúde já emitiu um comunicado no sentido de que, no mês de setembro, pode ser a retomada dessa onda, da subida dessa onda. Então, é algo que precisamos tomar bastante cuidado.

A importância do SUS para o enfrentamento da pandemia

Eu faço essa crítica ao Estado e à sociedade, mas, ao mesmo tempo, reconheço que o SUS brasileiro foi a retaguarda, a salvaguarda desse direito a saúde, não é mesmo?. Sem o SUS, eu confesso que a crise sanitária e o caos sanitário seriam bem maior. Todos sabem, né que o Brasil adota o modelo universal. Um modelo adotado pela Constituição de 1988, que é o modelo que diz que todos devem ter acesso ao serviço público de saúde. Ao contrário de alguns outros países, especialmente os desenvolvidos, que adotam um modelo securitário, um modelo contributivo, ou seja, a população precisa contribuir de alguma forma para ter acesso ao serviço público

de saúde, como a Alemanha, Canadá e Estados Unidos. Para os senhores terem uma

“*Fizemos uma crítica ao Estado e à sociedade durante a pandemia, mas, ao mesmo tempo, reconhecemos que o SUS brasileiro foi a retaguarda, a salvaguarda do direito à saúde. Sem o SUS, a crise sanitária e o caos sanitário seriam bem maiores*”.

ideia, um dado importante, os Estados Unidos hoje têm uma população de 300 milhões, maior que a do Brasil, mas 20 milhões de pessoas não têm acesso ao serviço público no país. Não por outra razão, os Estados Unidos hoje lideram com o maior número de mortes no mundo. O Brasil ocupa o segundo lugar. Então eu diria, para concluir, que, sem o SUS, esse caos poderia ser bem pior, apesar de termos 579 mil



Enfermeira aplica imunizante durante vacinação contra covid-19 no DF: Sistema Único de Saúde (SUS) foi decisivo para conter disseminação do vírus. Foto: Agência Brasília.

mortes, infelizmente. Sem a salvaguarda do SUS, o Brasil teria um verdadeiro caos sanitário. Pois bem, agora eu vou tentar iniciar, especificamente, em relação à atuação das Promotorias de Defesa da Saúde que compõem a Força-Tarefa, formada pelo Ministério Público do DF e Territórios. O artigo 196 da Constituição diz o seguinte: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e

ao acesso universal”, está aí o acesso universal, “e igualitário,” ou seja, “igualdade nas ações e nos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” Esse princípio, escrito na Constituição Federal de 1988, também está expresso na Lei Orgânica do SUS, que é a Lei n. 8.080/90, e no seu decreto regulamentador, que é o Decreto n. 7.508/2011, que foi, na verdade, expedido 21 anos depois da própria Lei Orgânica do SUS. Talvez o maior desafio das Promotorias de Saúde, obedecendo a esse princípio inscrito no artigo 196 da Constituição, fosse, e aí o Doutor Sabo disse isso muito bem, delimitar claramente qual seria o limite de atuação do Ministério Público. Nós sabemos que o protagonismo, em relação à pandemia, obviamente, deveria ser do gestor. Mas qual seria o limite até onde o Ministério Público poderia ir justamente para exigir a transparência e realizar os controles necessários? E para que a nossa atuação não fosse nem além e nem aquém das nossas atribuições constitucionais. Então essa foi a primeira grande dificuldade encontrada, especificamente, pelas promotorias de defesa da saúde no sentido de até onde poderíamos atuar em relação à pandemia. Eu peguei um dado na ouvidoria, de seis de março de 2020 a 24 de agosto de 2021, ou seja, em 510 dias, apenas as promotorias de saúde, não estou contando as outras promotorias nem a Força-Tarefa, receberam 958 representações. Lembrando que hoje nós somos quatro promotorias, uma está vaga, então somos três promotores. E

“
Sabemos que o protagonismo, em relação à pandemia, deveria ser do gestor. Mas qual seria o limite, até onde o Ministério Público poderia ir para exigir transparência e realizar os controles necessários? E para que sua atuação não fosse nem além e nem aquém de suas atribuições constitucionais?”

essas 958 representações foram divididas entre nós três. E durante 510 dias, fazendo um cálculo, são quase duas representações por dia. Bem, dentro desse contexto legislativo, que eu disse aos senhores em relação à Constituição, artigo 196, a Lei do SUS, a Lei Orgânica do SUS. A PROSUS tentou se guiar nas suas atuações desde o que se passou a chamar de paciente zero. Para quem não se recorda, foi uma senhora, um casal que veio da Inglaterra, pousou em São Paulo, pegou um voo a Brasília, e os dois estavam contaminados. A senhora bastante grave, o marido não tão grave. E aí foi, a partir deste momento, que a promotoria da saúde instaurou o procedimento, o primeiro procedimento administrativo justamente para acompanhar as ações de

manejo a serem realizadas pela Secretaria (de Saúde do DF). À época, a Secretaria de Saúde, como eu disse, todos fomos pegos de surpresa, não tinha protocolos, fluxos de atendimento. Então, tudo isso precisou ser feito às pressas. E o objetivo desse

“
A principal atuação da Força-Tarefa foi a busca da transparência. Apesar de ser um dever constitucional inscrito na Constituição Federal, o de que o gestor público precisa dar publicidade a seus atos, nos bastidores não foi tão simples assim. Precisamos ajuizar duas ações para que o gestor fosse obrigado a dar essa transparência. Hoje, qualquer cidadão consegue ter acesso aos dados da Covid-19 no site InfoSaúde-DF”.

procedimento administrativo, instaurado na promotoria da saúde, especificamente, na minha promotoria, a 4a PROSUS, foi justamente acompanhar todas essas ações a serem realizadas pela Secretaria: planejamento, fluxo de atendimentos etc. Então tudo se deu a partir dessa chamada paciente zero. E a primeira atuação, nós tivemos, inclusive, uma atuação judicial. Porque, assim que aquela senhora chegou ao Distrito Federal, ela foi internada no HRAN, e o marido não. O marido dela não estava grave e teve que ficar em isolamento. Ele, não sei por qual motivo, não se conformava em deixar a esposa no hospital e a permanecer em isolamento. E ajuizou uma ação na Vara de Fazenda Pública, justamente para ter o direito de sair de casa e poder visitá-la diariamente. Essa foi a primeira atuação judicial, também coincidentemente na 4a PROSUS, por mim titularizada. E, nesse sentido, obviamente, na época, até pelo desconhecimento do que seria essa pandemia, hoje, talvez, a manifestação fosse diferente, mas, à época, a nossa manifestação foi no sentido de que ele deveria cumprir o isolamento. Até porque já existia uma Lei, a nº 13.979, de 2020, que previa com medida preventiva o isolamento. Então, foi determinado que ele permanecesse em isolamento por 14 dias, e assim ele ficou. Graças a Deus, a sua esposa, depois de 90, 120 dias internada, teve alta, e hoje se encontra bem no tratamento pós-covid, sem risco de vida. A atuação da PROSUS, na verdade, sempre busca, não só na pandemia, mas era assim antes e será assim depois, garantir o trinômio: acessibilidade, segurança e eficiência no atendimento à população no que diz respeito ao serviço público de saúde. Acessibilidade no sentido de inibir os obstácu-

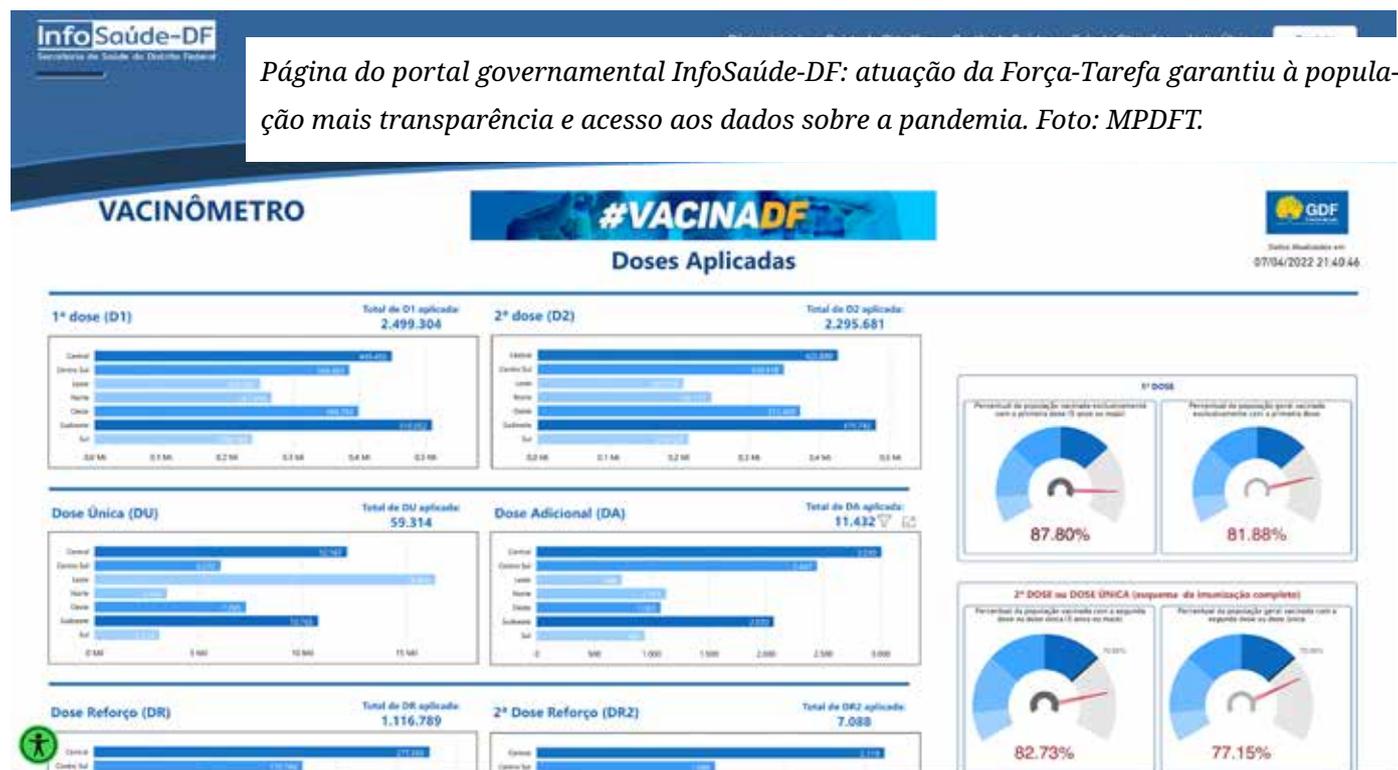
los de acesso ao serviço público de saúde. Então, todos os obstáculos que tiverem a atuação da PROSUS serão para tentar inibir esses obstáculos, de reduzi-los. A segurança no que diz respeito à redução de erros e riscos evitáveis. E a eficácia no sentido da capacidade de diminuir os custos sem comprometer o nível dos atendimentos à população, a chamada relação custo-benefício. Então, todas as atuações da Promotora de Saúde, como eu disse, antes da pandemia, foram assim, durante a pandemia, que ainda não se encerrou, e será no pós-pandemia. É sempre baseado na garantia deste trinômio: acessibilidade, segurança e eficiência. Foi a partir justamente dessas três vertentes que as Promotorias da Saúde, dentro do panorama da Força-Tarefa, buscaram atuar.

O dever de transparência da Administração Pública

Diria, Doutor Sabo, que a principal atuação da Força-Tarefa, eu elegeria pessoalmente, a transparência, a busca da transparência. Apesar de ser um dever constitucional escrito na Constituição Federal, que o gestor público precisa realizar transparência, dar publicidade a seus atos, para quem não sabe, nos bastidores não foi tão simples assim. E nós acompanhamos, desde o início, as publicações que eram feitas pela Secretaria (de Saúde do DF) em relação, não só aos gastos que eram realizados com as contratações, mas em relação aos dados também, com número de leitos, número de óbitos, número de testes realizados, os estoques de medicamentos e EPIs (Equipamentos de Proteção Individual). Tudo isso estava no escuro. Então foi aí que nós tivemos a ideia, dentro da Força-Tarefa, de buscar essa transparência. Não conseguimos administrativamente, daí porque precisamos ajuizar duas ações públicas, justamente, para que o gestor fosse obrigado a dar essa transparência, que hoje está muito claro. Hoje, qualquer cidadão consegue ter acesso a todos esses dados, estão no site InfoSaúde-DF¹, da Secretaria de Saúde (do DF), mas foi necessário, infelizmente, o ajuizamento de duas ações. Uma especificamente sobre os gastos, para que fosse dada a publicidade em relação a todos os gastos realizados. E uma segunda em relação aos dados, como eu disse, os dados de número de leitos, número de testes realizados etc. Então essas duas ações foram julgadas procedentes, não poderia ser diferente, já confirmadas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDf). E, obviamente, no curso do processo, no trâmite da ação judicial, a própria Secretaria de Saúde (do DF), à época com o Secretário Francisco Araújo, viu que não havia outro caminho a não ser dar a transparência a todos esses dados. Então, eu diria, Doutor Sabo, que talvez essa transparência fosse, eu a elegeria, a prin-

1 Portal Info Saúde, disponível em: <https://info.saude.df.gov.br/>

principal atuação da Força-Tarefa. Até porque foi essencial para nos guiar e nos dar justamente um caminho do que seguir de forma mais fácil. Não ter que ficar oficial-



do, encaminhando ofícios à Secretaria. Nós mesmos conseguimos consultar (dados) no próprio (portal) InfoSaúde-DF. Além da transparência, uma atuação marcante também das promotorias de saúde foi o acompanhamento da implantação dos hospitais de campanha. Lembrando que o Distrito Federal teve quatro hospitais de campanha. O primeiro no Estádio Nacional Mané Garrincha e o segundo da Polícia Militar, os dois já desativados. Também teve o da Ceilândia e o Hospital de Santa Maria, o HSM, também desativados atualmente. Então, hoje nós temos três hospitais de campanha, temporários, que foram construídos, mas esses quatro, que foram os quatro iniciais, e que foram acompanhados pelas PROSUS, estão todos desativados. Não sei se todos têm conhecimento, mas, em maio de 2020, nós realizamos uma operação justamente para verificar ilegalidades que teriam sido cometidas na contratação do Hospital de Campanha do Mané Garrincha. E uma terceira atuação marcante das Promotorias de Saúde, juntamente à Força-Tarefa e a todos os seus integrantes, foi o acompanhamento diário da evolução dos índices de ocupação dos leitos, tanto leitos de UTI, que são os leitos mais complexos, os leitos de UCI, de cuidados intermediários, e os leitos de enfermaria. E volto a lembrar, em relação à transparência, que esse trabalho foi mais fácil, apesar de complexo, justamente

porque tínhamos todos os dados às mãos. Então houve um acompanhamento diário da evolução desses índices de ocupação dos leitos e, através de uma das Promotorias da Saúde, a 3a PROSUS, à época titularizada pela Doutora Fernanda, a quem parabeneizo pelo trabalho. Apesar de estarem publicados no InfoSaúde, recebíamos, já no início da manhã, diariamente, todos esses dados através do Complexo Regulador do DF, o famoso CRDF, que é justamente a unidade interna da Secretaria (de Saúde do DF) que realiza a regulação, o encaminhamento dos pacientes a esses leitos. Então,

“

As Promotorias de Saúde, juntamente à Força-Tarefa, acompanharam a evolução dos índices de ocupação dos leitos, tanto os de UTI, mais complexos, como dos leitos de UCI, de cuidados intermediários, e os de enfermaria. Recebíamos diariamente todos os dados de ocupação de leitos por meio do Complexo Regulador do DF”

o complexo regulador é a unidade interna da Secretaria que possui todos esses dados: número de leitos ocupados, número de óbitos, número de leitos vagos. A partir desses recebimentos, foi construído pela Doutora Fernanda, junto à Secretaria de Tecnologia e Informação, um BIAI (Business Intelligence). Justamente um gráfico para facilitar a análise desses dados. Então hoje nós temos um BIAI, e, através desse, conseguimos acompanhar e filtrar a quantidade de leitos que eram ocupados por dia, quantidade de leitos vagos por dia, quantidade de óbitos, quantidade de altas, isso tudo está bem mapeado através desse BIAI. Uma quarta atuação da Promotora da Saúde foi justamente uma equação, eu diria talvez, uma das mais difíceis, que foi acompanhar a escassez de medicamentos utilizados para o tratamento da covid. Em especial, os necessários para intubação. São chamados de neuro bloqueadores, medicamentos analgésicos, o famoso Propofol, Midazolam, Rocurônio, e muitos outros. Então, ouvíamos a todo tempo dos gestores que a escassez desses medicamentos era talvez mundial, se não mundial, brasileira, no Brasil todo. Inclusive nos hospitais privados havia essa escassez. E eu diria, eu disse que foi a atuação mais complexa porque normalmente o argumento utilizado para (justificar a) escassez de medicamentos era justamente a falta de matéria-prima por parte das fabricantes. Então, diria que foi um período bastante tenso dentro do nosso trabalho. Não temos esses dados, mas, muito provavelmente, algumas pessoas foram a óbito por falta desses

medicamentos. Isso é uma verdade que deve ser dita. Além disso, dentro desse tema de medicamentos, os relatos também dos gestores dos aumentos abusivos de preços. Preços acima da tabela CMED. A CMED é a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. É um órgão vinculado à ANVISA. Para alguns medicamentos, e a covid-19 estava dentro deles, ela estabelece uma tabela com limite de preços, inclusive, para venda ao governo, o famoso PMVG, Preço Máximo de Venda ao Governo. Então, nós recebíamos muitos relatos de aumentos abusivos de preço,



Pacientes recebem atendimento em hospital do DF na pandemia: promotores da Força-Tarefa demandaram melhorias no Complexo Regulador de leitos. Foto: MPDFT.

sabe, de alguns medicamentos que custavam três reais, e passaram a custar 20, 30 reais, 10 vezes mais. E dentro dessa ótica, nós provocamos e participamos de algumas reuniões junto ao Ministério Público Federal, até porque é uma tarefa na esfera federal junto à ANVISA, de controle da ANVISA. Mas também foi um momento bastante tenso porque, além da escassez, como eu disse, quando se tinham o medicamento, este era muito caro. E os gestores ficavam bastante receosos de comprar esses medicamentos a preços 10 vezes maiores que o preço original de mercado. Então eles sempre nos reportavam, e nós acompanhamos muito de perto essa questão.

O monitoramento do alto índice de óbitos em hospitais de campanha

Por fim, uma quinta atuação da Promotoria da Saúde foi justamente uma atu-

ação bastante triste de acompanhar: os percentuais de óbitos e taxas de sobrevivência em cada uma das unidades de saúde. O objetivo desse trabalho foi justamente verificar, como eu disse, basicamente as unidades de saúde que, durante a pandemia, eram todos os hospitais de campanha, formados por empresas que eram contratadas para gerir esses hospitais. Então o objetivo desse acompanhamento era justamente saber se essas taxas de óbitos estavam altas, se estavam dentro da normalidade. Nesse meio tempo da pandemia, por volta de agosto, setembro, foi publicado um estudo mostrando qual era o percentual médio de óbitos, tanto em leitos covid privados, quanto em leitos covid públicos. À época, salvo engano, eu confesso que eu não peguei esse dado com muita precisão, mas, giravam, os leitos públicos covid, em torno de 49% de óbitos. Um índice bastante grave, bastante alto: de cada 10 pessoas que entravam em uma UTI covid pública, cinco sobreviviam e cinco morriam. E o nosso objetivo foi justamente fazer esse acompanhamento nos hospitais de campanha. E, de fato, nós observamos, especificamente, em um deles, o hospital de campanha instalado no Hospital de Santa Maria, gerido por uma empresa, chegou ao índice de 89%. Então de cada 10 pacientes que entravam nesses leitos, nove mor-

“
Estudo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASENS) mostra que cerca de 1,1 bilhão de procedimentos de saúde atualmente estão represados em todo o Brasil por conta da pandemia. Se quisermos avançar na defesa efetiva do direito a saúde da população do DF, devemos nos preocupar bastante com esse momento pós-Covid”.

riam, apenas um sobrevivia. Então nós fizemos uma atuação muito de perto em relação a isso, inclusive, recentemente, há cerca de dez dias, nós realizamos também uma operação, que foi uma operação da PROSUS juntamente ao GAECO, em relação à essa contratação, dessa empresa. E um dos fundamentos utilizados nas medidas cautelares foi exatamente essa falta de eficiência da empresa, que recebeu valores superfaturados e, mesmo assim, apresentou serviços ineficientes. Como eu disse, de cada 10, nove morriam, e apenas um sobrevivia. Então nós fizemos essa atuação em relação a esse acompanhamento também dos óbitos e das taxas de sobrevivência. Fora isso, e aí é fora de covid, obviamente, o nosso trabalho não parou. Nós temos diversos procedimentos, temos uma divisão aqui na promotoria por especialidades. Eu, por exemplo, trato de anestesia, oftalmologia. Outra promotoria trata de onco-

logia, que é um assunto bastante sério atualmente. Então, paralelamente a essa atuação em relação à covid, nós também já tivemos que acompanhar em relação aos demais casos graves, né. Especialmente a parte de oncologia, a parte nefrologia, que também tivemos bastante problemas, e ainda temos esses problemas, mas só para mostrar que, na verdade, a atuação da promotoria não se limitou a acompanhar assuntos relacionados à covid. Nós continuamos a atuar em relação a assuntos diversos da covid. Enfim, não sei se todos sabem, recentemente o CONASENS, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, publicou um estudo destacando que



Mulheres aguardam atendimento em unidade de saúde do DF: Ministério Público deve se preparar para defesa dos direitos do cidadão no período pós-pandemia. Foto: MPDFT.

cerca de 1,1 bilhão de procedimentos de saúde atualmente estão represados em todo o Brasil por conta da pandemia. Então, todos lembram que, durante a pandemia, os leitos de UTI, os medicamentos foram limitados a atuação à covid, de forma que as cirurgias eletivas, exames e consultas simples, até grande parte delas, os procedimentos que nós chamamos de procedimentos eletivos foram suspensos durante um bom período. E a consequência é essa, segundo o CONASENS, cerca de 1,1 bilhão de procedimentos de saúde, atualmente, estão represados em todo o Brasil. Para os senhores verem e verificarem a dimensão deste problema. Então, eu acredito que deve haver uma preocupação bastante grande no que diz respeito a esse momento pós-Covid. Como eu disse, a pandemia ainda não terminou. Ontem mesmo, o Ministério da Saúde informou que há um risco de um aumento de hospitalizações a partir

de agora do mês de setembro, justamente, por conta da variante Delta. Então a pandemia não finalizou. Mas eu me refiro ao pós-covid, a partir do momento que nós verificarmos que toda a população está vacinada. E eu chamaria esse período de um pós-covid. Diante desse dado alarmante, de 1,1 bilhão de procedimentos de saúde represados, eu diria que nós precisamos ter bastante preocupação com esse momento pós-covid. Se quisermos avançar na defesa efetiva do direito a saúde da população brasileira, no caso do Distrito Federal, precisamos acompanhar. Vejo uma necessidade de que haja um comprometimento institucional, não só do MPDFT, mas de todos os Ministérios Públicos do Brasil e do Ministério Público Federal também nessa fase pós-covid. Sempre buscando a melhoria e obtendo resposta na solução desses graves problemas. Então, esse é sempre o nosso objetivo. É ajudar, apoiar os gestores, sempre com foco na população. E o objetivo principal, o foco principal é sempre o chamado tempo resposta, redução do tempo resposta na solução dos problemas de saúde da população. Então, finalizo a minha fala, deixando esse alerta de que nós precisamos nos preocupar com esse momento pós-covid. Que eu confesso que não sei quando será, mas uma hora vai acontecer. E aí nós precisamos, porque de fato existem muitas pessoas aguardando simples consultas, exames e cirurgias de outras especialidades que não são a covid, e esses procedimentos eletivos estão todos represados. E deverá haver uma grande atenção por parte da nossa instituição em relação a isso. Agradeço a todos. E basicamente era isso que eu tenho a dizer a todos. E agradecer mais uma vez a honra de poder representar a PROSUS neste evento.

Procurador Eduardo Sabo

Muito obrigado, Doutor Marcelo Barenco. Realmente as suas reflexões foram e são de maior importância. Eu fico imaginando a complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores do mundo, que abrange desde o simples atendimento em uma Unidade Básica de Saúde, um atendimento primário, até um transplante de órgãos, um tratamento oncológico. E que também, não falamos ainda, abrange um complexo e eficaz sistema de vacinação. Veja bem a abrangência, colega Barenco, das suas reflexões em que nós, sim, agimos com acerto a termos e mantermos um sistema universal, um sistema de integralidade, um sistema de equidade, um sistema que requer a colaboração da comunidade, ou seja, temos que mantê-lo. Isso foi o que nos sustentou em todos os momentos. Independente de posicionamentos

políticos ou tudo, essa é a manutenção. Como é também a manutenção das ações do Ministério Público em todas as esferas. Tanto a sua atuação como de todos os colegas. E aqui faço a remissão, como fez a colega Fernanda, faço remissão, como você fez, às atribuições do colega Clayton. Faço remissão a todos os colegas que tiveram interface com a Promotoria de Saúde em que aqueles princípios que vocês têm de acessibilidade, de segurança e da própria eficiência, que é o tempo resposta, você, vocês se fizeram presentes. Nós podemos acompanhar isso, e foi uma interlocução diária, semanal. E, veja só, mais de 50 reuniões nós fizemos, oficiais, com todo o grupo, fora as setoriais. Verificamos, e a sociedade sabe disso, da nossa preocupação com a transparência. Isso foi essencial para nós, não é? Para que fizéssemos com que houvesse transparência, não só aqui em termos de DF, como em termos de todas as intersecções com relação a recursos do governo federal. Claro que foi uma luta. Tanto que nós tivemos que recorrer ao Judiciário, não é?, que tem sido responsável por acompanhar e decidir com celeridade todas as questões envolvendo essas políticas públicas. É claro que fizemos esse acompanhamento, inclusive, tanto presencial, como por vistorias, como por documentação, e com missões aos hospitais de campanha. O sistema já estava depauperado, não é? E nós tínhamos que fazer com que houvesse as respostas. O gestor agiu certo, sim, de poder instalar enfermarias, leitos de enfermarias, unidades de cuidados intensivos e as próprias UTIs. Agora, já dando um salto, qual é o nosso desafio? É termos a possibilidade real de atendimento dessas políticas de atendimentos represadas. E nós precisamos sair melhor desta situação na qual entramos. Esse acompanhamento de leitos de UTI, nossa!, isso foi duro, foi difícil, mas a ação de vocês fez com que tivéssemos uma regulação do sistema, de forma transparente. Os gestores nos ajudaram, não é verdade, colega Barenco? Nós podemos, com toda clareza, dizer que eles “vestiram a camisa.” E dizer assim: “nós temos que ter transparência.” O Poder Judiciário e a Defensoria Pública entenderam e acompanharam o sistema TrackCare e tantas outras ações. Faço esse registro para dizer que continuamos lutando durante todo esse tempo, e eu sei disso, porque todos vocês sempre estiveram lá presentes, em relação ao controle dos insumos. Claro que teve situações de estresse extremo, inclusive, com o uso de requisições administrativas, não é verdade? No âmbito federal, inclusive, e no distrital, né?, com publicação de decreto, e depois houve o acerto com as instituições. Por quê? Porque era uma situação gravíssima, foram momentos difíceis que nós tivemos que, inclusive, trazer à sociedade, o ambiente médico, as instituições privadas para fazer com que compreendessem a gravidade desta situação: “olha, compreendam que esse momento é único, é uma situação de guerra”. Fica aqui uma pergunta, que nós vamos deba-

ter durante todas as falas daqui a pouco, não é, Marcelo?, ouvindo Doutor Bernardo, Doutora Márcia: quais são os limites do Ministério Público? Ministério Público não pode tudo, não vai resolver tudo. Não tem legitimidade de gestor, mas quais são os nossos limites? Até onde nós podemos ir? O que podemos fazer para ajudar? Com certeza, vamos debater e vamos compreender uma série de outras políticas com os nossos colegas. Mas, Doutor Marcelo Barenco, obrigado. Excelente sua visão do que fizemos e o que temos de fazer mais. (...) Vou dar sequência ao evento convidando o colega Doutor Bernardo Matos. Doutor Bernardo, aprendi a conhecê-lo, viu, colegas? nesse um ano e meio. Por quê? Porque ele como secretário- executivo (da Força-Tarefa), o termo é pomposo, mas o trabalho é muito maior do que o termo, ele tem se dedicado aí, todos nós sabemos disso, diariamente, a uma série de políticas, tanto da Força-Tarefa quanto do aspecto mais descentralizado ou mais específico da promotoria de que é titular, com relação aos direitos difusos a até direitos coletivos.

Apresentadora Talita Medeiros

Vamos passar então a palavra para o Doutor Bernardo.

Bernardo Matos
*Promotor de Justiça de Defesa dos Direitos Difusos
e Secretário-Executivo da Força-Tarefa*



Obrigado, Talita. Obrigado, Sabo. Saúdo, na pessoa do Procurador Sabo, todos os colegas presentes, saúdo todas as pessoas que nos acompanham pela internet. E, para começar a minha fala, gostaria de enfatizar que a pandemia, em si, talvez tenha sido um dos maiores desafios que a máquina pública mundial já enfrentou em termos de complexidade. Ela, a máquina pública (nós fazemos parte dessa aparato estatal) teve que rapidamente se reinventar para dar conta da pandemia. Criar procedimentos, novos fluxos, tentar pensar, diante da chegada da pandemia, como mobilizar recursos para o seu enfrentamento. E então o Ministério Público fez parte desse processo de inovação. Nós tivemos também que nos reinventar, tivemos que

“
A pandemia foi um dos maiores desafios que a máquina pública mundial já enfrentou em termos de complexidade. O Ministério Público, também parte desse aparato estatal, teve que rapidamente se reinventar para dar conta da nova situação; criar procedimentos e fluxos, e pensar como mobilizar recursos para o enfrentamento da crise”.

inovar na forma de trabalhar. E essa inovação, a meu ver, como Sabo colocou, meu papel de Secretário-Executivo (da Força-Tarefa), como também na minha promotoria, da qual sou titular, a Promotoria Regional de Direitos Difusos, passou por dois grandes vieses. O primeiro viés é de articulação, de diálogo de conversa. O segundo é o de ter uma atuação voltada para dados, para evidências. Permita-me tentar explorar esses dois vieses de atuação nessa minha fala, não me alongando muito. Esse primeiro viés, de articulação de conversa, esteve presente tanto na nossa atuação interna como na nossa atuação externa. Na interna, basta mencionar que a Força-Tarefa é composta por dezenas de promotores de justiça e servidores que deman-

daram problemas extremamente complexos, com a interface de um número grande de temas que está refletindo, inclusive, na variedade dos painéis que compõem esse evento. Hoje estamos falando de saúde e educação. Vamos falar de assistência social, vamos falar de mobilidade, vamos falar de muitos assuntos. Podemos falar de patrimônio público. Então todas essas atividades precisam estar alinhadas umas com as outras. Claro que conversar não significa concordar em tudo, mas conversar é sabermos, cada um, o que estamos fazendo para tentar, naquilo que for possível, alinhar. Para tanto, foram importantes essas mais de 50 reuniões oficiais que o Sabo mencionou, quer dizer, de ter esse espaço para que cada um expusesse aquilo que está fazendo. Para sabermos o que está sendo feito no âmbito prisional, como isso interage com a questão da saúde, como interage com a assistência e saúde. Ao longo da pandemia, falou-se muito em legados da pandemia. Aquilo, apesar de extremo sofrimento, angústia, ansiedade, perda, por qual todos passamos na pandemia, servirá de legado positivo. E, talvez, essa articulação interna do Ministério Público,

“
O Ministério Público não é gestor, mas controlador. Existe para olhar aquilo que, principalmente, o Executivo está fazendo, como tem feito durante a pandemia, e verificar se aquilo está correto, mas nunca substituí-lo. Deve cobrar uma solução dos problemas e acompanhar para verificar se essa solução atende o interesse público”.

como seguimento, como um dos principais legados, seja indicada. Mas essa articulação passa também por uma articulação externa, de diálogo com o gestor público, de compreender os problemas, ter uma visão de controle. Porque o Ministério Público, como Sabo enfatizou, não é um gestor. É um órgão controlador, que existe para fiscalizar aquilo que, principalmente, o Executivo faz, e verificar se está correto, mas nunca substituí-lo. O Ministério Público pode cobrar, “olha, há aqui um problema.”, como fizemos incontáveis vezes, ao longo da pandemia e mesmo antes. “Busque uma solução. Qual a solução?” Esse é o problema do gestor. Ele vai ter que dar a solução e depois vamos acompanhar para verificar se essa solução, efetivamente, responde o problema. O que chamamos de controle concomitante. É tentar compreender o problema à medida que ele acontece, buscar junto ao gestor essa solução, cobrá-lo, para que haja o maior impacto social positivo. E como se estruturou esse

diálogo, essa articulação externa, como os denominei? Uma sequência mais ou menos, claro, que sempre comporta variações porque os problemas são muito variados, mas as coisas sempre, mais ou menos, seguiram, na maior parte das vezes, nesta ordem: diálogo, recomendação e, só no último caso, judicialização. Quer dizer, há de se conversar com o gestor para compreendermos a complexidade, pois a pandemia esteve repleta de problemas complexos, como ilustrou Doutor Barenco. E se,

The image shows a screenshot of the website for the Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MP DFT). The header is red with the MP DFT logo and social media icons. The main content area is white and features a navigation menu on the left, a central image of a meeting, and a list of news items on the right. The navigation menu includes sections for 'ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR' and 'ATUAÇÃO'. The central image shows a group of people in a meeting, with the text 'Covid-19: força-tarefa acompanha evolução dos números no DF'. The news items are dated from 08/04/2022 to 26/02/2022 and cover various topics related to the COVID-19 pandemic, such as mental health, vaccination, and Carnival activities.

*Página da Força-Tarefa no portal de internet do MPDFT: prestação de contas do trabalho realizado e facilidade de acesso a informações de interesse público.
Foto: MPDFT.*

ainda na conversa, não for possível o alinhamento entre o controle e o gestor, nós fazemos uma recomendação. O que é uma recomendação? É um documento do Ministério Público que “fala”: “Olha, gestor, se você não seguir essas balizas, vai estar agindo fora da lei, e isso pode talvez, lá um pouco mais para frente, resultar em uma judicialização”. Então fazemos o balizamento. “Olha, isso é o que você precisa seguir para estar de acordo com a lei.” E se mesmo assim esse instrumento não for suficiente, esse alerta da recomendação não for suficiente, no extremo, partimos para a judicialização. E ao menos as judicializações, empreendidas pela Força-Tarefa, através dos seus diversos componentes, ao longo dessa pandemia, foram bem-sucedidas porque seguimos esse itinerário. Como foi mencionado, essas judicializações, infelizmente, foram necessárias para assegurar a transparência da política pública de enfrentamento da covid. E tivemos bons resultados. Hoje você olha no InfoSaúde (site da Secretaria de Saúde do DF), e tem uma pluralidade de informações sobre a política pública de saúde em geral, “mas o embrião estava naquele

momento”. E , inicialmente, tínhamos que cobrar a transparência das contratações previstas em lei. Daí surge a recomendação, então a lei prevê e você é obrigado a fazer. E depois, em relação aos dados específicos da covid, através de nossas inspeções, vou falar um pouco mais adiante, nós observamos que muitos dos dados que estavam disponibilizados, não eram verdadeiros. E surgiu a necessidade de judicializar para que houvesse o alinhamento. Sendo que antes houve todo um diálogo, um esforço de convencimento para este ajuste. Então isso é importante para compreender qual é o papel do Ministério Público, eu acho, em um contexto de crise como esse.

A importância da opinião de especialistas e do controle social

Outra dimensão dessa articulação externa é a busca da oitiva de especialistas. Nós somos juristas. Temos aqui, talvez, não sei se vocês possuem outras formações, mas, principalmente, somos operadores do direito. Não entendemos de infectologia, de ciência de dados, não entendemos de tantas outras especialidades que a complexidade e a necessidade atual exige para que possamos fazer nosso trabalho de forma que ele tenha impacto social, para cumprirmos a nossa obrigação. Então escutamos muitos especialistas também. E não cobramos só transparência dos outros, fomos extremamente transparente na nossa atuação. Existe ali no site do MPDFT uma ban-

“
Não cobramos transparência somente dos outros, fomos extremamente transparentes na nossa atuação na pandemia. No site do MPDFT é possível ver todas as ações empreendidas pela Força-Tarefa. Porque se cobramos transparência, temos também que prestar contas. Esse seminário é um exemplo de prestação de contas. Estamos aqui relatando o que fizemos para a sociedade”.

deirinha da Força-Tarefa que se você clicar lá vai ter todas as ações empreendidas pela Força-Tarefa. Nós fizemos questão a todo momento de registrar cada ofício, recomendação, ação, está tudo lá. Porque se cobramos transparência, devemos ser transparentes. Então existe também essa dimensão de articulação externa, de prestarmos contas. Esse seminário é um exemplo de prestação de contas. Nós estamos aqui relatando aquilo que nós fizemos para a sociedade, em última análise, é para

ela que prestamos serviço. Então isso tudo foi importante. E, um segundo eixo, gostaria de mencionar a questão da atuação baseada em evidências. A oitiva dos especialistas, em primeiro lugar, já é um exemplo de atuação baseada nisso, mas também é um exemplo de atuação baseada em evidências a preocupação de nós, talvez não com a velocidade que desejávamos, mas a que foi possível, compor ali um corpo médico que nos assessorasse, que nos ajudasse, inclusive nas inspeções. Foram realizadas muitas inspeções em UTIs Covid antes da vacina. Então, os colegas que foram, os médicos que foram, estão de parabéns por essa coragem de entrar em UTI. E foi graças a essas inspeções que foi possível observar esses problemas que o Marcelo (Barenco) mencionou em relação à UTI Domed, no Hospital Regional de Santa Maria (HRSM), só lá fui duas vezes. Foi possível também observar todos os dados equivocados da Secretaria de Saúde, que depois foram corrigidos e, hoje, aparentemente, estão certos. Quando houve a segunda onda, houve mais inspeções da nossa parte e observamos alinhamento, não havia mais aquela distorção que houve na

“
Fica claro , no âmbito do Ministério Público, que as promotorias que cuidam dos direitos coletivos formam um ecossistema, cuja efetividade de atuação depende, em grande medida, de sua capacidade de articulação. Isso é um aprendizado que a instituição teve, e vai ser um legado positivo da pandemia. Uma visão mais holística”.

primeira. Então isso é também uma atuação voltada a evidências. Um outro elemento que gostaria de destacar nessa diretriz, nessa coluna, é que, no curso da pandemia, a Procuradora-Geral, em uma iniciativa inovadora, celebrou junto à Secretaria de Saúde um termo de cooperação técnica para compartilhamento de dados. Para dar seguimento a um projeto que se iniciou com as promotorias de educação, e vou falar logo em seguida, dos mapas sociais. A ideia de que você precisa ter dados à sua disposição para atuar de forma qualificada, como foi exemplificado pelo Barenco. Ao longo da pandemia, desenvolvemos painéis para acompanhar as mortes, os óbitos por covid. Começamos a desenvolver painéis para acompanhar a regulação de leitos, a atenção primária, a questão da oncologia. Estão ainda em fase de amadurecimento. Parte deles esperamos disponibilizar ao público para que ele possa fazer também o controle social. E mais uma vez enfatizo essa questão do controle social porque é impossível, dada complexidade do poder público distrital ou brasileiro, os

órgãos de controle fazerem isso sozinho sem o acompanhamento da sociedade. Então esse termo, essa perspectiva que é necessária, de dados para trabalhar, ela também é outro legado positivo da pandemia. Quer dizer, sair daquela lógica, que o Marcelo até mencionou: “preciso de uma informação, vou mandar um ofício, daqui a 10 dias eu vou ter a resposta desse ofício”. No contexto de pandemia é impossível você trabalhar nessa lógica. Como é que você vai conseguir fazer uma mensuração eficaz de tempo de resposta se você não monta um indicador, e se você não monta um fluxo de informação que permite que você faça o mapeamento de onde está mais demorado, onde que é o gargalo. Tudo isso também são lições da pandemia. A Vivenciamos essas dificuldades de ter essas informações. E aprendemos que é essencial adotar uma gestão voltada para evidências. E como último ponto, gostaria de abordar sobre a vacinação como sendo um exemplo, além de todos aqueles que o Marcelo já mencionou, dessa forma de agir. Já, agora não me recordo ao certo se foi em dezembro ou janeiro, nós realizamos antes de começar o processo de vacinação. Fizemos uma reunião aqui envolvendo todos os atores relevantes para o fato: Secretaria de Saúde, óbvio, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Segurança Pública, DF Legal, todo mundo aqui MPDFT. “Gente, qual é a estratégia para a vacinação? Precisamos de um plano.” “Ah, mas não sabemos quantas vacinas o Ministério da Saúde vai enviar.” Esse foi o grande drama, de vários meses: como planejar a distribuição de vacinas se não sabemos quanto, quando elas vão chegar. E, por vezes, descobrem-se quantas vacinas o Ministério da Saúde mandou quando se abre a caixa, quando a Secretaria da Saúde vai lá e abre a caixa e conta. “Aí agora eu sei, agora eu sei quantas.” É difícil planejar em um contexto desse. Porque... é importante você ter o diálogo com o gestor para se entender a complexidade da política pública. Então, mas você quer ver um planejamento, se não é possível ter essa certeza quanto a essa variante, é necessário um cenário de contingência, é necessário um plano de comunicação social, cujos problemas, desde o começo, foram de tal ordem que até já recomendar que se estabeleça um plano já recomendamos, dado os problemas que foram enfrentados nessa seara. E, desde então, fizemos esse acompanhamento, em diálogo constante, tentando questões difíceis: Como proceder a vacinação das comorbidades? Cujas logística é complicada. Como proceder em relação aos grupos prioritários? Cujas a vacinação nós acompanhamos até o momento em que, observando no Plano Nacional de Vacinação, PNI, nós falamos: “Olha, os grupos prioritários já estão praticamente atendidos. Recomendamos, agora vamos avançar por faixa etária”. Por que dessa recomendação? Porque, na época, já se falava de outros grupos prioritários que não aqueles indicados no Plano Nacional.

Enquanto “patinávamos” na vacinação por idade. Então houve aquela necessidade, foi acolhida, até porque muitos estados, quando se incluiu grupos prioritários fora do Plano Nacional, houve a judicialização e se perdeu, e a coisa alinhou bem. Então, é mais um exemplo de diálogo, compreensão do problema e intervenção, com instrumentos de força, como recomendação e ação judicial, apenas quando indispensável. Outro exemplo de atuação e compreensão do problema foi a questão da compensação de vacinas. Por quê? Como o Marcelo delimitou, o SUS, entre as suas características, tem a universalidade. Se sou o cidadão do Rio Grande do Sul, estou aqui no DF, e tenho algum problema, posso ir a uma unidade básica de saúde daqui. Não tem problema nenhum. Se preciso tomar a vacina, se um cidadão de Minas precisa tomar a vacina aqui, não tem problema. Depois acontece o quê? Os gastos do sistema local são compensados nas câmaras de compensação que existem dentro da estrutura do SUS. Então quando se iniciou a vacinação, houve muitas pessoas de Goiás, de Minas Gerais, de outros estados que vacinaram aqui. E isso foi documentado. Só que nunca houve essa compensação até dado momento. Então, desde o momento que observamos esse problema, há alguns meses, com a Secretaria de Saúde, nós estávamos pleiteando junto ao Ministério da Saúde que se cumprisse a essa dimensão da universalidade. Muito bem, é universal, porém, para que o pacto federativo seja respeitado, é necessário que haja uma compensação entre os entes na medida em que os residentes de um local possam utilizar os serviços em outro lugar. Geralmente houve sucesso também. Então esses dois, tanto da recomendação da vacinação por faixa etária, como a questão da compensação das vacinas, são exemplos de que você precisa inovar, inclusive na forma como você atua. Você tem que compreender o problema para poder atuar de forma eficaz. Por fim, gostaria de enfatizar, de voltar a um ponto inicial que falei, da questão da importância da articulação. Ao menos no meu papel de secretário-executivo, cuja talvez a principal tarefa tenha sido levar informação de um lugar para outro, levar informação de um colega para outro colega, depois de volta para outro, funcionar meio como pombo correio, para mim fica muito claro que, no âmbito do Ministério Público, as promotorias que cuidam dos direitos coletivos formam um ecossistema, cuja efetividade da sua atuação depende, em uma medida muito importante, da sua capacidade de articulação. E isso é um aprendizado que a instituição teve, e que também vai ser um outro legado positivo da pandemia. Uma visão mais holística, uma mais qualificada do que vem a ser a importância do Ministério Público como órgão de controle, nunca em substituição ao gestor, mas como órgão de controle em termos de políticas públicas. Acredito que fizemos uma diferença positiva no tratamento dessa pande-

mia. E demos uma contribuição importante para a qualidade dessa política pública. Claro que, nunca, não queríamos estar passando por essa pandemia de maneira nenhuma, mas podemos olhar para trás com orgulho do trabalho que fizemos, e com responsabilidade de levar adiante aprendizados que foram acumulados nesse período. E, com isso, agradeço a atenção de todos e devolvo a palavra para o Procurador Sabo. Obrigado a todos, até a próxima

Procurador Eduardo Sabo

Doutor Bernardo Matos, belíssima exposição. Você foi capaz de nos apresentar as dimensões de um problema. Na verdade, no Direito nós temos isso, gerações dos direitos ou dimensões dos direitos. Em uma crise, a crise se dimensiona pelo posicionamento dos atores e pela conferência das informações dadas. E você colocou muito bem essas dimensões ou esses três eixos, como você denominou. E, o primeiro deles, a articulação. Nós somos compelidos a nos relacionar mais com a sociedade, mais com o poder público, e mais internamente com cada um dos colegas, os que estão aqui, os que vão estar ao longo dessa caminhada conosco, e todo o Ministério Público, em razão do próprio posicionamento agregador da nossa Procuradora-geral. Cada um tem a sua autonomia, cada um tem os seus posicionamentos, mas nós buscamos nos aproximar, apesar da distância, e muitos expondo a si mesmos e a sua família. Nesse primeiro eixo fundamental, quantas lutas tivemos aqui do outro lado da rua, não é?, buscando essa coesão interna e esse diálogo com o gestor. Falar, ouvir várias vezes, oficialar, recomendar, em último caso, acionar judicialmente. Dados são importantíssimos, sem dúvida nenhuma, não só a Força-Tarefa, mas a própria Procuradoria (Distrital) do Cidadão, ela se calca em dois pilares, em dois núcleos. Um Núcleo de Políticas Públicas e um Núcleo de Orçamento, que são muito eficazes para poder sustentar as ações do Ministério Público como um todo. E até faço aqui já um agradecimento a esses núcleos. Em especial, à Anne, que está nos ouvindo aqui. Todo mundo a conhece. Ela me incentivou à concretização desse evento. Mas, colega Bernardo, esses eixos que você colocou são eixos que são permanentes. Nós temos que ter ênfase nessa cooperação técnica, nos nossos painéis, na educação. Logo vamos ouvir uma das atoras que vive a educação, com amor a questão da importância do ensino, da capacitação, no preparo das pessoas desde as habilidades mais tenras até a que se seguem, que é a nossa amiga Márcia Rocha. Agora, Bernardo, se me permite, é mais um rápido comentário. Fomos bastante incisivos com relação

à necessidade de um planejamento, digo, um planejamento estratégico. E acompanhamos, sim, a vacinação, e continuamos. Tivemos que nos posicionar, ou seja, para haver prioridade com relação a comorbidades, com relação a alguns segmentos, os professores são um exemplo. Nós tivemos que resgatar de outras situações, não é. E tivemos que nos expor. Nós não temos nenhum preparo, a não ser a Talita, atuante na nossa área de comunicação social. Nós tivemos que nos expor realizando até comunicação estratégica, saindo na rua, falando com a sociedade. Por quê? Porque o Ministério Público tinha que dar uma mensagem. Uma mensagem tranquilizadora, uma orientadora, não é? E acreditamos que esse seja o nosso papel, mas é um que só foi possível ser exercido por ações, como reflexo de sua promotoria e de tantos outros que exercem cargos nas promotorias, não é, Bernardo?, nas promotorias regionais, que sabem os problemas da ponta. E da sua visão na secretaria-executiva, para fazer essa articulação, que foi fundamental. E todos os colegas sabem disso porque nós internamente temos que ouvir para podermos decidir melhor. O dia está belíssimo, a manhã está belíssima, mas ela vai se completar agora, Talita, quando você fizer o convite para a nossa Promotora de Justiça falar dessa área que é primordial pra todos nós, que é a educação.

Apresentadora Talita Medeiros

Agora, nós vamos para o nosso segundo painel que tem como tema a educação. Com participação da Promotora de Justiça, Doutora Márcia Rocha. Bom dia

**Dia
1**

Tema 2: Educação

Márcia Rocha

Promotora de Justiça de Defesa da Educação



Bom dia, Talita. Bom dia a todos. Eu tenho uma honra enorme de ter recebido esse convite, que foi feito de uma forma muito gentil pelo Doutor Sabo. Eu tenho, assim, um carinho imenso pela área educacional. E estar aqui para falar sobre o trabalho da Proeduc na defesa de um dos direitos constitucionais mais caros às crianças e aos adolescentes, que é o exercício e o acesso à educação. Eu agradeço muito ao Doutor Eduardo Sabo por sua presença diária no trabalho competente, incansável de buscar soluções nas diferentes frentes da atuação do MP. Meu obrigada à Doutora Fabiana que não poupou esforços para dar ferramentas a todos nós membros, servidores para continuarmos prestando o nosso trabalho no exercício de nossas atribuições. E são tantas as pessoas que estão nos bastidores, o pessoal da Secor, o pessoal do NUO/PDDC, tenho respeito infinito a todos esses nossos colegas nas diferentes áreas de análise que nos proporcionam estarmos aqui falando sobre temas para os quais uma pessoa com graduação em Direito não tem formação, como o Bernardo afirmou. Então o meu muito obrigada a toda nossa rede de profissionais e de servidores, das mais diversas em áreas, por exemplo, como as de TI que nos salvou a pele durante esses meses todos. E nós na Proeduc, como todas as áreas do MP, tivemos que nos adaptar. Porque o nosso atendimento a sociedade, na Proeduc, que fica aqui na Asa Norte, ele, historicamente, foi muito forte sempre em atendimentos pessoais, muitas famílias, muitos pais, professores, diretores procuravam pessoalmente a nossa promotoria. Além dos atendimentos por e-mail, das representações enviadas pela ouvidoria, ou até mesmo entrega de documentos em papel na nossa secretaria. Então nós tivemos que nos disponibilizar, através de outras formas, em face da decisão do nosso governador de fazer inicialmente o fechamento das pres-

tações de serviços presenciais nos postos de atendimento. E nós recebemos centenas de representações encaminhadas ao longo desses últimos dezoito meses. E cada uma delas foi analisada e deu origem a alguma resposta e atuação. Durante esse período, nós fizemos muitas reuniões, não só com o secretário de educação, que são quatro até a data de hoje. Nós fizemos com as equipes de ponta da Secretaria de Educação (do Distrito Federal). Então nós temos, por exemplo, um destaque que, no dia 28 de fevereiro, antes mesmo de o governador do DF tomar decisão especificamente, a Proeduc já tinha expedido uma recomendação específica alertando para os cuidados que deveriam ser tomados no ambiente escolar em relação à pandemia que estava se avizinando. Mais adiante, quando nós tivemos o lockdown, tivemos problemas muito sérios em relação à utilização das aulas on-line nas plataformas. Tivemos muitas reuniões com as pessoas responsáveis na Secretaria de Educação pelas pla-

“
No lockdown houve problemas sérios em relação à utilização das aulas on-line nas plataformas. Na Proeduc, acompanhávamos com muita atenção e preocupação porque existem alunos que estão em áreas que não têm acesso à rede de wi-fi, à internet. Nossas recomendações diziam respeito a essa porção de pessoas que não poderiam estar excluídas do sistema educacional”.

taformas de ensino. Qual seria utilizado? Usavam o Google? Qual era o meio de internet? E nós da Proeduc acompanhávamos com muita atenção e preocupação porque existem alunos que estão em áreas que não têm acesso à rede de wi-fi, não têm acesso à internet; então as nossas recomendações diziam respeito à essa porção de pessoas que não poderiam estar excluídas de um sistema educacional. Então, o nosso apelo era que, primeiro, durante o período em que as aulas ocorressem nas plataformas, o que infelizmente não acontecia, levou mais de um mês para que a Secretaria de Educação se manifestasse a respeito da obrigatoriedade, a respeito de aulas serem dadas em plataformas on-line, enquanto a rede particular já estava com esse trabalho desenvolvido por razões basicamente de acessibilidade mais fácil de seus alunos ao suportes ou aos tablets, computadores, celulares, e, sobretudo, o acesso à internet. Então, nós fizemos muitas reuniões para que os coordenadores regionais mantivessem a entrega de materiais impressos aos alunos nos pontos onde

era muito difícil o aluno ter o exercício do seu direito educacional por falta de acesso à internet.

As dificuldades de alimentação de alunos da rede pública na pandemia

Uma outra situação muito preocupante, logo no início, era a alimentação. Infelizmente, nós sabemos que, na realidade do Brasil, e, no Distrito Federal não é diferente, muitos alunos têm a sua principal refeição dentro do contexto escolar. Com escola fechada nós não temos essa alimentação garantida. Então começou-se a questão de que seria feita entrega de alimentos através de pessoas que estavam inscritas nos programas sociais dos DF dentro das escolas, então muitas famílias tiveram acesso. Evidentemente, nós sabemos que essas cestas básicas que estavam sendo entregues, elas não cumpriam o seu papel para o qual a educação recebe uma verba específica. Uma vez que, nesse momento na pandemia, a alimentação da família, em sendo prioritária, era levada através de uma distribuição pela rede pública de ensino de alimentos que eram ofertados dentro da casa daquele aluno, ou seja, ainda assim nós não tínhamos, e não temos, a garantia de que os alunos que tanto necessitavam da alimentação estivessem recebendo-a corretamente, apesar do esforço

“*Temos relatos contundentes de muitos pais que não tinham acesso à internet, e de outros que têm filhos com necessidades educacionais especiais, que não conseguem ficar diante de um computador. De crianças com deficiências variadas que não podem receber aula de forma remota.*”

da entrega das cestas nas escolas. Algumas escolas tiveram as suas direções muito ativas, outras nem tanto. E, em julho, apareceu a notícia da autorização para que as escolas da rede particular pudessem fazer a sua programação de retorno. Estava autorizado o retorno da rede privada. Então nós, com o nosso setor de diligências e vários colegas de outras promotorias, não vou mencionar nomes para não ser injusta com todos que nos ajudaram, fizemos vistorias com o nosso pessoal do setor de diligências em escolas particulares em Taguatinga, Ceilândia, Recanto das Emas. E somente demos continuidade as visitas em face de uma ação que foi ajuizada perante o Ministério Público do Trabalho que retardou em mais três meses o retor-

no das aulas presenciais na rede privada. Então, o que era o objetivo e sempre foi: a Proeduc sempre se preocupou que fosse primado respeito às normas que são expedidas pela Secretaria de Saúde e pelo Ministério da Saúde. Então essas recomendações, essas normas de saúde, eram a nossa meta que deveriam ser respeitadas no retorno das aulas, e mesmo nos ambientes das escolas que estavam tendo algum tipo de atendimento presencial como, por exemplo, a entrega dos materiais impressos e a entrega das cestas básicas para as crianças mais carentes. Nós passamos a fazer parte de estudos que demonstravam que vários países não tinham feito a paralisação total das atividades escolares presenciais. Então, fizemos estudos comparativos com escolas em países como Espanha, França, Alemanha, todos os países escandinavos, e observamos os dados de saúde onde os índices de contaminação, os percentuais não tinham se alterado com o retorno das aulas presenciais. Pontualmente, nós acompanhamos algumas escolas em alguns países europeus, algumas experiências de prefeituras que apresentavam os dados, e as experiências eram que, ao ter um caso dentro daquela comunidade escolar, eles faziam com que aquela escola, especificamente, ou aquele turno onde foi detectado a presença de alguém contaminado, ficasse em quarentena. Mas nós não tínhamos no mundo um desrespeito tão forte ao exercício do direito educacional. Porque nós sabemos que foi muito difícil, nós temos relatos contundentes de muitos pais que não tinham acesso à internet, de muitos pais que têm filhos com necessidades educacionais especiais, que não conseguem ficar diante de um computador, de crianças com deficiências variadas que não podem receber aula dessa forma remota. Então, nós fomos procurar a Sociedade de Pediatria do Distrito Federal e fomos convidados e participamos de alguns encontros virtuais. E aqui o nosso pessoal da Secor vai colocar para os senhores o acesso a um dos documentos. A Sociedade de Pediatria do DF foi muito presente em relação a esse tema, em relação à saúde das nossas crianças. E eles fizeram uma pesquisa com 951 pediatras no país inteiro, e que mostra crianças que estavam apresentando alterações no comportamento durante o isolamento social. E essas alterações no comportamento estavam causando adoecimento de nossas crianças. Então, em parte nós estávamos tentando protegê-las, proteger seus familiares e, ao mesmo tempo, nós estávamos trazendo à tona outros tipos de adoecimento. Adoecimento na área psicológica, adoecimento na área física também, e uma perda em várias situações, sobretudo para as crianças, no momento correto da alfabetização, que é o momento em que a criança tem uma habilidade específica motora que deve ser estimulada. Esse momento é um que a medicina já relatou, há vários estudos mundiais sobre isso. E nós, infelizmente, durante o ano de 2020, perdemos esse momen-

to ideal, inclusive porque muitos pais não tinham condições mínimas de fazer esse acompanhamento como se desejava e se almejava no trabalho on-line. Tivemos várias reuniões com os dirigentes da Secretaria de Educação.

A retomada do ensino facultativo, regrado, híbrido e progressivo

E, em sete de outubro, a Proeduc ajuizou uma ação civil pública com pedido de tutela de urgência antecipada para que fossem tomadas as medidas cabíveis para retomada do ensino de modo facultativo, regrado, híbrido e progressivo. Então a nossa ação civil pública, ela tinha, tem até hoje, está em andamento, vários documentos sobre o ponto de vista médico, sobre o ponto de vista de infectologistas e de pedagogos, esclarecendo a necessidade do retorno facultativo, regrado, híbrido e progressivo. Então, na nossa ação, nós demonstramos que essas ações devastadoras em nome das crianças e adolescentes estavam sendo perpetradas e nós não es-



Alunos cumprem protocolos sanitários contra a covid-19 em escola da rede pública do DF: proteção de estudantes e professores foi prioridade na atuação do MPDFT. Foto: MPDFT.

távamos observando, por outra sorte, ações que demonstrassem que a Secretaria de Educação estivesse, naquele instante, em outubro do ano passado, realizando qualquer medida de planejamento. E como foi dito muito fortemente pelo Doutor Sabo, Doutor Barenco e o Doutor Bernardo, planejamento é essencial sempre, que dirá em um momento como esse. E daí nós temos um vídeo, que é da UNICEF, esse vídeo apresenta o fechamento das escolas na América Latina e no Caribe. Com a abertura

de bares, restaurantes, festas, praias, eventos, e as escolas que são um lugar tão sagrado e tão protegido, continuando fechadas. Em algumas manifestações desesperadas, membros da UNICEF alertavam que, em muitas partes do mundo, “as escolas são as primeiras a reabrirem e as últimas a fecharem, mas na América Latina e no Caribe as escolas costumam ser as últimas a abrir e as primeiras a fechar.” Essa é a fala de Jean Gough da UNICEF. Em sete de janeiro, foi feito um outro documento que se chamou carta aberta aos prefeitos e prefeitas eleitos no Brasil, endereçada aos governantes, nós também fazemos o link aqui para os senhores terem acesso, caso queiram observar as narrativas da UNICEF, que era um apelo para o retorno das aulas como prioridade de Estado, ou seja, usando as tecnologias que a saúde já tinha trazido, as possibilidades, inclusive, de que as crianças, elas são verdadeiros professores dentro de casa. Elas são aquelas que propagam o ensinamento e exigem: “olha, mãe eu ouvi a professora, nós temos que usar máscara, nós temos que lavar as mãos.” Então esses hábitos a criança tem uma grande facilidade de absorção e de colocação no seu meio social. Em 2021, nós continuamos com reuniões incluindo o Sindicato dos Professores do DF, participamos de eventos com movimentos de pais. Existe um movimento de pais nacional, que aqui no Distrito Federal também ocorreu, que é “Volta às aulas Brasil” e, novamente, com a presença de pediatras nesses

“
A Força-Tarefa demonstrou de uma forma evidente o quanto nós podemos quando temos, juntos, uma visão de um Ministério Público que quer se dar as mãos, sempre para o trabalho em prol de um objetivo maior, que é a prestação do nosso serviço à sociedade”.

eventos, e com a Secretaria de Educação. Em todos esses momentos, o nosso objetivo era sempre que houvesse planejamento para que o direito das crianças fosse respeitado com segurança, não com irresponsabilidade, mas com a possibilidade dessa tecnologia de atendimento híbrido, poderíamos diminuir o número de alunos por salas de aula. Então nós trabalhamos fortemente nessa frente, fizemos muitas vitórias. Agradeço imensamente mais uma vez ao colega Eduardo Sabo, ao Bernardo e a tantos outros colegas que conosco foram as escolas públicas. Nós fomos em todas as regiões administrativas do Distrito Federal. Nós corremos pelo menos duas escolas em todas as regiões administrativas. E, nessa vitória, nós estávamos em alguns dos grupos, todos com algum membro, com servidores, às vezes, da área de saúde, outras, da área de engenharia civil, para observarmos o contexto de seguran-

ça que aquelas edificações davam em relação à presença de torneiras disponíveis, de dispensas de álcool em gel, da preparação das salas com o distanciamento. Então, muitas vitórias foram feitas em diversas unidades escolares, e depois continuamos em algumas outras. Nessa continuidade, fizemos várias reuniões com a Secretaria de Educação para alinhar o pensamento a respeito do direito dessas crianças. Paralelo a isso, na Proeduc, nós continuamos com nossas ações, por exemplo, as investigações sobre alimentação escolar, sobre os problemas que ocorreram com o fechamento das escolas particulares. Como se daria o atendimento presencial dos alunos com necessidades educacionais especiais. É uma situação que nos dá muito orgulho em trazer a notícia para os senhores, que, em parceria com a nossa querida Secor, que é a nossa Secretaria de Desenvolvimento Educação Corporativa, nós fizemos um curso em continuidade à quarta edição do curso, que é curso de gestão de conflitos no contexto escolar. Então, os senhores imaginam como é atual esse tema. Então, esse curso começou em abril, e terminou agora na semana passada no dia 24 de agosto. Tivemos que nos adaptar, fazer tudo através do EAD, no site do nosso MP. Foram 20 encontros remotos e síncronos, e as respostas foram maravilhosas. Todos os alunos que participaram, são orientadores, supervisores, ou professores da rede pública de ensino, tiveram, assim, um retorno muito forte de como isso fortaleceu. Então eu quero frisar que sozinhos nós não somos nada. A Força-Tarefa demonstrou de uma forma muito evidente o quanto que nós podemos quando temos juntos uma visão de um Ministério Público que quer se dar as mãos sempre para o trabalho em prol de um objetivo maior que é a prestação do nosso serviço à sociedade. E nós trabalhamos em várias frentes, ou presenciais, quando havia pedido de reuniões presenciais, estávamos nós lá, ou quando nós tínhamos que fazer as vitórias, também estávamos lá, antes mesmo de qualquer vacina, como os colegas disseram. E, durante todo esse período, estamos nos reinventando. E estamos sofrendo muito em ver o quanto as nossas crianças estavam sendo negligenciadas sob o ponto de vista de acesso à educação, sobretudo, as crianças mais vulneráveis. Então, de todo o meu coração, eu quero dar muito obrigada a essa possibilidade. E dizer aos senhores que, juntos, estamos fazendo aquilo que o nosso Ministério Público tem por missão. Então eu agradeço e quero dizer que estou aqui à disposição para qualquer esclarecimento. Obrigada, Sabo .

Muito obrigado, Doutora Márcia Rocha. A sua fala nos levou a todos que estão aqui participando, a todos os que estão nos ouvindo, nos assistindo, a reflexões, e esse é um dos objetivos do nosso evento. Muito impactante. Eu voltei os olhos para março, fevereiro do ano passado. Voltei os olhos para os nossos filhos, voltei os olhos para tantas e tantas que ficaram dependentes e enfraquecidas com esse momento. E esse momento enfraqueceu as famílias, a sociedade porque digo que, grande parte, por egoísmo, por fraqueza, por falta de iniciativa, diversos governos não tiveram a capacidade de perceber a urgência do retorno às aulas. Você, a colega Cátia Gisele. Vocês agiram. O MP do DF agiu. Com relação ao exercício, ao acesso, mesmo que virtual, a questão da alimentação para nós, em razão dessas nossas necessidades, é fundamental. Vocês agiram com relação à vistoria nas escolas particulares. Se não fosse a ação de vocês não teria havido esse retorno das escolas particulares, você sabe disso. Foi necessário, sim, a ação civil pública, de outubro do ano passado. Isso forçou uma ação do poder público, e forçou até uma nossa ação de Força-Tarefa a fazer com que nós nos expressássemos que a saúde deveria ser vista por inteiro, lembrem, às inteiras, ou seja, eu não posso ter a alguém protegido se ele não for capaz de estudar, de se relacionar, não for capaz de exercer uma atividade litúrgica, uma atividade esportiva, não é? Nós mudamos, inclusive alteramos o nosso comportamento, para que o poder público visse que seria necessário. E, inclusive, para que as associações ou os sindicatos, não é verdade, Márcia, compreendessem a necessidade do retorno. Tivemos esses embates, vocês muito mais, e nós, ao lado de vocês, também buscamos, nós da Força-Tarefa e a Procuradoria do cidadão, compreender. E agora fica o desafio dos gestores e do próprio Ministério Público. Como é que nós vamos buscar o resgate desse tempo perdido? Quantos meses, quantos anos? E eu creio que nós temos que estar empenhados para entender melhor essa situação. Instrumentos de planejamento. Muito bem colocado. E Márcia, você está de parabéns. Nos obrigou, é verdade, a fazer essa reflexão. E eu digo, para a Talita, e para nossa a nossa área de comunicação, eu creio que muitos aqui que nos assistem podem ter até perguntas. Que façam para que possamos refletir juntos. E um ponto que você colocou, Márcia, e que os colegas colocaram, o Bernardo enfaticamente, o próprio Marcelo Barenco, planejamento. E tivemos, acabei de receber aqui um elogio de uma pessoa que nos assiste, dizendo que o planejamento é essencial. “Não há como resolver problemas complexos sem planejamento estratégico executado com

determinação”. Aqui foi a Gilvomar Matos. A Gilvomar fez esse elogio a todos aqui, lembrando, não só do Bernardo, mas de todos. E aqui, Márcia, uma outra, você vê, hoje é tudo, a gente recebe aqui, recebe acolá, né. E a Talita que vai conduzir, mas eu só vou fazer essa palhinha aqui, viu, Talita. Acabei de receber aqui do Leonardo Borges. Olha só o que que ele colocou. “De fato, a escola é o ambiente mais seguro e propício à proteção e desenvolvimento das nossas crianças e adolescentes em um contexto desafiador como o que vivemos.” Cada palavra que Leonardo colocou aqui tem um significado. Márcia, muito ótimo. A gente tem que não só fazer essa reflexão, como também buscar entender esses impactos e nos preparar com novas perspectivas com relação à essa pandemia. O que podemos fazer? Qual é a interação que temos que trazer aqui à Secretaria de Educação? Nós temos o quarto gestor. E a gente sempre tem esperança. Nessa mesa aqui atrás, recebeu há duas semanas você, não é, Márcia?, junto com a secretária de Educação para gente buscar, olha como é, vamos adiante com relação ao início efetivo das aulas em toda a rede. Olha, eu estou vendo aqui a data, dia 31. Márcia, eu tenho impressão, e nós vamos já deixar isso aqui público, está na hora da gente voltar para essas escolas para saber como como é que eles estão nessas aulas, não é, colega Bernardo, colega Marcelo?, Como é que eles estão fazendo essas aulas. É isso. Talita, temos aí alguma pergunta? Como é que está a condução aí ou reflexões dos nossos colegas?

Apresentadora Talita Medeiros

Doutor Sabo, aqui a gente não recebeu perguntas. Só esses comentários que o senhor leu, mas você que está assistindo a gente, continue participando porque esse é um debate para sociedade, é para você também, então vamos conversar, não é mesmo, Doutor Sabo? Vamos debater, porque é muito importante.

Agradecimentos finais da apresentadora e do mediador do Webinário.

Dia 2

Abertura do Webinário

Eduardo Sabo

*Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão
e Coordenador da Força-Tarefa*



Considerações iniciais da apresentadora do evento, Talita Medeiros

Bom dia, Talita. Bom dia, às nossas promotoras de Justiça. Hoje estamos aqui em Brasília. O dia realmente está maravilhoso. Choveu um pouquinho, ontem e antes de ontem. E para nós é tão importante isso, importante porque com a chuva, com a água se celebra a vida, se celebra a renovação, e para nós isso é fundamental. E nós estamos aqui nesse evento, justamente fazendo reflexões, analisando os impactos e até quais as perspectivas que temos para esse novo momento, que nos impõe muitos desafios. E aqui para todos que nos escutam e nos veem os desafios são enormes. Mas o Ministério Público, dentro do seu papel de acompanhamento de políticas públicas, e no seu papel de promotor da adequação das normas a uma realidade, não pode fugir da temática da Assistência Social e dos Idosos. Nós temos, com atuação de colegas, e aqui vejo a Doutora Cíntia Costa, Doutora Mariana Nunes, Doutora Hiza, com quem estivemos ao longo desse um ano e meio acompanhando a implementação de planos de contingência para a Assistência Social, situações de centros de referência, de atendimento, centros de capacitação de pessoas, de atendimentos, e muitas questões em razão da vulnerabilidade que aumentou assustadoramente, não só aqui no DF, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Então, nós tivemos que analisar e acompanhar, com as secretarias que atuam nessa área. Por isso que não tenho dúvida de que, depois do dia de ontem, onde analisamos e acompanhamos a evolução de todo o quadro nas áreas de Saúde e Educação, hoje vamos refletir sobre a assistência e a política de idosos, que mereceram uma atenção muito especial da nossa parte. A Doutora, mais no segundo bloco, vai expor todas as iniciativas e todas

as questões que nós fomos defrontados a não só acompanhar, mas também a ajudar; a resolver. Vivemos um momento ainda complexo em relação ao desenvolvimento da pandemia. Ainda, por quê? Porque temos, felizmente, em termos Brasil, e o Distrito Federal não é diferente disso, uma estabilidade ou até um decréscimo de índices de óbitos, de pessoas infectadas, mas ainda estamos com preocupação, e ainda estamos por obrigação levando uma mensagem de cuidado e de atenção no desenrolar dessa pandemia, inclusive do sistema de vacinação aqui no DF, felizmente, como todos sabem, estamos entre os primeiros ou os principais membros da Federação em vacinação. Mas isso não é tudo. Há dois milhões de pessoas vacinadas com a primeira dose e quase 800 mil pessoas com a segunda dose, não nos desobrigando de vermos o que é melhor fazer nesses momentos que se seguem. Repito. Estou muito feliz de vê-las todas aqui presentes. E, Talita, não sei se eu chamo a Doutora Cíntia ou é você que convida?

Apresentadora Talita Medeiros

(Veiculação de vídeo da Secretaria de Comunicação Social do MPDFT sobre o trabalho da Força-Tarefa)

Dia 2

Tema 1: Assistência Social

Cíntia Costa

*Promotora de Justiça e Coordenadora do
Núcleo de Direitos Humanos*



Bom dia, Talita. Bom dia a todos. Primeiramente, Sabo, eu queria destacar a importância desse webinar para que o Ministério Público continue sendo cada dia mais transparente com a devida prestação de contas da nossa atuação para a sociedade. Aproveito também para agradecer a oportunidade de estar aqui com essas colegas tão queridas e tão valorosas como a Hiza, a Mariana Nunes, que divide comigo essa nova tarefa de coordenar o Núcleo de Direitos Humanos, a minha antecessora no Núcleo, a colega Mariana Távora, que gentilmente atendeu a esse convite para estar aqui com a gente hoje para falar das atividades do Núcleo de Gênero durante o ano de 2020. Também com experiente e aguerrida colega Maercia, da Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso. E aproveito para ressaltar que é muito importante a gente ter um dia de webinar destinado a tratar dos temas da Assistência Social e do Idoso. Quanto à Assistência Social em especial, porque falando um pouquinho de teoria, como eu li um dia desses, as políticas assistenciais, elas são as que mais dificilmente são vistas como fundadas em autênticos direitos humanos e fundamentais. Porque são ações e prestações não contributivas, carregando esse estigma, por esse motivo, de serem direitos menores, quando comparados aos demais direitos de Seguridade Social, e ainda mais fracos quando comparados aos direitos humanos e fundamentais de primeira dimensão, que a gente chama de direitos de liberdade. Mas fato é que a Assistência Social tem esse status constitucional desde 88, é o nosso modelo de proteção social, superando o chamado modelo dos seguros sociais ou modelo Bismarckiano, que é baseado no pensamento político de que a proteção social deveria se dar em razão do mérito de cada pessoa, que tinha

que contribuir com as demais para um fundo comum. Então esse sistema ele só protegia os trabalhadores formais e os seus familiares, impedindo que existisse uma outra política assistencial de proteção de pessoas carentes que não teriam, portanto, um direito reivindicado, como é o caso hoje. E por isso que anteriormente, e essa, infelizmente, é uma noção que ainda se tem fortemente hoje, as ações assistenciais eram tidas como atividades de solidariedade, compaixão, caridade, porque esse chamado o modelo Bismarckiano não era baseado em uma noção de solidariedade, e muito menos levava em consideração questões importantíssimas como raça, sexo, classe social ou mesmo a capacidade para o trabalho e outros fatores ambientais como é o caso da pandemia. Então, como é destacado na pouca doutrina jurídica que a gente tem até hoje sobre o tema da Assistência Social, a Constituição de 88 tem esse enorme mérito de romper com essa antiga lógica securitária que oferecia proteção só para aquelas pessoas que tinham condições de estar no mercado de trabalho e de contribuir para um fundo comum, aquelas que têm valor para o mercado capitalista, para que se tenha de fato uma efetiva proteção de todos que dela necessitam. Lembrando que porque a Assistência Social hoje tem esse status condicional, e a Constituição Brasileira adotou essa concepção com o intuito de proteger todos os seus cidadãos da condição de pobreza e de extrema pobreza, o Estado não pode oferecer a eles proteção insuficiente, ainda mais diante de contingências sociais que colocam as suas vidas em perigo ou que ameaçam a sua existência digna, como essas que se acentuaram durante a pandemia. Isso vai bem mais além, portanto, dessa concepção Bismarckiana que tem como intuito amparar apenas os trabalhadores incapacitados de prover o seu sustento a partir do trabalho incluindo, inclusive, as pessoas que já estavam em situação de rua. Não é por acaso, portanto, que dentro do Ministério Público do DF, desde antes da pandemia, já havia um debate crescente sobre essa necessidade de uma atuação mais organizada e mais efetiva nessa área. Isso porque a quase totalidade dos temas de Assistência Social, como ocorre ainda hoje, ainda são matérias de atribuição residual da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão, da PDDC, com ressalva do tema da população em situação de rua, que hoje é de atribuição do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação (NED), e da fiscalização de equipamentos públicos que são ligados a algumas promotorias especializadas, como é o caso do Idoso e das Promotorias de Justiça e Defesa da Infância e da Juventude. Mas fato é que ainda assim seria impossível a PDDC ficar exclusivamente responsável pela fiscalização das políticas públicas de Assistência Social, e dos cerca de 60 equipamentos públicos vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social do DF, a SEDES. Por isso mesmo, desde antes da pandemia, como eu dizia, as

Promotorias Regionais de Defesa dos Direitos Difusos, as PROREGs, de que eu tenho o privilégio de ser uma das promotoras titulares, elas já vinham discutindo sobre essa possibilidade de inclusão entre as suas atribuições, pelo menos de fiscalização dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), dada essa vocação dessas promotorias de justiça de auxiliar outras promotorias e núcleos especializados no acompanhamento de políticas públicas nas pontas, ou seja, nas regiões administrativas a que as PROREGs estão vinculadas. E é importante notar que essa discussão vem ocorrendo dentro do contexto da realização dos estudos de avaliação do trabalho desenvolvido pelas PROREGs que são promotorias bem recentes, e isso vem sendo acompanhado pela nossa primeira Câmara de Coordenação e Revisão. Na verdade, devido ao tra-

“
Ficou claro que o GDF também deveria ter um plano de contingência para a área de Assistência Social pela evidente perspectiva de graves danos econômicos e sociais para população carente em virtude da pandemia. Também vimos aquele momento como uma oportunidade para fomentar uma melhor estruturação da Secretaria de Desenvolvimento Social que há muito vinha sendo negligenciada pelas diversas gestões que se sucederam no comando do Executivo do DF”.

balho conjunto que vinha sendo e continua sendo desenvolvido, em especial com as Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, as PRODEPs, as Promotorias de Justiça de Defesa de Saúde, as PROSUS, as Promotorias de Justiça e de Defesa da Educação, as Proeducs, para fiscalização dos equipamentos públicos localmente ficou realmente assim clara essa vocação das PROREGs em permitir um acompanhamento mais efetivo das políticas públicas nas pontas, a despeito dessa experiência não ter sido assim tão exitosa em relação a atuação conjunta com as Promotorias de Justiça e Defesa da Ordem Urbanística, o que acabou abrindo espaço na verdade para que essa atuação das PROREGs deixasse de ser, na prática, dirigida por essa área e pudesse auxiliar a PDDC na área de Assistência Social, atuação que tem sido viabilizada formalmente hoje por meio de uma portaria conjunta assinada pela PDDC e pelas PROREGs. E foi assim que a atuação das PROREGs, em conjunto com a PDDC,

o Núcleo de Direitos Humanos, a Promotoria do Idoso, as Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude e outras foi se fortalecendo cada vez mais durante a pandemia. E a minha colega Hiza Carpina vai falar um pouco mais disso daqui a pouco, mas para começar a falar um pouquinho da atuação prática das PROREGs com a PDDC durante a pandemia eu aproveito para citar uma das primeiras e principais realizações conjuntas da Força-Tarefa na área da Assistência Social, que foi a expedição da recomendação à SEDES, já lá atrás em abril de 2020, para elaboração e implementação do plano de contingência para a Assistência Social no DF. E eu queria destacar que as PROREGs nessa época já acompanhavam junto com a PROSUS o plano de contingência apresentado pela Secretaria de Estado da Saúde. E ficou claro que o GDF também deveria ter um plano semelhante para área de Assistência Social, até mesmo por essa evidente perspectiva de graves danos econômicos e sociais para população mais carente em virtude da pandemia. E nós também vimos aquele momento como uma clara oportunidade para fomentar uma necessária melhor estruturação da Secretaria de Desenvolvimento Social que há muito tempo vinha sendo assim, vamos dizer, negligenciada pelas diversas gestões que se sucederam no comando do Poder Executivo do DF. E, para encurtar, até porque ainda teremos falas extremamente qualificadas das minhas queridas colegas, essa recomendação foi cumprida pela SEDES e a sua execução continua sendo acompanhada de perto pela Força-Tarefa, auxiliada por várias das nossas servidoras do importantíssimo e essencial e dedicado setor Psicossocial, buscando-se evitar que as camadas mais vulneráveis da nossa sociedade, a população mais carente da sociedade do Distrito Federal ficasse sem oferta de serviços e benefícios socioassistenciais e de acolhimento institucional quando necessário, durante a pandemia. Então, Talita, por hora eu termino aí a minha participação. E mais uma vez eu parablenizo a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão pela organização desse importantíssimo webinar. Agradeço a oportunidade de estar aqui e já passo a palavra para a minha colega Hiza. Muito obrigada .

Procurador Eduardo Sabo

Doutora Cíntia, você sabe que eu não posso me furtar a elogiar a sua fala. Porque, veja só. Você contou muito bem. Primeiro a questão constitucional no sentido de que a assistência é devida a todos em situação de vulnerabilidade. E essa é a percepção, você destacou muito bem, nós temos aqui no Ministério Público do DF,

inclusive pela formatação com as próprias Promotorias Regionais que têm a capacidade de perceber, na expressão que você usou, “nas pontas”, as reais necessidades. E essa percepção, se faz não só com a Procuradoria do Cidadão, mas também com o conjunto do Ministério Público, com a interface entre todas as promotorias. E quem ganha é a sociedade. Tanto ganha que esse trabalho, realizado por todas as colegas, notadamente, as que estão aqui agora nesse webinar, fez com que nós tivéssemos a possibilidade de fazer com que essas camadas mais vulneráveis da sociedade, nesse momento, não ficassem sem oferta de serviço, sem oferta de atenção no âmbito socioassistencial, dos benefícios ou até de acolhimento. Por isso, parabéns, Cíntia. E agora, Talita, agora você convida a próxima. Não é isso?

Apresentadora Talita Medeiros

Isso mesmo. Passando a palavra agora então para a Doutora Hiza Carpina. Bom dia, Doutora.



Hiza Carpina Lima
Promotora de Justiça de Defesa da Saúde
e Secretária-Executiva Adjunta da Força-Tarefa

Bom dia, Talita. Bom dia, querido Sabo, às minhas colegas Marianas, Cíntia, Maercia, enfim. É uma honra estar aqui nesse webinar. Acho que reforço as palavras da Cíntia. É importante demais que o Ministério Público tenha esse espaço para dizer da sua atuação durante o período de pandemia, para dizer dos desafios, das oportunidades, de tudo que construiu. Faço aqui um elogio à pessoa do Doutor Eduardo Sabo, nosso Procurador Distrital, que teve essa iniciativa com a sua equipe. Agradeço a participação de todos. E vou aqui tentar, humildemente, dar continuidade à fala da minha colega Cíntia, que falou de uma forma tão qualificada sobre os nossos trabalhos. Enxergar o direito de Assistência Social como direito fundamental é básico para que a gente faça um trabalho à altura, e para que a gente garanta a universalidade desse direito. E aqui no Ministério Público do Distrito Federal a gente buscou,

durante esse período de pandemia, desenvolver esse trabalho a partir... Na verdade, como a própria Cíntia disse, antes mesmo da pandemia havia uma discussão interna acerca do acompanhamento dessa política pública. E durante a pandemia essa necessidade foi reforçada ainda mais. E a gente buscou fazer isso sob a perspectiva de três eixos, na verdade são os eixos que têm norteado a nossa atuação em todas as áreas, que é a interlocução interna e externa, a intervenção por evidências e a transparência. Esses têm sido os eixos que nortearam o trabalho do Ministério Público durante esse período de pandemia, em todas as suas ações. E não poderia ser diferente em relação à área de Assistência Social. Aqui, especificamente em relação à interlocução, é importante que a gente fale sobre a necessidade do diálogo interno, institucional. Como a própria Cíntia falou, a área da Assistência Social é coberta por uma série de promotorias que têm suas atribuições que tocam a temática. Infância e juventude, pessoa com deficiência, pessoa idosa, a própria Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão, e ainda a interface com outras promotorias como Saúde, Patrimônio Público, Ordem Urbanística, enfim. Então, “saltou aos olhos” a necessidade de reforçar e de qualificar o diálogo interno diante do que são os princípios constitucionais da unidade e da independência funcional. Ficou claro que, em todos os temas, mas especialmente em Assistência Social, por conta desse contato com diversas promotorias, conciliar os dois princípios constitucionais é indispensável para uma atuação fortalecida. Esse diálogo transpõe o que a gente está chamando aqui de diálogo institucional para o que chamamos de diálogo interinstitucional. Buscar ouvir os gestores, o gestor na área de Assistência Social, a partir da Secretaria de Desenvolvimento Social, mas também os outros gestores, que tocam também, porque a política pública de Assistência Social precisa da interface com as outras políticas públicas e aqui, especialmente, nesse momento de pandemia, a política pública de Saúde. O diálogo também com a sociedade, com as comunidades. Esse diálogo precisa ser qualificado cada vez mais para que a gente possa de fato conhecer as necessidades e fazer uma intervenção qualificada, não a partir do olhar do Promotor de Justiça, mas sim a partir do olhar daquela comunidade, e ciente de que quando a gente promove esse diálogo a gente está promovendo controle social, e em última análise a gente está promovendo cidadania. É nesse sentido que a gente tem falado aqui do que é essa interlocução. O eixo é transparência para promover o que a gente chama de controle social, mas também para promover o que é a gestão por conhecimento, a qualificação da gestão pública, também no que diz respeito à Assistência Social. A importância de que sejam sistematizados os dados, que esses dados se tornem conhecimento e informação para tomada de decisão do gestor. Sob

a perspectiva do gestor essa tem sido a intervenção do Ministério Público, e sob a perspectiva da transparência ativa, para que possa fomentar a atuação dos órgãos de controle, entre os quais o próprio Ministério Público, e a atuação social. Intervenção por evidências é no sentido de que a intervenção do Ministério Público vai superar o que é o pensar ou o achar, mas buscar elementos fáticos e evidências concretas para qualificar a nossa atuação. E tem sido nesse sentido a nossa atuação também em relação à Assistência Social. E aí eu vou aqui buscar fazer um histórico breve do que foi a nossa atuação durante a pandemia destacando esses três eixos.

O plano de contingência e os ajustes na assistência social

Desde o início, quando ali em março de 2020, começaram os primeiros movimentos para o enfrentamento da pandemia, e aqui no Distrito Federal, especificamente o nosso governador se antecipou e determinou medidas de isolamento bem severas, já ficou claro para o Ministério Público do Distrito Federal a necessidade de intervenção. Porque a população mais vulnerável de imediato começou a sofrer os



Mulheres são atendidas na rede socioassistencial do DF: Força-Tarefa cobrou implementação de plano de contingência para população em situação de vulnerabilidade. Foto: Agência Brasília.

efeitos do isolamento social. Naquele momento, a partir da interface e a interlocução interna com a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão, as Promotorias Regionais de Direitos Difusos da qual eu também fazia parte, e faço parte, vou me considerar sempre de parte dessas promotorias, começou com o Serviço Psicossocial do

Ministério Público - e aqui vai um elogio para todos e todas as integrantes do Psicossocial que se dedicaram a esse trabalho voluntariamente e sem prejuízo das suas outras atribuições, isso precisa ficar bastante claro - buscou fazer um estudo para entender como é que estava o funcionamento dos equipamentos da Assistência Social. A gente chamou esse estudo de relatório de monitoramento de atividades. Ele foi feito entre março e abril de 2020. E a partir desse monitoramento a gente já sentiu a necessidade de que, assim como existia para a Saúde, seria necessário o estabelecimento de um plano de contingência para a Assistência Social. Naquele momento, politicamente falando, o Distrito Federal padecia de uma Secretaria de Desenvolvimento Social fortalecida. No diálogo interinstitucional, do Ministério Público com a Secretaria de Desenvolvimento Social, a gente já percebeu a fragilidade da Secretaria, a necessidade de estruturação daquela Secretaria sob aspectos

“
Na recomendação que o MPDFT expediu para a Assistência Social uma das exigências foi o fortalecimento do teleatendimento. Mas teleatendimento não necessariamente significa acessibilidade. Existe uma qualificação para fazer essa interface com o Estado, inclusive para solicitação de benefícios, nem sempre a população vulnerável dispõe dessa qualificação. Por isso, indicou-se a necessidade de que fosse mantido algum atendimento presencial”.

técnicos mesmo. E a recomendação veio num momento de mudança de Secretário de Assistência Social, e foi bem recebida a partir do diálogo interinstitucional. Essa recomendação foi fundamental para que a Secretaria se estruturasse e apresentasse um plano de contingência que abarcasse todas as necessidades que iam desde o funcionamento dos equipamentos de Assistência Social, e ali os equipamentos de atenção primária de Assistência Social mesmo, até ações relacionadas à população de rua, a benefícios emergenciais, ações relacionadas à estruturação de teleatendimento, enfim. Esse plano de contingência foi apresentado para a gente em abril de 2020, depois da recomendação, que é a Recomendação nº 11 de 2020 da Força-Tarefa. E esse plano foi submetido a uma avaliação dos promotores de justiça de todas as áreas com interface e também do nosso serviço técnico, de apoio técnico, tanto profissionais da área de assistência, quanto da área de psicologia, para nos ajudar a

fazer uma avaliação qualificada, uma intervenção por evidências, buscando mais do que a crítica do plano apresentado pela Secretaria de Desenvolvimento, mas sim a qualificação desse plano para que ele fosse mais eficiente, inclusive em termos de tempo de resposta para a população. Então ainda, no mês de maio de 2020, a gente produziu o relatório de avaliação do plano de contingência da Secretaria e apresentou esse estudo técnico à Secretaria de Desenvolvimento Social, que prontamente se abriu ao diálogo. E dentre os principais problemas a gente identificou a questão das dificuldades no atendimento presencial, a insuficiência de equipamentos de proteção individual para os profissionais da área de Assistência Social, demandas relacionadas a equipamentos, número de pessoas, insuficiência de servidores, equipamentos para fazer o teleatendimento. Eu me lembro, ali no início, o quanto foi difícil qualificar o teleatendimento da Secretaria de Desenvolvimento Social. Problemas relacionados à insegurança alimentar, insegurança de renda, à população de rua, às ações educativas, e relacionados ao abrigo. Foi necessário que fossem feitas ações relacionadas com a ampliação do acolhimento, qualificação dos benefícios emergenciais, no que diz respeito, especificamente, ao auxílio calamidade e à garantia de continuidade do benefício do Bolsa-Família. Ainda, instalação de unidade 24 horas para que fosse concedido o benefício auxílio por morte; criação do cartão alimentação que, posteriormente, se tornou o Programa de Segurança Alimentar Prato Cheio do Distrito Federal. A gente viu uma transformação radical nesse programa, que, no início, era de distribuição de cestas básicas, bastante precário, se tornar um programa institucionalizado com a distribuição desse cartão para a comunidade mais vulnerável, buscando também fomentar o comércio local. Também no Programa de Segurança de Renda DF Sem Miséria. Atenção específica para a demanda reprimida do Cadastro Único de Assistência Social. Enfim, todas essas questões constaram do relatório 005 de 2020 do nosso serviço de atenção psicossocial do Ministério Público do Distrito Federal.

Melhorias no orçamento e necessidade de pessoal na rede socioassistencial do DF

E, além disso, a gente buscou fazer uma intervenção de evidência a partir do estudo do orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social. Tanto o orçamento que é destinado pela União, quanto o orçamento próprio do Distrito Federal. E esse estudo, feito pelo Núcleo de Orçamento da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão, foi fundamental para as intervenções que o Ministério Público fez, seja no

que diz respeito à alocação de orçamento para o Cartão Prato Cheio e para os outros benefícios assistenciais emergenciais, seja também a intervenção qualificada no que diz respeito à contratação de novos servidores para a Secretaria de Desenvolvimento Social, que, naquela época, já contava com um déficit bastante importante de servidores, e se via frente a um obstáculo bastante difícil que é a lei de contingenciamento de orçamento, a lei complementar federal chamada de Lei Mansur. A Secretaria de Desenvolvimento Social estava com uma dificuldade bastante grande de organizar os seus cargos, identificar dentro desses cargos o que seria possível de nomeação naquele momento, e uma intervenção muito pronta do Ministério Público, inclusive detalhando quais eram os requisitos da lei, enfim, fazendo essa interface intergestão também com a Secretaria de Economia, Casa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Social, o próprio Núcleo de Orçamento do Ministério Público, facilitou e viabilizou a nomeação desses servidores para fortalecer o atendimento de Assistência Social. Naquela época também estava “claudicando” em relação à aten-

“
Saltou aos olhos a necessidade de reforçar e de qualificar o diálogo interno diante do que são os princípios constitucionais da unidade e da independência funcional. Ficou claro que, em todos os temas, mas especialmente em Assistência Social, por conta desse contato com diversas promotorias, conciliar os dois princípios constitucionais é indispensável para uma atuação fortalecida”.

ção, ao serviço de teleatendimento. E uma das exigências do Ministério Público nessa recomendação e, posteriormente, dos estudos, foi o fortalecimento desse teleatendimento, certo de que, para a população vulnerável, não necessariamente teleatendimento significa acessibilidade. A gente sabe que existe uma qualificação para fazer essa interface com o Estado, inclusive para solicitação desses benefícios que nem sempre a população mais vulnerável dispõe dessa qualificação. Então não necessariamente o atendimento telepresencial, o teleatendimento, significa que a população vai ter acesso efetivo a esses benefícios. Então o Ministério Público indicou a necessidade de que fosse mantido algum atendimento presencial nos CRAS, nos CREAS, para facilitar esse acesso da população. A gente teve a implantação da Central 156 que, em um mês, a capacidade de atendimento da Secretaria de Desenvolvimento, mais que dobrou. Foi impressionante a quantidade de atendimento na-

quela época, para a gente ver o tamanho do gargalo, de demanda reprimida que a gente tinha em termos de Assistência Social, que só foi aumentando com o período da pandemia por conta do notório empobrecimento da população por conta dos efeitos econômicos do momento único em que se vive, que até hoje a gente sofre, e que será um desafio para os próximos anos. Nessa época também, a partir de estudo realizado pelo nosso psicossocial, demandado pelo grupo de promotores que estava atuando nessa linha de frente, a gente apresentou um estudo fazendo uma avaliação acerca do número de servidores lotados em cada um dos equipamentos de Assistência Social, buscando uma regionalização mais adequada, de acordo com as necessidades locais e vulnerabilidades de cada local no Distrito Federal. Esse estudo foi apresentado à Secretaria de Desenvolvimento Social, e a partir dele já começaram a ser feitas intervenções buscando a readequação dessas unidades, sempre com a perspectiva de universalidade do serviço, mas também buscando reconhecer o que são as peculiaridades decorrentes de cada região do Distrito Federal, cada micros-

“
Não podemos passar por um momento tão severo, tão grave, tão doloroso quanto esse momento de pandemia sem aprendizado. Acho que isso fica muito claro para o Ministério Público como instituição, mas para cada um de nós como promotores de justiça, e com o respeito que temos pela população do Distrito Federal e pelo respeito que temos com a nossa missão institucional”.

sistema do Distrito Federal, e com as suas necessidades próprias. A gente percebeu que havia um desequilíbrio na distribuição dos servidores nessas unidades, e essa intervenção do Ministério Público também foi importante para a qualificação do serviço nesse sentido. A questão da resposta para população de rua, esse aspecto da intervenção a gente vai deixar para as colegas do Núcleo de Direitos Humanos porque está muito afeto à atuação do Núcleo. Mas a gente já fala que também nesse momento foram necessárias contratações emergenciais, inclusive no que diz respeito à celebração de convênios para novas casas de passagens. E o que o Ministério Público procurou fazer foi acompanhar essas contratações emergenciais sob a perspectiva da transparência para garantir, a eficiência dessas contratações, mas também para assegurar a proteção do patrimônio público. Para além desses novos convênios celebrados com essas casas de passagem, a gente teve também a necessidade de

contratação emergencial para o benefício do sepultamento social, enfim, contratação de urnas funerárias. E o Ministério Público também atuou fazendo acompanhamento dessas contratações emergenciais. Em relação ao benefício do sepultamento social, a gente assistiu um aumento gigantesco número de mortes, infelizmente. Foi uma dor que o Distrito Federal sofreu e ainda sofre pelo momento de pandemia. Esse número de aumento de mortes impactou severamente o serviço, o benefício, sendo necessário, para além da contratação emergencial de urnas funerárias, o incremento do número de profissionais envolvidos nesse serviço, e nesse ponto também a intervenção do Ministério Público foi importante para fazer esse diálogo intergestão entre as diversas Secretarias, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Economia e até com a própria Secretaria de Saúde buscando aumentar o número de equipes para evitar, para minimizar a dor que a população do Distrito Federal já estava sofrendo com o momento. Enfim, outros desafios vieram com as desocupações das áreas públicas ocupadas por população em situação de vulnerabilidade. Mais uma vez foi necessária essa intervenção por evidências, essa intervenção qualificada a partir de estudos também feitos, seja com o diálogo interinstitucional com a Secretaria de Desenvolvimento, tentando enxergar quais eram as ações já praticadas, quais eram os atos e as ações, o planejamento da Secretaria de Desenvolvimento para intervenção nesses momentos de desocupação. A partir dessa resposta da Secretaria do Desenvolvimento, foi feito um estudo também pela equipe do Ministério Público que resultou na última recomendação que se fez recentemente buscando uma intervenção qualificada, humanizada e que busque o respeito aos direitos de Assistência Social. A gente viu durante esse período uma série de desafios para o Ministério Público, para a própria Secretaria de Desenvolvimento Social, para a população em geral, que foram inevitáveis, decorrentes do momento em que se passa, mas que também podem ser vistos como oportunidades. Não se pode passar por um momento tão severo, tão grave, tão doloroso quanto esse momento de pandemia sem aprendizado. Acho que fica muito claro para o Ministério Público como instituição, mas para cada um de nós como promotores de justiça e com o respeito que temos pela população do Distrito Federal e pelo respeito que temos com a nossa missão institucional. Esses desafios que se transformam em oportunidade estão intimamente ligados com essa percepção de que o diálogo é fundamental para uma atuação mais fortalecida e direcionada. Também na perspectiva de que a estruturação interna do Ministério Público é fundamental para que a gente faça um acompanhamento qualificado da política de Assistência Social a partir do que é a interação da Procuradoria Distrital de Defesa dos Direitos do Cidadão

com o Núcleo de Direitos Humanos, a partir do que é essa transformação de atribuições das Promotorias Regionais de Defesa dos Direitos Difusos também para fortalecer, mas também pela qualificação do nosso diálogo interdisciplinar. Nós somos atores jurídicos e a gente não detém todos os conhecimentos e, menos ainda, os conhecimentos específicos, técnicos relacionados à área. E aí o fortalecimento do nosso setor psicossocial, voltado não apenas para as demandas individuais, mas especialmente para a consolidação de políticas públicas, ser fundamental. A gente viu o Ministério Público caminhando nesse sentido com a reestruturação do seu setor psicossocial, e isso é fundamental para que a gente qualifique o nosso trabalho. Também sobre a perspectiva de transparência, o grande desafio oportunidade é qualificar a gestão, fomentar que a gestão se qualifique, a partir da tomada de decisão por dados, e que esses dados se tornem conhecimento a partir de transparência ativa, da própria Secretaria de Desenvolvimento Social, e a partir do Ministério Público com a construção do Mapa Social da Assistência Social, o Mapa SUAS, que é uma das próximas iniciativas da PDDC, juntamente com as promotorias regionais e o núcleo. O legado, sob a minha humilde ótica, é de que a nossa atuação sai fortalecida. Sai fortalecida pelo diálogo, sai fortalecida por uma nova perspectiva de atuação integrada, sai fortalecida pela reflexão de uma atuação mais proativa, mais resolutiva, mais aproximada da sociedade. Acho que são essas as minhas considerações. Agradeço assim do fundo do coração pelo momento de participação e devolvo a palavra ao meu colega Sabo.

Procurador Eduardo Sabo

Doutora Hiza Carpina, nós tivemos agora uma oportunidade incrível. Nós que estamos aqui lhe ouvindo, nós que estamos assistindo no YouTube seu posicionamento. Ou seja, a instituição Ministério Público tem que ter respeito pela sociedade, e tem que agir integrada e com responsabilidade, e promovendo o diálogo interno interinstitucional. Enquanto você falava eu fiquei com os olhos voltados para o passado recente, e com a imagem de todas as colegas que estão aqui presentes, Mariana Távora, Mariana Nunes, Maercia, Cíntia, tantas outras e outros também que fizeram conosco essa caminhada, percebendo a necessidade de fortalecer o Cadastro Único, percebendo a necessidade de fortalecer os CRAS e CREAS, percebendo a necessidade de que haveria a possibilidade de um diálogo entre institucional para que nós conversássemos, nós oficiássemos, recomendássemos sim ou até, o que houve excepcionalmente, acionássemos judicialmente para o cumprimento de uma política.

Foram muito boas as suas colocações no sentido de que o Ministério Público deve agir coeso, atento à necessidade da sociedade, muito atento. Inclusive com essa proximidade com as políticas setoriais, no caso Secretaria de Direitos Humanos, que nos recebeu, sim, que, promoveu uma execução de uma política efetiva. Claro. Nós fomos arrasados. Nós sociedade. Houve uma subida geométrica, e as colegas que logo vão falar, sentiram isso. Tenho impressão de que quintuplicou a necessidade de cestas básicas. Do oferecimento de outros serviços. Houve, sim, preocupações com o “Sepultamento Social”. Nós tivemos picos aqui em que houve a necessidade de uma articulação de todos os órgãos. Quantos de nós não dormimos e acordamos preocupados? Enfim, muito interessante as suas colocações em termos de perspectivas e em termos até de futuro. Não tenho dúvida, de que para todas as instituições e, principalmente, para o Ministério Público, nós temos que ter dados, conhecimento e informação. Com os mapas sociais hoje, Saúde e Educação, e agora de Assistência, com a colaboração das colegas, nós podemos avançar mais ainda para dar respostas mais efetivas para a sociedade. O cidadão está precisando de uma resposta mais rápida. É isso. Fico feliz. Estamos com uma manhã excelente. Não é isso, Talita? E agora nós vamos dar continuidade a esse trabalho.

Apresentadora Talita Medeiros

E agora eu queria passar a palavra então para a Doutora Mariana Nunes.

Mariana Nunes
Promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo
de Enfrentamento à Discriminação (NED)



Bom dia, Talita. Bom dia a todas. Bom dia a todos que estão nos assistindo nessa manhã. Iniciar a minha fala parabenizando o Doutor Eduardo Sabo por essa visionária iniciativa de formar essa Força-Tarefa, que ele conduziu os trabalhos pautado sempre no diálogo, no respeito, na transparência e sempre com olhos na sociedade para que seja garantido a toda a sociedade o direito à Assistência Social, à Saúde, à Segurança Pública e à Vida. Notadamente à vida. Parabéns, Doutor Eduardo Sabo. Eu também gostaria de aproveitar essa oportunidade para agradecer as

minhas amigas, as minhas parceiras que são aguerridas e brilhantes promotoras de justiça. Mariana Távora, Cíntia Costa, Hiza Carpina e Maercia Correia. Certamente sem vocês eu não teria oportunidade de ter atuado em temas tão caros à sociedade, em especial, a Assistência Social. Pois bem, assim que nós tomamos conhecimento do avanço da covid e da sua chegada ao Brasil, a equipe dos Núcleos de Direitos Humanos se deparou com o tamanho da nossa responsabilidade porque já imaginávamos que o isolamento social, o adoecimento físico e mental da sociedade, assim como o empobrecimento vertiginoso, impactaria de forma mais cruel os segmentos

“
Pesquisas realizadas no decorrer da pandemia não deixaram dúvida. A doença e seus reflexos atingiram de forma mais cruel as mulheres, a população negra, a população periférica, a população em situação de rua, os povos e as comunidades tradicionais. Grupos socialmente desfavorecidos são desproporcionalmente mais propensos a serem hospitalizados e morrer em decorrência da covid-19”.

mais vulneráveis da sociedade que são objetos da tutela dos Núcleos de Direitos Humanos. E as pesquisas realizadas no decorrer da pandemia não deixaram nenhuma dúvida. A doença e seus reflexos atingiram de forma mais cruel as mulheres, população negra, a população periférica, a população em situação de rua e os povos e as comunidades tradicionais. Estudo publicado no Jornal Britânico de Medicina apontou que os grupos socialmente desfavorecidos são desproporcionalmente mais propensos a serem hospitalizados e a morrerem em decorrência da Covid-19. Tais resultados podem ser explicados tanto pelas injustiças estruturais ligadas à incidência das comorbidades, e, em razão das condições socioeconômicas dessas populações. Inegável também que tais fatores limitam a capacidade da população de baixa renda e não brancas de se isolar, e reduzem o seu acesso aos serviços de saúde, principalmente, serviços de saúde de qualidade e de assistência social. Dessa forma, dentre as pessoas hospitalizadas, os pacientes negros, conforme esses estudos, tinham 14% mais chances de morrer de covid-19 do que os pacientes brancos. Quando os dados diferem as condições socioeconômicas, a discrepância aumenta ainda mais. Apurou-se que os pacientes que viviam em áreas mais pobres, em áreas periféricas, tinham 60% mais probabilidade de morrer de covid-19 em comparação dos pacientes advindos de regiões mais ricas das cidades. Esses reflexos do aumento da pobreza e

da marginalização batiam nas nossas portas diariamente e incessantemente. E por isso é que não nos causou espanto, nesse último domingo, o Correio Braziliense confirmou as razões do aumento das nossas demandas e do nosso trabalho, e divulgou dados produzidos por um pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) constando que o Distrito Federal foi a unidade da Federação que mais empobreceu entre o primeiro trimestre de 2019 e janeiro de 2021, que corresponde ao período da pandemia. Divulgou-se um aumento de 7.9 pontos percentuais da pobreza, que passou de 12.9 para 20.8 % da população do Distrito Federal. A extrema pobreza também cresceu muito e passou de 4.1 pontos percentuais para 7.3 % dos habitantes. Estamos falando de pessoas que vivem, segundo o Banco Mundial, com, aproximadamente, R\$ 858,00 por mês e R\$ 313,00 reais por mês, respectivamente, em um país cuja inflação é facilmente perceptível nos supermercados, nas bombas de gasolina, nas contas de energia, e até mesmo ao se comprar um botijão de gás. O aumento da pobreza fez com que a procura pela assistência social ampliasse, pois a ausência de renda decorrente da ausência de trabalho impactou as pessoas mais pobres.

Impactos da pandemia sobre segmentos mais vulneráveis da população

Nós nos deparamos com problemas para acessar os equipamentos públicos e benefícios socioassistenciais com o aumento da população em situação de rua, com



Cidadãos recebem cobertores em ação durante a crise sanitária: população socialmente desfavorecida foi uma das mais atingidas pela covid-19 no DF. Foto: Agência Brasília.

o fluxo intenso das migrações, com a insegurança alimentar, com a inadequação serviços de sepultamento social associado ao descaso do GDF, que, em muitas das ocasiões, mostrou-se insensível e à margem das suas responsabilidades, de resguardar a dignidade da pessoa humana e de reduzir as desigualdades sociais e as discriminações. Nesse sentido, a Força-Tarefa foi implacável. Ela se aproximou e fomentou junto à Secretaria de Desenvolvimento Social a elaboração de um Plano de Contingência da Assistência Social frente ao novo coronavírus, e que foi tão bem exposto pela doutora Hiza, pois é importante ressaltar que nesse momento nos deparamos com uma Secretaria sucateada, cuja descontinuidade de gestão era a sua

“
Solicitamos ao GDF a adoção de medidas de assistência à população imigrante, considerando a pandemia da covid-19. Pedimos a construção de uma política pública distrital direcionada a promoção e a articulação de serviços, ações e projetos relacionados às essas pessoas, em igual condição aos destinados aos nacionais. Queremos tornar perenes e institucionais as iniciativas voltadas para os imigrantes e garantir-lhes direitos e o bem-estar social”.

principal marca. Na verdade, nos primeiros momentos sequer tínhamos segurança de quem era o Secretário de Assistência Social naquele dia, porque todos os dias sofriamos com essas novas notícias que o secretário tinha caído, que outra pessoa assumiria a pasta. Além de fomentar e fiscalizar as políticas pela população, o Ministério Público também atuou para garantir condições de trabalho mínimo para os servidores dessa Secretaria. Nesse contexto, o Núcleo de Direitos Humanos, em conjunto com a PDDC e com as PROREGs, com as Promotorias do Idoso, nós fiscalizamos equipamentos públicos, inclusive de forma pessoal, realizamos inúmeras reuniões, produzimos estudos, emitimos notas técnicas, ajuizamos ações civis públicas, expedimos ofícios e recomendações com o intuito de garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais, bem como assegurar a segurança dos profissionais e das profissionais, e dos usuários e das usuárias dos diversos equipamentos públicos. Após a elaboração do mencionado plano de contingência, que veio de uma recomendação conjunta da Força-Tarefa, nós nos dividimos, e cada um em sua área de atuação, com o auxílio do setor psicossocial do Ministério Público do Distrito Federal, começamos a analisar o plano tendo o Núcleo de Enfrentamento à Discriminação realizado pa-

receres técnicos nas áreas das populações em situação de rua, dos imigrantes e das comunidades tradicionais. E como bem lembrou a promotora Hiza Carpina, a nossa intenção era sempre de agregar, de melhorar e não só de criticar o trabalho que era feito por essa Secretaria, que também se viu com uma demanda muito grande frente ao novo coronavírus, e que só avançava. Então, na verdade o nosso trabalho, para além de ser fiscal da lei, era também de prestar um auxílio e de conseguir melhorar e capacitar os serviços prestados por essa Secretaria. Para facilitar a compreensão um pouco da nossa atuação, eu vou tentar dividir um pouco, de acordo com os nossos grupos, e falar um pouquinho, contar um pouquinho do que foi feito em relação a cada um desses grupos. Em relação à população em situação de rua, já tínhamos um projeto em andamento no Núcleo de Enfrentamento à Discriminação, que é o Projeto “Pés na Rua”, cujo objetivo já era promover ações de fomento e de acompanhamento da execução da política pública para inclusão social dessa população. Só que, com o advento da pandemia, todos os nossos esforços se voltaram para proteger esse público, que se viu ainda mais silenciado, mais isolado e mais sujeito as violências, tanto pela sociedade, mas principalmente as violências institucionais. Nós iniciamos o trabalho voltado à prevenção da Covid, expedindo uma recomendação em conjunto com a PDDC no dia 18 de Março de 2020, logo ano início da pandemia, em que nós recomendamos à SEDES a apresentação de fluxo de atendimento elaborados no tocante a prevenção e à contenção da epidemia nos equipamentos socioassistenciais de acolhimento. Solicitamos a adoção de providências para elaborar fluxos de



Venezuelano pede ajuda na Esplanada dos Ministérios: MPDFT requereu ao GDF implementação de política para garantir assistência perene a imigrantes na pandemia. Foto: MPDFT.

encaminhamento pela Assistência Social à rede hospitalar dos usuários que estivessem com suspeita ou confirmados como contaminados pelo coronavírus. Também que apresentassem locais destinados à população em situação de rua que necessitassem de fazer uma quarentena por conta da contaminação do coronavírus, bem como o fluxo de atendimento e de atenção desse segmento populacional nos serviços destinados à apartação sanitária. Porque sabíamos que essa população, esse segmento, muitas vezes, é discriminado dentro dos próprios equipamentos de saúde. Então essa também foi uma preocupação da Força-Tarefa, assim como que se disponibilizasse máscaras faciais descartáveis, álcool em gel para serem utilizados tanto pelos usuários, pela população em situação de rua, quanto pelos servidores da SEDES, assim como que se adotassem providências para a rápida substituição dos trabalhadores dos equipamentos da rede socioassistencial que tivessem que se afastar das suas atividades funcionais por conta da eventual contaminação, o que de fato ocorreu, porque o que presenciamos foi um adoecimento constante da equipe socioassistencial da SEDES. Também foi expedida a Recomendação nº 14 pela PDDC em conjunto com o NED e com as PROREGs, no dia 5 de maio de 2020, em que nós recomendamos à Secretaria de Desenvolvimento Social, depois de um estudo técnico feito pelo setor de perícias, em todos os equipamentos, em todas as unidades de acolhimento emergenciais que foram abertas para poder acolher a população em situação de rua. Então nós fizemos vistorias no autódromo, no Abadião, em São Sebastião. Então fomos atuando e fazendo esses acompanhamentos. A partir desses acompanhamentos e desses estudos técnicos surgiu a necessidade dessa recomendação em que nós solicitamos a devida adequação da estrutura do autódromo e da unidade do Recanto das Emas, bem como que se cumprissem normas técnicas para a proteção da saúde e da segurança dessa população. Nós também, posteriormente, fizemos outra recomendação para a manutenção do funcionamento desses equipamentos, notadamente os do autódromo e da região administrativa da Ceilândia, que foi conhecido como Abadião, para que continuassem abertos e, fazendo esse papel de unidade de acolhimento, até que se finalizasse a pandemia. Infelizmente, a nossa recomendação não foi integralmente cumprida, e foi necessário o ajuizamento de uma ação civil pública. Liminarmente a gente conseguiu a continuidade desses serviços, de ao menos uma unidade de acolhimento provisório que continua em funcionamento na Ceilândia. A partir de então, assim como ressaltado pela Doutora Hiza, nós começamos a fazer o acompanhamento das novas casas de passagem, cuja intenção era substituir as unidades provisórias, e cujo trabalho continua em curso. Inclusive, estamos esperando todo mundo ser vacinado com as duas doses para co-

meçarmos a fazer um acompanhamento técnico através da perícia dessas novas casas de passagem.

Defesa de atuação humanizada do governo nas desocupações de áreas públicas

Nós também atuamos por meio de reuniões, de expedições de ofícios, de recomendações visando a garantir uma atuação humanizada e com atendimento da legislação da assistência social nas operações, visando a revitalização do Setor Comercial Sul e de outras localidades que tradicionalmente são ocupadas pela população em situação de rua. E estamos com essa ação em curso de tentar fomentar a construção de um fluxo, tanto para as desocupações realizadas pela população vulnerável do Distrito Federal, quanto pela população em situação de rua para que essas operações sejam feitas de forma humanizada e com o devido cumprimento da legislação. Nós também fizemos ofícios visando o acompanhamento da vacinação da população em situação de rua, e que se deu através de uma dose única do imunizante que foi uma grande vitória no Distrito Federal. Sabemos das dificuldades desse público, desse acompanhamento para tomar duas doses. Então fizemos também esse acompanhamento em conjunto com a PDDC. Também houve a fiscalização no pagamento dos benefícios socioassistenciais. Pontuar aqui que eles, frequentemente, sofrem atrasos, e aí impacta diretamente na conquista da autonomia dessa população de situação de rua, que, quando conseguindo ganhar autonomia, conseguindo gerar o seu dinheiro, sofre o impacto da descontinuidade do pagamento da prestação. Então isso também é um trabalho que vem sendo continuamente realizado pelo Núcleo de Direitos Humanos. Acho que eu consegui fazer um resumo do desafio que é cuidar da população em situação de rua, notadamente diante de uma época em que o aumento, o crescimento da população em situação de rua é visível. Se saíssemos, déssemos uma volta, sair de carro no Distrito Federal, perceberíamos quantas pessoas estão em situação de rua e o quanto de trabalho nós temos pela frente assim. É bem árduo e, inclusive, nós temos atuado para fomentar um censo da população em situação de rua porque o censo não é realizado com o censo geral do IBGE. Então, assim, necessidade de saber quem são, quantos somos, quais são as dificuldades dessas pessoas é tão importante para a construção de política pública de assistência social. Então essa é uma atuação também que tentamos fazer, apesar da flutuação que tem sofrido no número de população em situação de rua nesse momento de crise. Saindo um pouco da população em situação de rua, eu vou falar de duas reco-

mendações que fizemos em relação à população negra. A Recomendação nº 3, voltada para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em que nós solicitamos a adoção de medidas para garantir o registro do quesito raça e cor em todos os casos de interação por síndrome respiratória aguda grave no Distrito Federal, possibilitando a coleta dos dados dos contaminados pela covid-19, além da inclusão dos campos nome social, gênero e raça-cor em todos os formulários de cadastro referentes a covid-19. Solicitamos que o recorte raça-cor fosse divulgado nos dados, e toda vez que eu tivesse divulgação, também se levasse em conta o recorte raça-cor. E no mesmo sentido fizemos um ofício para os serviços de política da assistência social, em especial, os que realizam o acolhimento institucional de execução direta e conveniada, para que procedesse esse registro raça-cor das pessoas suspeitas e ou contaminadas pela covid-19. E aí eu volto a pontuar a importância de o Ministério Público atuar cobrando a elaboração de dados. Para que cheguemos ao ponto de saber se a população negra é mais atingida pela covid-19, precisamos que esses dados sejam coletados pelo GDF, pelo Poder Executivo, até para que, posteriormente, consigamos trabalhar e continuar a cobrar, fomentar políticas para que essas discriminações e para que essa desigualdade social e racial aos poucos seja diminuída no Brasil, que infelizmente não é o que vem acontecendo, sabemos que, com a covid-19, as desigualdades se acirraram ainda mais. Há estudos, inclusive, que apontam que vamos demorar mais de dez anos para retomar o status quo, ou seja, antes da pandemia. Continuando, tivemos algumas atuações no tocante aos emigrantes e às comunidades tradicionais, que são grupos que não têm o olhar do Governo do Distrito Federal, infelizmente. Então, fizemos uma nota técnica com o apoio da nossa equipe técnica, do psicossocial, em que nós solicitamos ao GDF a adoção de medidas de assistência à população imigrante, considerando a pandemia da covid-19, e que iniciasse um processo de construção de política pública distrital direcionada a promoção e a articulação dos serviços, ações e projetos relacionados às pessoas imigrantes, em igual condição aos destinados às pessoas nacionais, a fim de tornar perenes e institucionais as iniciativas voltadas para as pessoas imigrantes e garantir os direitos e o bem-estar social dessa população. É bem importante pontuar que as crises humanitárias deflagram processos migratórios. E, conforme o levantamento do Observatório das Migrações Internacionais, o OBMIGRA, em 2018, o Conselho Nacional de Imigração concedeu 2.499 autorizações de imigrações, das quais a maioria, 1.179, foi para o Distrito Federal, sendo o Senegal, o Haiti e Gana os países com mais pedidos. Outrossim, o Distrito Federal entrou na rota de recebimento da população indígena venezuelana, da etnia Warao, desde meados de 2020, devido à crise política e huma-

nitária social instalada na Venezuela. E hoje são cerca de 147 indígenas vivendo no Distrito Federal de forma emergencial e provisória, exigindo do Núcleo de Direitos Humanos, da PDDC, e da Força-Tarefa aproximação da SDS para garantir direitos básicos a esses indígenas. Não faltou essa sensibilidade de olhar para a SEDES que, em meio a tantos problemas, ainda se viu com a necessidade de resguardar o direito dessa população indígena com hábitos próprios, com o modo de vida próprio, que devem ser preservado pelo Estado. Então foi mais um desafio assim, sem dúvida, ainda está sendo. Porque percebemos que, a cada dia, a população indígena dos Warao está vindo para Brasília para garantir a vida, considerando as dificuldades que eles estão vivenciando na Venezuela. Fizemos um ofício dirigido à Gerência de Atenção à Saúde da população em situação vulnerável e de programas especiais, solicitando informações sobre as ações de atenção à saúde voltadas para população indígena e comunidades tradicionais do Distrito Federal diante da pandemia. Também foram feitos ofícios à Secretaria de Desenvolvimento Social, solicitando informações sobre as ações de atenção socioassistencial voltadas para a população indígena e comunidades tradicionais do Distrito Federal diante da pandemia, bem como solicitando informações quanto à existência de protocolo e de um fluxo para garantir à população imigrante e refugiada o acesso aos auxílios e aos benefícios emergenciais. Em relação à insegurança alimentar, que a Doutora Hiza já mencionou alguns dos nossos problemas, nós tivemos vários desafios. No início da pandemia, a SEDES começou a garantir que a alimentação fosse fornecida para população em situação de rua, distribuída nas ruas. E conseguíamos. Recebemos várias denúncias de que a alimentação estava sendo fornecida de forma estragada, deteriorada, que eles tiveram problemas para distribuir essa alimentação. Então começamos a fazer esse acompanhamento até que a SEDES adotou a medida de só fornecer alimentação nos restaurantes comunitários de forma gratuita para a população em situação de rua. E começou a fornecer essas alimentações nos centros pops, ampliou o funcionamento dos centros pops e para os finais de semana, e incluiu mais uma refeição para esse segmento populacional. E aí percebemos também que não só a população em situação de rua estava procurando esses restaurantes comunitários, porque a pobreza aumentou muito. Então fizemos esse acompanhamento, com a PDDC e com as PROREGs, de tentar minimizar o sofrimento dessa população. Falar também um pouquinho dos desaparecidos porque é uma pauta do Núcleo de Direitos Humanos através do PLID. Então foi feito aí uma articulação com a Polícia Civil, com a Saúde Pública, para que fosse feito um fluxo sempre que chegasse uma pessoa no hospital desacompanhada dos parentes ou sem identificação para cadastramento no SINA-

LID, que é o Sistema Nacional de Localização e Identificação de Pessoas Desaparecidas. Tentamos fazer uma articulação com o Instituto de Medicina Legal (IML), com o Serviço de Verificação de Óbito (SVO), para que, no caso de óbitos também fossem colhidas as impressões digitais, fotografadas. E tentamos fazer aí essa articulação para evitar um aumento no número de pessoas desaparecidas, porque não sabíamos do tamanho e do impacto da Covid-19, e para que não fosse mais um sofrimento para os familiares que tivessem pessoas falecidas ou internadas, e não soubessem onde elas estariam. Então tentamos fazer essa ponte, essa articulação, colocando o Ministério Público à disposição, considerando esse SINALID, que é um sistema nacional capitaneado pelo CNMP. Em relação ao sepultamento social, eu acho que a Doutora Hiza já falou bastante. Nós também acompanhamos. E aí eles têm uma correlação com os desaparecidos, e com esse problema da morte. E aí nos deparávamos com isso, porque tem um tempo de inumação do cadáver em razão dos que morrem por causa da Covid, para não ter mais contaminação. E aí tínhamos picos de morte no Distrito Federal, um serviço desestruturado, as pessoas que trabalhavam na SEDES com esse transporte eram pessoas idosas ou pessoas com comorbidades. Então tivemos que fazer essa ponte também para tentar viabilizar e diminuir o sofrimento das pessoas, porque chegamos a um ponto de temer e pensar que a população do Distrito Federal não pudesse enterrar seus mortos. Então eu acho que é isso. É um resumo, um pouco do nosso trabalho. Sem dúvida, ele só foi possível devido a esse trabalho em conjunto, o apoio que nós tivemos da Força-Tarefa, da equipe do Núcleo de Direitos Humanos. É uma equipe incansável. O apoio do setor psicossocial, porque sem a contribuição desses servidores, extremamente capacitados e comprometidos com a realização do bem comum, não conseguiríamos realizar esse trabalho. Nessa caminhada, nós sofremos perdas familiares, nós adoecemos, nós nos entristecemos, sentimos falta do nosso trabalho em equipe, presencial, sentimos falta da convivência, mas nós nos mantínhamos de pé, e certos do nosso compromisso de defender os valores e os objetivos da Constituição, de assegurar o não retrocesso dessas conquistas socioassistenciais e de atuar em um mundo menos desigual, em um mundo menos machista, menos sexista, menos racista e menos preconceituoso. E agora eu gostaria de terminar com uma frase de uma mulher, de uma feminista, de uma economista, da Rosa Luxemburgo, : “por um mundo em que nós sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”. E agradecer, mais uma vez, essa oportunidade. Obrigada, Doutor Sabo. Parabéns pela iniciativa de fazer esse seminário. Eu acho que é muito importante expormos para sociedade, para os nossos colegas, o nosso trabalho, o trabalho da Força-Tarefa, porque estamos

há um ano e meio sofrendo, porque é difícil acompanhar o sofrimento das pessoas de perto. Eu acho que a assistência social nos aproxima do sofrimento das pessoas e nos faz querer trabalhar para ter um mundo um pouco melhor. Muito obrigada. Obrigada a todos.

Procurador Eduardo Sabo

Doutora Mariana Nunes, colega Mariana, nem sei por onde eu começo. Porque se eu começar pela parte mais difícil, que é o sofrimento, todos nós vivenciamos isso. Nas nossas casas, aqui nos expando desde fevereiro ou março. Você lembrou bem. Primeira recomendação, em 18 de Março. Tanto que fizemos até antes vistas. Cada uma de vocês se expôs muito, indo aos locais que se faziam necessários dentro dessa abrangente política de assistência, onde temos equipamentos, CREAS e CRAS, muitas vezes em número insuficiente, muitas vezes não providos do número de servidores necessários. E houve uma necessidade de uma mudança total de metodologia. E você colocou isso aqui. Que a mudança foi de metodologia interna com a equipe do psicossocial. Sabemos disso. Eu estou falando aqui do lado, para aqueles que estão me ouvindo, nós estamos aqui no Ministério Público do DF. Nós estamos aqui no primeiro andar. Os primeiros andares são de atendimento à sociedade, para que a sociedade rapidamente chegue até nós. Essa foi uma visão que tivemos lá atrás para fazer essa composição. E aqui nós temos a Procuradoria do Cidadão, e, ao lado, o Núcleo de Direitos Humanos que tem essa gama de atribuições, que cuida dos imigrantes. Quem de nós não foi há 100, 200, 300 anos imigrantes? Quem de nós não descende de negros? Quem de nós já não foi ou não passa por alguma necessidade, e que busca a assistência do aparelho estatal? Indígenas. Por isso é que foi muito boa todas as suas colocações para que nós refletíssemos sobre o que fizemos, e fizemos, sim, com essa interlocução. Você foi uma atora, junto a todas as outras. A Hiza destacou isso. A interlocução em que tivemos agora, nesses últimos meses, e a colega Mariana Távora, que logo vai usar da palavra, sabe muito bem disso, que acompanhou uma série... Agora nós tivemos uma certa, não tranquilidade, mas pacificação da área de assistência, inclusive com a promoção de políticas públicas. Isso é importantíssimo. E, inclusive, e aqui encerro, nós tivemos até a vacinação dessa população de uma forma célere, programada, rápida. Isso foi um esforço conjunto. É por isso que vivemos, sim, um aumento da pobreza. Infelizmente, 7.9, mais de 20%, 20.8, 21% da população. É muita coisa. Nós temos que continuar a lutar para

que as políticas sejam efetivamente destinadas. Felizmente os restaurantes comunitários, do que temos informação, como destacou, tem funcionado bem. Inclusive agora com a abertura até de café da manhã. Não sei se é tudo, se é muito ou se é o suficiente, mas está se fazendo. Seguimos em frente agora para continuar a ouvir nossas colegas. Não é isso minha amiga, Talita, que está aqui acompanhando tudo? E quero dizer, às vezes, temos, ou podemos, algum comentário pelo YouTube ou alguma pergunta, que esse espaço está aberto. Até porque nós estamos aqui, atrás de nós e ao nosso lado, nós temos a Anne, do Orçamento, trabalhando, nós temos uma porção de gente que está fazendo com que esse Webinário, ao vivo, se destine a atingir a todos os públicos. Talita.

Apresentadora Talita Medeiros

E eu passo a palavra agora então para a Doutora Mariana Távora.

Mariana Távora
Promotora de Justiça e Coordenadora
do Núcleo de Gênero (NG)



Bom dia, Talita. Bom dia a todos e todas que estão nos ouvindo. Eu queria agradecer aqui, de forma especial ao Doutor Sabo, pela iniciativa desse webinar. É um ato de tornar transparente a nossa atuação. Já temos os dados no site, mas esse webinar torna transparente, torna perene e torna de fácil acesso à população a atuação da Força-Tarefa e os nossos desafios. Então eu parablenizo o Doutor Sabo por mais uma iniciativa no âmbito das políticas públicas. Eu também queria agradecer por estar numa mesa feminina, em companhia dessas mulheres que admiro, aprendendo tanto aqui. Então nomino pessoalmente e agradeço a oportunidade de estar dividindo a fala aqui com Cíntia, Mariana, minha colega e amiga, Maercia, e minha querida Hiza Carpina. E faço um agradecimento especial aqui à SECOR, por dar o apoio, suporte, Rhavena sempre aqui conosco no background, dando um apoio para nós, e a toda equipe da PDDC por organizar esse webinar. Eu sei o quanto é difícil organizá-lo, e faço agradecimento em nome de Anne. Então, pessoal, eu vou buscar aqui trazer um pouquinho, de forma breve, a experiência de dois núcleos, dos Núcleos de Direitos Humanos, que são Núcleo de Gênero e o NEVESCA, que é o Núcleo de Enfrentamento à Exploração e a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. A pandemia nos atropelou com o distanciamento social nos alijando aí dos nossos tão caros afetos sociais, tão marcados pelo contato corporal e tão necessários para a construção das nossas redes. Nos primeiros dias de anúncio dessas regras de isolamento, pensávamos, eu, Mariana e a equipe do Núcleo, como iríamos atuar, já que o percurso dos núcleos sempre esteve pautado por construções coletivas que, à época, exigiam a presença do público. Fomos obrigados a nos reinventar, e ali surgiram algumas experiências pioneiras que, a meu ver, impulsionaram a atuação judicial e extrajudicial do Ministério Público no âmbito do fortalecimento, fomento e fiscalização das políticas públicas. Naquele momento, nasceu a ideia de diálogo mais intenso entre as várias frentes do nosso setor psicossocial, de forma a dar suporte à

atuação da Força-Tarefa. Ali germinou-se a nova estrutura do psicossocial onde temos o suporte para as políticas públicas, que até então não existia. Então isso é um grande legado da Força-Tarefa, termos agora a existência de um núcleo específico de análises políticas públicas. A pandemia escancarou a importância dos serviços públicos como saúde, e assistencial, e os voltados à proteção da mulher. E daí surge a necessidade de um psicossocial forte na área de análise, ou seja, dos serviços públicos voltados a nossa população. O nosso setor psicossocial, até então, fazia exames dos referidos serviços, mas de forma estanque, ou seja, em procedimentos particulares de promotorias. Talvez as PROREGs já conseguissem fazer uma atuação um pouco mais articulada, mas eram só no âmbito das PROREGs. O contexto pandêmico mobilizou a reunião dessa força de trabalho, sendo produzidos inúmeros estudos, já mencionados aqui pelas minhas colegas, que fomentaram atuações articuladas consistentes. Houve dessa forma um fortalecimento do SETPS (Setor de Análise Psicossocial) enquanto órgão importante para o controle social por parte do Ministério Público do DF. No âmbito do Núcleo de Gênero, algumas iniciativas já tinham sido

“
Um grande legado da Força-Tarefa é o MPDFT ter um núcleo específico de análises de políticas públicas. A pandemia escancarou a importância dos serviços públicos como saúde, assistência social e os voltados à proteção da mulher. Daí surge a necessidade de um setor psicossocial forte para análise dos serviços públicos voltados à população, capaz de produzir estudos que fomentam atuações articuladas consistentes”.

iniciadas, antes da pandemia, com a elaboração de projeto de análise de equipamentos de enfrentamento AVD. Durante a pandemia essa fiscalização se ampliou, e elaboramos um relatório que trazia um retrato do atendimento das mulheres em situação de violência em tempos pandêmicos. O cotejo, a reunião desses dois estudos, o que precedeu a Força-Tarefa e o realizado no âmbito da Força-Tarefa, deixou clara a necessidade de que o MP fosse mais contundente na sua intervenção. Foi assim ajuizada na ação civil pública que garantiu a estruturação da Secretaria da Mulher até então incipiente. Tínhamos uma Secretaria da Mulher que não existia de maneira formal, com decreto, enfim, e que trazia uma série de óbices em termos de orçamento. Essa iniciativa nossa, inclusive, foi levada a outros Ministérios Públicos, foi

discutida no âmbito do consórcio da Lei Maria da Penha. Fomentou, inclusive, um espaço de discussão interinstitucional. A referida ação nos trouxe nova mirada, ou seja, a necessidade de observância do orçamento público, peça política fundamental para a construção das políticas públicas.

A importância da atuação articulada entre órgãos e áreas técnicas do MPDFT

Outro órgão do MP, um órgão muito especial da PDDC, passou então a ser mobilizado de forma mais intensa pelo Núcleo de Gênero, o NUO, Núcleo de Orçamento. No Psicossocial, também passaram a interagir de forma mais direta. Eu trago o exemplo aqui de inúmeras reuniões no âmbito da ACP, que foi suspensa durante um período para que negociássemos uma das partes do pedido, que era a apresentação de um plano de enfrentamento a violência doméstica, em que integrantes do NUO e integrantes do Psicossocial participavam dessas reuniões junto à Secretaria da Mulher. Então uma lógica de atuação interna no formato de rede. Essa atuação articulada só valorizou o papel do Ministério Público no controle social. A presença desses servidores, nessas reuniões, qualificava o nosso debate, qualificava as nossas proposições e nos deixava muito mais fortes no que diz respeito aos nossos pedidos e nossos pleitos. Lembramos que a interposição da ACP fomentou também o diálogo com a Secretaria da Mulher. Embora essas ações, no geral, tenham um caráter duro, que, muitas vezes, pode inviabilizar o diálogo, nesse caso, em um primeiro momento, houve uma certa atenção, mas isso foi avançando e, hoje, essa atenção vai sendo dissolvida pela minha grande sucessora Cíntia Costa. Não obtivemos êxito integral na nossa proposição da ação civil pública. Logramos êxito, como eu já disse, na publicação do regimento interno, possibilitando assim a estrutura da Secretaria do ponto de vista formal, que alavancou a questão do orçamento. O nosso pedido de que fosse apresentado um planejamento, dentro da lógica do círculo virtuoso das políticas públicas, não foi atendido. No entanto, esse pleito estreitou as conversas entre o Ministério Público e a Secretaria da Mulher fazendo com que, mesmo durante a pandemia, o Conselho de Direitos da Mulher (CDM) fosse estruturado mediante eleições. E sabemos a importância dos conselhos de direitos, como são importantes na formulação de políticas públicas e, assim, no desenho de planos de atuação. Conseguimos, mesmo em tempos pandêmicos, participar das eleições do CDM de forma inclusive presencial com o apoio da competência assessoria do Núcleo de Gênero. Lembro-me de nossa colega, assessora do NG, Renata, comparecendo as

reuniões, Mariana Nunes indo presencialmente fiscalizar os entes que estavam compondo ali, representando a sociedade civil. Desde então o MP tem tido papel relevantíssimo no CDM, capitaneado pela minha colega Cíntia Costa. A união de instituições também para o controle social foi um outro ganho da Força-Tarefa. Trago um exemplo aqui concreto de parceria entre Defensoria Pública do DF e Ministério Público do Distrito Federal por meio do NG, emitindo uma nota técnica que trouxe orientações para a rede de atendimento sobre o dever de notificação compulsória e comunicação externa nos casos de suspeita de violência contra a mulher, conforme a previsão da Lei nº 13.931, de 2019, que alterou a Lei nº 10.778. Essa nota técnica foi construída em profundo diálogo com a Defensoria, inclusive tem um conteúdo tão importante que serviu de base para o texto da Lei nº 13.931 de 2020, que possibilita a notificação compulsória da violência doméstica, desde que com alguns critérios, considerando sempre o consentimento da paciente de forma a assegurar o serviço de saúde como espaço de saúde, não se conduzindo dentro de uma lógica policial. Essa foi uma das primeiras notas técnicas sobre o tema, e foi fomentando outras notas técnicas de ministérios públicos brasileiros. E esse textinho, o conteúdo formal dele, inspirou essa lei que eu disse para vocês. Então para vermos como essa situação foi forte e importante. A aproximação entre MPDFT e Defensoria Pública também viabilizou uma discussão nacional com outros MPs e defensorias, bem como com representantes de classes de profissionais de saúde. Nesse contexto, o Ministério Público se tornou um canal ainda mais aberto para denúncias. E apareceram denúncias de atendimentos deficitários de meninas e mulheres no âmbito do programa de interrupção da gestação local alocado no HMIB, o nosso Hospital Materno Infantil de Brasília. Esses fatos motivaram a atuação conjunta do MP, mais uma atuação de vários órgãos de dentro do Ministério Público, por meio da PROSUS, Núcleo de Gênero e PROJID, culminando numa Recomendação Conjunta nº 1, que recomendou ao Secretário de Saúde do DF que procedesse a reestruturação do PIGL no prazo de 15 dias, garantindo-se atendimento presencial e remoto diário por meio de equipe técnica multidisciplinar nas áreas de Ginecologia Médica, Psicologia e Assistência Social. O mais bonito dessa recomendação, como já disseram as minhas amigas aqui, é que muito mais de uma lógica nossa..., apesar de elas terem caráter diretivo, elas também trazem uma aproximação com o gestor de políticas públicas. E essa recomendação possibilitou uma aproximação grande com a diretora do HMIB à época. Doutora Marina, que organizou um seminário interno dentro do HMIB com a presença do Ministério Público e com a presença de acadêmicos, para que fosse melhorado o serviço, não só do PIGL, mas todo serviço do HMIB, prestando atendi-

mento qualificado com a perspectiva de gênero mais humanizado dentro desse hospital. A propósito, o ano de 2020, no âmbito do Núcleo de Gênero e do NEVESCA, foi marcado pela edição de diversas notas técnicas, todas com propostas de trazer orientações, seja para dentro do Ministério Público, seja para a rede local, no que diz respeito à readequação dos serviços ao contexto pandêmico de forma a torná-lo mais protetivo para as mulheres. Eu destaco aqui algumas NTs. Uma, por exemplo, dispendo sobre as audiências de custódia realizadas para análise de flagrantes de crimes praticados em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher para ajudar os colegas a atuarem de forma mais protetiva. Outra nota técnica que avaliava os impactos numa perspectiva de gênero, e classe dos atendimentos realizados por centros de especializados de atendimento à mulher, e os núcleos que atendem os autores de violência de forma remota na modalidade individual, em grupo, em vir-

“
Como desafio, destaco a necessidade de que o controle social exercido pelo MP deite seu olhar para as ações de atores que não só o Executivo, como os movimentos sociais, sujeitos importantes na construção das políticas públicas. Há nessa arena de negociação a produção de importantes fluxos de políticas públicas, e o MP precisa estar atento a essa movimentação porque é nesse ponto de observação que há espaço para garantir direitos fundamentais aos mais vulneráveis”.

tude da pandemia. Ali iniciava-se uma reflexão sobre a possibilidade desses atendimentos de mulheres e de homens serem feitos de forma virtual. E aqui trazíamos algumas orientações técnicas para que isso fosse feito de forma protetiva. Ali também havia dúvidas sobre a possibilidade de atendimento em grupo. Hoje já temos protocolos de atendimento em grupo remoto. Ali tentando fomentar e trazer algumas diretrizes para melhoria dos serviços nesse contexto em que havia o distanciamento social. A Nota Técnica nº 3/2020 também, que analisava as implicações da realização de audiências por videoconferência em contexto de violência doméstica e familiar com diretrizes de atuação a membros do Ministério Público. Hoje as nossas audiências de videoconferência já têm normativas e orientações para que aconteçam de forma a proteger a vida das mulheres em situação de violência doméstica. Também

a Mariana já falou aqui sobre as medidas de assistência a população imigrante no contexto da pandemia, e uma recomendação sobre os serviços de atenção à violência, os CEPAVs, houve uma recomendação do CEPAV Flor do Cerrado no Hospital Regional de Santa Maria para que ele fosse recomposto. Tive notícia recente de que essa recomendação foi atendida e, esse ano, já estamos com o CEPAV Flor do Cerrado funcionando em Santa Maria. Eu voltei para minha atuação na Promotoria de Violência Doméstica e isso tem facilitado demais a nossa atuação nos casos concretos. As notas técnicas dirigidas à rede local, como as que tratavam de atendimento pelos serviços voltados às mulheres em situação de violência, fomentaram a reeducação dos serviços, como eu já disse, e o diálogo entre o MP e a Rede. Por fim, eu destaco o ajuizamento de uma ação civil pública que foi feita pelo Núcleo de Enfrentamento à Discriminação, mas também está relacionada ao NEVESCA, que foi uma atuação articulada com outros órgãos do MP, como as PROREGs. Essa ação requereu à Fundação Hemocentro de Brasília que estabelecesse novo protocolo para doação de sangue sem a discriminação de candidatos em razão de orientação sexual ou identidade de gênero em relação às pessoas LGBTQI+ mais. O interessante dessa atuação que sequer foi preciso decisão. Porque, tão logo ajuizada a ACP, a Secretaria de Saúde já determinou o acatamento do pleito do Ministério Público. Então, muitas vezes, uma ação civil pública pode ser um disparador, mesmo que não consigamos..., ela já dispara uma ação do Executivo, ela também dispara diálogo. Então ela tem poder transformador. Tivemos ainda outras tantas atuações que alongariam o tempo de fala que me foi dado. Mas ainda nos cabem desafios, sendo certo que sejam enfrentados a partir do maior legado dessa Força-Tarefa, que foi a força de uma atuação conjunta, seja de órgãos internos do MP, como eu mencionei, promotorias, núcleos, outros órgãos do Ministério Público, Psicossocial, Núcleo de Orçamento, seja a partir de órgãos externos. Tudo isso fomenta a nossa atribuição de controle social, e fomenta o próprio controle social da população.

Controle social e aproximação com a sociedade civil em prol das políticas públicas

Como desafio destaco aqui a necessidade de que o controle social exercido pelo MP “deite seu olhar” para as ações de atores que não só o Executivo, mas todos que constituem sujeitos importantes na construção das políticas públicas, atores que não só o Estado que ativam o fluxo de ação que conformam as políticas públicas. Dessa forma, eu penso que devemos avançar para além da análise racional dessas políticas.

Essa análise racional, bem sabemos, “deita o seu olhar” de forma mais detida para atores que vêm do governo. Há, no entanto, interação entre esses atores. e os que integram a sociedade civil, nomeadamente os movimentos sociais. Há nessa arena de negociação e produção de importantes fluxos de políticas públicas, e o MP precisa estar atento a essa movimentação porque é nesse ponto de observação que há espaço para garantir direitos fundamentais aos mais vulneráveis. E aí eu destaco essa relevante atuação do NED no que diz respeito à população em situação de rua, em que o diálogo do MP, com os movimentos sociais, é bastante intenso e profícuo. E eu fico pensando na necessidade de avançarmos no diálogo com movimentos sociais em outras áreas. É basicamente isso que eu queria dizer. E eu termino aqui fazendo uma reflexão, que é uma reflexão que eu tenho feito desde que eu voltei para minha atuação no cotidiano, onde ali estamos trabalhando com casos concretos, sobre a necessidade de colocar amor na nossa atuação. E pensar no amor aqui não nessa lógica subjetiva, mais no amor como ato coletivo. Não como sentimento, mas como um ato coletivo. E aqui uma reflexão da nossa Bell Hooks em que ela diz que “o amor é essa ação, é um poder de ação, que é transformador, e que amor é cuidado, afeição, responsabilidade, respeito, compromisso e confiança.” Todas essas atuações eu consigo vislumbrá-las dentro de uma atuação ministerial. E é isso. Embora saibamos que, muitas vezes, não conseguimos tudo, ou que muitas vezes, conseguimos só um pouquinho, eu fico pensando que é esse microcosmos, esse pouquinho, é que ele vai se somando e que vai nos alavancando e vai nos possibilitando para avançar. Às vezes, ficamos desanimados de não conseguir tudo, mas precisamos nos contentar com esse pouco, colocar amor na nossa ação que esse fluxo vai, e um dia chegaremos lá. Então a minha mensagem é de esperança. Muito obrigado e bom dia a todas e todos .

Procurador Eduardo Sabo

Muito bem, Mariana. Veja só. Temos que até respirar para poder fazer algum comentário. Se ainda é possível, é sobre amor, sobre atenção, sobre o cuidado, assistência, carinho. E ainda bem que no Ministério Público nós temos as mulheres, com a visão de mãe, com a visão de mulher, com essa visão diferenciada, que faz com que os nossos núcleos, as nossas promotorias, possam agir como agiram vendo, em especial, no caso específico do nosso Núcleo de Direitos Humanos, essa proteção à mulher. Foram vários embates e foram várias as conquistas. Principalmente no

campo, como destacado, da participação da sociedade civil por meio de um conselho de políticas públicas. Parabéns, Mariana. Foi o esforço de vocês que fez com que o governo se movimentasse para dar uma atenção especial nesse campo; em diversas questões do Núcleo de Gênero. Ou seja, nós temos um campo ainda muito grande para trilhar, mas muito interessante o que você colocou. Ou seja, nós temos que agir, não só onde tratamos dessa política diretamente, no Núcleo, na PDDC, na Força-Tarefa, mas em todo o Ministério Público. Essa política tem que ser transversal. Ela tem que passar por toda a instituição. Excelente. E me recordei da nota técnica. Essa que vocês fizeram virou lei. Ou seja, vocês são autores da lei. Enfim, justamente tirando o caráter policialesco, e fazendo com que essa política se concretizasse. É isso. Parabéns. Até nos emocionamos, não é Talita? Com a atuação de todas as colegas. Da Mariana Távora, como exemplo nessa política. E respiramos e agora vai para o final da nossa manhã.? E eu até diria: será que os mais importantes é que falam por último? Não é, Talita? Agora é com você. Depois dessa deixa é com você.

Apresentadora Talita Medeiros

Agora vamos para o nosso segundo painel que tem como tema “Idoso”. E eu quero chamar então a Promotora de Justiça, Doutora Maercia Mello. Bom dia, Doutora.

**Dia
2**

Tema 2: Idoso

Maercia Mello

Promotora de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa



Bom dia a todos e a todas. Eu queria começar agradecendo ao Doutor Sabo pelo convite para integrar a Força-Tarefa e para participar desse webinar, que nos permitirá compartilhar com os colegas tudo de bom e de ruim que foi vivenciado pela Promotoria durante esse período da pandemia. Também queria parabenizar as colegas que me antecederam. Dizer que eu fiquei muito emocionada com a fala delas, e vai ser de uma grande responsabilidade falar, depois dessas falas tão maravilhosas, que foram feitas aqui nessa manhã. No início da pandemia, pouca coisa se sabia a respeito da covid-19, mas ficou bem claro que a população idosa seria uma das mais prejudicadas por vários motivos que nós já conhecemos. E no DF, nós temos 300 mil idosos, e, temos apenas uma Promotoria da Pessoa Idosa. Então ficou claro também para mim que eu não conseguiria abraçar todos esses idosos. Abraçar aqui no sentido literal, e no sentido figurado. Então, pelo menos no primeiro momento, sem perder de vista os interesses desses 300 mil idosos, na verdade são 306 mil, segundo os dados do IBGE em 2020, voltei-me mais para aqueles idosos institucionalizados porque eram os vulneráveis. E essa opção aconteceu por muitos motivos. Fiquei muito comovida ao ouvir que, na Europa, em países como Itália, França, Alemanha, há idosos vivendo em abrigos, abandonados à própria sorte, no meio da pandemia, e uma grande quantidade veio à óbito. Então daí a minha preocupação com esses idosos que viviam em abrigos, porque sabíamos que eles dividem quartos, banheiros, refeitórios, áreas de lazer. E, com isso, o risco da contaminação aumenta significativamente. Vou me referir a essas instituições como as de Longa Permanência para Idosos, ou simplesmente ILPIs, porque este é um termo que foi e é utilizado no Estatuto do Idoso para designar essas instituições. E, apesar da informalidade que

caracteriza esse evento, eu senti a necessidade de preparar uma apresentação em power point para não me perder, e porque há alguns dados estatísticos que eu queria apresentar para vocês, e acho que fica mais fácil de uma forma visual. Então vou compartilhar uma tela com vocês. Então, para acompanhar essas medidas de prevenção e de combate a infecção por covid das pessoas idosas, foi necessário primeiro abrir um procedimento, n. 62799 que está no tabulário, 36805. Eu separei aqui as que dizem respeito especificamente à Promotoria da Pessoa Idosa. Então, no início da pandemia, a Promotoria da Pessoa Idosa expediu... (Eu quero aqui primeiro abrir um parêntese para explicar que muitas dessas recomendações saíram com a assinatura da Força-Tarefa, e outras tantas foram feitas apenas com a da Promotoria da Pessoa Idosa, da Projid. Mas todas elas foram feitas no âmbito da Força-Tarefa, às vezes, por uma questão de tempo, de praticidade, eu não conseguia colher a assinatura de todos os colegas, mas considero que tudo foi produzido pela Promotoria nesse período, e tem relação com a pandemia, sendo “fruto” da Força-Tarefa.) Então, logo no início, a Promotoria já expediu essa Recomendação nº 1, que foi para os gestores das entidades de acolhimento para que observassem as medidas sanitárias. Logo a nossa preocupação estava nessas medidas sanitárias para que fossem conhecidas pelas ILPIs, e aplicadas dentro das instituições. Depois, saiu assim, na ordem cronológica, nós tivemos uma recomendação da Força-Tarefa, muito similar à que

“
No Distrito Federal há 306 mil idosos e apenas uma Promotoria da Pessoa Idosa. Na pandemia, ficou claro que a Projid não conseguiria abraçar todos eles. Desse modo, pelo menos no primeiro momento, sem perder de vista os interesses de todo o segmento, o Órgão se voltou mais para aqueles institucionalizados porque eram os vulneráveis dentre os vulneráveis”.

foi feita, e que foi mencionada aqui pelas colegas da manhã. Sendo essa específica para elaborar plano de contingência em relação às instituições. Então ela saiu quase junto à recomendação já mencionada. Depois em maio, fizemos uma outra para que fosse disponibilizado testes de covid para os residentes e profissionais das instituições. Nessa época, foram disponibilizados os testes, e a nossa preocupação era se as instituições disponibilizariam acesso a esses testes. Tínhamos a expectativa de que

esses testes fossem auxiliar as instituições a lidar com a problemática da pandemia. Na verdade, muitos deles eram aqueles falsos negativos, essa nossa expectativa não foi assim... ficamos um pouco assustados com isso. Então nós sabemos como os nossos testes foram precários, as instituições reclamaram muito. Mas enfim, na



Senhora recebe atendimento em unidade de saúde do DF: Força-Tarefa priorizou defesa de idosos institucionalizados na fase inicial da crise do coronavírus. Foto: MPDFT.

tentativa de disponibilizar isso para as instituições, foi feita essa recomendação. E foi feita uma outra, por último, da Força-Tarefa, achei muito importante, que foi para estabelecer protocolo para que as famílias de idosos e das pessoas em geral que estivessem internadas em estabelecimentos hospitalares pudessem ter conhecimento do que se passava com esses pacientes. Houve muitas reclamações no início de que as famílias não estavam sabendo o que estava acontecendo. Então essa recomendação foi expedida no âmbito da Força-Tarefa, e eu achei assim muito “bacana”. Este ano, uma auxiliar minha, uma pessoa que trabalhou muitos anos na minha casa, infelizmente, foi acometida pela covid. E ela ficou em estado bem grave no hospital. E aí o meu nome foi colocado junto aos parentes para informações. E eu achei interessante ver que eu fui informada realmente. Os médicos, às vezes, quando não contatavam diretamente com a família, contatavam comigo, foram muito atenciosos. Durante todo esse tempo, tanto a família quanto eu, fomos informados do que estava acontecendo com essa pessoa que estava internada. Então, eu achei que, embora

no início o Distrito Federal tenha tido muita dificuldade em disponibilizar, isso funcionou em um determinado momento. Pelo menos eu tive essa experiência.

Expedição de determinações em defesa dos direitos dos idosos

Tivemos a necessidade também de expedir duas determinações. O interessante do Estatuto do Idoso é que dá a possibilidade ao Ministério Público de não só expedir recomendações, mas também determinações. Então, a pedido mesmo das próprias instituições, a Promotoria expediu uma determinação para que fossem proibidas as visitas presenciais e familiares, isso no auge assim da pandemia quando havia muitos casos de covid nas instituições, e os gestores estavam com dificuldade de explicar para os familiares a necessidade de fazer restrições nessas visitas. Então foi expedida essa recomendação sem prejuízo de que fosse disponibilizado para esses idosos outros meios de comunicação, vídeo chamadas, telefones e outros meios que as instituições disponibilizavam. Em outubro, suspendi essa determinação porque o número de contaminados caiu muito, e deixei a critério das instituições. Até hoje as instituições sentem a necessidade de exigências devidas, várias adotaram protocolos de fazer agendamento, outras fazem as visitas por separação, por vidros. Então, ainda estão bastante restritas essas visitas agora porque, de fato, ainda vivemos um momento de pandemia, de muito risco para esses idosos. Também foi necessário, fizemos assim com os integrantes da Força-Tarefa, expedir uma determinação para que fossem disponibilizados materiais de proteção para essas ILPIs. Houve uma reclamação muito grande dessas ILPIs de que não estavam tendo acesso a EPIs, Equipamentos de Proteção Individual. Daí a necessidade de ser expedida essa determinação. Também, nesse período, nesse procedimento, foram expedidas 19 requisições. Três foram assinadas pelos integrantes da Força-Tarefa, outras diretrizes foram diretamente expedidas pela Promotoria da Pessoa Idosa. Foram feitas reuniões com a SEDES, com a SES, com gestores das ILPIs, em um número muito grande. Sendo que não consegui contabilizá-lo. Foi feita pelo menos uma inspeção, com o Doutor Sabo, no Hotel Brasília Palace naquela ocasião em que ocorreu o Programa de Hotelaria Solidária. E foi muito importante. Destaco aqui, conseguimos, com o apoio também da Força-Tarefa, da PDDC, realizar um encontro virtual de ILPIs com a SEDES, com a SES, e isso foi um momento muito importante em que foi apresentado um plano de ações elaborado pela Secretaria de Saúde. Cada instituição elaborou o seu próprio plano, mas tínhamos a necessidade de montar um plano único que integrasse tudo isso. Assim, foi apresentado pela Secretaria de Saúde nessa reunião. Também

fizemos três pesquisas, uma foi feita, até dentro desse grupo da Assistência Social, com apoio da Psicossocial, para saber como estava a situação nas ILPIs em relação às providências que estavam sendo adotadas de medidas sanitárias, o crescimento da covid também nas instituições. Uma segunda foi feita este ano pela Promotoria nesse mesmo sentido.

Acompanhamento da evolução da covid nas instituições de acolhimento de idosos

E eu fiz, nesses últimos dias, especificamente para mostrar para vocês, uma terceira pesquisa, que apresentarei agora, que foi mais com o objetivo de saber de que forma a covid impactou essas instituições. Seria muito difícil pesquisar em todas as instituições porque são quase 30 instituições atualmente. Então eu separei as que são mais representativas, onde há o maior número de idosos. O Bezerra de Menezes, o Maria de Madalena, o Longevitá e a Casa do Vovô. Eu pensei em duas instituições que atendem pessoas carentes, que é o Bezerra de Menezes e a Maria Madalena, e duas instituições particulares, que é a Longevitá, que fica no Sudoeste, uma instituição mais luxuosa, e a Casa do Vovô, que fica na Asa Norte. De presente, eu acabei recebendo também informações sobre o Lar Jorge Cauhy, porque é ligado ao da Maria de Madalena, que tem uma ala que recebe idosos carentes e a outra que rece-



Detalhe de paciente internado em hospital da rede distrital de saúde: índice de vacinação da população idosa contra a covid-19 foi considerado satisfatório. Foto: MPDFT.

ou melhor, essa curva de amarelo, ela se refere ao Bezerra de Menezes, que teve logo no início da pandemia, por volta de abril, enquanto as outras instituições ainda estavam quase sem casos, ela teve um pico muito grande. Mais de 40% de idosos foram atingidos pela covid. E isso deixou a gestora desse instituto muito alarmada. Fizemos várias reuniões, algumas foram verdadeiras terapias, porque, afinal de contas, estive lá a Vigilância Sanitária, a Vigilância Epidemiológica, deram dicas, deram conselhos, mas não havia mais o que fazer. Realmente a instituição foi muito atingida no primeiro momento. Agora, depois vocês vão ver que, em um segundo momento, outras instituições também tiveram picos. Como essa aí que aparece em marrom. Foi a Casa do Vovô- 2. Essa que aparece em azul claro é o Espaço Convivência. E as outras tiveram picos um pouquinho menores. Em rosa tem aqui o Longevitá, que é uma instituição particular. Embora ela não tenha apresentado grandes picos, vemos que a covid lá foi constante quase todo o período. Isso resultará no número final que depois apresentarei para vocês, de um número significativo de idosos que tiveram a covid. E agora, esse segundo pico que tem aqui, mais no final do gráfico, já em abril deste ano. É interessante, em todas as instituições, quase todas, os idosos foram vacinados em janeiro e em fevereiro, com a Coronavac. Só teve o Bezerra de Menezes que me informou que alguns idosos receberam Astrazeneca.

**“
Embora lenta, a campanha da vacinação contra a covid-19 entre os idosos foi bastante satisfatória no Distrito Federal. Foram cerca de seis meses para vacinar toda a população idosa, mas os que quiseram, puderam ser imunizados de forma completa. Entre os maiores de 80, inclusive, todos receberam as vacinas”.**

Mas a maioria recebeu Coronavac em janeiro e fevereiro. Em abril, como vocês veem aqui, teve um pico nessas instituições de covid e, depois, zerou novamente, ficou menor a infecção pela covid. Nós estamos vendo nesse gráfico que aparece, eu separei o número de idosos que foram infectados nesse período por covid e comparei com a população. Então o Bezerra de Menezes teve número bastante significativo. O Longevitá e o Maria de Madalena também tiveram. Mas vemos que o Longevitá há menos idosos do que o Maria de Madalena. Então, na verdade, é equivalente ao que aconteceu em cada uma das instituições. Nessa relação, vemos que o mais assim atingido foi realmente o Bezerra de Menezes? Não. O Espaço Convivência, apesar de

ter menos 17, mas como ele tem menos idosos, na verdade ele teve uma relação de infectados residentes maior ainda do que o Maria de Madalena e o Longevitá. Depois, esse outro gráfico, ele se refere aos óbitos por covid-19. Então a vemos que o Bezerra de Menezes, esse pico que aparece em amarelo, logo no começo teve uma grande incidência de óbitos, 9% daquele número de infectados veio a óbito. Depois nós tivemos outras instituições também que tiveram os seus picos de idosos. Mas o que teve um percentual maior foi o Bezerra de Menezes no início, o Maria de Madalena, esse azul claro, chegou mais ou menos a 5%. E já nesse ano, que são essas curvas mais no final, são relativas a esse ano, houve um pico muito grande, uma incidência muito grande. Essa de rosa é do Longevitá. Teve um pico de mais de 5% também, já no início deste ano, e aqui no finalzinho também, essa de azul escuro, é o Maria de Madalena também que teve um pico grande este ano. Então isso é para vocês terem ideia de como foi a evolução da covid nessas instituições. Nessa outra tela, fizemos uma relação para vocês entenderem o número de óbitos em relação ao número de residentes. Então aqui nós tivemos que o Longevitá, apesar de não ter tido picos tão elevados, mas ele foi onde teve o maior número de óbitos, 14 óbitos nesse período. Diria, que em relação ao número de óbitos, foi a instituição mais afetada. Mais até que o Bezerra de Menezes, que embora tenha tido uma incidência muito grande de covid, houve sete óbitos nessa instituição. E o Maria de Madalena foi um pouquinho mais que o Bezerra de Menezes. Então isso é para vocês terem uma ideia do que aconteceu nessas instituições nesse período.

Atuação para garantia da vacinação de idosos e profissionais das ILPIs

Esse ano, a atenção da Promotoria se voltou mais para a questão da vacinação. Achei necessário já instaurar um outro procedimento específico para tratar da vacinação, que foi esse procedimento n. 10.614, de 21, que também está no Tabularium 11.903, de 2021. No âmbito desse procedimento, nós fizemos duas requisições. Uma da PROJID e uma da Força-Tarefa. Essa primeira requisição da PROJID aconteceu logo no início da vacinação. A campanha começou em 19 de janeiro e nesse momento, além dos profissionais da área de Saúde, foram vacinados os residentes profissionais das Instituições de Longa Permanência de Idosos. Aliás, algumas instituições, inclusive, nesse questionário que fiz, mandaram também dados sobre os profissionais. Eu fiquei impressionada com o número de profissionais dessas instituições que foram infectados pela covid-19. Foi realmente muito alto. E eles foram vacinados logo no início. Depois, a vacinação da população em geral demorou mais algumas

semanas. Eu fiquei um pouquinho ansiosa com isso, uma requisição para saber quando começaria, enfim, essa vacinação. E aí depois de muita expectativa, ela começou no início de fevereiro. Isso gerou uma ansiedade grande nossa. Eu perturbei muito o Bernardo, o Sabo nesse início porque, depois de muita expectativa para dar início a essa vacinação, quando vi o número de locais para vacinados era ínfimo em relação à previsão da população que deveria ser vacinada naqueles dias. Então, ficamos muito aflitos e fizemos uma requisição, pedindo que o GDF disponibilizasse outros postos, postos drive-thru, horários com agendamento. É lamentável que o agendamento aqui no Distrito Federal parece não ter funcionado. Em vários locais, ele funcionou muito bem. Mas aqui no Distrito Federal... Mas tentamos para ver se funcionava. E, depois de um início um pouquinho tumultuado, funcionou bem. A população atendeu, acorreu aos postos de vacinação, conseguindo ser vacinada, e nós tivemos um bom número de idosos vacinados. Em abril, finalmente em 29 de abril, no finalzinho, começou o início dos maiores de 60, com isso fechando o ciclo da população idosa. A maior parte tomou Astrazeneca, e a segunda dose terminou no finalzinho já de julho. Então todos os idosos quiseram e puderam ser vacinados de forma completa. E nesse gráfico vemos que, realmente, o número de idosos vacinados foi bem grande. Entre os maiores de 80, inclusive, mais de 100% de idosos vacinados, isso porque vieram idosos de outros locais também se vacinar aqui. Nesse momento, os idosos do entorno vieram para o Distrito Federal, e aqui receberam também a sua vacina contra covid-19. E depois, em seguida, tivemos também um número muito grande de idosos vacinados nas outras faixas. De 60 a 64 anos chega a ser a mais de 90%. Então foi bastante satisfatória a campanha da vacinação entre os idosos, embora lenta, porque, no total, demoramos cerca de seis meses só para vacinar a nossa população idosa. Aqui nós temos um comparativo de um estudo que foi divulgado recentemente pela Fundação Oswaldo Cruz sobre a eficácia das vacinas na população mais idosa. Isso se refere à proteção contra óbitos. Sabemos que a maior parte desses idosos foram vacinados com Astrazeneca. E vemos aqui que, da população de 80 a 89 anos, a Astrazeneca proporcionou uma eficácia de quase 90%, mas depois de 90 já cai para 67%. E na Coronavac a eficácia vai de 65%, entre os idosos de 80 a 89 anos, e depois cai para 33%. Então eu estou mostrando porque, a partir daí, há uma pressão muito grande para que venha a terceira dose. Esse é um desafio que estamos enfrentando neste momento. Então, já indo para o final da minha apresentação, separei aqui o que considero um dos principais desafios enfrentados, as perspectivas também que nós temos daqui para frente. Primeiro, a Promo-

toria da Pessoa Idosa, que a chamo aqui de PROJID, que é a sigla da Promotoria, ela enfrenta muitas limitações por ser uma promotoria que tem estrutura muito pequena. Eu acho que isso precisa ser revisto em algum momento pelo Ministério Público, porque nós temos, atualmente, 300 mil idosos. Mas essa estrutura ainda estava muito comprometida porque, nessa época, a Promotoria dos Idosos era responsável não só pelos processos cíveis, mas também por processos criminais envolvendo as pessoas idosas, e isso sobrecarregava muito a promotoria. Só em abril foi alterado, mas, até abril desse ano, a promotoria era responsável por todos os inquéritos criminais. Então é uma promotoria que estava extremamente sobrecarregada e que só sobreviveu... e nós ainda tínhamos muitos procedimentos físicos. Era uma promotoria que estava na “idade da pedra.” Os inquéritos, a maior parte eram físicos, tiveram que ser digitalizados muito rapidamente, e os procedimentos também que nós tínhamos aqui em nome da promotoria, todos físicos, nós colocamos no tabularium com muito esforço. A minha equipe foi muito valente nessa hora. E essa pequena estrutura da promotoria, foi em grande parte compensada pela cooperação dos colegas da Força-Tarefa. Foi muito importante. Eu tenho muito a agradecer a todos os colegas. Se essa promotoria sobreviveu, se está aqui de pé até hoje, é graças também a esse apoio que eu recebi dos colegas que eu pude conviver mais de perto na Força-Tarefa. A Hiza, o Bernardo. É chato citar porque vamos acabar nos esquecendo dos demais . As Marianas, a Cíntia e os colegas também da PROSUS, o Marcelo, a Fernanda, também lembro a Alessandra Morato da Pró-Vida, ela também sempre é uma parceira muito grande. Então sem vocês, colegas, sem toda essa estrutura que eu tive, esse apoio que eu recebi, essa promotoria não estaria de pé hoje. Então eu tenho muito a agradecer. Como desafios, eu deixo aqui para refletirmos essa questão da terceira dose, que isso está sendo muito pedido. É claro que eu também acho muito importante terminar a segunda dose, mas nós já temos que pensar num planejamento para essa terceira dose para a não sermos pego de surpresa em relação a isso. Eu acho que já passou de o momento de sabermos qual vacina será feita, de que forma será feita. Então, esse eu diria que é o primeiro desafio. Outro também, deixo aqui, que separei, são as sequelas da covid. Falamos muito que foram recuperadas tantas pessoas, mas nós não temos os dados, pelo menos eu desconheço, um dado específico das pessoas que tiveram sequelas da covid. São sequelas que às vezes ficam um pouco escondidas, por exemplo, a fibrose cística, que elas vão aparecer daqui a um ou dois anos. E em relação à população idosa, veremos que o idoso às vezes consegue se recuperar da covid, sair daquele quadro, mas, mais adiante, ele apresentará um quadro de pneumonia. E é difícil sabermos até que ponto isso já é

parte de uma comorbidade própria da idade ou se é consequência de um agravamento proporcionado pela covid. Então eu acho que gente precisamos estudar mais isso. Precisamos dar mais apoio também a essa população que sobreviveu, mas que ficou com sequelas. Eu acho que isso é um grande desafio também que teremos agora. E há outro, que deixo aqui para refletirmos, em relação à saúde mental das pessoas idosas. Foi dito muito que as pessoas idosas deviam se isolar, e isso foi feito, mas em grande parte com o comprometimento da saúde mental dessas pessoas. Eu acredito muito que os idosos, eles precisam muito também do contato das pessoas mais jovens. Isso é fundamental para os idosos. Então quando eu vi as pessoas de 20 anos, 18 anos, sendo vacinados, isso para mim foi tão importante como o início da campanha de vacinação dos idosos. Porque acho que só com a proteção dessa população mais jovem é que a população mais idosa vai estar realmente protegida. E a população idosa precisa desse contato com os netos, com os filhos, isso é muito importante. Então nós vimos, nesse período, um agravamento muito grande da saúde mental das pessoas idosas. E isso também é uma grande preocupação. E é um tema que eu também deixo aqui para refletirmos. Então colegas, finalizo deixando para nós essa reflexão. Agradecendo, mais uma vez, a todos os colegas pelo apoio recebido nesse período. E dessa forma eu dou como encerrada aqui a minha exposição nessa manhã de hoje.

Procurador Eduardo Sabo

Doutora Maercia, excelente exposição. Realmente com chave de ouro. Eu vou falar até baixinho porque eu não sei se sou capaz de fazer uma exposição dessas, com gráficos e tudo. Na verdade, eu não sei. Ainda mais colocar em rede. Então você foi demais. Viu? Como a Hiza está falando agora. Você foi demais. Merece parabéns porque você colocou para nós a realidade de 300 mil idosos no Distrito Federal. Você colocou para nós o desafio que foi fazer com que a atenção fosse destinada àqueles idosos abrigados, aqueles idosos nas instituições. Você colocou para nós da Força-Tarefa, da PDDC, nós do conjunto das promotorias, a atenção que deveria ser dada para os idosos, quer de equipamentos de proteção individual, quer de testes de covid. Muitas vezes fazemos recomendação ou ofício, e você já faz com determinação. Você é firme. Você determinou e mais ainda, Maercia, eles cumpriram. Eles cumpriram por quê? Porque você tem sensibilidade, mas tem também força, colocou isso em pauta. Isso foi muito importante para nós aqui do Ministério Públi-

co, para a sociedade. E me lembro, inclusive, Maercia, que você teve a coragem, no auge da pandemia, de ir comigo lá, para visitarmos instituições onde eles estavam abrigados. Está lembrando? Nós fomos lá e passamos uma manhã inteira. Não só abraçamos esta causa, mas, enfim, nós tivemos esse acompanhamento muito importante. O que eu queria destacar? Eu queria destacar que me impressionou a situação que você fez documentalmente em relação ao Lar Bezerra de Menezes. Eu acredito que isso também tenha impactado a todas, inclusive a nossa secretária-executiva. Ela trabalha em tudo quanto é lugar. Não é, Maercia? A doutora Hiza. Eu acredito que nós devemos, aqui estamos em um webinar, mas para que a gente não esqueça, vamos com certeza requisitar um estudo epidemiológico dessa situação. Porque precisamos identificar qual foi a questão. Pode ter sido a questão da própria vacina. Então fica aqui essa mensagem para a própria sociedade, que nós vamos agir. Isso está muito claro, necessitando que a gente faça, ainda mais com esses dados que você colocou recentemente desses dois picos. O outro ponto que eu verifiquei hoje de manhã, quando estive em agenda em um hospital que tem atuado muito na recuperação, muito nas sequelas, e essa tem sido uma agenda da Força-Tarefa e uma agenda da PDDC, ou seja, a atuação nas sequelas covid. E parte do atendimento aqui no DF e do Brasil, inclusive, está sendo feito pelos Hospitais Sarah. Então lá estive hoje de manhã e nós temos aqui mais de 2.700 pacientes atendidos só em Brasília com sequelas. A Maercia colocou isso para nós. Qual é a nossa atenção? Nós temos que, nessa virada de página, temos que atuar no sentido de buscar fazer com que os nossos administradores gestores deem uma atenção especial, tal qual neste caso o próprio Sarah está dando, para as sequelas. Desafio. Terceira dose. Na verdade, é dose de reforço, que eu acredito que a PROSUS já está trabalhando nesse sentido, mas vamos unir esforços com todas as promotorias, até ouvindo os especialistas, nesse sentido. Eu poderia até falar mais um pouco, mas a Talita está me olhando assim, ela olha para mim, olha para o relógio. Então, eu vou passar a palavra para ela para começar essa fase de encerramento, até quem sabe ouvindo todas as colegas a gente dá uma palavra final, uma mensagem final. É isso Talita?

Apresentadora Talita Medeiros

Exato, Doutor. Eu gostaria de perguntar se vocês têm mais alguma consideração para fazer, antes de encerrarmos o evento? Alguém gostaria de falar?

Promotora Hiza Carpina Lima

Eu vou só fazer um breve comentário acerca da riqueza que é o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Sabo. O verdadeiro valor da instituição, além da sua missão constitucionalmente posta, está nos seus profissionais, sejam eles promotores de Justiça, sejam eles servidores, enfim, todos os que fazem parte do Ministério Público do Distrito Federal. A força do nosso trabalho veio da força que é a nossa prata da casa, nossos servidores, nossos promotores de Justiça, procuradores de Justiça. Então vale dizer que o Ministério Público do DF é uma instituição rica. Rica em grandes valores que são as pessoas. Acho que isso ficou muito visível nesse momento que estivemos aqui.

Procurador Eduardo Sabo

Muito bom, Hiza. Se algum colega ainda quiser se posicionar... Olha o que eu recebi aqui. Primeiro um elogio: “Excelente webinar. Uma panorâmica sobre as bem-sucedidas ações levadas a efeito pela Força-Tarefa e seus proveitosos resultados à população, para a população do Distrito Federal. Parabéns!”. Quem fez esse elogio aqui conhece, porque foi o Antônio Marcos Dezan. Ou seja, ele está nos assistindo, e ainda bem que não reclamou de nada, que elogiou. Isso é muito bom. Obrigado, Dezan. Mas nós temos um outro comentário, viu, Talita, que me passaram ? Do Francisco Carlos e Silva e Cunha. Qual é a preocupação dele? Isso faz com que tenhamos também um objetivo. Ele afirma que: “Como se aproximam as festas de final de ano, vão aumentar as pessoas em situação de rua no Distrito Federal”. E é verdade. Ou seja, nós vamos continuar com a mesma política. E acredito, Marianas e Cíntia, na verdade vai aumentar bastante o nosso trabalho. Nós vamos tentar colaborar para a execução de uma política mais efetiva. Enfim, são os desafios.

Promotora Mariana Távora

Doutor Sabo. E só queria aproveitar esse momento para parabenizar minhas colegas de mesa pela atuação, e fazer um elogio à Maercia, pela condução como promotora de Justiça. Ela, e a equipe, mas sozinha ali, sem outro promotor de justiça para dividir essa árdua função que é estar na defesa dos idosos. Nós recebemos

na promotoria esses processos criminais, e sei como eles são complexos, como demandam uma atuação intersetorial. E imagino o desafio que foi, nesse contexto de pandemia, trabalhar em tantas frentes. Então eu queria fazer um elogio, aqui ,público à Maercia, e dizer para as minhas colegas que eu sempre aprendo muito com elas. Foi muito bom estar nessa manhã aqui com todas vocês. E agradecer sempre o apoio da PDDC, quando estive à frente do Núcleo de Direitos Humanos. Obrigado e bom dia a todos e todas .

Promotora Maercia Melo

Obrigada, Mariana. Realmente foi um desafio muito grande. Mas, como eu disse, contar com o apoio de vocês foi muito importante, e conhecer vocês mais de perto acho que isso é a grande herança que eu levo dessa pandemia. Então, é bom sabermos, apesar de tudo, teve um lado muito bom. Eu acho que aprendemos muito nesse período. Pelo menos, em grande parte, nós também saímos melhores. Não foram só perdas. Isso é muito importante .

Procurador Eduardo Sabo

Já estamos encerrando. Obrigado, à Secor, à Talita, à Rhavena. E aqui nós temos uma pessoa que sempre fica escondida, mas eu vou agradecê-la todos os dias, que é a Anne. A Anne do Núcleo de Orçamento (da PDDC). Ela não apareceu, mas no último dia você vai aparecer, viu? Obrigado.

Apresentadora Talita Medeiros

Então, muito obrigada. Vou reforçar aqui o agradecimento à Doutora Mariana Távora, a Doutora Maercia, à Doutora Mariana Nunes, a Doutora Hiza, a doutora Cíntia, que teve que se ausentar, a todas as mulheres guerreiras. Gente, vocês viram? Hoje o nosso dia foi de mulheres. Viu, Doutor Sabo? O senhor foi aqui o bendito fruto hoje.

Parabéns às mulheres!

Apresentadora Talita Medeiros

É isso. Muito bem, gente. Então o nosso webinar sobre a atuação da Força-Tarefa do MPDFT terminou, mas amanhã tem mais. Obrigado a todos.

**Dia
3**

Abertura do Webinário

Eduardo Sabo

**Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão
e Coordenador da Força-Tarefa**



Considerações iniciais da apresentadora do evento, Talita Medeiros

Para dar início ao nosso webinário de hoje, teremos mais dois temas: sistema prisional e segurança pública e militar. Gostaria de passar a palavra para o Procurador de Justiça e Coordenador da Força-Tarefa do MPDFT, Eduardo Sabo. Bom dia, Doutor.

Bom dia, Talita, e todos os colegas que nos honram aqui com a sua presença. Doutor Rodrigo Machado, Doutor Leonardo Borges. E logo teremos aqui conosco o Doutor Nísio Tostes, Doutor André Ismael e a companhia da Doutora Cláudia Tomelin. Hoje é um dia especial, um dia importante, um dia que faremos reflexões sobre temas caríssimos para todos nós, sociedade: segurança pública e sistema prisional. Talita, tenho impressão de que vamos fazer um pouquinho diferente. Eu vou apresentar agora um vídeo, um que relata como a Força-Tarefa tem atuado nesse um ano e meio, produzido para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Mostrar como os colegas aqui presentes, e tantos outros, como você mesmo disse, atuaram na Força-Tarefa, fizeram e contribuíram para as ações de governo e da sociedade nesse último ano e meio. Vamos ver esse breve vídeo, depois eu complemento mais, e seguiremos adiante para ouvir nossos atores principais.

(Exibição de vídeo sobre a atuação da Força-Tarefa)

Muito bem. Nós vamos, nesta manhã, ouvir e refletir a respeito da ação do Mi-

nistério Público, das recomendações, das articulações, dos posicionamentos do Ministério Público com dois temas muito sensíveis para a sociedade: segurança pública e sistema prisional. A segurança pública, com a participação intensa dos órgãos de segurança, Polícia Militar, Polícia Civil, do Ministério Público, enquanto agente que acompanha, controla, fiscaliza e atua em todo esse sistema, inclusive no sistema prisional. E nós tivemos uma especial atenção em razão desse dever do Estado com esses acautelados. E não há melhor oportunidade para ouvirmos agora o Doutor Rodrigo, que atua no NUP. E ouviremos o depoimento da Doutora Cláudia, que hoje está no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), mas que tem colaborado decisivamente nessa política. Muito bem. Vamos lá.

***Dia
3***

Tema 1: Sistema Prisional

Rodrigo Machado

***Promotor de Justiça do Núcleo de Controle e Fiscalização
do Sistema Prisional (Nupri)***



Muito bom dia, doutor Sabo, Doutor Leo, Talita e demais que nos acompanham. Uma honra poder participar aqui desse webinar, uma satisfação muito grande a gente poder mostrar um pouco para os colegas, para a sociedade, fazer balanço, prestação de contas, sobre a atuação do Ministério Público no âmbito do Sistema Prisional durante a pandemia. Como a nossa colega Claudia não pôde comparecer, ela gravou assim um vídeo. Foi interessante ela participar aqui com a gente, falando sobre a atuação dela nesse início da pandemia. Eu vou pedir encarecidamente que a Rhavena disponibilize. Já começamos logo com essa fala da Claudia para, em seguida, a gente continuar.

(Exibição de vídeo com a participação da Promotora Claudia Tomelin)

Claudia Tomelin

***Promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo
de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional (Nupri)***



Bom dia a todos e a todas. Cumprimento todos os participantes do evento na pessoa do Doutor Sabo. Quero o parabenizar pela iniciativa do evento. Peço desculpas por não poder estar presente. Assumi um compromisso institucional no mesmo horário. Então vou fazer aqui uma gravação para trazer um breve relato sobre a experiência do Nupri em conjunto com a Força-Tarefa da Covid-19, nesse período

“*A pandemia demandou atuação conjunta e integrada do MPDFT. E esse foi o mérito da Força-Tarefa: permitir que a instituição atuasse de forma estratégica e resolutiva na busca de soluções para os problemas que atingiram as diversas áreas que são acompanhadas pelo Ministério Público*”.

muito difícil para todos nós. Vai ser um breve relato porque o meu colega Rodrigo vai poder detalhar melhor sobre quais foram as medidas ou experiências que nós vivenciamos. Eu inicio minha fala dizendo que a covid trouxe repercussões para diversas áreas de atuação do Ministério Público, saúde, educação, patrimônio públi-



Integrantes do MPDFT e do Judiciário inspecionam cumprimento de protocolos sanitários e medidas contra a covid-19 em unidade do Sistema Prisional do DF. Foto: MPDFT.

co, transporte público, segurança pública. E essa situação demandou, e demanda ainda, uma atuação conjunta e integrada, e esse foi o mérito da Força-Tarefa porque ela reuniu diversas áreas do Ministério Público, o que nos permitiu atuar de forma estratégica e resolutiva na busca de soluções para os problemas que atingiram essas diversas áreas do Ministério Público. Coube a mim e ao meu colega Rodrigo falar sobre o Sistema Prisional. Nós fomos convidados a integrar a Força-Tarefa pelo Doutor Sabo, logo em março, para compartilhar nossas experiências, informar sobre a nossa atuação, e tentar também construir soluções conjuntas. Paralelamente à participação na Força-Tarefa, também integramos o Grupo de Monitoramento da Covid-19 no Sistema Prisional, que foi criada pela Vara de Execuções Penais do TJDF (VEP), integrado pela Secretaria de Administração Penitenciária e Secretaria de Saúde. Essa participação nesse grupo de monitoramento foi incentivada pela Força-Tarefa, porque entenderam que era necessária uma atuação interinstitucional com todos os atores do sistema de justiça e outros órgãos para construir soluções para

“
Grupos defenderam a soltura generalizada dos presos por conta da pandemia. Nós entendemos que problemas complexos devem ser apartados dessa lógica binária: encarcera todo mundo, solta todo mundo. Precisamos tomar decisões responsáveis e cuidadosas. E isso foi feito. O Nupri compartilhou essas decisões com a Força-Tarefa e elas foram apoiadas.”

fazer frente à situação da covid no ambiente prisional. Esse grupo de monitoramento se reuniu pela primeira vez no dia 17 de março, e contou com a participação de especialistas na área de saúde, com a participação de médico infectologista, e, a partir desse dia, foram traçadas medidas sanitárias para conter o avanço da doença no sistema prisional. Eu costumo dizer, eu, meu colega Jorge, meu colega Rodrigo também, que o sistema prisional ele é hipercomplexo. Ele é marcado por problemas que vão desde superlotação até ambientes insalubres em algumas unidades prisionais, e a esse sistema complexo é adicionado um problema também muito complexo de ordem sanitária que é a pandemia da covid-19. Nós não temos respostas simples para problemas complexos. Muito se discutiu, e alguns grupos defenderam, que deveria haver uma soltura generalizada dos presos por conta da pandemia. Nós en-

tendemos que problemas complexos devem ser apartados dessa lógica binária: solta, encarcera todo mundo, desencarcera todo mundo. Nós precisamos tomar decisões responsáveis, decisões bem cuidadosas. E isso foi feito. O Nupri compartilhou todas essas decisões com a Força-Tarefa. E foram decisões que foram apoiadas. Houve um alinhamento interno entre os membros do Nupri e os promotores da Execução sobre a necessidade da suspensão dos benefícios externos dos presos do regime semiaberto. Então, nós, do Nupri, na época eu estava no Nupri, em conjunto com os promotores da execução ingressamos com o pedido perante a VEP para suspender as saídas temporárias, o trabalho externo dos presos no regime semiaberto. E nós fizemos isso não porque, como diz o colega o Suxberger, “usamos perfume de enxofre e queremos fazer o mal,” mas porque foi uma medida necessária para conter o avanço da doença no cárcere.

Medidas compensatórias para detentos durante a crise sanitária

Se, por um lado, houve pedido de restrição, por outro também houve pedido de medidas compensatórias, como, por exemplo, a remição ficta. Mesmo os presos não trabalhando, a eles foi garantido o desconto da pena, de um dia da pena para cada três dias que eles deveriam estar trabalhando e não puderam trabalhar por conta das restrições. Também foi concedida a prisão domiciliar humanitária para alguns presos do grupo de risco. Não todos, mas aqueles que preenchiam os requisitos subjetivos. Houve uma atenção especial para os presos idosos, com possibilidade de

“*Como medidas compensatórias a detentos do Sistema Prisional do DF na pandemia, houve a prisão domiciliar humanitária, a progressão antecipada de regime e a remição ficta. Os idosos tiveram atenção especial e puderam tomar banho de sol por período ampliado. O Nupri também lutou para implementar visitas virtuais de familiares, porque as presenciais estavam suspensas. Viabilizou-se a doação de tablets com essa finalidade”.*

banho de sol por período bem ampliado. Houve a progressão antecipada de regime para o regime aberto para aqueles presos que estavam prestes a completar os requi-

sitos objetivos, e desde que também cumprissem os requisitos subjetivos. Nós também lutamos muito para implementar as visitas virtuais, porque as visitas presenciais dos familiares estavam suspensas desde o início. Então nós viabilizamos a doação de tablets pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Foram 40 tablets doados para o sistema penitenciário local. Só que aí nos deparamos com um problema, porque o Complexo da Papuda tem sérios problemas com a internet. Então nós não conseguimos implementar as visitas de imediato. E essa situação foi compartilhada com a Força-Tarefa durante uma reunião em uma quinta-feira, e a solução partiu da própria Força-Tarefa. O Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial (Ncap) se dispôs, por meio de recursos da suspensão condicio-



Detento do Sistema Prisional do DF em comunicação virtual com familiares na pandemia: iniciativa atenuou isolamento em razão da suspensão das visitas presenciais. Foto: MPDFT.

nal do processo, viabilizar a aquisição de roteadores para implementar as visitas virtuais, e isso de fato foi feito. Nós também criamos um projeto, o Círculos da Paz, com os familiares dos presos. Nos reunimos quinzenalmente com eles para passar informações de qualidade sobre todas as medidas que estavam sendo adotadas no Sistema Prisional, porque havia uma reclamação por parte deles de que não estavam sendo informados do que acontecia no sistema, e não tinham informações sobre seus familiares. Esse projeto foi uma ideia que partiu de uma reunião da Força-Tarefa em que muito se falou sobre a possibilidade de utilizarmos a expertise da Coordenadoria de Autocomposição, que é coordenada pela Doutora Selma Sauerbronn, pelo colega Pedro Tomé, pela Leila. E esse grupo de autocomposição nos permitiu

ajudar e a aproximar da sociedade, explicando-lhe as medidas adotadas. Esse diálogo foi muito importante para nós porque existia uma disseminação de notícias falsas entre os grupos de familiares para tentar desestabilizar o sistema carcerário, forçar solturas generalizadas. Então, por meio desse grupo, conseguimos passar essas informações. Houve a participação de servidores da Secretaria de Saúde e do próprio Sistema Penitenciário. E muitos dos familiares ficaram satisfeitos porque eles tinham acesso a essas informações solicitadas, antes não tinham e agora as demandas deles eram ouvidas. E, a par de tudo isso, nós também realizamos visitas praticamente semanais ao Complexo da Papuda, principalmente naquelas unidades prisionais destacadas para os presos que estavam com a covid-19 e para os presos novos que precisavam ficar em quarentena antes de ir para as unidades prisionais. No início, claro que nós tínhamos um certo receio de contrair a doença, mas tivemos todo um apoio de segurança da nossa equipe da segurança institucional. Tínhamos também o apoio dos servidores da Secretaria de saúde. E essas visitas presenciais foram fundamentais para que monitorássemos todas aquelas medidas que foram traçadas para conter o avanço da doença. Nós tivemos mortes no sistema prisional, infelizmente, mas elas ficaram aquém do que foi previsto. Inclusive, em 17 de março, o médico infectologista traçou um cenário muito adverso. Um cenário em que haveria muitas mortes, mas isso não se confirmou. Houve menos mortes do que esperado e menos mortes do que o registrado entre a população extramuros. Eu queria dizer que o Nupri teve todo o apoio institucional, o apoio da Força-Tarefa, o apoio da segurança institucional, contou com empenho dos servidores, e eu quero aqui também destacar o empenho dos servidores do Nupri. E uma lição que eu extraio de toda essa crise da pandemia - nós tivemos muitas perdas, todos nós, inclusive eu - mas uma lição que eu extraio é que uma atuação conjunta, uma atuação integrada, é fundamental para que prestemos um serviço de excelência. E a atuação da Força-Tarefa reforça o compromisso do Ministério Público na defesa da sociedade. Um abraço a todos e muito obrigada.

Procurador Eduardo Sabo

Doutor Rodrigo, se me permite, eu vou conversar, nem que seja virtualmente, com a Doutora Claudia Tomelin e com os nossos ouvintes, com os nossos youtubers, não é, Talita? Para que reflitamos sobre como iniciamos esse painel, qual foi a fala da Doutora Claudia Tomelin. Uma pessoa fortíssima, uma pessoa, sim, que teve

perdas nesse momento, como muitos de nós, mas que se empenhou muito, expondo-se, arriscando sua vida, fazendo as visitas presenciais ao presídio, porque o Ministério Público se faz presente com ação presencial. Todos os integrantes da Força-Tarefa que estão aqui, e Claudia é um exemplo disso. o Sistema Prisional, que é um sistema fechado, hermeticamente fechado, não é? Ele poderia explodir, e só não ocorreu isso em razão da ação do Ministério Público articulada com os próprios órgãos de segurança pública e prisional, com o sistema judiciário e com ações criativas das mais diversas, procurando, inclusive, reduzir o tempo de permanência dos presos em razão do seu regime de cumprimento da pena, no próprio presídio, como ela relatou. Também procurando soluções para as visitas virtuais. Isso foi essencial. Houve a compreensão, inclusive da OAB, que aqui nós devemos elogiar, dos próprios advogados, houve um consenso de atuação muito importante, para que esse trabalho tivesse sucesso. E ela se empenhou muito. Posso registrar aqui, não é, Rodrigo?, e, também, o colega Jorge Mansur, que lá esteve. Fica aqui o meu abraço, que depois ela vai receber, a nossa colega Claudia, e os meus cumprimentos pela atuação dela e de toda a equipe nesse primeiro momento. Mas e depois, Rodrigo? A palavra é contigo .

Promotor Rodrigo Machado

Maravilha, Doutor Sabo. Muito importante esse registro que você fez dos colegas que atuaram no início. E eu vou aproveitar a sua fala para detalhar um pouco mais dessa situação que acompanhamos, e seguimos acompanhando. Realmente acreditava-se que haveria mortes em massa no sistema prisional. Então, ficou todo mundo muito aflito, receoso, muito com medo, mas, graças a Deus, essas previsões não se confirmaram. Eu trago aqui, por exemplo, números de ontem, que estão sendo reproduzidos aí, e tão estáveis há bastante tempo, sobre a taxa de letalidade no sistema prisional. A taxa de letalidade extramuros está em torno de 2,2%. Já em relação àqueles que estão privados de liberdade, ela está bem inferior, 0,29%. E dos policiais penais, um pouquinho maior, 0,31%. O sucesso aí, digamos, não sei se podemos chamar de sucesso, mas eu vejo, sim, como um sucesso, lógico que queríamos que não tivesse morrido ninguém, mas, enfim, essa baixa letalidade nós encaramos como sendo um êxito na atuação, e, como o senhor, Doutor Sabo, mencionou, uma atuação conjunta, não só do Ministério Público, mas da articulação com a Secretaria de Administração Penitenciária, a Secretaria de Saúde, a comunicação e organização

entre todos os envolvidos e, mais importante, uma atuação muito rápida. Eu gosto de trazer uma linha do tempo para mostrar o quanto as instituições reagiram muito rápido e o quanto foi importante a coordenação do Ministério Público, a orientação, as recomendações e, quando a conversa não era suficiente, a judicialização até mesmo. Em março, foi declarada a pandemia. Em março, já tínhamos um grupo formado com a VEP, Secretaria de Administração Penitenciária, OAB e Defensoria Pública para tratar de maneira conjunta quais medidas seriam tomadas. Medidas impopulares foram tomadas, impopulares entre a massa carcerária e seus familiares. Logo em março, já suspendeu o benefício externo, suspendeu visitas, com apoio aí da PDDC, das PEPs, e, enfim, cancelado pela VEP, que acolheu nossos pleitos. Então, assim que foi declarada a pandemia, já fechou o sistema. E assim que fechou o sistema, notamos a grande aflição dos familiares, porque eles estavam sem informações. O sistema é fechado, não só hermeticamente fechado, mas o acesso da população a informações no sistema é muito difícil. Então eles não sabiam, os familiares, o pai e a mãe não sabiam de seu filho, o marido ou esposa, se estavam com covid, se tinham morrido, se não tinham, se estavam internados. E eles não tinham a quem recorrer. Logo no início, vimos que era imprescindível abrir um pouco o sistema, dar voz, se aproximar da sociedade. Os presos estão lá pagando pelo que fizeram. E nós temos que zelar para que eles cumpram a pena de forma mais humanizada possível, mas os familiares são pessoas que, enfim, merecem o máximo respeito e atenção, e muitas vezes são negligenciados. E aí o Nupri abriu as suas portas, divulgou meios de comunicação, whatsapp, telefone. Deu um exemplo até para o sistema, que agora, depois de quase um ano, também está trilhando esse caminho de abrir mais. Recebemos o ouvidor aqui já duas vezes, a ouvidoria da Secretaria de Estado e de Administração Penitenciária do DF (Seap). Demos essas sugestões. Porque se você tentar ligar lá, Doutor Sabo, tentar falar com alguém no sistema para saber alguma informação, saber se vai ter visita, se não vai ter, você não consegue falar, ou pelo menos não conseguiria. Depois de muito conversar, estamos conseguindo trazer mais transparência, mais informações para os usuários do sistema. Então tivemos, sim, a preocupação inicial com a vida. E para se preocupar com a vida, tivemos que fechar ainda mais o sistema no que diz respeito aos benefícios externos, visitação, esse tipo de coisa. Para compensar... até os advogados sofreram um pouco no início porque não podiam ter contato, mas já em março, com esse fechamento do sistema, compomos um grupo de trabalho para viabilizar os parlatórios virtuais, medida que foi rapidamente implementada com o apoio da OAB, da VEP. E além dessa preocupação com a vida, tínhamos, inevitavelmente, a preocupação com a segurança pú-

blica, porque, como a Claudia mencionou, já que estava ali essa preocupação com a vida, uma das soluções um pouco simplistas que apareceram logo no início era soltar todo mundo. Vamos colocar todos os presos na rua para evitar que eles sejam acometidos com essa doença grave. Aí começamos um trabalho de convencimento. Fizemos ofícios para as procuradorias, nota técnica para auxiliar os colegas que atuam na criminal, memoriais junto à Vice-PGJ, para o TJDF, para dar subsídios para um Habeas Corpus (HC) coletivo que estava sendo apreciado. Nós entendíamos que não seria adequada essa soltura indiscriminada, e trouxemos fortes fundamentos no sentido de que deveria ser feita uma análise individual em cada caso e não a soltura generalizada de presos.

A ampliação do diálogo com familiares dos presos, testagens e visitas virtuais Então, de um lado cuidávamos da proteção dos que estavam ali, mantendo isolamento, intensificação das medidas, protocolos de higiene, isolamento até em blocos separados, algo que também, já em abril, fizemos um pedido, e foi acolhido. Estavam sendo criados, ou melhor, em construção, novos blocos chamados CDP2, Centros de Detenção Provisória Número 2, e já pedimos para que fosse reservado um bloco só para os presos que estivessem vindo da DCCP, da Polícia Civil, que são aqueles que são presos na audiência de custódia e, depois de alguns dias, são encaminhados para o Complexo da Papuda. Pedimos para que esses presos, os que estivessem no mundo externo, não se misturassem com a massa carcerária, que lhes fosse reservado um bloco inteiro e um outro bloco para aqueles que já estivessem

“*O ambiente carcerário está sempre tenso. Em uma pandemia, fechar o sistema o torna um barril de pólvora. Foi necessário tomar medidas para reduzir esse tensionamento, entre as quais a realização de uma auditoria cívica, para avaliar a comunicação dos familiares com os internos, em razão do grande número de reclamações que chegou a nós”.*

confirmados com covid. Foi uma medida muito importante, porque, Doutor Sabo, se pegássemos essas pessoas que chegam, às vezes, sem teste, sem nada, e as misturassem com a massa carcerária, aí iam ocorrer mortes em massa, as que estávamos prevendo. Então medidas como essa, que tiveram apoio da Força-Tarefa, tanto no

que diz respeito a esse isolamento quanto no que diz respeito ao aumento da testagem, à testagem dos presos que estavam ingressando, foram medidas que contribuiriam demais para que o número de mortes no interior do sistema fosse, inclusive, expressivamente menor proporcionalmente à população que estivesse privada de liberdade. Mas, em razão dessa angústia dos familiares, tomamos medidas para implementar o projeto das visitas virtuais. Recebemos doação do Depen. Fizemos reuniões com o Diretor-Geral do Depen, doação de tablets que viabilizaram essas visitas virtuais. O Ncap ajudou muito com a destinação de recursos de acordos de não-persecução penal para comprar roteadores. Foram mais de 15 mil reais em roteadores para fazer funcionar a internet lá, porque sem internet ficavam prejudicados tanto o parlatório virtual quanto as visitas virtuais. Então essa parceria entre os órgãos que compõem a Força-Tarefa foi fundamental também para que não aumen-

“*Em parceria com a Coordenadoria Executiva de Autocomposição (Cauto), o Nupri criou os “Círculos da Paz”, diálogos inclusivos que buscam dar voz ao público carcerário e a seus familiares. É uma população vulnerável que tem pleitos justos, necessários, mas que não eram ouvidos. A iniciativa funcionou. Com ajuda da Força-Tarefa, demandas foram atendidas”.*

tasse a instabilidade do sistema, porque além da preocupação com o espalhamento do vírus em si, tínhamos a preocupação com a tensão no ambiente carcerário. O ambiente carcerário é, diuturnamente, tenso. Está sempre tenso. E você jogar uma pandemia e fechar o sistema, torna aquilo ali “um barril de pólvora.” Então temos que tomar medidas para reduzir esse tensionamento. E aí outras duas importantes atuações para reduzir esse tensionamento, para fazer uma aferição do serviço que estava sendo prestado, foi uma parceria que o MP fez com o IFC, Instituto de Fiscalização e Controle. Conseguimos autorização na VEP para passar o contato dos familiares que têm parentes que estavam acometidos com a covid, para que o IFC fizesse uma auditoria cívica, para que avaliasse como estava sendo a comunicação do sistema prisional com os familiares, em razão desse grande número de reclamações que estavam chegando a nós. De falta de informação sobre os parentes, sem saber se tinham morrido, se estavam com covid, se não estavam, se estavam isolado, se não estavam. Além dessa auditoria cívica, criamos, em parceria com a Coordenado-

ria Executiva de Autocomposição (Cauto), os Círculos da Paz, que são diálogos inclusivos que buscam dar voz para o público carcerário, para os seus familiares, que buscam representatividade na população carcerária. É a população vulnerável, que não tem voz, não é escutada por ninguém. E muitas vezes eles têm pleitos justos, pleitos importantes e relevantes, que não eram ouvidos. E o que fizemos? Trouxemos esses familiares, muitos deles, aqueles que estão engajados ali, fazem parte de, muitas vezes, dezenas de outros grupos, de subgrupos, grupos para cada unidade penitenciária, grupos para vários conjuntos de unidades penitenciárias. Então, enfim, temos uma massa carcerária de quase 17.000 presos. Você imagina quantos familiares não estão querendo informações, e muitas vezes recebem informações falsas. Temos notícias de organizações criminosas que se infiltram nesses grupos familiares para disseminar informações falsas, gerar desestabilidade no sistema, cooptar familiares em troca de supostas ajudas. Notamos que se o poder público, se o Estado não ocupasse esse espaço, como não existe vácuo de poder, alguém ocuparia, e quem teria chance de ocupar não seria as pessoas bem-intencionadas. São membros de organizações criminosas que geram instabilidade, não só para os que estão dentro do sistema. Todos nós aqui poderíamos estar em risco e, enfim, estaremos em risco se o poder público não ocupar esse espaço. E esse projeto que surgiu na pandemia vai continuar mesmo após o seu encerramento. Quinzenalmente ou mensalmente, no mínimo, traremos representantes desses familiares para dialogar conosco, mais representantes da Secretaria de Administração Penitenciária, mais também Ouvidor do Depen, membros da Secretaria de Saúde. Então são vários entes ali relacionados a esse atendimento, que dão informações de qualidade, que dão ajuda para essa população. Bem, esse projeto vai continuar. (...) Sobre o projeto Círculos da Paz, ele é muito importante. Temos a possibilidade de trazer um familiar e a demanda dele e levá-la diretamente para o Secretário de Saúde. Levar diretamente para o Doutor Sabo, da PDDC, e, muitas vezes dessas reuniões surgiram demandas que levamos para Força-Tarefa que, rapidamente, o Doutor Sabo, o Leo, da Ncap, outros integrantes, conseguiram atender as demandas que eram justas e necessárias.

Articulação para garantir vacinas e o direito à saúde dos detentos

Cito como exemplo, Doutor Sabo, a questão da vacinação. Tema extremamente polêmico. Alguns entendiam que presos não deviam ser vacinados ou que deviam ser vacinados por último. Outros entendiam que deveriam ter um atendimento prio-

ritário. No Plano Nacional de Vacinação, inclusive, foi dada prioridade para os presos. Qual foi o nosso entendimento? E isso não foi um entendimento do Rodrigo do Nupri. Foi tudo muito conversado com os demais colegas. Nenhuma decisão aqui tomávamos de forma isolada. Entendíamos que os presos têm uma série de direitos restritos, mas a saúde não é um dos direitos de que eles estão privados. O preso continua com direito de saúde. Então o mínimo que deveríamos garantir era que fosse observada a mesma regra para os que estavam em liberdade. Então, logo que começou a vacinação para os idosos, lutamos para que fosse feita a vacinação do público idoso que estava privado de liberdade. E assim foi feito. Houve uma suspensão durante a vacinação dos idosos. Levamos esse fato para a Força-Tarefa. Doutor Sabo se reuniu com o Subsecretário, levou essa preocupação, oficiou, requisitou, e, prontamente, eles restabeleceram a vacinação. Um pouco depois, já mais à frente, com a chegada de um pouco mais de vacina, pudemos cobrar essa priorização prevista no Plano Nacional de Imunização. Houve uma chegada aqui de um carregamento grande de doses que estavam prestes a vencer da vacina Janssen, de dose única. O Doutor Sabo prontamente entrou em contato conosco, falou: “Rodrigo, estão chegando essas vacinas, estão próximas a vencer, tive a ideia de a gente tentar destinar para o público carcerário que está concentrado ali em um lugar só”. Apesar da logística da vacinação deles ser mais complexa, se fosse pegar uma vacinação com dose única, conseguiríamos vacinar muitas pessoas de uma vez e reduzir a chance de perder esse lote de vacina. Só que, enfim, não seria fácil. Não dependia só de nós. Tínhamos que dialogar com o Secretário de Administração Penitenciária, com o gerente da Saúde, com a Gerência de Saúde prisional. Então o Doutor Sabo falou comigo “Vamos tentar chamar todos esses atores aqui no Ministério Público, vamos para a sala do Conselho Superior”. E assim foi feito. Liguei para o Secretário de Administração Penitenciária, liguei para o Gerente de Saúde Prisional. O Doutor Sabo falou com o Secretário de Saúde e conseguimos marcar essa reunião. Infelizmente eu peguei covid na véspera dessa reunião, estava passando mal. Fiz um teste rápido de PCR e vi que estava com covid. Mas, ainda assim, conseguimos participar virtualmente dessa reunião. E de lá conseguimos extrair um compromisso de que fossem destinadas essas doses da Janssen não só para os presos, mas também para os policiais penais. Apesar dessa polêmica sobre se deveria ou não dar essa priorização para o público carcerário, entendemos que seria necessário, não só para reduzir as mortes no âmbito do sistema prisional, como também para reduzir essa tensão que eu falei para vocês. O ambiente carcerário é tenso. Os familiares ficam tensos. Organizações criminosas se infiltrando. Então você vacinar esse público, permitir a volta da visitaç

bui para o distensionamento. Reduzir as mortes no sistema prisional gera esse distensionamento. E evita também aqueles pedidos de soltura em massa de pessoas que não deveriam estar soltas, que deveriam seguir com o cumprimento da sua pena. Então essa atuação foi muito importante. Eu entendo que essa forma de atuar atinge um propósito que o Ministério Público está em constante busca, que é conciliar unidade, o princípio da unidade do Ministério Público, com a independência funcional. É um desafio muito grande. São dois princípios caríssimos ao Ministério Público, que valorizamos e não vamos perder, não queremos perder, e lutamos para não perder jamais esses princípios. Mas muitas vezes há choque entre o Ministério Público uno e a independência funcional, que cada membro às vezes se agarra à sua independência e um quer ir para um lado, outro quer ir para outro, e acaba aí minando essa unidade. A Força-Tarefa é uma prova de que é possível, não só é possível como é proveitoso para a sociedade, conciliar esses dois. Imagina se cada um aqui que estivesse atuando, tomado um posicionamento, muitas vezes, ou um individualmente, quisesse atuar sem dialogar com os demais ali, sem buscar uma atuação articulada, o caos que não seria. Eu acredito que precisamos caminhar conjuntamente, que juntos vamos mais longe. Sozinhos não vamos a lugar nenhum ou vamos a muitos poucos lugares. Queria, por fim, agradecer muito a atuação dos servidores do Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional. Só em 2021 já foram, aproximadamente, 30 inspeções no sistema prisional. O CNMP suspendeu a obrigatoriedade das inspeções, da elaboração de relatórios das inspeções. Voltou só agora, recentemente, mas, mesmo o CNMP tendo feito essa suspensão, o Nupri não parou nenhum minuto de fiscalizar, nem inclusive de ir, entrar e conversar diretamente no bloco apelidado de “Covidão,” onde estão os presos contaminados. Seguimos indo lá semanalmente, quase que semanalmente. Já foram mais de 30 inspeções. Só em 2021 já foram 60. Isso porque estamos aqui no Nupri apenas com um promotor. Graças a Deus contamos com a cooperação de outros colegas que nos dão apoio, como o próprio Doutor Leonardo Borges, do NCap, que tem nos prestado um valoroso auxílio. E sem o apoio dos servidores seria impossível fazermos esse trabalho. E essa ida presencial lá é fundamental para acompanharmos de perto. Como o sistema é fechado, temos poucas informações. Daí ser importante estarmos lá, presencialmente, ouvindo o preso no “tête-à-tête”. Não vamos acompanhados dos policiais, fazendo a nossa segurança; vamos acompanhados apenas da nossa segurança institucional. Então agradeço muito o apoio da segurança institucional e dos servidores do Nupri, que viabilizaram esse trabalho. Teria aqui mais uma série de outras atuações que fizemos, mas, enfim, fica para uma próxima oportunidade tratarmos desse

assunto para não enfadar mais ninguém. Agradeço muito a participação. Devolvo a palavra ao Doutor Sabo.

Procurador Eduardo Sabo

Doutor Rodrigo Machado, belíssimo relato, apresentando com clareza que existem, sim, direitos fundamentais, a vida, a liberdade, a igualdade. E não é porque alguém está apenado, esteja com restrições à sua liberdade, que o Estado não deva, não tenha obrigação, de garantir a sua vida. Em razão da sua ação, em razão dos colegas do Nupri, que vocês mais do que fiscalizaram. Vocês construíram uma verdadeira rede com instituições não-governamentais, foi citado aqui o IFC, rede com instituições privadas com caráter público, como a OAB, com a Defensoria, com o próprio juízo responsável pela execução da pena, Doutora Leila, não é verdade? E com o conjunto do próprio sistema penitenciário, fazendo com que a cada momento aquele ambiente fosse acompanhado, controlado. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o sucesso dessa iniciativa, em termos nacionais, fica aqui o registro, se deve à atuação do Ministério Público. É claro que, em termos de Procuradoria do Cidadão, de Força-Tarefa, nós contribuimos para que as decisões tivessem concretude, e que todos entendessem da responsabilidade que têm para a sociedade. Na medida em que nós temos condições de salvaguardar os direitos daqueles que estão apenados, uma população enorme, 17.000, fora os seus familiares, ou seja, um conjunto que podemos expressar de mais de 50.000 pessoas. Nós tivemos a grata satisfação de ter todo desenrolar desse trabalho contribuído para a pacificação social, diferente de tantos outros estados que, infelizmente, tiveram diversas conturbações. E isso se deu, sem dúvida nenhuma, em todos os momentos, inclusive no momento da proteção deles, que têm os mesmos direitos que nós temos, que foi o da vacinação. Nós fomos muito claros nisso e houve essa compreensão. E a própria sociedade compreendeu esse momento. Por isso, Rodrigo, eu acredito que, às vezes, o tema pode ser um pouco árido, mas é bom que nós coloquemos, ou seja, fizemos a nossa parte, e continuamos a fazer como obrigação de Ministério Público. Tudo isso não poderia ser feito também com a colaboração de diversos agentes. Até aqui tivemos a participação da colega Hiza, da Secretaria-Executiva, do colega Bernardo. Esse seminário tem uma pessoa dedicadíssima, que logo vai aparecer para nós, que é a Anne, na montagem disso. E hoje qual é o ponto importante da montagem desse seminário que a Talita logo vai anunciar? Porque nós temos atores do sistema prisional e temos atores que

atuam, nossos colegas, na área de segurança pública. Há instituições importantíssimas, Polícia Militar e Polícia Civil, que são acompanhadas por nós e que têm essa interface.

Apresentadora Talita Medeiros

Doutor Sabo, eu iria chamar o segundo painel, mas, antes, queria passar um vídeo bem curtinho que a Secretaria de Comunicação do MPDFT fez no ano passado, durante o Dia das Mães, lá no presídio. Doutor Rodrigo falou um pouquinho sobre essas visitas virtuais, e nesse vídeo ele mostra como foram, para termos um pouco de noção de tudo . Vamos assistir esse vídeo, então?

Promotor Rodrigo Machado

Aproveito aqui para fazer um acréscimo, Doutor Sabo, já que não fiz esse registro. O DF, segundo informações da VEP, foi o primeiro estado a imunizar 100% do sistema prisional, incluindo os presos e os policiais penais. Vejo isso como uma grande vitória, um grande êxito da nossa atuação. Foi, enfim, muito interessante. Esse vídeo que a Secom preparou é muito legal. Ele trata de um outro projeto, que também disputou prêmios, que foi o projeto Dia das Mães. Durante esse período de maio, no auge da pandemia, conseguimos organizar uma forma de os familiares terem algum contato com os detentos. Como o sistema estava completamente fechado, e ninguém tinha muita informação sobre seus parentes, fizemos o projeto Dias da Mães para viabilizar uma comunicação entre eles. Então, por favor, Talita, passe esse vídeo, que ele ficou muito legal.

(Exibição do vídeo sobre o projeto Dia das Mães, com detentos do Sistema Prisional do DF.)

Apresentadora Talita Medeiros

Vamos continuar então o nosso webinar. E agora vamos para o segundo painel, que tem como tema Segurança Pública e Militar. E quem participa agora são os promotores de justiça Nísio Tostes, Leonardo Borges e André Ismael. Bom dia, Doutor Nísio.

Dia 3

Tema 2: Segurança Pública

Nísio Tostes

Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Militar



Bom dia, Talita. Bom dia, Doutor Leonardo, Doutor Sabo, Doutor Rodrigo, Doutor André Ismael. Primeiramente, devo dizer que foi uma experiência extraordinária poder participar daqui da Força-Tarefa, desse esforço que foi coordenado pelo nosso querido Sabo e que, como foi bem esclarecido pelo Rodrigo, trouxe uma comunhão de áreas do Ministério Público com uma forma estruturada, coordenada e bem coesa, dentro dos objetivos a serem atendidos. Não ficou aquela questão de atirar para todos os lados e não conseguir resultado nenhum. Os resultados foram muito proveitosos. E foi uma experiência muito interessante participar, tanto em relação ao Ministério Público, à Promotoria Militar, como pela segurança institucional do Ministério Público. Porque nós também temos as nossas perdas. Sofremos também a pandemia, os efeitos da pandemia dentro da nossa própria casa. Nós temos talvez uma felicidade, na área de segurança, e acredito que é um pensamento compartilhado pelo Leonardo e pelo André, porque nós atuamos com instituições que são extremamente bem organizadas e estruturadas, e que funcionam, apesar da situação de dificuldades, apesar desses percalços. A segurança pública não para. Ela não pode parar em momento algum, e ela teve que sofrer algumas alterações no seu funcionamento, teve seus momentos mais complicados, mas são instituições extremamente bem organizadas e estruturadas, como disse, tanto a Polícia Civil, a Polícia Militar, como o Corpo de Bombeiros. Em relação à Força-Tarefa, eu preparei um pequeno power point com alguns dados (...) sobre o impacto da pandemia da covid na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, que é a área da atuação

da Promotoria Militar, específica. Bem, primeiramente, tivemos aqui na Promotoria Militar três atuações, três casos que nos chamaram muito a atenção ao longo desse trabalho da Força-Tarefa. O primeiro diz respeito à questão da produção de álcool (em gel), que foi feito pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros. Chegou-se uma denúncia de que aquele álcool seria um álcool caseiro, que não seria apto ou poderia ter alguns danos. Foi investigado pelo colega, pelo Doutor Paulo Gomes, e chegou-se à conclusão que estava tudo certinho. Não havia problema. Era um álcool que era utilizado para higienização de veículos. Então não teve problemas. Em um segundo momento, nós tivemos uma denúncia sobre compra de máscaras pelo Corpo de Bombeiros, e que as máscaras teriam sido fornecidas, cerca de 200.000 máscaras, e não corresponderiam a exigências do edital, e às exigências mesmo daquilo que a Anvisa dispõe sobre a questão das máscaras. Fizemos essa apuração em conjunto com o Ministério Público do Trabalho. Foi feito uma perícia e amostra dessas máscaras fornecidas pelo próprio Corpo de Bombeiros, e chegou-se à conclusão de que realmente as máscaras não atingiam o padrão que foi exigido no edital. Com isso, foi feita uma recomendação ao Corpo de Bombeiros e foram retiradas do uso cerca de 200.000 máscaras. De outro lado, nós conseguimos, aqui houve uma intermediação da Promotoria Militar com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), e o número de máscaras correspondentes também foi doado. Foi feito pela Senasp para o Corpo de Bombeiros, de forma que não houve prejuízo para os membros daquela instituição. Um outro ponto que me chamou muito a atenção, e foi uma decisão que nós tivemos que tomar de uma forma um tanto quanto dolorida, uma decisão muito complicada, nós recebemos diversas notícias de fato através da Ouvidoria, em geral anônimas, relativas aos cursos de formação de praças, tanto da Polícia Militar como do Corpo de Bombeiros, sobre aquele problema de ter um curso presencial dentro de uma atividade de segurança, que não pode parar. E, infelizmente, nesse caso, o que nós entendemos foi pela continuidade dos cursos, com a adoção dos protocolos de segurança, sendo que a própria Polícia Militar e o próprio Corpo de Bombeiros, nos momentos de maior pico, houve a suspensão das atividades presenciais. Isso se deve, primeiro, a alguns fatores. A questão da posição aqui da Promotoria. A polícia não para. O Corpo de Bombeiros não para. Os efetivos atuais estão reduzidos, e há uma necessidade urgente de recompor. Não é possível que, como diria, é uma profissão de risco, em que o militar tem que enfrentar... há aquele compromisso, o juramento de sacrifício da própria vida, se necessário for, pelo cumprimento do dever.

A preparação das polícias Militar e Civil para evitar o impacto da contaminação de seus efetivos

E este foi o momento que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros fizeram, tomando, adotando diversas cautelas que se refletem especialmente no número de óbitos, que, diante da dimensão das instituições e da atuação profissional, da atuação desses profissionais, foi um número que eu particularmente considero reduzido. Triste constatarmos o falecimento ou a morte de alguém, mas, diante das proporções, são difíceis. Então examinando aqui. A Polícia Militar, nesse período de 2020 e 2021, durante a pandemia, houve uma aquisição acentuada de insumos, álcool em gel 70%, máscaras, luvas, kits para higienização de viaturas. O Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal recebeu uma suplementação orçamentária de 50 milhões de reais, utilizada para assegurar os serviços de saúde aos policiais durante a pandemia da covid, mantendo-os no exercício de suas atividades, bem como seus dependentes e pensionistas. Criou-se também o programa “Tudo sobre Coronavírus”, um ambiente virtual com gráficos, cartazes, encartes internos, que foi acessado mais de 6.300 vezes apenas no ano de 2020. Também o Telecovid, que foi disponibilizado com 3 números de telefone para atendimento pelos médicos da corporação funcionando 24 horas por 7 horas, o tempo todo, e o Telem Telemonitoramento, que atendeu cerca de 1.000 policiais militares em casos suspeitos ou confirmados, bem como também se criou um drive thru para testes feitos no Centro Médico. Instalado no estacionamento do Centro Médico, que são essas imagens que se vê. Então o teste lá, o PCR feito pela própria corporação em seus integrantes. Em temos estatísticos, hoje a Polícia Militar possui 9.638 policiais de um efetivo previsto de quase 18.000. Em torno de 17.000 ou 18.000, que é o efetivo previsto, nós temos uma redução de cerca de 45%. É o que se reflete na necessidade e no sacrifício da própria tropa. O que se faz são os heróis que nós temos aqui dentro da Polícia. Em casos de covid, 2.129 infectados, 2.064 recuperados, 35 óbitos de policiais da ativa e 30 policiais afastados, isso no final de agosto. Sendo que dois estavam internados. Esse número chama atenção porque, quando nós comparamos com número de mortes violentas de policiais militares no ano de 2020 em serviço, no Brasil foram 40. No Distrito Federal, nenhum. De folga, nós tivemos um policial morto no DF e 115 no Brasil. E casos de suicídio, que também se contabiliza nisso, 3 casos. Ou seja, 4 mortes em 2020 dentro da PMDF, por mortes violentas e 12 mortes por covid. O sofrimento e a dor que se dá, ainda que em um número comparativamente baixo em relação ao total de infectados. A evolução mensal de casos de covid também, dentro da Polícia

Militar, nós temos um pico, em junho de 2020, que é algo que se repete também, podemos ver mais à frente, tanto no Corpo de Bombeiros como dentro do Ministério Público. São 573 casos em junho, um segundo pico em março deste ano, e agora a curva se encontra descendente, apenas 26 casos no mês de julho, que é o menor patamar desde junho do ano passado. Infectados por posto de graduação, apenas para mostrar aqui, tivemos o maior número: 1.209 sargentos, que é, hoje, o grupo, a graduação que reúne o maior número de profissionais: 1º, 2º e 3º sargentos, mas elas se espalha, de uma forma quase que isonômica, dentro de todos os quadros da Polícia Militar. Por unidades dos policiais militares, também nos chama a atenção, a unidade que mais teve casos de covid foi o 2º Comando de Policiamento Regional Leste, que atua na área de Sobradinho, Planaltina, Paranoá, São Sebastião. E aqui é o comando, não os batalhões que estão lá, que são o 13º, 14º, 20º, 21º. E em segundo lugar, o Departamento de Controle de Correição, a corregedoria da Polícia Militar.

“
A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) empregou mais policiais na rua, no serviço operacional, do que no período sem pandemia. O efetivo diário alocado no policiamento ostensivo partiu de uma média de 808 policiais por dia para 912. O número de viaturas empregadas nessa modalidade de policiamento também aumentou de 134 para 406”.

O Centro Médico com 38 casos, o Centro de Inteligência com 36, e com 32 casos a Academia da Polícia Militar, que são unidades administrativas, que não na área de execução da atividade policial, ao contrário das outras. Isso aqui são apenas as unidades que tiveram o maior número de casos, que se espalharam por toda a Polícia Militar. Mas um ponto também que chama atenção é que a produtividade da Polícia Militar se manteve. E até aumentou. Então, em termos de logística, o efetivo diário empregado no policiamento ostensivo partiu de 808 policiais por dia, a média, em 2019, para 912. A Polícia Militar empregou mais policiais na rua, no serviço operacional, do que no período sem pandemia. O número de viaturas empregadas no policiamento ostensivo também aumentou de 134 para 406. O tempo de atendimento a ocorrência pelo 190 - isso aqui é o tempo entre o acionamento do 190 e o momento em que a viatura chega ao local - o tempo médio saiu de 7min52s para 8min7s,

um acréscimo pequeno de 15 segundos. A capacidade de atendimento a missões operacionais chegou a 99,98%. Ocorrências e flagrantes: foram 170 mil ocorrências atendidas e 9.105 prisões em flagrantes, com uma taxa de prisão em flagrante de 18,21. Essa taxa é calculada pelo número total de roubos que ocorrem e a quantidade de flagrantes de roubos que foram feitos. Então, foram registrados, nesse período, conseguiu-se prender em flagrante cerca de 1/5 dos roubos ocorridos no DF. Pessoas detidas em flagrante, 35.512. Procedimentos de operação de ato infracional, 1.993. Menores apreendidos, 2.557.

A queda dos crimes violentos no DF durante a crise sanitária

Um outro índice também que nos chama muito a atenção quando fazemos a análise da criminalidade, acompanhada pela Promotoria, são os índices de crime violentos. Homicídio no Distrito Federal, nós tivemos uma redução de 422 para 387, que dá uma média de homicídios por 100.000 habitantes de 12,6. Isso aqui foi o menor índice de homicídios dos últimos 30 anos no Distrito Federal. Latrocínio, de 25 para 33 casos. Lesões corporais seguidas de morte, de 6 para 5. Femicídio, de 32 para 17. E roubos, de 38.000 casos reduziu-se para 26.000 casos. Apreensões, rapidamente vendo, tivemos diversas, 1.636 armas apreendidas. Uma quantidade elevada também de drogas. E 3.870 celulares recuperados. Esses índices em ocorrência de trânsito mostram que a polícia Militar teve o prosseguimento da sua atividade, apesar das cautelas, apesar das dificuldades causadas pela pandemia, o serviço operacional não parou. Ao contrário, progrediu dentro dos seus índices. Dois pontos também que nos chamam muito a atenção, pelas atividades do Ministério Público, já que é uma relação com ela, os termos circunstanciados de ocorrência que são lavrados pela Polícia Militar. Em 2020, foram lavrados 3.068 termos (TCOs), que se dividem em 444 crimes, 2.875 contravenções, 230 ocorrências relacionadas a trânsito, 232 de ambientais e 629 termos circunstanciados decorrentes de uso ou porte de drogas. A letalidade policial também nos chama muito a atenção nesse período. Isso é um índice que a Promotoria acompanha, porque ela tem uma importância para que possamos aferir o uso da violência, o uso da força dentro das corporações ao longo do Brasil. Então nós tivemos em 2020, seis mortes de civis causadas por policiais militares em serviço e duas mortes causadas por policiais militares em momento de folga. Um total de 8 mortes, portanto. Nós temos dois critérios para apurar o grau de letalidade. Primeiro é o exame entre a proporção de mortes decorrentes de intervenção policial e o total de mortes violentas intencionais daquela determinada área,

que correspondem a mortes violentas intencionais, total de homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte, e a própria morte decorrente de intervenções policiais em serviço e fora. Então, no Brasil, nós temos uma média, uma proporção, em 2020, de 12,8, enquanto, no Distrito Federal, foi uma proporção de 2,5. Um dos menores índices do Brasil. E, segundo os estudos feitos por Ignacio Cano, a proporção que se sugere como sendo a média aceitável é que ela não seja acima de 10%. Então aqui, nesse ponto, a Polícia Militar do DF demonstra ter o uso de força que é extremamente aceitável. Especialmente quando nós comparamos com outros estados, como em Goiás, que chegou a 29,1%, Rio de Janeiro, 25% e o Amapá, que é 31,2%. Ou seja, naqueles estados, 1/4 ou 1/3 das mortes violentas intencionais decorreram de ações policiais. O segundo critério é a relação total de mortos em intervenções policiais e o total de policiais assassinados, em que se sugere que o índice aceitável, por trabalhos do FBI, o índice de 12 policiais. E quando a proporção é maior que 15, o entendimento é de que há abuso do uso da força letal. No caso do Distrito Federal, nós tivemos o índice de 11, enquanto, no Brasil, chegou-se a 33%. E uma última estatística da Polícia Militar se refere ao Provid, que é o Programa de Policiamento e Prevenção Orientado a Violência Doméstica, que é o programa que atende as promotorias, especialmente de violência doméstica, e que tem todo o apoio, e todo trabalho feito pelo Ministério Público em colaboração com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Foram atendidas em torno de 1.606 processos e realizadas 14.000 visitas domiciliares, entre outros dados que se encontram. Quanto ao Corpo de Bombeiros, também foram criados diversos instrumentos internos. O Telecovid, as Teleorientações e o Médico de Dia. O sistema que eles criaram para o acompanhamento, para reabilitação física, para o sustento, da própria tropa nesse período de pandemia. E que foram se mostrando extremamente úteis. Dentro do Corpo de Bombeiros, também em termos de estatística de covid, hoje nós temos 5.866 bombeiros da ativa, e aqui eu me refiro apenas aos casos da ativa, tanto na PM como no Corpo de Bombeiros. Ao todo, 1.595 bombeiros foram infectados, 1.478 recuperados, apenas 4 óbitos de bombeiros da ativa. Outros 113 se encontravam afastados. A evolução mensal tem o pico também no período de julho de 2020 e em março de 2021, os dois picos que nós tivemos dentro da instituição. E chega-se ao número curioso de menos 7 em julho, que é uma correção de números, mas o fato é que o Corpo de Bombeiros, dado de ontem, estava registrando dois meses, julho e agosto, sem nenhum registro de caso de covid. Está com zero casos de covid dentro da tropa. Nós temos também no Corpo de Bombeiros o correspondente de 81% do

efetivo ativo, 5.021 bombeiros vacinados com primeira dose, e 2.721 já com a segunda dose. Em termos de ocorrências operacionais também, os números mostram a manutenção da normalidade do atendimento à população do Distrito Federal. Em termos de cursos realizados, há um decréscimo. Cerca de 50% dos números de bombeiros formados. Os cursos de formação são os cursos em que a pessoa entra dentro do Corpo de Bombeiros. Curso de formação de oficiais, curso de habilitação de oficiais, curso de formação de praças. Os cursos de aperfeiçoamentos se dão ao longo da carreira. Nós tivemos uma redução acentuada em número de bombeiros formados. E os cursos de especialização também, são cursos como busca e resgate a estruturas colapsadas, atendimento pré-hospitalar. Então uma redução na formação de bombeiros de 52,55%, o que é um dado que nos alerta, porque é uma operação extremamente especializada. E curso externo, 168. Relevante observar também que nós temos hoje uma missão do Corpo de Bombeiros no Haiti, em atendimento às vítimas do terremoto que lá ocorreu, assim como foi feito em Brumadinho. Em termos de dados operacionais, creio que podemos interromper aqui. Não sei se posso, Sabo, falar sobre a segurança institucional do MP ou, em um segundo momento, podemos tratar aqui desse outro ponto. Então, em resumo, foi um período de grande atenção, um período em que nós tivemos alguns momentos mais tensos, mas que a atuação, dentro da própria instituição, revelou-se extremamente forte, com estruturas organizacionais e com cumprimento da missão. A dedicação, que esse é um ponto que nós temos sempre que ressaltar, a dedicação de todos, homens e mulheres, que compõem as instituições militares do Distrito Federal, que, apesar de todos os perigos, com o risco da própria saúde, da saúde de seus familiares, risco da sua própria vida, mantiveram a segurança do Distrito Federal em pleno funcionamento atendendo o cidadão. Acredito que isso aqui, por parte da Promotoria Militar, era o que tínhamos a apresentar neste momento .

Procurador Eduardo Sabo

Doutor Nísio Tostes, diria que a importância dentro de um Estado Democrático, da Segurança Pública, das Forças Armadas, das Polícias, e destacando-se aqui a Polícia Militar e o próprio Corpo de Bombeiros, é fundamental. É fundamental na realização desse policiamento ostensivo, na realização e na manutenção da segurança, da paz. E digo que houve uma elevada compreensão desse papel nesse período pandêmico. E aqui destaco, Nísio, e deixo de público, a atuação de todos os promo-

tores de justiça militar, e a sua em especial, em razão de que a sua atuação, para que fique mais claro para todos aqueles que nos acompanham, não se restringe à questão deste acompanhamento das próprias polícias, mas também na coordenação de uma das maiores áreas do nosso Ministério Público em termos de promotoria, e na própria segurança institucional. Não conhecia todos esses dados que foram apresentados agora até para ter essa compreensão maior da produtividade das nossas polícias, em relevo a Polícia Militar, nesse período, em que houve uma superação dos integrantes de um efetivo necessário de praticamente de 18.000, na ativa, estão menos de 9.700. E digo que nós tivemos, ainda, a participação da própria Polícia Militar nos eventos, destaca-se, como os colegas sabem, de fiscalização do cumprimento das medidas sanitárias por ocasião do advento de toda a pandemia, tanto de grandes eventos, entre os quais no período do Carnaval, não obstante não termos Carnaval, houve uma série de descumprimentos em que as instituições fiscalizatórias só puderam agir porque a Polícia Militar estava ao lado. E tantas outras situações, inclusive destaca-se essa exposição ao perigo, exposição à doença, razão pela qual houve, necessariamente, uma atenção especial por parte dos órgãos de saúde às polícias. E fica também a observação com relação a segurança institucional. Muito das nossas ações, como já foi aqui destacado pelos colegas, e o próprio Doutor Nísio fez essa relevância, temos uma série de acompanhamentos que se fazem pelos nossos atores policiais que nos acompanham para consigamos resultado nas nossas ações. Gostaria, ao final, de destacar que as nossas forças policiais, além de não pararem, continuaram com a formação e capacitação. Todas as escolas, em todos os níveis, de praças a oficiais, continuaram a atuar, ou seja, não vamos ter perda de continuidade de ações ou de proteção da sociedade. A sociedade continua protegida. E, destaque, não é apenas contra, crime, pacificação, não, com tantas atividades cívicas, que são essenciais em todos os momentos, em razão da natureza especialíssima do Distrito Federal, que aqui sedia, não só os poderes locais, mas os poderes e as instituições maiores desse país. Então, Nísio, gostei demais. Você está de parabéns pela atuação, e todos os colegas em todos os momentos. Talita, eu estou vendo que nós estamos nos aproximando do último bloco, é isso?

Apresentadora Talita Medeiros

Isso. Estamos no segundo painel. E agora temos mais dois expositores, que é Doutor Leonardo Borges e Doutor André Ismael. Gostaria de perguntar qual dos dois gostaria de falar agora. Pode ser Doutor Leonardo?

Leonardo Borges
*Promotor de Justiça do Núcleo de Investigação e
Controle Externo da Atividade Policial (Ncap)*



Pode ser. Começo aqui. Bom dia a todos. Queria agradecer imensamente, já de início, a nossa Procuradora-Geral pela criação dessa Força-Tarefa e também, com destaque, para coordenação levada a efeito pelo Doutor Sabo e assessorado pelo Doutor Bernardo. É uma Força-Tarefa que traduziu e retratou, eu quero ressaltar isso aqui, nesse contexto da Força-Tarefa, o Ministério Público sendo Ministério Público. Permitam-me aqui fazer essa introdução, porque é de suma importância a nossa união e o diálogo interno constante e diálogo institucional, interinstitucional constante. A Força-Tarefa nos viabilizou isso. Agradeço aqui pessoalmente estando presente o Doutor Sabo por essa coordenação que deu todo apoio a todos os integrantes da Força-Tarefa, de todas as formas subsidiando os diálogos, coordenando as ações, mesmo aproximando todas as partes para poder resolver os problemas. Então eu destaco isso aqui, que o Ministério Público foi Ministério Público. Nós somos promotores de justiça ou procuradores de justiça e, antes de tudo, somos cidadãos. Estamos inseridos numa sociedade que vivencia esse contexto de pandemia desde março de 2020, em que todos nós temos os riscos, todos nós sofremos as nossas perdas, todos nós, como seres humanos, vivemos nossas angústias também junto às nossas famílias. Então eu queria destacar que, apesar de tudo, fomos Ministério Público, encaramos de frente todo esse desafio. Eu destaco aqui nós como atuantes, o Doutor André e eu. Antes do Doutor André, tínhamos aqui o Doutor Gilberto também no Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial, cuidando da parte especificamente do serviço da Polícia Civil. Queria aqui destacar também a exposição, bela exposição do Doutor Nísio, tratando da Polícia Militar, do controle da Polícia Militar, e expondo números da criminalidade aqui muito bem colocados. Eu vou, até por esse motivo, também evitar expor os números que já foram muito bem

colocados pelo Doutor Nísio. Então minha apresentação vai ser muito em relação até uma abordagem um pouco de como nós sentimos, de como nós percebemos o início da pandemia. Como nós agimos. Então eu acredito que todos aqui tenham tido algum grau de insegurança no início. O que fazer, como fazer. Então as instituições estavam, às vezes, sem saber para onde ir. E esse diálogo, essa atuação firme de todos da Força-Tarefa, e até dos outros colegas do Ministério Público que não estavam na Força-Tarefa, mas atuaram nas suas funções com muito rigor e muito comprometimento. Então eu queria destacar isso inicialmente. Com relação à Polícia Civil, eu destaco aqui, logo nos primeiros dias da pandemia, ali nos dias 17 e 18 de março, teve um movimento de um grupo de servidores policiais, sem querer desmerecê-los de forma nenhuma, mas até de forma compreensível, que tentou e pretendia, na verdade, que os policiais, em sua maioria, fossem para um trabalho remoto, ou seja, trabalhassem de casa, enfim, instituíssem esse tipo de dinâmica de trabalho. Mas sabemos que o serviço policial, como bem destacado pelo Doutor Nísio aqui, é essencial. Assim como o serviço de saúde pública no enfrentamento da pandemia, a atividade de segurança pública é essencial e deve encarar a realidade com equilíbrio, mas sem deixar, e essa era a nossa preocupação desde o início, de compatibilizar as cautelas, as medidas de prevenção e a contaminação pela covid, mas equilibrando isso, compatibilizando com a continuidade do serviço essencial da Polícia Civil aqui, no caso. Então, feito esse movimento desse grupo de policiais, inclusive foi ajuizado uma ação pelo sindicato dos policiais para que eles fossem colocados em regime de teletrabalho em sua imensa maioria, nós conseguimos costurar com diálogo, e com manifestação nesse feito, uma solução que, entendo eu, em todas as situações de extremos, que possamos equilibrar. Então conseguimos costurar uma dinâmica de funcionamento da Polícia Civil que pudesse compatibilizar esses interesses. Então foi estipulado ali revezamento de servidores, duplicação de turnos de servidores, ou seja, então em vez de atender de forma ordinária o expediente de meio-dia às 19, colocou atendimento de 7h da manhã às 19h. Fez revezamento entre dias de servidores. Destacou para o trabalho remoto apenas aqueles servidores que estavam em algum grau de situação de risco e vulnerabilidade ou comorbidade, por outras situações de filhos menores e pequenos que não estavam mais na escola. Então destacando esse grupo, a imensa maioria da Polícia Civil, cerca de 90%, continuou trabalhando de forma presencial, mas com as medidas de distanciamento entre estações de trabalho. Então algo que era difícil de implementar, foi implementado com alguma rapidez, porque cobrávamos muito isso.

Atuação para assegurar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para policiais

No início, a primeira preocupação também era em relação a esses Equipamentos de Proteção Individual aos policiais, para proteção deles e para proteção sempre dos cidadãos que eram atendidos pela Polícia Civil. Então nós sabemos aqui, e já foi falado sobre os desafios decorrentes da falta de oferta por conta da explosão de demanda em relação a esses EPIs, Equipamentos de Proteção Individual, e destacando aqui a questão do álcool em gel e as máscaras para utilização dos policiais. Assim como na Polícia Militar, o Instituto de Criminalística da Polícia Civil nos consultou para saber se podiam fabricar o álcool em gel. Nós estabelecemos com eles a questão da produção de álcool em gel com autorização da Anvisa, para que agilizasse essa autorização, para que não fizessem nada de rompante e nada irregular. Então foi logrado êxito na agilização disso. Antes da autorização da Anvisa, teve o uso apenas

Policiais Militares do Distrito Federal em operação de rua durante a crise sanitária: corporação ampliou o policiamento ostensivo na pandemia. Foto: MPDFT.



interno dos servidores do Instituto, principalmente para higienização dos ambientes, e depois acabou-se ampliando para utilização dos servidores do Instituto, ampliou-se para Polícia Civil e chegou-se até doar para outros órgãos que tinham essa necessidade. Tudo de forma regular e bem célere. Então isso deu um grau de tranquilidade. Logo em seguida, a oferta dos EPIs no mercado se estabilizou. Aqueles preços

absurdos que víamos também no início, por conta dessa insuficiência, se equilibrou. Então foi possível ir normalizando essa situação. E mantivemos uma fiscalização diuturna e um diálogo rotineiro mesmo, várias vezes. Ligações e reuniões, até presenciais mesmo, naquela época do auge da pandemia com o Diretor-Geral da Polícia Civil, Doutor Robson, com o Diretor-Adjunto, Doutor Benit, e outros diretores de departamento também da Polícia Civil, para tratar sobre vários desses assuntos que eram de interesse da população do Distrito Federal, principalmente pela questão da prestação de serviço que não poderia parar. Então, dentro dessa preocupação, percebemos, de imediato, porque o reflexo foi quase que imediato, no distanciamento social, naqueles lockdowns que tiveram no início, a necessidade de atender as pessoas vítimas de crime que às vezes tinham muita dificuldade de se deslocar a alguma delegacia de polícia, e também por conta da necessidade de se preservar aglomeração de pessoas, uma das medidas que foi inicialmente realizada, e que cobrávamos

“
Com o incremento de delitos de violência doméstica contra a mulher na pandemia, foi necessário facilitar o registro de ocorrências de forma virtual, pela delegacia eletrônica. Reclusas com seu agressor, as vítimas passaram a poder registrar os crimes de dentro de casa, sem a necessidade de sair e se expor. A partir de solicitação do MPDFT, a Polícia Civil do DF inseriu destaque em seu site, permitindo não só o registro da ocorrência, mas também a possibilidade de pedido de medidas protetivas de urgência”.

de forma bem insistente, era a questão da ampliação, e eu destaco aqui, da delegacia eletrônica, ou seja, daquela delegacia que consta no site da Polícia Civil em que as pessoas podem registrar suas ocorrências policiais no próprio site. Então, antes, essa delegacia eletrônica tinha a previsão de muito pouquíssimos crimes que poderiam ser registrados, principalmente aqueles que não eram cometidos com violência ou grave ameaça. E, ainda assim, nem todos os delitos eram abarcados. Então foi possível ali realizar essa ampliação, que eu achei de suma importância. Nós consideramos de suma importância essa ampliação do registro dessas ocorrências policiais pela delegacia eletrônica, e eu destaco aqui apenas o dado comparativo de 2019 para 2020, especificamente no período pós início da pandemia, em que os números de registro de ocorrência da delegacia eletrônica mais que dobraram. Tem um índice

médio aqui de aumento de 117%, ou seja, mais que dobrou o registro de ocorrência feito através do site, da página da Polícia Civil. Nós percebemos também, e acredito que já tenha sido bem destacado, eu tenho certeza, pela Doutora Mariana, Doutora Cíntia, o incremento de delitos de violência doméstica e familiar contra a mulher, que estavam reclusas em casas, isoladas em casa com o seu agressor, e que tinham essa necessidade de poder registrar a sua ocorrência, o crime pela qual foi vítima, nessa delegacia eletrônica. Então não bastava apenas, isso foi muito conversado à



Página da Delegacia Virtual da Polícia Civil do DF: MPDFT solicitou ajustes que facilitaram registro de ocorrência e pedido de medidas protetivas por mulheres. Foto: MPDFT.

época, até junto às colegas do Núcleo de Direitos Humanos, sobre a necessidade de facilitar para a mulher que registrasse essa ocorrência dentro de casa sem a necessidade de sair para poder se expor. Até porque ela era proibida de sair de casa, muitas vezes. Então a Polícia Civil de imediato, assim que possível, inseriu esse destaque não só da ocorrência policial de violência doméstica como a possibilidade de que a mulher requeresse, pedisse ali as medidas protetivas de urgência, feito através do site, o que antigamente não era possível. Além disso, além de possibilitar a mulher registrar essa ocorrência e pedir a medida protetiva de urgência, nós pedimos encarecidamente ao departamento, através até da Direção-Geral da Polícia Civil, que eles destacassem o banner, o link de casos de violência doméstica na delegacia eletrônica para que fosse o primeiro item que aparecesse ali na tela para que a mulher sou-

besse ali naquele momento de desespero onde que ela poderia registrar. E mais. Além de registrar a ocorrência e pedir medida protetiva de urgência, queríamos mais. Pedíamos : “olha, a mulher tem que poder anexar documentos, anexar provas, porque muitas vezes o fato aconteceu, e a gente sabe muito bem que são registradas uma lesão, um hematoma, vestígios de prova daquela violência, muitas vezes são apagados porque o marido tá lá, o agressor tá lá, tá monitorando. Às vezes inclusive pega o celular dela.” Então, assim, foi possibilitado e qualquer um que puder acessar aí no site, colocar Delegacia Eletrônica PCDF, vai verificar, o primeiro banner é caso de violência doméstica contra a mulher, registro da ocorrência, com a imagem inclusive da campanha de combate à violência doméstica. E lá mesmo nesse link de preenchimento da ocorrência e pedido de medida protetiva, a mulher pode anexar fotos de hematomas, algum tipo de vídeo, todas as provas que ela tiver em mãos e que ela possa anexar, inclusive colocar a sua localização para facilitar aos policiais a sua busca, seu socorro. Então acredito que isso tenha sido um avanço. Além disso, nós pedimos de forma até insistente para a Delegacia-Geral, na pessoa do Doutor Robson, Doutor Benito, para que conseguíssemos ampliar para todos os outros crimes essa possibilidade de anexação de provas, de vídeos, de fotos, de documentos. E tivemos a informação recentemente de que agora já está viabilizado. A pessoa pode registrar o seu crime ali de roubo, de furto ou de estelionato e já anexar os seus documentos, para que às vezes evite que ela compareça à delegacia de polícia para que se possa agilizar e tornar mais eficiente essa persecução criminal, essa investigação criminal. Então os índices retrataram essa facilidade, essa facilitação para o cidadão registrar as ocorrências e viabilizar essa investigação de forma mais efetiva. E acredito que tenha sido um legado com certeza que vai ficar e, lógico, precisa ser aperfeiçoado, mas que a pandemia propiciou, além de dos desafios e angústias, propiciou o melhoramento desse tipo de serviço à população, é o que sempre almejamos, é o que o Ministério Público sempre almeja, e nós temos como missão constitucional essa preservação de serviços públicos, a preservação de direitos fundamentais das liberdades. Então nós trabalhamos para isso.

Medidas para garantir a saúde de presos e servidores na carceragem da Polícia Civil

E outra preocupação que nos acometeu desde o início também, assim como o Doutor Rodrigo aqui, na época a Doutora Cláudia, Doutor Jorge, do Núcleo do Sistema Prisional, foi a situação da carceragem, do Departamento de Controle e

Custódia de Presos, que é instalada na Polícia Civil em que formalmente não consta do sistema prisional. Ela não aparece como sendo da estrutura prisional, mas é a porta de entrada do sistema prisional. É a antessala do sistema. Então é para ali que os presos em flagrante, ou aqueles que têm cumprimento de mandado de prisão, vão antes de entrar no sistema, e ficam ali de alguma forma aglomerados. Então tive uma atenção muito especial, realizando conversas, reuniões e visitas, muitas delas de surpresa, para constatar o funcionamento da carceragem. Tivemos que nos reunir, inclusive com a Vara de Execução Penal, com os colegas do Nupri, o Doutor Rodrigo, antigamente a Doutora Cláudia e o doutor Jorge, um diálogo constante, é isso que percebemos, que as soluções não são imediatas, não são tão claras. Então tudo é conversado, tudo é ajustado. Nesse caso da carceragem da Polícia Civil, tinha-se uma dificuldade em relação ao espaço, em relação à separação de presos que pudessem ter algum tipo de sintoma da covid. Então, já na porta de entrada, logo no início onde chegavam os presos, já tinha um filtro feito pela Unidade Básica de Saúde lá instalada, para constatar alguns sintomas, fazer um teste rápido de covid, destacar aqueles que tinham suspeita de covid e encaminhá-los de imediato para o sistema prisional, para o Complexo da Papuda, que tinha já um espaço separado para poder viabilizar a quarentena desses presos. Então os índices são, vamos dizer, exitosos. Não tivemos nenhuma morte de policial da carceragem da Polícia Civil de covid. Não tivemos nenhum caso de presos que eventualmente estavam na carceragem, e que teriam ido de imediato para algum tipo de internação ou evoluído a óbito naquele momento. Então as coisas foram caminhando de forma dialógica, sempre conversada. Tiveram as medidas, e aqui unidas que eu sempre falo, da composição, da coordenação de forças. Os colegas das promotorias de família fizeram uma manifestação, nós dialogamos com eles a respeito da necessidade de esvaziar de alguma forma, tirar a superlotação da carceragem, e teve uma manifestação sobre a soltura, não cumprimento de presos por pensão alimentícia, por diversas razões. Então temporariamente ficou, naquele auge da pandemia, sem esses presos, vamos dizer, por pensão alimentícia, para que não se misturassem com a massa carcerária e colocassem em risco todas aquelas pessoas envolvidas e, notadamente, também aqueles servidores. Em relação às visitas, como eu disse, fazíamos, e nós tínhamos aqui uma dinâmica nos primeiros meses de atuação nesse controle externo da Polícia Civil de realizar visitas muitas vezes surpresa nas unidades. Então na carceragem, em uma dessas visitas, nessas inspeções pudemos verificar que um dos presos, e aí eu destaco aqui um dos presos daquela operação Falso Negativo, que apurou desvio de verbas, superfaturamento e outras irregularidades na compra de teste rápido de

covid pelo Governo Federal, estava recebendo visita de familiares na carceragem de forma ilegal. Contrária às normas sanitárias e aos protocolos sanitários vigentes. Então houve essa situação de flagrante por conta dessa visita surpresa, uma delas. Tivemos ali uma surpresa realmente com essa situação, e tivemos que, infelizmente, tomar medidas mais drásticas, notadamente em relação ao afastamento do gestor daquela unidade, de policiais que seriam responsáveis por aquela visita que, de alguma forma, facilitaram aquele tipo de visita em desacordo com as normas. Então isso propiciou, posteriormente, a imposição de maior rigor no cumprimento das normas de preservação da saúde de todos ali, da vida e da saúde de todos, e isso foi muito positivo. Temos agora uma situação de normalidade lá na carceragem da Polícia Civil. Tivemos a questão das audiências de custódia também que lá ocorrem. A dinâmica de preservação de todos os envolvidos, porque ali é Poder Judiciário, é juiz, é promotor, são servidores, policiais de custódia, são os presos. Então tinha que realinhar o leiaute da carceragem. Então isso tudo foi feito com muito diálogo com o Tribunal de Justiça também, com a própria Polícia Civil. E não tivemos caso nenhum noticiado de policiais ou de pessoas do Poder Judiciário ou do Ministério Público que tenham contraído a doença e, eventualmente, evoluído a óbito. Então, assim, nós temos e tivemos muitos desafios no início, em razão da falta de informação, das desinformações que eu acho que todos passaram por conta dessa pandemia. E que merecia um diálogo e uma atuação muito rigorosa para que se fossem preservadas as vidas e a saúde dos servidores e, notadamente, da população do Distrito Federal, sem que fosse paralisada essa prestação do serviço.

Inspeções em delegacias de polícia do Distrito Federal

Eu queria destacar aqui também as visitas que nós fizemos, as inspeções às delegacias de polícia. Fizemos inspeções surpresa na 33^a Delegacia de Polícia, de Santa Maria, na 3^a Delegacia de Polícia, do Cruzeiro, na 15^a Delegacia de Polícia e na Deam, de Atendimento à Mulher, por conta da situação de incremento de atos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Tive até uma... contando um episódio curioso, nessas visitas, em algumas delas, nós tínhamos o costume, tanto eu quanto o Doutor Gilberto, de aparecer disfarçados, vamos dizer, de cidadão, sem a vestimenta, sem a farda do Ministério Público, para que nos passássemos por cidadão mesmo e verificássemos ali o que estava ocorrendo no atendimento. Se estava tudo bem, se as pessoas estavam sendo atendidas de forma correta. Se os policiais estavam fazendo uso das máscaras, se tinham álcool em gel disponível. Se estavam

higienizando os ambientes. Se os postos de trabalho estavam de fato com distanciamento necessário. Então encontramos, sim, alguns problemas, que foram imediatamente corrigidos. Em uma dessas ocasiões, especificamente na 15ª Delegacia de Polícia, eu fui fazer essa visita vestido de forma informal, disfarçado, como disse, e, curiosamente, chegando lá, um policial que me conhecia falou: “ué, Doutor, o que você tá fazendo aqui? Tudo bem? Tá precisando de alguma coisa?” Então acabou que

“
A Força-Tarefa um dia vai acabar em razão do fim da pandemia, mas que esse legado de construção dialógica, de coordenação das ações, de pensar soluções conjuntas, fique. E que possamos ser, cada vez mais, Ministério Público, apesar de todos os desafios enfrentados”.

estragou a surpresa. Mas a nossa ideia foi atingida, porque nós conseguimos também fiscalizar, entrar na delegacia, ver os problemas que pudessem ter, ouvir os servidores, ouvir os cidadãos que estavam sendo atendidos, quais eram seus problemas, quais eram as suas angústias, qual é o tipo de dificuldade que estavam tendo no atendimento. Os policiais também, as demandas dos policiais, que merecem todo o nosso respeito e preocupação. Então, com isso, nós conseguimos, vamos dizer, equalizar e sanear boa parte dos problemas que foram postos aqui dentro desse contexto de pandemia e, principalmente, nos primeiros meses em que havia um pico de desinformação e um pico de, aí eu digo aqui, de angústia das pessoas, sem saber o que que iria acontecer, o medo mesmo, instalado na população e um medo instalado nos servidores, nos policiais. Então a necessidade de equilibrar a sanidade mental, a saúde física dos policiais, com a necessidade da população em geral não é tarefa fácil, mas que se viabilizou muito em razão desse diálogo constante, dessa fiscalização diuturna de olho, vamos dizer, grudado no funcionamento da polícia, nos problemas. Então eu queria aqui agradecer mais uma vez o Doutor Sabo pela coordenação, por essa gestão junto à Força-Tarefa do Ministério Público. Isso muito nos engrandeceu e muito facilitou o nosso serviço porque aproximou os órgãos do Ministério Público em suas áreas temáticas para que agissem de forma conjunta, e que foi citada pelo Doutor Rodrigo aqui, atuações do Núcleo de Sistema Prisional com o Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial da Polícia Civil. Acredito que também com a Polícia Militar. Então várias ações foram tomadas em conjunto. Eu que-

ria agradecer ao Doutor Rodrigo, à Doutora Cláudia, na época, ao Doutor Jorge também, que facilitaram para nós a solução dos problemas que muitas vezes existiam no sistema prisional, que era o lugar supersensível, e se replicavam também na carceragem da Polícia Civil. Então nós pensávamos soluções conjuntas. Nós expressávamos as nossas intenções, nossas pretensões, que, às vezes, não tínhamos ali uma resposta pronta, mas que as respostas eram construídas, e isso eu acredito que seja um legado que vá ficar para o Ministério Público. A Força-Tarefa, possivelmente um dia vai acabar em razão da pandemia, se Deus quiser que acabe logo, mas que esse legado de construção dialógica, de coordenação das ações fique, e que possamos ser, cada vez mais, Ministério Público, apesar de todos os desafios que são enfrentados. Então eu vou passar aqui para o colega Doutor André. Eu não sei se o Doutor Sabo vai fazer algum tipo de inferência, mas da minha parte aqui, por hora, talvez eu volte mais à frente para destacar algo mais .

Procurador Eduardo Sabo

Muito obrigado, Doutor Leonardo Borges. A atuação tem sido significativa. Significativa porque, desde o primeiro momento, e agora recorro inclusive da atuação do Doutor Gilberto, o seu relato circunstanciado, pormenorizado, nos fez retroceder na linha do tempo, e entender o papel importantíssimo que os nossos promotores desta área tão importante tiveram. Qual foi? Sensibilizar, não só os dirigentes da Polícia Civil do Distrito Federal, mas a toda a corporação e os órgãos sindicais, associativos, de que nós temos que ter a compreensão em qualquer momento, de guerra, de pandemia, de catástrofes. E a polícia é um serviço essencial. Então nós fizemos uma, com o mundo em transformação, e houve a necessidade, como bem colocou de todas as fases, do fortalecimento desse sistema virtual, de atendimento virtual, que não dispensa a presença de um policial. E aí a luta expressa e a condição do diálogo, da interligação — não é verdade, colega Leonardo? — que foi feita justamente para propiciar que fosse feito esse trabalho, um trabalho exitoso, inclusive com o destaque para segmentos da população mais vulneráveis, como exemplo as mulheres, como exemplo a violência que é perpetuada com relação a elas. Então tenho certeza de que a contribuição foi dada, foi muito bem dada, inclusive com a exposição das visitas às diversas delegacias. E na continuidade dessa apresentação, dessa reflexão, inclusive, do que temos e do que ainda podemos fazer, nós já podemos, não é, Talita?, já nesse

final da manhã, convidar o Doutor André Ismael.

Apresentadora Talita Medeiros

Exatamente. Bom dia, Doutor André, nosso último palestrante. Seja bem-vindo.



André Ismael

Promotor de Justiça do Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial (Ncap)

Bom dia, obrigado. Obrigado, Talita, obrigado, Doutor Sabo. Talita, eu preparei aqui uma exposiçõzinha. (...)

Promotor Leonardo Borges

Doutor André, enquanto o senhor prepara aí, posso, Doutor Sabo, só fazer uma intervençãozinha? Colocar um número aqui também que às vezes é importante, sobre o índice de mortalidade da Polícia Civil, que nós temos 3.844 policiais, tivemos apenas cinco óbitos de policiais durante essa pandemia em razão da covid, acometidos pela covid. Então um índice realmente muito baixo de um grupo de servidores que é tão exposto ao contágio. Então só para arrematar isso.

Promotor André Ismael

Então passada essa primeira fase de adaptação a esse novo normal, de trabalho em meio a pandemia, que o colega Leonardo expôs muito bem, eu entrei na Ncap no começo de março, e já no começo de abril veio um novo desafio no meio da pandemia. As adaptações já estavam feitas, boa parte delas, com problema aqui outro lá, mas surgiu uma nova demanda, um novo desafio, que era estabelecer os grupos prioritários de vacinação dentro das forças policiais, sendo que toca a nós aqui no

Ncap, dentro das prioridades da Polícia Civil, com várias peculiaridades, porque inicialmente, pela nota técnica do Ministério da Saúde, e pelo início da vacinação, as forças policiais não foram inicialmente contempladas, foram apenas os grupos da sociedade civil mais vulneráveis. E aí, no dia 31 de março de 2021, o próprio Ministério da Saúde publicou a Nota Técnica 297, mas fez de uma maneira muito genérica para todas as forças policiais, mas que não contempla as especificidades de cada órgão e isso gerou um problema, porque precisava-se definir as prioridades dentro de cada força policial, e o DF tinha um problema porque concentra muitas forças, tanto locais quanto nacionais. Então temos até a Polícia Federal, o Exército, a Força Nacional e aí as forças locais, como bombeiros, policiais militares, policiais civis e agentes de trânsito, todas essas corporações e a peculiaridade nossa, do Distrito Federal, que foi até uma informação que o Doutor Sabo e o Doutor Bernardo Matos nos trouxeram à época da definição da vacinação, era que eles tinham definido uma quantidade “x” de vacinas para todas essas forças, como se fossem indistintas no Distrito Federal. E isso gerou uma demanda da própria Direção-Geral da Polícia Civil para nós. Marcou-se uma reunião com o Doutor Sabo, da PDDC, com a Força-Tarefa. Nós participamos dessa reunião e eles nos encaminharam um ofício com uma sugestão, querendo que participássemos da definição desses grupos prioritários, aqueles que primeiro seriam vacinados, e para definir uma nova ordem de vacinação dentro da realidade da Polícia Civil, e nos convidou a dialogar para que fosse definido de uma maneira institucional, e para que ajudássemos eles a, dentro da Nota Técnica 297 do Ministério da Saúde, a definir as prioridades da instituição, para que continuasse funcionando. E já em abril, tivemos também, além desses problemas de vacinação, o incremento das mortes da segunda onda, com dois policiais civis que morreram em curto espaço de tempo já durante a definição desses grupos, e que isso exaltou um pouco os ânimos, principalmente das associações, e foi necessário um diálogo com eles para acalmá-los. Teve até ameaça de paralisação. Mas, felizmente, foi possível estabelecer esse diálogo. E teve uma outra dificuldade também que foi a escassez de vacina. Então a primeira etapa da vacinação dos policiais civis contou aqui, também acho que dos policiais militares, com a imunização de todos aqueles que exerciam a fiscalização em um primeiro momento do lockdown, tanto aqueles previamente escalados para fiscalizar os decretos do Executivo, de lockdown, de cumprimento de horário, de fechamento de estabelecimento, de venda de bebida alcoólica, e aqueles lotados nos plantões ordinários de todas as delegacias circunscripcionais, as delegacias de atendimento à mulher e as delegacias de criança e adolescente 1 e 2, cada uma delas, num total aproximado, inicial, de 700 policiais civis

no âmbito da PCDF e que receberam essa imunização porque eram aqueles que estavam na ponta, que tinham mais contato com o público. Nessa primeira etapa não teve muita dificuldade, porque ela estava de fácil identificação na Nota Técnica 297. Mas aí surgiu a segunda etapa da vacinação, que era para definir os demais grupos prioritários. Quem dentre os demais policiais que não estivessem diretamente vinculados à fiscalização do lockdown ou atendimento dessas delegacias prioritárias, quem seriam esses grupos que deveriam ser imunizados ou que teriam prioridade nessa imunização? E foi isso que a Polícia Civil nos trouxe, para que nós pensássemos em conjunto com eles. E a Polícia Civil trouxe então algumas sugestões, que fossem pelo menos os policiais da DCCP, que é da Divisão de Controle e Custódia de Presos, que é, como o Doutor Leonardo disse, a antessala do sistema penitenciário. Ali o primeiro contato, depois do atendimento em flagrante na própria delegacia circunstancial, era para onde eles vão e onde teriam mais contatos de policiais com os presos e onde poderiam gerar mais possibilidade de contato, e a escolta hospitalar de presos, e nesse grupo de policiais eles tinham aproximadamente 150 servidores. No segundo grupo, que eles sugeriram que fossem vacinados de maneira prioritária, seriam todos os servidores policiais, agentes escrivães e delegados que, além de realizarem um serviço no expediente normal, também estão aptos a trabalhar no regime do serviço voluntário gratificado, que é aquele plantão gratificado, segundo a informação que eles nos passaram, esse serviço voluntário permite que a Polícia Civil mantenha toda a sua atividade essencial ininterrupta, porque no serviço voluntário gratificado o policial recebe uma gratificação por exercer um plantão que é fora da sua atividade normal, digamos assim. Seria o próprio plantão mesmo, e para compensar o baixo efetivo que hoje acomete a Polícia Civil do Distrito Federal. Então esse grupo seria muito importante para constituir um incentivo para que esse serviço voluntário não fosse interrompido, e não comprometesse o próprio funcionamento da Polícia Civil. E esse grupo é um grupo bastante extenso, que seria de, aproximadamente, 2.400 servidores policiais civis, já excluídos aqueles que estavam em teletrabalho e afastados em razão de licença, de qualquer tipo de licença, basicamente quase todo o corpo da Polícia Civil do DF. E o grupo 3 seriam também policiais civis, já os peritos papiloscopistas, teriam mais contato com o público, são aqueles que vão até o local do crime logo após o crime, normalmente em locais de crime violento, e que têm contato com vítimas, presos e cadáveres e que, por isso, estariam mais suscetíveis a um contágio pela covid-19. E eles nos justificaram, esses grupos, em razão de algumas estatísticas de contaminação. Então, por exemplo, eu estaco aqui até a do próprio Departamento de Atividade Especiais (Depate) que, na

época, em abril, tinha um efetivo de 340 servidores policiais e quase 30% deles já tinham sido infectados. E, especificamente, com relação a DCCP, em abril desse ano, eles tinham o efetivo de 150, como eu disse aqui no primeiro slide, desses 150, basicamente 50% já tinham sido infectados com a covid-19, e isso estava gerando uma tensão muito grande na DCCP, porque eles estavam em contato diário com presos que, claro, estavam na rua, e muitos deles infectados, e contaminavam esses policiais da DCCP. Então tinha uma urgência muito grande em se vacinar esses servidores policiais. E aqui, os agentes policiais de custódia, que não ficam só na DCCP, mas também na DCCP, eles tinham um índice alto de contaminação também, no total de 85 de 326. Então 26% de todos os agentes policiais de custódia tinham também uma estatística alta de contaminação. E a Nota Técnica estabelecia algumas situações que não se encaixavam propriamente na Polícia Civil nem em outros órgãos de segurança pública. Aqui eles falavam de maneira muito genérica. Então trabalhadores envolvidos no atendimento ou transporte de pacientes, trabalhadores envolvidos em resgates e atendimentos pré-hospitalar, trabalhadores envolvidos diretamente nas ações de vacinação, que foram aqueles primeiros vacinados, e trabalhadores envolvidos nas ações de vigilância das medidas de distanciamento social em contato direto e constante com o público, independente da categoria. Nós extraímos uma finalidade geral da Nota Técnica, que era a imunização prioritária daqueles trabalhadores que tinham contato direto com o público em geral. Claro que observados a quantidade de idosos e administração de maneira escalada e proporcional. Lembrando aqui que em abril desse ano, que já parece distante de tantas dificuldades que nós vivemos de lá até aqui, mas naquela época ainda tínhamos praticamente uma opção de vacinação, que era a Coronavac. Basicamente não tinham sido entregue muitas doses das outras vacinas. E ainda contávamos com falta de insumos da China e falta de insumos até da própria Coronavac, que dificultou muito a imunização, e faltava muitas vacinas para imunizar não só a população em geral, mas os próprios policiais. Então, no âmbito da PCDF, chegamos à conclusão de que, além do serviço de carceragem e escolta hospitalar de presos, o contato direto dos servidores com o público em geral ocorria no atendimento diário das ocorrências policiais, no plantão ou no serviço voluntário gratificado. No plantão ordinário e no plantão extraordinário; na elaboração de exames periciais locais em pessoas e na identificação criminal. Afinal de contas, um preso, quando chega na DCCP e há dúvida acerca da sua identidade criminal, a própria DCCP o encaminha ao plantão do II, Instituto de Identificação, a fim de que seja realizado a sua identificação lá antes da audiência de custódia, a pedido da própria autoridade policial, para que, na au-

diência de custódia, já se obtenha alguma identificação dele ou então já se faça o próprio registro dele e a identificação no DF, se ele não tiver. Então nós definimos que seria regular a eleição, esses grupos prioritários que a Polícia Civil do Distrito Federal elegeu, que não seria irregular diante da Nota Técnica 297 do Ministério da Saúde. Então nós entendemos que a escolha era lícita tanto dos servidores da DCCP, do plantão, de todos aqueles aptos ao plantão e de todos os peritos e papiloscopistas, mas observando a Nota Técnica, ou seja, tinha de ser observado, dentro desses grupos elegidos como prioritários, o critério etário decrescente, ou seja, primeiro os mais velhos até chegar aos mais novos, como estava a norma geral do Governo Federal, e os policiais que não tivessem afastados por nenhum tipo de licença ou cessão a outro órgão, nem que estivessem em regime de teletrabalho, ou seja, sempre os mais velhos primeiro e todos aqueles policiais que estivessem trabalhando, efetivamente, na Polícia Civil e não em nenhum outro órgão. E nós definimos, sugerimos a eles que, dentro dessas prioridades, elessem os grupos que tivessem mais prioridade dentre as já eleitas, dentro, claro, da discricionariedade administrativa da cúpula da Polícia Civil para administrar as vacinas.

A definição dos grupos prioritários para fins de vacinação contra a covid-19

Então o primeiro grupo que a Polícia Civil elegeu foi, efetivamente, o pessoal da DCCP, onde estava tendo mais contaminação. Depois, os policiais escalados para compor as equipes de perícia de local de morte violenta, as equipes de plantão da DOE, da Divisão de Operações Especiais, perfazendo um total de 230 servidores. Na primeira fase de vacinação, foram vacinados os policiais da DCCP. Todos praticamente receberam a primeira dose na primeira fase de vacinação, até porque eles não eram tantos assim. Como eu disse, eram 150. E, como eles estavam mais expostos, era prioridade mesmo. No segundo grupo, ficaram aqueles policiais que já estavam em serviço efetivo em todas as unidades da Polícia Civil, em ordem decrescente de idade, e todos aqueles policiais civis, delegados, agentes e escrivães que estavam aptos a exercerem o plantão, inclusive o serviço voluntário gratificado. E isso alcançaria um efetivo quase que total da Polícia Civil de 2.490 servidores. Eles até citaram aqui o nosso ofício, encaminhado pela PDDC a eles, e esse foi o segundo grupo. E os policiais que estavam excluídos da imunização eram todos aqueles, como eu disse, que não estavam à frente do trabalho policial, como os aposentados, os cedidos a qualquer tipo de órgão e os afastados das atividades policiais, que tivessem algum

tipo de doença, ou afastados pela Policlínica, que é o órgão médico da Polícia Civil do Distrito Federal. E todos aqueles que, por alguma razão, já tivessem sido vacinados pelo Plano Nacional de Vacinação. Então aqueles que por idade ou doença já tinham sido vacinados, também foram excluídos, na medida do possível, dessa vacinação. Hoje, de acordo com a informação que nós obtivemos no começo dessa semana, já foi concluída toda a vacinação de praticamente todos os policiais. O Delegado-Geral hoje, o Doutor Robson, disse que ia se vacinar. Acho que ele era um dos últimos a se vacinar para pegar a segunda dose. Não sei qual foi a vacina que ele tomou, mas foi acho que a AstraZeneca, que daí tem um espaçamento maior, mas ele é um dos últimos a serem imunizados. Mas ele disse que todos já estavam vacinados. O nosso próximo passo agora é verificar o plano de reforço da segunda dose

“*Além de exercer seu papel de órgão de controle de eventuais ilícitos que órgãos controlados como a Polícia Civil e os seus servidores praticam, o Ministério Público também é responsável por assegurar um ambiente saudável a eles, para que não tenham ruídos e para que a própria atividade possa ser desenvolvida de maneira ininterrupta”.*

para os policiais civis do Distrito Federal. E aqui já encaminhando para o fim, nós também tivemos preocupação em saber como é que estavam a distribuição dos equipamentos de proteção individual e coletiva aos policiais civis do Distrito Federal, e eles nos informaram que, desde o começo da pandemia, já com essa autorização do próprio IC, que o Doutor Leonardo mencionou, para fabricação de álcool em gel e líquido, eles distribuíram mais de 15.000 frascos de álcool, 200.000 pares de luvas descartáveis e também mais 220.000 máscaras descartáveis e de tecido a todos os servidores policiais, especialmente àqueles da ponta, e praticamente todas as delegacias possuem a instalação de anteparo de vidro nos locais de atendimento ao público para evitar ou para minorar qualquer tipo de contágio desses policiais com a covid-19, ou com pessoas que tivessem infectadas, e que necessitassem ir à delegacia. Eu acho que são esses os números, e continuaremos acompanhando de perto, agora já com reforço da segunda dose. Acho que é isso. Queria agradecer ao Doutor Sabo, Doutor Bernardo Matos também, que nos ajudou muito na definição desse ofício para auxiliar a Polícia Civil na eleição desses grupos prioritários e garantir

uma vacinação sem que tivesse algum tipo de intercorrência com greve. Conversamos com os presidentes das Associações dos Policiais Civis e dos Delegados para tranquilizá-los, no sentido de que nós estávamos acompanhando isso, que seriam vacinados da forma mais rápida possível. Acho que é isso. Talita, Doutor Sabo, passo a palavra para vocês .

Procurador Eduardo Sabo

Muito obrigado, Doutor Ismael, Doutor André Ismael. A sua fala demonstra o cuidado, a atenção que tiveram, e que continuam tendo com os nossos promotores de justiça nessa promotoria, ao entender que o trabalho deve ser uno, o trabalho deve ser compartilhado e o trabalho deve ser com responsabilidade e com integração com esse diálogo interinstitucional com aqueles segmentos que nós acompanhamos ou até fiscalizamos ou controlamos. Controle externo da própria atividade policial, mas de tal forma em que todos sejam corresponsáveis por essa política. Então os dados que você nos encaminhou, e expôs aqui a todos, a respeito de vacinação, em cada um desses momentos para preservar essa atividade, eu creio que tem se mostrado, como se demonstrou, um êxito, não é? Um êxito em razão de ter propiciado a continuidade de uma série de atividades, e propiciar a própria segurança e a própria prestação de um serviço dessa magnitude.

Promotor André Ismael

Fazendo um adendo aqui, Doutor Sabo, no ofício, como o senhor bem disse do órgão de controle, nosso órgão, além dos eventuais ilícitos que o órgão controlado e os seus servidores praticam, nós também somos responsáveis por assegurar um ambiente, como ressaltamos isso no ofício, um meio ambiente saudável para eles, para que não tenham ruídos e para que a própria atividade possa ser desenvolvida de maneira ininterrupta, como manda a Constituição. Então esse é um trabalho importante inclusive da Força-Tarefa .

Procurador Eduardo Sabo

Com certeza. Força essa que só existe pela força de todos, de cada um que está aqui hoje, que esteve ontem, que esteve anteontem nesse seminário, que estará amanhã e que representa um conjunto expressivo de colegas que se imbuíram de uma

responsabilidade muito grande, atenderam o chamado da Procuradora-Geral de Justiça, Doutora Fabiana e da própria sociedade. Talita, me diz agora, todo mundo aparece na tela, vamos fazer uma saudação final? Como é esse momento de conclusão

“

O Ministério Público também sofreu com a pandemia. Entre 16 de março de 2020 a 29 de agosto de 2020, registrou 483 casos de covid. Houve colegas que foram para UTI e, infelizmente, também perdas de servidores e promotores aposentados. Entre os servidores e membros da ativa não houve óbitos”.

dessa manhã das mais agradáveis. E aqui, em Brasília, está um céu muito lindo, cumprimos um dever nosso de informar, de refletir, de apresentar para a sociedade esse nosso trabalho.

Apresentadora Talita Medeiros

Antes de terminarmos, Doutor Sabo, eu queria saber se algum dos nossos palestrantes gostaria de fazer alguma consideração final.

Promotor Nísio Tostes

Eu gostaria de fazer só “uma pincelada.” Desculpe-me, Sabo, bem rápido. Mas como começamos com a segurança institucional, só para trazer um dado. Eu gosto de estatística, já deu para perceber. Só um dado aqui, porque o Ministério Público também sofreu com a pandemia. Nós tivemos nesse período, desde 16 de março até o dia 29 agora de agosto, foi a última estatística que nós levantamos com a Secretaria de Atendimento à Saúde, aqui do MPDFT, 483 casos de covid dentro do MP. E, de outro lado, a segurança institucional, graças a Deus, nenhum óbito. Tivemos colegas que foram para UTI. Tivemos óbitos, infelizmente, entre servidores e colegas e promotores aposentados, o qual eu destaco, apenas como exemplificativo de tudo, o falecimento do nosso querido Alencastro, que é uma grande perda que nós tivemos para a instituição. Mas, entre os servidores membros da ativa, graças a Deus, não tivemos ninguém, que tenha vindo a óbito. E durante esse período, também gostaria só de colocar aqui o ponto da segurança institucional, nós tivemos em conjunto com a SAES e com SDA, com a administração, a parte administrativa do MP, fizemos alguns protocolos de atuação. O protocolo sobre limpeza, isolamento, desinfecção de

áreas do MP, recebimento de documentos físicos, da forma de atuação do transporte de autoridades, documentos ou diligências e da própria cartilha para o atendimento das atividades de segurança do Ministério Público para que pudéssemos tra-



Servidores durante o trabalho na sede do MPDFT: instituição contabilizou quase 500 casos de infecção por covid-19 nos primeiros 18 meses da pandemia. Foto: MPDFT.

balhar e manter especialmente o apoio às atividades da Força-Tarefa, do Gaeco, nas diversas missões, foi mencionada a Falso Negativo, que dão um apoio na segurança institucional. E estamos seguindo esse protocolo à risca. E, entre as diversas atividades feitas pela segurança institucional, em razão da pandemia, em apoio a Força-Tarefa especialmente, mas nós tivemos cerca de 1.287 atividades. 333 relacionadas à segurança da Procuradora-Geral, em eventos, ou vice-procuradores; 74 inspeções acompanhando os promotores em inspeções prisionais em estabelecimentos de internação ou de semiliberdade, que foi atividade principalmente do Nupri e dos colegas da Promotoria da Infância; 84 apoios em oitivas de detentos ou testemunhas; 48 apoios em atividades de inspeções em unidades de saúde, grande parte feitos pela colega Hiza, já mencionada, e pelos colegas aqui da Força-Tarefa, que foram a hospitais, postos de saúde; 52 atividades em cumprimento de mandado judiciais, em diligências, notificações; 131 apoios a atuações de promotores criminais ou da área de entorpecentes; e 603 atividades diversas, que vão desde monitoramento da segurança de sessão do Tribunal do Júri a segurança de áreas vulneráveis, avaliações de

segurança, inspeções ambientais e outros levantamentos de segurança que foram feitos. Então foi um período muito intenso para a segurança institucional, e conseguimos, acredito, dar esse apoio para poder ajudar de alguma forma a Força-Tarefa, e é o momento que eu tenho que agradecer, de público, não posso deixar de consignar, a todos os servidores, aos policiais militares que estão aqui na segurança institucional do Ministério Público, pela dedicação e empenho que tiveram para que pudéssemos exercer com a altivez, independência necessárias as atividades nesse período de pandemia. Muito obrigado, Sabo. Era só isso.

Procurador Eduardo Sabo

Doutor Nísio, importantíssima a sua colocação e os relatos e os dados, as informações nela contidos. Fica aqui o destaque, sim, a esse apoio que temos, que tivemos. Eu não tinha noção que foram mais de 1.200 atividades. É verdade que nós entramos em um ritmo tal que perdemos essa noção de quantas pessoas, e aqui fica o meu muito obrigado. Eu senti isso em todo o Ministério Público. Senti na Procuradoria do Cidadão. Nós temos uma equipe que não parou, e que não aparece. Aqui no cantinho tem o Rafael, lá tem a Anne, lá tem o Alexandre. E muitos e muitos que adoeceram, que sentiram com seus familiares, e que ficaram firmes. E eu quero crer que nós demos o nosso melhor e, veja só o que acabei de receber aqui, viu, Talita?, uma mensagem. “Esses internautas falam com a gente de tudo quanto é forma, né?” E a Rosa Matos disse o seguinte: “Integração e planejamento são as palavras chaves de um trabalho efetivo”. Eu “tô” vendo aqui no celular. “Parabéns para todos integrantes por terem conseguido esta integração, com diálogos amplos, com eficácia tão grande”. Muito, muito bom. E olha só aqui, um outro parabenizando a todos, mas gostou foi do colega Rodrigo Machado. Olha só, o Gilvonar Matos: “Parabéns, doutor Rodrigo Machado, pelo seu importante trabalho junto ao sistema prisional do DF”. Ou seja, eu só dei dois exemplos aqui porque eu não sou muito bom nisso, das mensagens... Mas, assim, ficam dois exemplos aqui para os colegas para dizer que estamos “fechando com chave de ouro.”

Apresentadora Talita Medeiros

Estamos “fechando com chave de ouro” mesmo, gente. Eu queria agradecer a presença do Doutor André, Doutor Rodrigo, Doutor Leonardo, Doutor Nísio, muito obrigada pela participação de vocês. Doutor Sabo, muito obrigada por hoje.

Dia 4

Abertura do Webinário

Eduardo Sabo
*Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão
e Coordenador da Força-Tarefa*



Considerações iniciais da apresentadora do evento, Talita Medeiros

(Veiculação de vídeo da Secretaria de Comunicação Social do MPDFT sobre o trabalho da Força-Tarefa)

Bom dia, Talita. Bom dia a todos e a todas. É uma grande satisfação estar aqui hoje, em Brasília, em um dia muito bonito, tratando dessa temática que aborda as reflexões, os impactos e as perspectivas da atuação da Força-Tarefa no âmbito da covid. Situação complexa, problemas difíceis, não existem soluções simples. Nós tivemos, nessa semana, relato de diversos campos, saúde, educação, segurança pública, sistema prisional, direitos humanos e assistência social. E hoje, com um contingente populacional de mais de 3,2 milhões de pessoas, não há dúvida nenhuma de que no Distrito Federal, centro do nosso país, temos que ter um Ministério Público atento, que possa ouvir as pessoas, encaminhar soluções. Por essa razão, ouviremos hoje aqui a Ouvidoria do nosso ouvidor, Doutor Libânio. Não há dúvida nenhuma de que a mobilidade se coloca como um grande desafio dos gestores em todo país, e, principalmente, aqui no Distrito Federal. Ouviremos, então, a nossa colega, Doutora Lenna Daher. Agora, tudo, não há dúvida nenhuma, de que é uma questão de gestão. Teremos aqui o Secretário-Executivo da Força-Tarefa, Doutor Bernardo Matos, que vai trazer as experiências desse diálogo, dessa interlocução. É claro que, muitas vezes, senão, em praticamente todas relações entre os consumidores se fizeram presentes, nós tivemos que atuar em diversas situações. Por essa razão, nossa colega Juliana Oliveira vai trazer essa perspectiva. Mas, olha, com calma, não é, Talita?

Vamos agora começar certamente por mobilidade, convidando aqui a nossa colega Lenna Daher. É isso?

Apresentadora Talita Medeiros

Isso mesmo. Começaremos o nosso primeiro painel, com o tema Mobilidade e Gestão Pública. E quem participa desse primeiro momento são os promotores de Justiça Lenna Daher e Bernardo Matos. Bom dia, Doutora Lenna.

Dia 4

Tema 1: Mobilidade e Gestão Pública

Lenna Daher

*Promotora de Justiça de Defesa do Patrimônio
Público e Social*



Bom dia, Talita. Bom dia a todas e a todos. Eu queria fazer uma saudação especial ao Doutor Eduardo Sabo, que é o nosso grande anfitrião dessa semana. Cumprimentar também de forma calorosa os amigos, Doutor Bernardo, Doutora Juliana, Doutor Libânio. Nossos queridos servidores da Secor que se dedicam tanto para promover esse seminário. E dizer que é uma satisfação para a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público participar da Força-Tarefa e desse evento. Eu acompanhei esses últimos dias, achei muito interessante esse resgate de tudo que foi

Passageiros e rodoviários circulam em ônibus no DF: Força-Tarefa recomendou manutenção de 100% da frota em atividade durante a pandemia. Foto: Agência Brasília.



feito nesse mais de um ano. E hoje percebemos que os desafios foram enormes, e o Ministério Público conseguiu atuar de forma muito célere, como foi colocado aqui no vídeo, e acima de tudo de forma muito qualificada. Isso não teria acontecido se não houvesse o papel essencial integrador da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão, e isso é preciso reconhecer. Esse elemento que une as diversas expertises do Ministério Público. Cada área de atuação conseguiu um apoio. E quando eu falo é apoio mesmo em todos os momentos da Procuradoria Distrital, na pessoa do Doutor Sabo, dos Secretários-Executivos, Doutor Bernardo, Doutora Hiza, em todos os momentos de dificuldade, de angústia pessoal. Nós vivemos essa pandemia dentro da pandemia. Muitos de nós adoeceram, tiveram as suas famílias também infectadas. Então esse trabalho foi desafiador em vários momentos. E, se não houvesse essa atuação integrada, eu tenho certeza de que não seria possível mostrar esses resulta-

“
Logo após a decretação da pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e a Procuradoria de Defesa dos Direitos do Cidadão expediram uma recomendação para que fossem mantidos 100% dos ônibus em circulação. Com a vigência do estado de emergência, nosso temor era que fosse diminuído o número de linhas e a população sofresse com ônibus cheios. Essa recomendação foi cumprida, 100% das linhas continuam em circulação desde então”.

dos. E a parte de mobilidade, da mesma forma como aconteceu em outras áreas, quer dizer, nós fomos surpreendidos, o mundo inteiro, com a pandemia. Até fevereiro, ninguém sabia se essa gravidade atingiria o nosso país. E, logo no início em março, quando houve o decreto da situação emergencial do DF, a Força-Tarefa se organizou, e as diversas áreas agiram de forma muito célere, porque já atuamos de forma qualificada. E o que é atuar de forma qualificada? É preciso que o Ministério Público invista no conhecimento, na realidade, não só pelos nossos olhos, pelos olhos da sociedade civil, que é afetada, pelos olhos do gestor, que nós precisamos compreender a realidade do gestor, e pelos olhos da Academia, quer dizer, também não temos esse conhecimento técnico. E, na área de mobilidade, o que aconteceu? Nós já havíamos, a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, estávamos desen-

volvendo um trabalho em parceria com a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão e a sociedade civil, que é o projeto “Como Anda o Meu Ônibus?”. Então, quando houve esse decreto da situação emergencial, nós já tínhamos essa visão de que o



Rodoviário recebe dose do imunizante contra a covid-19 em posto de saúde: MPDFT solicitou inclusão da categoria entre os grupos prioritários de vacinação. Foto: Agência Brasília.

publicado o decreto distrital e, logo na sequência, então, em 16 de março, nós já emitimos uma recomendação. A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, com a PDDC, expediu uma recomendação para que fossem mantidos 100% dos ônibus em circulação. O nosso temor era justamente com esses ônibus lotados, com a decretação do estado de emergência, que fosse diminuído o número de linhas e a população sofresse com ônibus mais cheios ainda. Essa recomendação foi cumprida, 100% das linhas continuam em circulação desde então. Outro item da recomendação que era a melhoria da higienização desses veículos. Daqui a pouco eu vou aprofundar um pouco mais nesse tema.

A proteção dos rodoviários contra a covid-19 e a manutenção dos serviços essenciais

O nosso desafio no DF é um pouco diferente, porque a população é totalmente dependente do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF (STPC). Então nós tínhamos um desafio global, assistíamos em vários lugares do planeta o transporte

coletivo parando de circular por Nova York ou por cidades, porque realmente o transporte coletivo é uma fonte de contágio muito alta, o risco de contágio é muito alto, porque são ambientes fechados em que há aglomeração de pessoas. Mas qual era a grande questão? Precisávamos ter um equilíbrio entre o fique em casa e o funcionamento dos serviços essenciais. Para que esses serviços pudessem funcionar, era necessário que os trabalhadores, e os usuários, pudessem circular. E sabemos que a população do DF é dependente do transporte coletivo para tudo. Então como é que você vai ter a área de supermercados, postos de gasolinas funcionando se você não tem o transporte coletivo? E ainda mais, como é que você vai permitir que a população tenha acesso aos hospitais, ao atendimento de saúde, se o serviço de transporte coletivo parasse de circular? Então a nossa atuação focou na necessidade de manutenção de 100% da frota circulante com implementação de protocolos sanitários. O projeto “Como Anda o Meu Ônibus?” foi muito interessante porque logo, com o início da pandemia, já houve uma mudança. Nós fazíamos o que chamamos de blitz, eram eventos presenciais, principalmente em rodoviárias, em locais de grande acesso ao público, para colher essa opinião dos usuários sobre o transporte coletivo. E,

“*Para que a população do DF pudesse ter maior número de veículos à disposição, foi necessário que os rodoviários, mesmo os de grupos de risco, ficassem na linha de frente. Mas eles não tinham sido incluídos no plano de vacinação distrital. Foi a partir de um ofício enviado pela Força-Tarefa que esses profissionais foram incluídos dentre as categorias aptas a receber as vacinas”.*

com a pandemia, isso não era mais possível, obviamente. O projeto continuou online, mas foi criado um formulário específico só para avaliar as medidas de prevenção ao coronavírus no âmbito do transporte coletivo. Esse formulário foi muito importante. Com ele, foi elaborado um documento técnico pelo Instituto de Fiscalização e Controle (IFC). Esse documento, como é da sociedade civil, tem uma lista de sugestões de medidas que deveriam ser implementadas pela Secretaria de Mobilidade (do DF). Sobre a perspectiva do Ministério Público, nós enfatizamos a necessidade de que a própria Secretaria de Mobilidade elaborasse seu plano. Quer dizer, ciente do papel do Ministério Público, que não é de formulação de políticas públicas, mas de fiscalização de fomento, nós, o tempo todo, cobrávamos que esse rol de medidas

sanitárias fosse implementado pela Secretaria de Mobilidade. Nós atuaríamos com fiscalização. O Poder Legislativo acabou auxiliando nisso por conta do clamor social mesmo, das pessoas temerosas de andarem nesses veículos. Então medidas legislativas vieram, o que nos auxiliou bastante, ou seja, temos duas leis, uma que determina a higienização dos veículos a cada viagem, ou seja, a cada vez que o ônibus chega ao terminal, ele tem que ser totalmente higienizado, e outra que determina a disponibilização de álcool em gel dentro de todos os veículos. Realizamos diversas fiscalizações a respeito do cumprimento desses protocolos e passamos também a atuar de forma bastante integrada com outras instituições. Então aqui foi colocado no vídeo que a Força-Tarefa teve esse papel, de integração interna e de interlocução interinstitucional. Foi criado um comitê de transporte coletivo que une o Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública e outras instituições. E essa situação do trabalhador não passou ao largo da preocupação da Força-Tarefa. Nós tínhamos também uma categoria profissional extremamente vulnerável, de rodoviários, que não tinha outra opção. Quer dizer, nem os rodoviários de grupos de risco tiveram a opção de trabalhar em casa. Justamente para que a população pudesse ter um maior número de veículos à disposição, foi necessário que esses trabalhadores ficassem nessa linha de frente. E eles não estavam recebendo vacina. Quer dizer, apesar de eles estarem nessa linha de frente, quase como profissionais de saúde, ainda não tinham sido incluídos no plano de vacinação distrital. Logo essa atuação da Força-Tarefa foi muito importante. Foi a partir de um ofício enviado pela Força-Tarefa que os rodoviários foram incluídos dentre as categorias profissionais após a saúde para receber as vacinas. Então, antes que chegasse à idade, esses trabalhadores foram vacinados. De uma forma geral, o que quero reforçar aqui? Que o transporte, muitas vezes, não é percebido como um direito tão importante como saúde, educação e segurança, mas, na Constituição, o transporte é considerado um serviço essencial, e foi incluído no artigo 6º, dentre os direitos sociais ao lado dos demais direitos, como saúde, educação, segurança e trabalho. E ele, nessa perspectiva, é um direito que não é um fim em si mesmo, digamos assim, a pessoa não se transporta só para se transportar. Ela se transporta para que possa exercer outras potencialidades humanas. Na verdade, todas as potencialidades humanas. Por isso, ele acaba tendo uma centralidade nesse rol de direitos sociais porque permite que o trabalho digno seja desenvolvido, que as crianças, adolescentes e adultos possam frequentar escolas e universidades, que o lazer seja exercido nas diversas áreas. Então transporte precisa ser valorizado nessa perspectiva de centralidade de um direito fundamental e de um direito social. E mesmo a pandemia, que trouxe essa possibilidade de exercermos

várias atividades de casa, hoje percebemos, ainda, que essa volta seja parcial, o mundo do trabalho vai se modificar, tendem-se a permanecer mais em casa do que antes, ainda assim as pessoas estão ávidas, por ter um mínimo da antiga normalidade, que é poder circular pela cidade. Então o direito de cidadania, que é fazer parte da cidade, precisa que as pessoas se movimentem, que ocupem os espaços públicos, que façam parte de fato da cidade. E o transporte permite que as pessoas exerçam vários direitos de cidadania. Então vou encerrar aqui a minha participação, porque eu sei que o Bernardo tem muito a trazer a respeito dessa nossa atuação, mas deixando aqui esse recado final da importância da atuação qualificada do Ministério Público em diversas temáticas, como essa, e da atuação integrada e do papel central da PDDC como elemento de unidade ao Ministério Público. Porque nós não fazemos nada sozinhos. A Força-Tarefa mostrou que o trabalho de um promotor ou de uma promotora não seria o suficiente. E eu estou aqui também falando em nome da PRODEP, mas vários colegas trabalham nessa área, como o colega Alexandre Sales, nosso colega Eduardo Gazzinelli que trabalha em todas as áreas, e que, durante a pandemia inteira, esteve ali, presencialmente, no Ministério Público, por acreditar que o nosso trabalho faz diferença na vida das pessoas. Então muito obrigada.

Procurador Eduardo Sabo

Doutora Lenna, nós que agradecemos, o Ministério Público agradece, a sociedade agradece. Não há dúvida nenhuma de que essa integração que foi feita pela sua atuação, pela atuação dos colegas da PRODEP, buscando o equilíbrio, buscando compatibilizar as necessidades dos usuários de transportes e daqueles que fazem acontecer o transporte, motoristas, cobradores, toda a equipe envolvida, fez com que sobressaísse ao Ministério Público um trabalho que já estava sendo realizado, como bem disse, há vários anos, e que, de imediato, você fez nos recordar, no dia 16 de março, já foram as primeiras medidas oficiadas, recomendadas e implementadas. Nessa primeira onda, todos recordam, a nossa tranquilidade, o nosso desespero menor, foi justamente pelas ações que foram efetuadas no campo da mobilidade. Isso é de se destacar. E outro ponto, que foi muito bem lembrado, que a integração não se faz só com órgãos públicos, se faz com a sociedade. “Como Anda o Meu Ônibus?”. Nós tivemos dados fundamentais para pautar tanto a nossa atuação como a atuação do próprio poder público em razão das informações fornecidas pelos questionários, pelos relatórios dessa pesquisa. E cabe aqui uma reflexão que você bem nos colocou.

A importância desse direito social, da centralidade desse direito, onde ele é não só objeto, mas vetor da concretização dos nossos direitos. E é um desafio para nós. Eu acredito que, dentro desse desafio, nós podemos anotar, colega Lenna e todos os outros colegas, ampliar esse direito, com uma mobilidade cada vez mais plena com a ajuda também de outras instituições, como você bem colocou aqui. Ministérios Públicos, Defensorias e outros agentes. Excelente. E agora, Talita, é você que anuncia o Doutor Bernardo? Que ele já está ansioso para entrar. Não é isso?

Apresentadora Talita Medeiros

Exatamente. Gostaria de chamar agora, então, o Doutor Bernardo Matos, Promotor de Justiça. Bom dia.



Bernardo Matos

*Promotor de Justiça de Defesa dos Direitos Difusos
e Secretário-Executivo da Força-Tarefa*

Bom dia, Talita. Bom dia, Sabo. Bom dia, demais colegas presentes, bom dia às pessoas que nos acompanham pelo YouTube. Eu vou tentar, não sei se vou conseguir, complementar tudo aquilo que a Lenna já colocou sobre a atuação do Ministério Público sobre mobilidade urbana. Uma coisa que me chamou atenção, sempre me chamou atenção na atuação do Ministério Público acerca das políticas públicas, é de apresentar uma dicotomia que não necessariamente existe entre a nossa atuação de repressão, quando atuamos em crimes contra administração pública, com a repressão de atos de improbidade administrativa, ou mesmo com medidas de força, como recomendações e ações civis públicas, e a nossa atividade de acompanhamento da política pública acontece, principalmente, nas reuniões, no diálogo, nesse papel de controle e de indução da efetividade das políticas públicas. A experiência do Ministério Público do DF na mobilidade urbana mostra que esses dois aspectos da nossa atuação podem e devem andar de mãos dadas. A pandemia, pelo seu caráter inesperado, pela sua dimensão e sua gravidade, trouxe a necessidade de o poder público como um todo trabalhar com novas formas, com inovação. E, num contex-

to específico da mobilidade urbana, essa necessidade de inovação, essa necessidade de fazer frente às particularidades da pandemia, assumiu ainda uma característica específica, porque a mobilidade urbana é executada principalmente por mecanismos de descentralização administrativa, quer dizer, por meios de contratos de concessão. Isso tem um impacto que é muito relevante na capacidade que o poder público tem de adaptar a política pública a circunstâncias absolutamente inesperadas, como, por exemplo, a pandemia. Se a Secretaria de Educação ou a Secretaria de Saúde ou as Forças de Segurança podem rapidamente fazer ajustes, adquirir EPIs, tomar medidas preventivas em relação à sua fonte de trabalho, muitas dessas possibilidades apresentam complexidades adicionais porque são executadas para os termos de contrato de concessão. Então isso trouxe muitos desafios, porque toda vez que se chegava com uma demanda sobre a necessidade de implementar um protocolo de segurança, sejam aqueles sugeridos, como a Lenna bem lembrou, pela sociedade civil, por meio



Reunião entre representantes da Força-Tarefa e do DF Legal: diálogo como meio de contribuir para a melhoria da política pública de transporte e mobilidade. Foto: MPDFT.

do “Como Anda o Meu Ônibus?”, sejam aqueles indicados pela própria lei aprovada na Câmara Distrital. O diálogo sempre apresentava uma dificuldade adicional por conta dos termos do contrato, da necessidade de manter o equilíbrio contratual. Essa dinâmica, essa dificuldade refletiu bem nessa dicotomia que nós temos entre repressão e diálogo que, pela minha perspectiva, isso faz parte da nossa atividade de controle. Não existe propriamente essa separação. Quem dialoga pode, sim, no dia seguinte, fazer a atuação mais repressiva. Por exemplo, houve a recomendação para

manter a frota na rua para, com isso, obviamente, diminuir aglomeração dos veículos, para que as pessoas que precisassem ir trabalhar, ainda na fase mais crítica do lockdown, pudessem trabalhar com mais segurança, com menos aglomerações. E houve, em resposta a isso, os ônibus circulando com menos pessoas, com menos usuários, isso tem um impacto na rentabilidade do negócio dos contratados, dos concessionários dos transportes públicos, houve um esforço para tentar se receber parte desse prejuízo dos cofres públicos. Num primeiro momento, tentou-se uma forma de auxílio a essas empresas que, na nossa perspectiva, não foi o melhor caminho a se fazer, essa composição, e depois avançou-se para seguir no caminho correto, porque aquele primeiro caminho foi bloqueado por uma ação civil pública. Houve algum ajuste da tarifa. Mas, bem, isso mostra um caminho que foi repressivo. Construiu-se, tentou-se um diálogo, compreendendo a complexidade da situação, por conta dessa característica do contratual, do serviço de transporte público. Não foi possível se chegar a um acordo. Houve, então, a necessidade de entrar com uma ação civil pública para obstar aquilo que, na visão do Ministério Público e do Judiciário também, não era o melhor caminho a ser tomado em termos de tratar dessa situação, desse problema da perda dos prejuízos sofridos pelas concessionárias em razão de um menor número de usuários nos transportes, principalmente naquela primeira etapa da pandemia, onde houve uma adesão maior ao lockdown. Uma outra dificuldade que existe em termos de mobilidade pública, mobilidade urbana é não só a dificuldade da inovação, dado ao regime de descentralização administrativa, mas também uma dificuldade do próprio gestor e, por consequência, dos órgãos de controle da sociedade civil, compreender o funcionamento dessa política pública. Porque você não tem ainda, efetivamente, uma gestão voltada baseada em evidências, baseada em informação. Isso foi uma preocupação grande nossa ao longo da pandemia. Ainda não inteiramente equacionada, porque quando houve o início da pandemia, um trabalho do MPDFT foi atuar junto à Secretaria de Saúde para que houvesse transparência nos dados da política pública. E que esses dados fossem disponibilizados para que os órgãos de controle, de forma mais fácil e intuitiva, pudessem ter acesso a essas informações, mas também a sociedade em geral. Então se buscou essa mesma estratégia junto à mobilidade urbana, só que havia uma dificuldade grande de consolidar essas informações em um formato que fosse apropriável tanto pelos órgãos de controle quanto pela sociedade civil. Um “ponto-chave” no esforço para tentar gerar dados mais intuitivos e mais qualitativos foi a implementação da Bilhetagem Eletrônica online. Então hoje a pessoa passa o cartão só no final da viagem. Aquela maquininha vai ser descarregada com as informações sobre

as pessoas que usaram, e que entraram naquele veículo. Então, com a migração para um regime inteiramente online, poderíamos ter essa informação em tempo real. Se temos os dados das pessoas que adentram os veículos em tempo real, teremos um mapa mais claro de quais linhas estão mais cheias, menos cheias, como está o movimento em determinados trajetos. Potencialmente, no futuro, isso permitirá uma compreensão melhor da política pública. Então, nosso trabalho foi nesse sentido, até porque se você avança com a bilhetagem eletrônica, você também reduz a quantidade de dinheiro em circulação, e isso seria uma das medidas mundialmente sugeridas para você tentar diminuir a contaminação pelo SARS-CoV-2 e diminuir a propagação do covid-19. Quer dizer, o dinheiro como um veículo, um vetor de disseminação do vírus. Então houve um diálogo que segue em andamento, tanto com a Secretaria de Transporte e Mobilidade do DF (SEMOB) como também com o BRB (Banco de Brasília), que vai ser responsável por complementar esse sistema, para que tanto haja uma maior segurança sanitária nos transportes como gerar dados de maior qualidade sobre política pública, e que esses dados possam ser estruturados de uma forma mais clara e intuitiva e, por consequência, melhorar também o transporte público.

Parceria com Ministério Público de Goiás para melhoria do transporte do entorno

Uma terceira e última vertente de trabalho que eu gostaria de mencionar, e aí voltando à temática do diálogo que foi mencionada na fala da Lenna, foi a questão de diálogo, o esforço para tentar conciliar as dificuldades do transporte público no contexto da pandemia no DF com o entorno, com o DF, formando uma só metrópole. Para isso, foi inaugurado diálogo com o Ministério Público de Goiás, foram feitas várias reuniões. No momento inicial da pandemia, durante a maior parte do período

“*No contexto da pandemia, o desafio da Força-Tarefa foi trabalhar com inovação em sua forma de agir, induzindo inovação por parte do gestor público para fazer frente a uma situação inédita. Apostamos no diálogo externo para auxiliar a construção da melhor política pública possível, mas com a compreensão de que, quando esse diálogo se esgota, é nossa obrigação adotar medidas repressivas para que a gestão pública aconteça dentro das balizas da legalidade”.*

da atuação da Força-Tarefa, o responsável por esse transporte interestadual era a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). Muitos desses contratos são precários, e havia, e há ainda, uma dificuldade muito grande da ANTT de fiscalização. Então havia pouco que pudesse ser feito, efetivamente, para melhorar a qualidade da segurança sanitária desses transportes que fazem o caminho do entorno para o Distrito Federal. Então o que foi feito nesse caminho, havia uma perspectiva de que a gestão dessas linhas interestaduais, no início da pandemia, fosse realizado pela ANTT e passasse para o Distrito Federal. Nós também nos engajamos nesse diálogo, entendendo ser uma boa providência para poder tentar racionalizar o sistema de transporte público nessa grande metrópole que engloba tanto o Distrito Federal como o entorno. Essa negociação entre o GDF e o Governo Federal avançou. Hoje nós temos um convênio em que essa gestão passou para o Distrito Federal e nós, assim como estamos acompanhando a questão da adoção da bilhetagem eletrônica online pela SEMOB e pelo Transporte Público do DF, também vamos fazer o acompanhamento da implementação desse convênio. E, na medida em que esse convênio for implementado, pela reprodução do padrão de segurança sanitária hoje existente, com os seus defeitos, com as suas dificuldades, hoje existente no âmbito do DF, também ser reproduzido nesses transportes que fazem o caminho entre o entorno e o Distrito Federal. Em resumo, o desafio da Força-Tarefa no contexto da pandemia foi trabalhar com essas diretrizes, com essas balizas, trabalhar com inovação na nossa forma de agir, e, induzindo a inovação por parte do gestor público, para fazer frente a uma situação absolutamente inédita. Apostamos no diálogo... internamente nos articulamos, mas também externamente fazemos essa construção da melhor política pública possível, mas também compreendendo que há o momento do diálogo e, quando esse diálogo se esgota, não há problema, faz parte da nossa obrigação, partir para medidas repressivas para que a gestão pública aconteça dentro das balizas da legalidade. Então acho que são essas as contribuições que eu tinha para dar sobre esse tema. Acho que a fala da Lenna já fez um mapeamento muito completo. Eu só queria mesmo fazer esses pequenos acréscimos da experiência e das dificuldades, porque do contrário fica parecendo que é só sucesso, que foram encontradas ao longo do trabalho da Força-Tarefa. E sinalizar que, muito do que começou a ser trabalhado no contexto da Força-Tarefa, no contexto da pandemia, vai ter seguimento, mais um daqueles legados positivos da pandemia. Quer dizer, começamos esse diálogo sobre esses temas, esse diálogo vai ter seguimento, e eu quero acreditar que, ao final, daqui a um, dois, três, cinco anos, isso vai ter fru-

tos bastante positivos para a sociedade no Distrito Federal e no entorno. Obrigado.

Procurador Eduardo Sabo

Doutor Bernardo Matos. Enquanto você falava, eu voltava meus olhos para um passado recente, onde eu fui conhecendo a sua atuação, a sua responsabilidade, não só de senso, mas de atuação, e a sua capacidade de fazer uma interlocução, não só externa como interna. E aqui hoje pontuou três, digamos, pilares dessa atuação, não só enquanto Secretário-Executivo da Força-Tarefa, mas também enquanto integrante de promotorias que se envolvem, decididamente, com gestão pública, que é um desafio. O desafio é fazer com que todos os gestores, no campo da inovação, possam se renovar, no sentido de que há necessidade, ou mais ainda, obrigação, de superar os obstáculos que foram apresentados. E muitos provocaram ações diferenciadas. Nós tivemos que adotar uma postura diferenciada e fazer com que o gestor efetivamente compreendesse a necessidade de agir com eficácia, de agir com bastante rapidez. E você citou diversos exemplos dessa interlocução, inclusive a que fizemos com o Governo local e com o próprio Governo Federal. E com os próprios agentes do Governo. Bilhetagem eletrônica, a Doutora Lenna sabe disso, é muito amplo, envolvendo, inclusive, um banco, o BRB. Isso faz com que fique destacado que há a necessidade do diálogo. E o diálogo foi feito de forma interinstitucional. Muito bem lembrado o Ministério Público de Goiás, até porque nós não somos aqui três milhões e duzentos, nós somos mais de quatro milhões. A nossa população chega, efetivamente, à metade de países como Portugal e Hungria. Isso tem uma consequência muito grande. Isso fez com também procurássemos, agora, efetivar essa concretização em termos de gestão de transporte com a própria ANTT, não é verdade? Onde a questão do entorno passará, em casos específicos, a ser nossa também, de acompanhamento dessas linhas interestaduais. O que eu quero destacar é justamente essa interlocução entre promotorias, entre Ministérios Públicos e entre gestores. É papel nosso, como disse, começar a officiar, recomendar, inclusive acionar judicialmente, para que haja essa compreensão da necessidade premente de cumprimento direto das determinações legais. Talita, tenho a impressão de que agora nós podemos até ouvir alguma das atuações, desse relacionamento entre os cidadãos enquanto consumidores. Não é isso?

Apresentadora Talita Medeiros

Exatamente, Doutor Sabo. Agora vamos para o segundo painel do nosso webinar, que tem como tema Consumidor. E quem participa é a Promotora de Justiça Juliana Oliveira. Bom dia.

Dia 4

Tema 2: Consumidor

Juliana Oliveira

Promotora de Justiça de Defesa do Consumidor



Bom dia, Talita. Bom dia, Doutor Sabo, Doutor Bernardo, Doutora Lenna e, pela Ouvidoria, o Doutor Libânio, e a todos nossos amigos, colegas, servidores, o público em geral que participa, acompanha esse webinar. Fui convidada para participar da Força-Tarefa, e, hoje, para falar sobre a atuação do consumidor durante esse período. Inicialmente me perguntei o que seria mais importante passar para as pessoas que sofreram, durante, até agora um ano e meio, as consequências dessa pandemia. E a palavra que ficou à cabeça, e que ficou mais evidente, foi, realmente, o impacto, que é uma das palavras utilizada no slogan, no tema desse webinar. Com certeza, o impacto foi o que marcou todos esses meses do nosso trabalho. Inicialmente, o impacto na sociedade e, obviamente, nas pessoas. E foram essas mesmas pessoas que eu acho que levaram o Ministério Público a agir. Em um primeiro momento, a nossa reunião, foi coordenada pela Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão, e para as pessoas que procuraram o Ministério Público. E eu gostaria de ressaltar, logo no início, o papel que a Ouvidoria teve, principalmente na Promotoria do Consumidor. Achei excelente que o doutor Libânio fosse o próximo expositor, ele vai poder detalhar melhor para todos. A Ouvidoria teve um papel fundamental para trazer à Promotoria do Consumidor as demandas mais relevantes no momento que nós estamos passando. Eu recortei alguns temas que nós tivemos atuação durante esses meses, e gostaria de falar. Mas, antes ainda, com relação às pessoas, foram essas mesmas pessoas que conseguiram mudar e viabilizar a atuação na PRODECON. Primeiro, os servidores, os órgãos que trabalharam junto à PRODECON, em especial o PROCON, com as incansáveis fiscalizações que eles fizeram. A COF, que durante

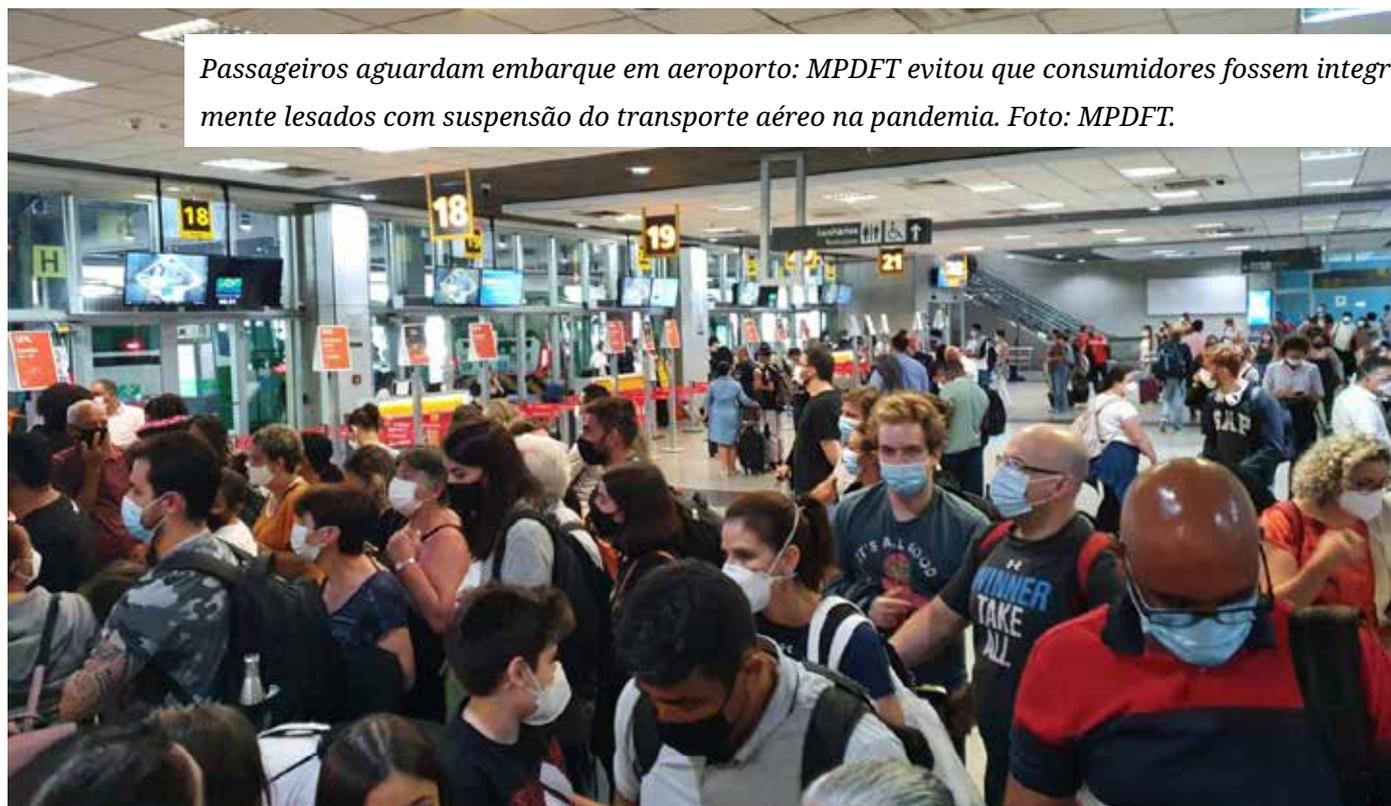
todos esses meses, permaneceu atenta na parte criminal, e é a área da Polícia Civil que cuida de fraudes, da área de consumidor, defraudações, segurança de alimentos. Então foram muitas pessoas que toparam essa reunião. Então nos reunimos, além do contato de outros Ministérios Públicos, como colocou o colega Bernardo. Bom, no início da pandemia, nós tínhamos uma realidade. Quando ela efetivamente foi declarada, eram três meses, aproximadamente, do conhecimento de saúde pública e, infelizmente, nós tínhamos uma expectativa de que nós conseguiríamos contornar o problema a curto prazo. Nós começamos a trabalhar de uma forma muito improvisada, tentando passar aqueles quinze, vinte dias iniciais que as atividades estavam suspensas, as escolas foram suspensas, as atividades presenciais, os estabelecimentos comerciais foram fechados, os aviões passaram a não mais decolar. Então nós tínhamos uma esperança de que aquilo terminaria em pouco tempo. E o nosso objetivo inicial, eu acho, da maior parte das pessoas, era realmente passar por esse

“

No início de pandemia, houve um momento em que mais de 90% da malha aérea mundial estava no chão. Com isso, pessoas que firmaram contratos de transporte tiveram expectativas frustradas. Houve uma atuação da PRODECON, e do Ministério Público de forma geral, estabelecendo condições para que os consumidores não fossem 100% lesados com a suspensão do transporte aéreo e outras atividades de deslocamento”.

período e voltar à vida normal, o que efetivamente não ocorreu até hoje. Eu acho que aquela esperança do início hoje se transforma em uma certeza, que a nossa dedicação vai ser necessária durante um bom tempo para que nós consigamos passar pelo problema. Bom, entre os temas que eu destaquei, foram vários, alguns eu trouxe, não especificamente da atuação da 2a PRODECON, onde eu fui titular até o final de julho desse ano, mas que são relevantes nos temas que foram abordados pela Força-Tarefa. O primeiro tema, obviamente, foi a questão dos preços abusivos. No momento inicial, isso se confirmou durante todo o período da pandemia, havia um temor com relação aos preços. Inicialmente com relação aos produtos aliados efetivamente ao combate da covid, álcool em gel, álcool 70, segurança, luva, máscara, touca, avental. Foram produtos que sofreram um aumento excessivo e, obviamente, os gêneros alimentícios porque havia um receio da corrida ao supermercado com

medo do desabastecimento. Paralelo a isso, houve falta de bens duráveis, especificamente aqueles ligados à construção civil, porque as linhas de produção ficaram paradas muito tempo, então isso gerou um cenário, hoje identificado com um espaço de tempo maior, que trouxe, obviamente, o aumento dos preços, uma demanda excessiva e uma situação indesejada que é a inflação que isso vem causando. Mas a inflação, especificamente, não é atuação da Promotoria do Consumidor. E, nessa área, houve logo no início a atuação conjunta do PROCON e do MPDFT pela PRODECON. Foi expedida nota técnica. Posteriormente, foi feito um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com uma rede de farmácias relativamente a preços abusivos.



Passageiros aguardam embarque em aeroporto: MPDFT evitou que consumidores fossem integralmente lesados com suspensão do transporte aéreo na pandemia. Foto: MPDFT.

Então, durante todo esse tempo, apesar de não ser possível a intervenção direta, houve um acompanhamento da PRODECON com relação aos preços. Outro tema, talvez o que tenha assumido a relevância inquestionável, foi a suspensão das atividades de ensino. Os pais, no final de 2019, firmaram os contratos para que os filhos tivessem o ano letivo em atividades presenciais. Em março do ano passado, as atividades foram suspensas e o ensino passou a ser remoto. Devidamente autorizado pelos órgãos competentes. A Secretaria de Educação do DF e, da parte do ensino superior, o Ministério da Educação. Então não se podia questionar essa atividade à distância, apesar dos danos e dos prejuízos que ela causa. Não cabia a PRODECON impedir que ela fosse feita à distância, muito menos questionar, primeiro porque a

atuação na área de educação é da Proeduc e segundo porque estava devidamente autorizada. Mas houve uma atuação incisiva da Promotoria com relação aos contratos de ensino firmados. No momento inicial, com a participação da PDDC e da Força-Tarefa, da Proeduc, do PROCON, da Comissão do Consumidor da OAB, foram feitas várias reuniões, inclusive com a Secretaria de Educação, tentando, pelo diálogo, se chegar a um ponto adequado com relação a um equilíbrio entre o interesse dos estabelecimentos de ensino e o interesse dos pais e dos responsáveis legais. Infelizmente, isso não foi possível e a PRODECON assumiu a apuração desses contratos à medida que as reclamações chegavam. Então as escolas que receberam reclamação na PRODECON tiveram o custo do contrato de ensino apurado individualmente. Uma grande faculdade fez um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Nós já temos um resultado de uma Ação Civil Pública (ACP) favorável, determinando a restituição dos valores aos estudantes no período de suspensão. Mas isso foi um trabalho embasado na apuração do MP e na efetiva redução de custos. Então não foi unicamente a pandemia que gerou esse direito, mas a diferença entre o custo que embasou o contrato do ensino no ano passado e o custo que as escolas efetivamente tiveram para prestar esse serviço. Há outras ações civis públicas ainda em tramitação. Muitos procedimentos foram arquivados porque era estabelecimento pequeno, que teve muito custo para se adaptar à atividade remota, e que não se comprovou, de forma alguma, redução de custos e, com isso, não houve necessidade de intervenção do Ministério Público. Então, durante todo o período da pandemia, acredito que a colega me sucedeu na PRODECON ainda tem três procedimentos relativos a esse tema que estão em fase de conclusão. Ela vai analisar conforme a atuação que ela tem feito agora. Outro tema que a Promotoria do Consumidor atuou demais foi na área de turismo, mas, na realidade, o turismo vai abranger tudo, qualquer tipo de deslocamento ou utilização de hotel que seja feita, inclusive a trabalho, para tratamento de saúde, turismo religioso, qualquer forma de deslocamento. Chegou-se a um momento, no início de pandemia, que mais de 90% da malha aérea mundial estava no chão. E, com isso, as pessoas que firmaram os contratos de transporte, tiveram as suas expectativas frustradas. Então houve uma atuação da PRODECON, e do MP de uma forma geral, que teve início com o TAC das áreas, que contou com a participação do Ministério Público Federal, estabelecendo algumas condições para que as pessoas não fossem 100% lesadas com a suspensão do transporte aéreo e outras atividades de deslocamento. Posteriormente, a PRODECON tem atuado com relação à venda de pacotes turísticos sem data definida, especialmente para viabilizar que não haja uma publicidade enganosa. Não há óbice que se venda um pacote

turístico sem uma data definida, mas aos consumidores devem ser esclarecidos quais os direitos que estão incluídos. Então a atuação tem sido muito nesse ponto de direito à informação clara aos consumidores. Prosseguindo com os demais temas que acho relevante trazer, as cobranças efetuadas pela CEB e CAESB durante o período da pandemia, porque, especificamente, a população de baixa renda sofreu muito. Então houve uma atuação tanto judicial quanto extrajudicial com relação a esse tema. A 3ª PRODECON, especificamente, no que diz respeito aos planos de saúde, porque a parte da saúde pública é tratada pela PROSUS. Especificamente, com relação aos planos de saúde, houve um acompanhamento efetivo. Foram outros colegas que participaram, mas eu gostaria de trazer algumas questões, autorização o quanto antes para realização dos exames de covid, qual o fluxo do atendimento nos estabelecimentos privados para receber os pacientes de covid, se havia equipamentos de proteção para as pessoas que trabalhavam na rede privada de saúde. Alguns planos específicos estão sendo apurados com relação ao aumento das mensalidades. Então foram várias questões que aconteceram durante todo esse período, e que afetaram os consumidores.

Os crimes financeiros e atuação do MPDFT durante a pandemia

Também na parte criminal, as pirâmides financeiras. A situação atual em que as pessoas sofreram com a suspensão das atividades. Isso é um campo propício para que os oportunistas coloquem em vigor as ideias criminosas de obtenção ilícita de valores. As pessoas, na ânsia de resolverem os problemas financeiros, acreditam nisso, caem nessas pirâmides, firmam contratos fraudulentos, então houve uma atuação criminal muito grande. Então foram muitos desafios nesse período. Eu acho que o impacto foi muito grande. E foi possível uma atuação efetiva em alguns pontos. Alguns temas ainda demandarão alguma intervenção daqui para frente, mas, no momento, eu acho que foi possível, pelo menos, recebermos as demandas da sociedade e delimitar a atuação do Ministério Público. Uma parte é muito positiva, em outras, como colocou o colega Bernardo, “nem tudo deu certo.” Nós nos frustramos com muita coisa, mas eu acredito que fica da atuação da Força-Tarefa a importância de se trabalhar em conjunto, a sensibilidade de corrigir os rumos com relação a nossa atuação, reconhecer a experiência dos colegas. E, essa atuação conjunta, acho isso é muito importante. Eu permaneço à disposição, no final, para esclarecer algum outro ponto que seja relevante e agradeço muito a participação. Obrigada.

Procurador Eduardo Sabo

Doutora Juliana, excelentes as suas colocações, seus relatos. E, quando você começou com o impacto, essa foi a sensação que todos nós tivemos. Impacto da notícia, impacto das restrições à liberdade que tivemos, impacto às formas de gestão. E esse impacto, como você nos recorda agora, foi em cadeia, como um verdadeiro dominó, por todas as formas de produção, de entrega, de prestação de serviço. Recordo-me agora da ação primeira que fizeram com relação a preços abusivos, com relação a produtos de EPI, com relação a gêneros alimentícios. E a população sempre se manifestando. Ouvidoria, Ouvidoria, Ouvidoria, PDDC ou por outros canais. Aqui hoje o Ministério Público é tão aberto, por diversos canais de redes sociais, e recebe as demandas. Importantíssimo o TAC para redes de farmácias. Isso deu uma segurada. Desafios na educação enormes. Quantas vezes nos sentamos aqui atrás por vídeo, por formas de relacionamento virtual, justamente para fazer com que houvesse essa sensibilização de readequação do equilíbrio financeiro ou até porque a prestação de serviço não estava sendo efetuada. E você muito firme, os colegas foram muito atuantes, e o seu destaque deve ser dado, inclusive, porque isso se repercutiu de diversas formas. Diversas prestações de saúde. Água, luz, plano de saúde. Eu acredito, colega Juliana, que tenhamos outras perspectivas de análise dessas situações ou readequações, porque diversas prestações de serviço foram readequadas para o sistema virtual. Não é verdade? Talvez tenhamos uma nova perspectiva de atuação nesse sentido ou uma nova readequação. Muito interessante. E temos dois assuntos aqui, dos nossos ouvintes. Temos um participante que não é a primeira vez que ele está atento ao nosso evento que é o senhor Gilvomar Matos. Ele faz um comentário sobre mobilidade urbana, que é um fator crítico do sucesso para a contenção de qualquer avanço da pandemia. E aqui ele faz um elogio a Doutora Lenna Daher, que muito bem demonstrou aqui no DF a atuação. Muito importante isso. E, ao mesmo tempo, recebemos outra mensagem também de uma senhora, Rosa Matos, em que ela destaca essas ações inovadoras, e a importância no campo da mobilidade, dizendo que o MP atuou de forma integrada e de forma bastante resolutiva. Mas ela faz uma observação, que isso não acontece em outros estados da federação. E é verdade, nós sabemos, mas os próprios ouvintes estão colocando... o próprio Gilvomar, eu não havia lido ainda, além de destacar que é um fator gravíssimo, ele diz que no Rio de Janeiro a situação ainda é mais grave, ou seja, esse é um desafio de ver as cidades de forma diferente e tratar essa matéria de uma forma conjunta. Viu, Doutora Lena? Ele

elogia, mas diz, nas entrelinhas, que temos de trabalhar mais ainda. Tem gente que trabalha menos, mas nós ainda temos que melhorar a situação aqui. Vale o desafio e vale o agradecimento por eles estarem atentos ao nosso webinar. Agora a Talita vai chamar uma pessoa que não só ouve, ouve, mas também transmite, de uma forma muito célere e muito participativa, tudo o que ele ouve. Como que é isso, Talita? Não vou dizer aqui o que é Ouvidoria porque eu vou deixá-lo falar.

Apresentadora Talita Medeiros

É isso mesmo, Doutor Sabo. Agora estamos indo para o nosso último painel, terceiro painel do dia, cujo tema é Ouvidoria. E quem participa é o Ouvidor e Promotor de Justiça, Doutor Libânio Rodrigues. Bom dia.

**Dia
4**

Tema 3: Ouvidoria

Libanio Rodrigues
Promotor de Justiça e Ouvidor



Bom dia a todos. Quero cumprimentar cordialmente o meu colega, Doutor Eduardo Sabo Paes, Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, que está coordenando essa Força-Tarefa. É um trabalho muito eloquente. Minhas amigas, Juliana Bernardo, Lenna. Muito bom dia. É um prazer estar falando com vocês sobre a Ouvidoria, porque eu acabei estando ouvidor num período delicado mesmo do exercício dessa função importante, que foi esse momento de pandemia. O Ministério Público fechou as portas e, de uma hora para outra, nos vimos como Ouvidoria, quase como um único canal de acesso da população para o Ministério Público. E isso foi impactante porque, internamente, tivemos que bolar um mecanismo de sobreviver, de funcionar, eu até repliquei isso agora com a Comissão que está tratando, que regulamentou o retorno do trabalho presencial, o sistema de funcionamento da Ouvidoria. Eu dividi a Ouvidoria em dois grupos distintos que não deveriam se comunicar um com o outro. Por quê? Porque, se eu tivesse algum problema de covid com aquele grupo número um que estava funcionando em dias alternados, em tese, não teria contato com outro servidor, porque eu ficava pensando: “Olha, se eu tiver uma contaminação de covid na Ouvidoria, como que fica o trabalho?” É uma solução de continuidade do trabalho do MP muito dura. Eu acho que fomos também a primeira unidade a acabar com o atendimento presencial logo que a covid se instalou, por causa do nosso contato direto com pessoas. E, rapidamente, conseguimos adaptar o sistema para dar continuidade ao trabalho da Ouvidoria, para que fosse célere e pudesse atender aos reclamos do cidadão brasileiro no meio dessa situação toda complexa. Eu pedi para fazer um apanhado sobre o desempenho na Ouvidoria nesse ano da

covid. Então, entre março de 2019 a março de 2020, a Ouvidoria tratou, recebeu e promoveu os encaminhamentos a 7.558 demandas da sociedade. Entre o período de março de 2020 a março de 2021, quer dizer, o ano em que nós estamos aí lidando com a pandemia, recebemos, tratamos 8.351 manifestações que chegaram à Ouvidoria. Isso foi um aumento de 10% no nosso trabalho, contando que tivemos uma redução de força de trabalho, não só pela questão da covid, que alguns servidores de lá tiveram esse problema, mas por outros problemas da vida. As pessoas tiram férias, têm problemas na sua vida pessoal e familiar. E nós conseguimos conduzir com segurança o trabalho da Ouvidoria. Os campeões de audiência, também pedi para fazer um levantamento, quer dizer, entre março de 2019 a março de 2020, concurso público, os crimes em geral, as questões ligadas à improbidade administrativa, foram muitos solicitados e demandados, mas, de fato, o campeão de todas as reclamações e manifestações foi a questão da saúde que foram 1.378 demandas que a sociedade trouxe para cá, para o Ministério Público. Eu pedi até para fazer uma separação para o Doutor Marcelo Barenco. Desse total, 958 demandas que recebemos entre 2020 e 2021, em um determinado momento, perdemos o controle disso, porque, logo no início da pandemia, a Ouvidoria recebia todas as reclamações ligadas à saúde, e que eram destinadas à questão da pandemia. Inclusive, com uma conversa e um acerto de trabalho com o Doutor Eduardo Sabo Paes, nós fizemos uma equalização de

“
No primeiro ano da pandemia, entre março de 2020 e março de 2021, a Ouvidoria do MPDFT recebeu e tratou 8.351 manifestações, um aumento de 10% na demanda em relação ao mesmo período do ano anterior. Questões relacionadas à saúde foram as que lideraram o número reclamações e manifestações dos cidadãos”.

como as demandas deveriam ser encaminhadas e passamos a marcar aquelas que eram destinadas para a Promotoria de Defesa da Saúde, que tema fosse covid, nós destacamos. E, só nesse período, foram 266 demandas. Quer dizer, para uma Promotoria de Justiça especializada, conheço lá, porque eu e a Doutora Kátia fomos uns dos primeiros promotores de defesa da saúde do MP, entendemos que isso é uma carga de trabalho gigantesca. Por isso, a gente, nesse período de pandemia, também por conta da delicadeza do nosso trabalho, da necessidade de ter eficiência nos co-

municados da Ouvidoria, fizemos uma pequena pesquisa de qualidade com relação ao que a Ouvidoria fornece. E apesar das respostas terem abarcado, assim, um contingente pequeno de colegas, os resultados são muito satisfatórios. Porque a maioria dos nossos colegas entende que os encaminhamentos da Ouvidoria são pertinentes. A maioria também entende que estão correlacionados à atuação finalística das unidades com relação à percepção sobre a pertinência. Então entre quase sempre pertinentes e pertinentes também, a maioria dos colegas entenderam. E, além disso, nós fizemos umas perguntas sobre como a Ouvidoria pode atuar da melhor maneira para que aquele colega, o nosso cliente, o receptor, para que cada um seja eficaz naquilo que a Ouvidoria produz. Recebemos uma série de críticas e sugestões que nós vamos utilizar para melhorar e aprimorar o serviço da Ouvidoria.

Ouvidoria do MDFT implementa Central de Libras

Eu também queria destacar para vocês algumas coisas que literalmente me dão satisfação no trabalho da Ouvidoria. A primeira delas foi a criação da nossa Central de Libras. Quer dizer, o Ministério Público é uma instituição, inclusive, encarregada de velar pela acessibilidade das pessoas. E no Ministério Público não tínhamos um organismo para tradução de libras, nem mesmo para os nossos eventos oficiais. Então, com a ajuda da Claudinha, da Secor – “outro dia a gente já vinha discutindo isso, a Doutora Vanessa de Bigonha, lá na Promotoria da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, já vinha com um trabalho assim - conseguimos uma servidora que tem uma expertise nessa área e criamos no seio da Ouvidoria, a Central de Libras é um projeto bacana que a gente está para terminar a nossa divulgação, para falar com esse tipo de público.” E tornar claro que hoje o Ministério Público está aparelhado para receber as demandas de uma maneira universal, que até aquelas pessoas com qualquer dificuldade de comunicação, sejam surdos, mudos, hoje terão a Central de Libras, que está alojada na Ouvidoria, mas a ideia é que seja estendida a todas as unidades por meio de atendimento remoto. Tem lá uma sala, um servidor que será orientado e treinado, com capacidade de atender aquela pessoa em qualquer unidade do Ministério Público no Distrito Federal que tenha uma dificuldade de se comunicar. Central de Libras também faz um apoio às outras unidades do MP em questão de tradução da língua brasileira de sinais. Recentemente, uma coisa também que eu queria passar para os senhores, que deu um prazer muito grande, e eu aqui aproveito o ensejo para parabenizar as colegas Ana Laura e Jaqueline, nós abrigamos no seio da Ouvidoria o projeto “Pró-Vítima”, que é uma coisa que eu sempre reflito mui-



Entrada da sede da Ouvidoria do MPDFT: pandemia elevou o número de reclamações e manifestações dirigidas ao órgão, principalmente na área de saúde. Foto: MPDFT.

to hoje sobre isso, por causa da minha longa atuação criminal. Nós temos um olhar muito pequeno para a vítima. As consequências do delito, as consequências na vida pessoal. E as Doutoradas Jaqueline e Ana Bárbara têm esse projeto já um tempo, e nós conversamos e abrigamos o projeto na Ouvidoria porque é o local mais apropriado para a recepção desse tipo de demanda, de questionamento. E nós vamos desenvolver esse projeto que já está dando bons frutos. Por fim, eu queria também transmitir para os senhores que a minha grande batalha desde o primeiro dia do primeiro mandato é no sentido de aprimorar o nosso sistema operacional. Nós já temos um termo de cooperação técnica firmado com o Ministério Público de Pernambuco, eu já estive lá pessoalmente, eles têm um sistema muito bom que, inclusive, está disponibilizado para o CNMP, para que forneça para todas as Ouvidorias dos Ministérios Públicos Brasileiros. Essa era a grande ideia, que nós tivéssemos uma mesma plataforma, de maneira que pudéssemos conversar de forma integrada todos os ramos do Ministério Público, mas isso ainda é um sonho distante. O próximo é tentar trazer esse sistema, que se chama Audivia, que é bem mais moderno, mais fácil de contato com a população. Ele tem a versão para smartphone, com chatbox, que você vai fazendo perguntas e isso já vai encaminhando para aquilo que você pretende. E o Doutor George foi com essa missão aí, tem uma viagem recente ao Ministério Público de Pernambuco, e eu estou achando que, até o final da minha gestão, talvez eu consiga implementar

isso, talvez seja a maior aquisição que a Ouvidoria poderá ter nesse período. Tem uma série de outras coisas que eu gostaria de comentar com os senhores, mas para não alongar muito a exposição, só queria trazer um fato interessante, que nós hoje estamos experimentando na Ouvidoria um problema que ocorre em outros setores, mas lá de uma maneira muito veemente, acho que a pandemia, os efeitos que ela provoca na sociedade brasileira, leva também a um acirramento de posicionamento, um acirramento de situações. E hoje estamos com um problema na Ouvidoria por causa da agressividade de alguns demandantes quando se dirigem a alguns servidores. Temos lá um trabalho sério, um atendimento. Então isso já chegou até a Corregedoria porque há pessoas que, por alguns problemas derivados ou não da pandemia, mas acho que todo esse contexto leva a isso, veio a gerar um acirramento disso. Os servidores hoje têm uma situação complexa que nós estamos provocando a administração para que possamos fazer cursos, ter um atendimento diferente, porque é isso, hoje a Ouvidoria funciona mesmo com contato, o anteparo do contato da sociedade com o Ministério Público. Essa é uma das delicadezas, que temos por lá, mas é muito satisfatório o trabalho da Ouvidoria. Por um tempo, as informações da Ouvidoria serviram como guia de atuação para áreas estratégicas, com o pessoal da área de execuções penais, para a área da saúde. Um contato que eu tenho com a PDDC é muito forte. Ajustamos vários trabalhos juntos. E, por fim, eu também quero deixar registrado oficialmente, porque sempre fazemos isso intragabinete, o meu agradecimento à Procuradora-Geral, Doutora Fabiana Costa, porque sem o apoio da administração superior, sem essa atuação de colaboração com ela, e essa atenção dela enquanto chefe da instituição para a Ouvidoria, eu tenho certeza de que uma grande parte do trabalho que é executado lá não teria sido realizado. Então seguem os meus formais e públicos agradecimentos à Procuradora-Geral pela atenção que ela tem mesmo. Eu vejo a diferença. Participamos de uns conselhos, no Conselho Nacional dos Ouvidores, eu percebo a diferença das Ouvidorias que têm o apoio da Procuradoria-Geral das que não têm. Felizmente, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios tem o apoio da Procuradora-Geral e por isso desenvolvemos um trabalho de qualidade. Isso não é mérito só de quem se senta naquela cadeira, mas também de um entendimento de que esse serviço público que a Ouvidora presta é relevante, é eficaz e que tem que ser feito com qualidade, que é a nossa tônica. Hoje eu só vi palestras de qualidade, serviços muito bem desenvolvidos, com aplicação, com dedicação. E é isso, é o que eu tinha para falar com os senhores hoje.

Procurador Eduardo Sabo

Muito bem, Doutor Libânio. Quando eu venho ao MP, eu olho para a esquerda, vejo a Ouvidoria. Olho para a direita, vejo a Procuradoria do Cidadão. Aí eu penso: “Passo lá?” Aí eu falo: “Não precisa. Todas as demandas já foram captadas, já foram identificadas, já foram selecionadas e mandadas para a Procuradoria e para as outras Promotorias”. Isso faz a diferença. E não há dúvida nenhuma de que o Ministério Público ativo, o Ministério Público social, só se faz presente quando nós somos aparelhados para receber essa demanda. Mas não só para receber, é para tratar dessa demanda. E essas demandas eu vejo que a sua equipe está sempre aí, faça sol, faça chuva, tenha a pandemia, não tenha a pandemia, a equipe está lá. E aqueles que estão naquele primeiro momento, na linha de frente, o que recebem? É pancada, porque a pessoa não tem senso, anotem aqueles que nos escutam, todos nós somos servidores públicos e, às vezes, a última razão, o último momento é o próprio Ministério Público. Mas calma nessa hora que nós estamos sempre fazendo o possível para atender. Desde a nossa Procuradora-Geral de Justiça, Doutora Fabiana, que foi, é, e está sendo capaz de encaminhar ao Ministério Público sempre para o melhor dos portos, em todos os momentos. Inclusive, dando a possibilidade de que todos nós possamos ser timoneiros na escolha dos melhores caminhos para chegar ao nosso destino. E eu queria ainda destacar na fala do colega Libânio, não só a continuidade de atuação no período da pandemia, mas o acréscimo de atuações. Isso foi refletido, e é refletido, nas atuações na própria Procuradoria do Cidadão, e em todas as outras promotorias. Mas isso não se faz, e não se fez, sem sensibilidade. Sensibilidade que o colega Libânio tem, registre-se aqui, não só nos encaminhamentos. Nós fizemos diversas reuniões presenciais, com diversos prestadores de serviços, CEB, CAESB, vários outros, que fique registrado aqui. Por quê? Porque vêm as demandas, ele as identifica, chega na PDDC. “Não, espera aí. Nós temos que conversar para identificar quais são os estrangulamentos”. Não é verdade, Libânio ?

Promotor Libanio Rodrigues

Isso aí. E só te interrompendo, esqueci de passar isso também, a Ouvidoria é muito acessível para esses ajustes finos no que toca a recepção de determinada demanda e a transmissão para lá. A Doutora Cíntia Costa, que hoje está no NED, cola-

borava muito porque ela estava nas Promotorias de Direitos Difusos das Satélites. Então o Conselho Superior às vezes fazia aquele ajuste fino sobre uma questão territorial e aquilo escapava à Ouvidoria, que não era comunicada. Por conta de um alerta dela, fizemos esse ajuste, e nos dirigimos à chefia de gabinete para que nos fosse comunicado todas as vezes que essas alterações, mesmo que pequenas, de atribuição, ocorressem. Para quê? Para que fôssemos adequados ao nosso serviço lá. Essa é a busca da Ouvidoria .

Procurador Eduardo Sabo

Quando editarmos, para acrescentar mais informações para o público, vamos colocar o e-mail da Ouvidoria.

Promotor Libanio Rodrigues

O e-mail é ouvidoria@mpdft.mp.br. Acessando o site www.mpdft.mp.br, você vai localizar a Ouvidoria. Ao clicar na Ouvidoria, a pessoa já acessa automaticamente o formulário de manifestação para a Ouvidoria. É muito fácil. É só acessar o nosso site .

Procurador Eduardo Sabo

Isso é que é importante. O recado está dado. Isso foi fundamental para fazermos o nosso trabalho. E a Talita, que me olha, está dizendo no olhar: “Doutor Sabo, agora nós vamos ouvir cada um dos colegas para fazer aquela mensagem para, no final deste bloco, depois, fazermos o encerramento”. Por que depois? Porque nós temos num cantinho aqui da tela uma pessoa importantíssima que vai participar desse encerramento que é a nossa Secretária-Executiva da Força-Tarefa, nossa Promotora Hiza Carpina. Ela está preparada para fazer esse dueto comigo.

Apresentadora Talita Medeiros

Agora terminamos os nossos três painéis e eu gostaria de perguntar aos participantes se eles têm alguma consideração final para fazer nesse momento, antes de fazermos o encerramento.

Promotora Juliana Oliveira

Gostaria só de acrescentar que não acredito muito em inovação. Nós trabalhamos nesse ano e meio com os mesmos instrumentos que tínhamos do ano passado e crescemos muito. E esse crescimento é decorrente das mudanças que nós aceitamos. Tanto é que várias práticas que tínhamos anteriormente não serão retomadas. Uma delas, obviamente, é acabar com os nossos feitos físicos internos. Em breve, eles serão eletrônicos. Então é aceitar que a mudança é importante para o nosso crescimento e principalmente para melhoria do trabalho prestado pelo Ministério Público à sociedade. Muito obrigada .

Promotor Libanio Rodrigues

Eu queria parabenizar pela iniciativa desse evento, porque acaba trazendo ao conhecimento interno, e da população em geral, aquilo que o MP faz, aquilo que o MP produz e entrega para a sociedade. Eu acho isso muito valoroso e importante porque todos trabalham intensamente, mesmo diante das consequências de uma situação inesperada que é essa pandemia. Ela alterou condições sociais, situações administrativas, prestação de serviço. E, como a Doutora Juliana comentou, nós temos um arsenal de instrumentos para atuar em prol da sociedade. E vamos fazer isso com dedicação. Lá na Ouvidoria, como eu falo para o pessoal internamente, nós temos um negócio aqui. Nosso negócio é ser Ouvidoria. E ser Ouvidoria é prestar um serviço público de qualidade, que é desde o dia em que aquela reclamação chega, o contato que temos com aquela pessoa, o conhecimento que nos leva até uma parte de habilidade, de saber o que aquela pessoa realmente quer, porque lidamos com público variado, desde pessoas muito esclarecidas a outras com poucos esclarecimentos, mas temos a obrigação de entender aquela pessoa, mesmo que ela seja exaltada, mesmo que ela extrapole. É o que eu falo para os meus servidores da Ouvidoria. Nós trabalhamos em uma instituição chamada Ministério Público, que é um mister público, um ofício público. Nós estamos ali para ouvir as pessoas, atender as pessoas e promover aquilo que elas entendem ou que pretendem ter, se tudo estiver na forma da lei. É isso.

Apresentadora Talita Medeiros

Muito bem. Muito obrigada pela participação de vocês, Doutora Juliana, Doutor Libânio, Doutora Lenna, Doutor Bernardo. E agora vamos para o momento de encerramento de webinar da atuação da Força-Tarefa do MPDFT. Eu gostaria de chamar o Doutor Eduardo Sabo, nosso anfitrião e Coordenador da Força-Tarefa, Doutor Bernardo Matos, Secretário-Executivo e a Doutora Hiza Carpina, também Secretária- Executiva.

Procurador Eduardo Sabo

Muito obrigado. Agradecer não é fácil nem é simples. Porque vivemos um momento intenso. Ainda estamos vivendo, quando se identifica em termos de Brasil, em termos de Distrito Federal, um número muito expressivo de infectados, com um número expressivo de óbitos. E há ainda dificuldades nos sistemas de atendimento. Mas o nosso olhar não é para hoje, o nosso olhar é para ontem e para amanhã. O que nós percebemos? Nós percebemos que houve, sim, uma conjugação de esforços decisiva, de todos os âmbitos, de Governo Federal, governos estaduais, municipais, do DF, para a superação da crise. Houve, sim, a necessidade de uma intervenção do Ministério Público para que se buscasse soluções mais eficazes. Nós tivemos aqui diversas experiências, e talvez possamos fazer o encerramento da seguinte forma: eu vou fazer um comentário sobre o nosso primeiro dia em que houve reflexões no campo da saúde e da educação. E o que temos aqui em destaque? Eu falo um ponto, outro, pergunto para a colega Hiza, colega Bernardo, então vamos ser muito rápido nesse sentido. Qual é a minha percepção nesse campo? Buscamos a transparência de dados, a transparência de informações de tudo, de todo o sistema. Transparência com relação a identificar formas de atendimento nos sistemas de leitos, formas de capacidade de adequação dos insumos, medicamentos. E houve uma atuação muito forte dos Promotores nesse sentido. Não é verdade, Hiza?

Promotora Hiza Carpina Lima

Verdade, Sabo. Além da transparência, esse dado foi fundamental para a atuação na área de educação e saúde, que foram os nossos primeiros painéis no primeiro dia do nosso evento. Essa atenção à mudança rápida, de como as coisas mudavam rapi-

damente, enfatizando ainda mais a necessidade da interlocução eficiente com a sociedade, interna mesmo, interlocução entre as diversas promotorias, e a interlocução interinstitucional. Eu acho que esse ponto foi fundamental para que a atuação fosse mais eficiente e para que buscássemos, prosseguíssemos uma resposta rápida para os problemas que vinham surgindo todos os dias .

Procurador Eduardo Sabo

É verdade. E um outro ponto, ainda nesse primeiro dia, foi educação. Houve uma série de questões apontadas, inclusive hoje no âmbito consumerista, destacamos na terça-feira, no primeiro dia do evento, justamente esse retorno às aulas, esses novos protocolos, essas dificuldades, essa não existência das aulas, até porque o ensino público é um meio de sobrevivência para a grande parcela da população, em razão do lanche, em razão do almoço. Isso foi colocado justamente pela promotora. Ou seja, o esforço que foi feito para uma retomada no cumprimento dos protocolos de segurança. Por isso, Bernardo, eu lhe pergunto: nesse âmbito, como é que você vê a gestão, o que podemos dizer deste legado e, ainda, destes desafios ?

Promotor Bernardo Matos

Sabo, pareço um disco arranhado nesse quesito, porque fico insistindo nessas diretrizes de inovação, nesse diálogo e nessa atuação voltada para evidências. Mas talvez um dos principais legados que precisamos trabalhar para preservar, para manter, seja a nossa articulação interna. O MP precisa saber que o EP está fazendo. Deve buscar sinergia nas suas atuações, especialmente em relação ao acompanhamento das políticas públicas. Uma política interfere a outra. Saúde interfere em educação, educação interfere com a assistência social. Tudo é afetado por mobilidade urbana. Não adianta você prestar serviços de qualidade se a população, especialmente aquela mais vulnerável, não tem como acessar aquele serviço público. Então nós temos que seguir trabalhando, todos os diversos segmentos do Ministério Público, nessa sinergia, com atuações conjuntas e sempre transparente com a sociedade. A sociedade também precisa saber aquilo que o Ministério Público faz. Não é favor que sejamos transparentes com a sociedade. E, outra coisa, quando insistimos em gestão baseada em evidências, em transparência, inclusive a nossa, o objetivo é viabilizar

o controle social, porque a sociedade precisa de informação e precisa saber o que está sendo feito, isso é controle social. E não é possível que o controle seja exercido apenas pelos órgãos estatais de controle. É indispensável que também esse esforço seja em conjunto com sociedade civil. E controle de qualidade é política pública de qualidade .

Procurador Eduardo Sabo

Muito bem colocado. E, dentro deste encerramento, nós temos destaque para o segundo dia do webinar em que, justamente no campo da assistência social, houve a integração interna e externa. Interna justamente pelos órgãos aqui officiantes que trabalham nessa temática, desde grupos de direitos humanos às PROREGs, e a outras promotorias específicas. E houve a integração buscando a transparência e o diálogo. Hiza, dentro a sua perspectiva, o que favoreceu e o que nos motivou a obter esses resultados que foram bastante expressivos nesse resgate dessa população vulnerável?

Promotora Hiza Carpina Lima

Sabo, mais uma vez eu reforço a atenção que o Ministério Público teve em relação às mudanças. As mudanças para a população vulnerável, em razão da pandemia, foram muito rápidas e imediatas. E o Ministério Público estava atento com mecanismos para ouvir essa população e perceber essa mudança de forma eficiente. Eu destaco também a capacidade que o Ministério Público teve de fazer diálogo interdisciplinar. Isso foi um dos pontos destacados no nosso segundo dia de evento, porque todos nós, promotores de justiça, somos atores jurídicos. Nossa ciência, nosso fazer do dia a dia são a partir da ciência jurídica. E, para atuar em assistência social, precisamos de bastante diálogo com outras ciências e o Ministério Público pôde fazer isso a partir do seu apoio técnico especializado. Isso mostra uma direção para o Ministério Público continuar caminhando, buscando uma visão 360° da realidade, olhando para o todo, a partir da ciência jurídica, que é o nosso mister, e da nossa atividade de controle e indução de política pública, mas a partir de uma reflexão com outros saberes.

É verdade. E ainda temos uma política que foi encaminhada e que foi muito bem acompanhada com relação aos idosos, foi justamente o primeiro foco de todo o nosso atendimento. Agora, no terceiro dia, nós tivemos um debate muito qualificador porque trouxemos aqui a atuação do MP no campo da segurança pública, no campo do acompanhamento das polícias, Civil, Militar, Corpo de Bombeiros, e no campo do sistema prisional. E aí eu acredito que, justamente pelos resultados, só foram exitosos em razão da proximidade dos colegas dessas áreas com essas corporações, justamente o que o Doutor Bernardo, nosso colega, colocou. Não é possível fazer o controle de uma política pública sem você conhecer a própria política pública e participar dela. Participar dela para ter essa vivência e saber e até inovar, colocando na mesa as possibilidades de readequação dos espaços. Só como exemplo, colocando o que foi dito aqui com relação ao sistema prisional. Tivemos até sistemas inovadores de visitas virtuais, com a participação e concordância da OAB e dos juízes. E outras formas de integração, e até de compreensão, de afastamentos ou saídas temporárias ou de redução de regimes. Por isso, Bernardo, eu digo que a sua colocação é muito pontual e vale para todas as áreas, inclusive do campo da segurança pública, que é área sensível. E a nossa população se sentiu, sim, segura pelas ações desse nível em todos os momentos, inclusive fortalecimento de entregas ou de acionamentos virtuais com reclamações ou com ocorrências no sistema policial. Hoje tivemos um dia maravilhoso no sentido de que pudemos colocar na mesa, em debate, diversas questões referentes à mobilidade, que é um desafio ainda hercúleo. Temos muito o que fazer com relação à metrópole em que estamos inseridos. E os desafios que foram colocados pela colega Juliana, em que os desafios na área do consumidor são permanentes. Há pouco, um dos nossos ouvintes, participante, colocava aqui uma questão que sabemos que é impactante. A questão dos combustíveis, a questão dos aplicativos, a questão já debatida durante outras oportunidades aqui pelo Ministério Público e com repercussões em nível nacional. Mas são desafios que nós não podemos ficar inertes. Inclusive, inertes não ficamos, porque nós somos hoje, certamente, somos a instituição pública mais acionada que se tem. E nós sentimos isso. Cada um, e aqui já parto para o encerramento, cada um de nós viveu aflições, viveu angústias. Não só nossas, mas da sociedade que nos procurou. E todos acabaram por dar respostas a essa sociedade, dar respostas a governo, dar resposta ao Poder Judiciário, porque é o nosso papel, como a Procuradora-Geral, Doutora Fabiana, como o

Procurador dos Direitos do Cidadão, como promotores de todas as áreas. Por isso os colegas estão de parabéns. Todos. Na verdade, não só os integrantes da Força-Tarefa, mas tanto outros que não a integraram, e nos deram suporte de diversas formas. Agora, o suporte é tão essencial que eu vou começar os agradecimentos, e depois eu vou passar a palavra para todos que estão aqui, porque, com certeza, eu vou me esquecer de alguém e vocês vão me ajudar. Agradecimentos por quê? Nós temos uma equipe. E vocês sabem, eu estou aqui numa sala. Aqui já tem um colega, fotógrafo. Ele nunca fala nada, mas ele está sempre presente. Há uns escondidos ali, que ficam no computador, mas há uma equipe grande. Alexandre, Rafael, Márcia, Marta. Há vários e vários que nos dão esse suporte, nos dão, inclusive, motivação para estar aqui todo dia. Não só fazendo esse evento. Estando aqui todo dia. E a Comunicação Social, a própria Elisa e sua equipe toda, mas a Secor aqui, especificamente, quando se trata de eventos, com a Talita, com a Claudia, a Ravena, a Célia, a Sabrina, uma equipe que nem aparece, mas também não desaparece. Ela está ali, firme. A Secor e a Secom, com a Fabíola, o Jun. Interessante. O prédio aqui, as instalações são vivas. Nós temos uma administração. Nós temos, além da Procuradora- Geral, um Secretário-Geral, o colega Wagner, uma Secretaria de Administração. Há muitas questões que são resolvidas. Vejam só, vou falar até baixinho para não acontecer, praticamente não deu problema de som, de interferência. É porque tem uma moça, eu vou dizer, eu não a conheço, que se chama Andreia. É uma Secretária de Administração. Ela resolveu uma porção de coisas que nem ficamos sabendo com a STI, que tem uma equipe, essa expressão é antiga, “ainda se tem se vira nos 30?”. Nem sei mais. Eu sei que eles conseguem resolver uma porção de coisas. Então eu vou passar a palavra para vocês para iniciarmos com agradecimento conjunto, porque eu certamente me esqueci de alguém. E uma das pessoas principais que eu praticamente esqueci, porque eu queria deixar para último, agora ela podia aparecer para nós. Nós temos no nosso gabinete uma área de orçamento, e você organizou tudo. Se você não quiser não aparecer, não aparece, mas todo mundo espera por você. Você vem para cá? Ah, então venha aqui.

Anne Comber, Chefe do Núcleo de Orçamento (NUO) da PDDC:

Eu não tenho câmara na minha sala.

Olha só, está ganhando até palmas virtuais.

Chefe do NUO/PDDC, Anne Comber:

Eu que agradeço a todo mundo. Foi muito bacana participar desse evento com vocês, participar dessa equipe. Muito bom. Fazer parte desse Ministério Público que me orgulha tanto. Muito obrigada.

Muito bom. Eu fico muito feliz. E agora, quando vierem outros agradecimentos, nós vamos tirar uma foto. Eu vou colocar a máscara, você vai tirar a sua máscara. Queremos ver você sorrindo. Tire a máscara. Eu estou de máscara, você fica sem. Essa ficou ótima. Colegas, nosso muito obrigado. Alguém ainda quer falar uma mensagem ?

Promotora Hiza Carpina Lima

Eu queria só ressaltar aqui, você mencionou várias pessoas, e eu sei que a Força-Tarefa foi feita por pessoas. Uma instituição que é grande, é grande pelas pessoas que a compõem, pela relevância e pela importância e zelo com que cada pessoa desempenha a sua atividade. E aí citamos todos os servidores que nos auxiliaram nesse mister durante todo esse tempo. Secretários das diversas secretarias, os analistas que nos ajudaram nas peças, todos os assessores técnicos de todas as áreas. Aí eu faço um elogio especial, Sabo, aos médicos que foram tão importantes nas diversas inspeções nas áreas de saúde que fizemos. O pessoal do SPD que nos ajudou nas diversas inspeções, tanto na área de ordem e urbanística quanto na área de assistência social. Faço também um elogio eloquente ao pessoal da Segurança Institucional que foi imediato em atender às nossas solicitações. Enfim, aproveito para elogiar de uma forma enfática todos os nossos servidores que colaboram para o desempenho da nossa atividade de forma tão dedicada e zelosa. Dizer que o Ministério Público é mais forte quando atua junto. Acho que isso ficou tão claro nos nossos dias aqui. Somos fortes quando dialogamos. E o diálogo é tão importante nos dias de hoje, diálogo interno, diálogo externo, interinstitucional, mais o diálogo com a sociedade. Então agradecer também a cada cidadão que se importou com o outro e que se dirigiu à nossa Ouvidoria, fazendo solicitações, enfim, e que também nos ajudaram a cumprir o que foi a nossa atuação. Eu tenho um orgulho “danado” em fazer parte dessa instituição que considero forte importante para fortalecer o Estado Democrático de Direito. E dizer que não fazemos nada só. Fazemos juntos e, melhor, quando juntos fizermos. Muito obrigada, Sabo, pela oportunidade de participar de um momento tão importante dessa instituição que eu respeito tanto.

Procurador Eduardo Sabo

Obrigado, Hiza, e foi muito bom você ter mencionado todas essas pessoas. Certamente, quando nós tivermos esse registro publicado, nós vamos nomear cada uma delas para não esquecermos de uma Márcia, de uma Sinara, de um Renato, de um Coronel Lemes, de tantas e tantas outras pessoas que estão vindo aqui na minha mente de forma muito rápida. E outra coisa, nós não vamos nos esquecer deles, nós vamos ficar um pouco mais com eles, até a situação arrefecer um pouquinho mais. Vamos ver se não nos esquecemos de fazer algum comentário, algum agradecimento.

Promotor Libanio Rodrigues

‘No regimento interno da Ouvidoria, está lá que temos que receber, examinar, encaminhar reclamações, representações, denúncias, críticas, apreciações, comentários e elogios. Então, no exercício do meu mister, da minha função de ouvir, eu quero transmitir um elogio formal ao Doutor Eduardo Sabo Paes pela condução do trabalho da Força-Tarefa, porque eu vou lhe falar, eu acho que é uma sorte do Ministério Público ter o senhor como Procurador Distrital, porque para conduzir e tratar com tantas áreas distintas, tantos interesses, são muitos meandros. Então eu qualifico a sua gestão à frente da Força-Tarefa como habilidosa, sensível e com um conhecimento que lhe permitiu tratar e trabalhar todas essas áreas com harmonia. E, semelhante à Hiza, sou muito orgulhoso de ser Ministério Público. Eu estou transmitindo esse elogio para o senhor porque é o feedback que a Ouvidoria tem também. E é o feedback que eu tenho na rua, que o Ministério Público está funcionando, que vocês estão funcionando. E muito disso está espelhado no trabalho na Força-Tarefa, que está sendo muito bem conduzido por Vossa Excelência. Então vai um elogio formal do ouvidor do Ministério Público para o Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão .

Procurador Eduardo Sabo

Que não estava no script.

Promotor Libanio Rodrigues

Não foi combinado. Mas é verdade. É de coração e é quase, na realidade o que a tratamos lá. Conversamos muito com setores da sociedade e isso é um reflexo real.

Apresentadora Talita Medeiros

Muito obrigada a todos vocês que estiveram aqui, em todos esses dias. Nós nos veremos em breve.

**Dia
5**

Abertura do Webinário

Eduardo Sabo
Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão
e Coordenador da Força-Tarefa



Considerações iniciais da apresentadora do evento, Talita Medeiros

Bom dia, Talita. Maravilha estarmos juntos aqui. O Ministério Público unido e presente. Todos nós promotores, promotoras, procuradores, procuradoras tivemos, ao longo deste ano e meio, uma visão muito clara de que a missão maior do Ministério Público é preservar vidas, é garantir os direitos da população. A Procuradoria do Cidadão, a Força-Tarefa, integrada por pessoas, membros, promotores, servidores, que se dedicaram e se dedicam a cada dia ao cumprimento das suas atribuições, tiveram a noção muito clara que diversos cenários foram se destacando, fazendo com que nós, a todos os momentos, tivéssemos uma ação diferenciada. Nós estamos debatendo, nesse momento, em continuidade a um trabalho que realizamos no mês passado, sobre diversas áreas e diversos setores que impactam decisivamente na sociedade. Tal qual analisamos e acompanhamos as políticas públicas no âmbito do consumidor, da mobilidade, do sistema prisional, da saúde, do patrimônio público, da gestão pública, hoje nós temos uma oportunidade ímpar, com um debate, com uma discussão, levando à sociedade o que fizemos e o que estamos fazendo, inclusive junto à própria sociedade, no âmbito da infância e juventude, no âmbito da família e sucessões, e até com relação a própria violência doméstica. Mas hoje nós vamos iniciar, e agora eu convido, duas colegas sensacionais, que estão sempre conosco, e que têm a visão do Ministério Público atuante e forte. Vamos receber aqui nesse instante a colega Luisa de Marillac, e depois teremos ao seu lado, no momento seguinte, a colega Rosana Carvalho. Luisa traz para nós toda a sua luta, a sua experiência e o

que nós podemos apresentar aqui para a sociedade nesse âmbito, não só de reflexões, mas de impactos e perspectivas na área da infância e juventude, especialmente na sua atuação.

Temas do Dia 6: Infância e Juventude, Família e Sucessões e Mulheres em Situação de Violência Doméstica

**Dia
5**

Tema 1: Infância e Juventude

Luisa de Marillac Passos
Promotora de Justiça de Defesa dos Direitos
da Infância e da Juventude



Bom dia, Sabo. Bom dia toda as colegas, todos os colegas. Anderson, Rosana, Lia. Bom dia, Talita. Prazer muito grande estar aqui esse momento. Acho que é muito importante que o Ministério Público realize esse tipo de evento que, na verdade, nada mais é do que uma verdadeira prestação de contas do nosso trabalho. Não é, Eduardo? Acho que temos esse compromisso de devolver à sociedade todo trabalho que fizemos durante esse triste momento de pandemia em que vivemos aqui no país. Por outro lado, nós tivemos a felicidade, que foi uma articulação ainda maior de todas as áreas do Ministério Público, a partir dessa Força-Tarefa. Acho que cada um, cada promotoria, especialmente as promotorias que falam e que defendem, protegem os direitos fundamentais, estavam muito comprometidas com a sua atuação diante das gravidades dos fatos e das condições que se agravaram socialmente nesse momento. Mas nós pudemos sair um pouco dos nossos limites de promotoria e nos encontrar nessa Força-Tarefa para ampliar as nossas atuações, fortalecer a nossa atuação de forma coletiva, de forma conjunta. Durante todo esse período, a Promotoria da Infância e da Juventude se sentiu, nós como promotores da Infância e da Juventude, nossa equipe toda, nos sentimos ainda mais apoiados, mais estimulados, em articulação interna do Ministério Público com as outras áreas, para darmos conta dos grandes desafios que envolvem a proteção de crianças e adolescentes. E, nesse contexto da pandemia, os direitos de crianças e adolescentes sofreram grande impacto. Então, os serviços que atendem crianças e adolescentes sofreram impacto, e as próprias crianças e adolescentes na sua convivência, no seu dia a dia, sofreram grandes impactos. Nós tivemos a suspensão das aulas presenciais com uma série

de circunstâncias sociais graves. Quer dizer, na verdade, descobrimos e temos a política de educação de fato como uma estratégia de acompanhamento cotidiano de crianças e adolescentes. E quando faltamos com essa política que é do cotidiano, que é de todos os dias, começamos a ver uma série de questões que, muitas vezes, nem conseguimos chegar a acessar a própria família, a própria criança e ao adolescente. Então outros equipamentos acabam se tornando ainda mais indispensáveis e importantes.

O impacto da pandemia no trabalho dos Conselhos Tutelares

E aqui, no campo da rede de proteção de crianças e adolescentes, temos um órgão, que é o Conselho Tutelar, que atua como vanguarda no atendimento de crianças e adolescentes, que está lá na comunidade, que recebe todos os dias as informações sobre como as crianças e adolescentes daquele contexto comunitário estão



Conselhos Tutelares e MPDFT: parceria e ações concretas na proteção dos direitos de crianças e adolescentes ao longo da crise sanitária. Foto: Agência Brasília.

vivendo, e que foram muitos demandados. Os Conselhos Tutelares foram extremamente demandados, mas também sofreram todos os impactos. Então tiveram várias questões relacionadas às condições de trabalho dos próprios conselhos tutelares, a forma de atuação durante esse período de pandemia, que vamos aqui tratar na nos-

sa fala. Então, dentro desses impactos, vamos falar do Conselho Tutelar, do acolhimento de crianças e adolescentes, e no Distrito Federal temos o acolhimento em instituições, que é o acolhimento institucional em abrigos e casas lares, e o acolhimento familiar pelo Programa de Família Acolhedora. Abordaremos um pouco dos impactos da pandemia nesses programas, e como o Ministério Público vem trabalhando, e continua, para superar essas dificuldades que surgiram, e outras que, na verdade, acompanham um pouco, historicamente, esses serviços, vamos, de forma muito articulada com a rede de proteção, mapeando e transformando as dificuldades em soluções, em ações, em projetos que, de fato, consigamos proteger crianças e adolescentes. Além dessas duas questões que são muito importantes, a questão do Conselho Tutelar e do acolhimento, que a Rosana, na próxima fala, vai detalhar me-

“*A violência sexual é um fator, prioritariamente, do campo doméstico. Quando deixam de ir para as escolas e ficam mais em casa, as crianças estão mais sujeitas a alguns tipos de violência. Durante a pandemia, foi preciso articular a rede de proteção para buscar estratégias que pudessem levá-la a estar mais próxima das famílias, das crianças e dos adolescentes protegendo-os da violência doméstica*”.

lhor, também tivemos outras questões envolvendo os direitos de crianças e adolescentes que nos foram demandadas várias ações e articulações, inclusive articulações que fizemos aqui nessa Força-Tarefa. Então, lidamos com essa questão da falta de aula, lidamos seriamente com a pergunta: “Como atingir ou como atuar na proteção de crianças e adolescentes diante dos casos de violência sexual?”, sabendo que, infelizmente, pelos números, a violência sexual é um fator, prioritariamente, do campo doméstico. Então, se prioritariamente do campo doméstico, quando as crianças deixam de ir para as escolas e ficam mais em casa, provavelmente também ficam mais sujeitas a alguns tipos de violência, especialmente, essas do campo doméstico. Então tivemos que articular muito com a rede para que pudéssemos dar conta de estratégias, de buscar estratégias que poderiam levar essa rede de proteção a estar mais próxima das famílias, a estar mais próxima das crianças e adolescentes no sentido da protegê-las em relação à questão da violência doméstica. E é muito importante falarmos da violência doméstica, da violência sexual está, prioritariamen-

te, no âmbito doméstico, mas que, por outro lado, não se pode culpabilizar as famílias por essa violência. Na verdade, a grande maioria das famílias é protetiva, mas existem esses agentes agressores, agressores sexuais, que muitas vezes estão dentro da família, que estão ali convivendo com essa família, e que não se mostram na agressão com essas crianças e com esses adolescentes. E, infelizmente, às vezes, se passam anos até que essa criança, esse adolescente nos traz uma revelação de uma violência. E nós passamos a identificar um agente, um ator, que todo mundo acreditava ser um agente de proteção, mas que, na verdade, era um agressor, um violador de direitos de crianças e adolescentes, com esse tipo de violência tão pernicioso, que compromete tanto o desenvolvimento de crianças e adolescentes, como é a violência sexual. Então tivemos, não sozinhos, a Promotoria da Infância, juntamente ao Núcleo de Direitos Humanos do Ministério Público do Distrito Federal, em especial, dentro do Núcleo de Direitos Humanos, o Núcleo de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que é o NEVESCA, então tivemos todo um trabalho de articulação com os atores, com a rede de proteção para encontrar mecanismos que facilitassem os canais de denúncia. A partir dessa articulação da rede, foi criado um Disque-Denúncia para que se chegasse diretamente aos Conselhos Tutelares, o número 109. Com isso, conseguimos avançar nessa questão da denúncia. Além disso, estamos ainda em processo de aperfeiçoamento de um mecanismo também virtual pela Secretaria de Justiça, Subsecretaria da Criança, para que as escolas possam receber denúncias, virtualmente, de violências sexuais contra crianças e adolescentes. Isso tudo implica reuniões com construção de fluxos de atendimento, com o avanço dessa articulação para que essa rede possa não ter só esse canal de entrada, mas ter um fluxo de tramitação dessas denúncias e, de fato, o que é principal para nós, que consigamos, no menor tempo possível, implementar uma estratégia de, de fato, proteger a criança e ao adolescente dessa violência, ou seja, cessar a violência. Uma vez que haja uma revelação, que haja o mais rápido possível a cessação dessa violência, e que haja também, depois da proteção, a responsabilização desses autores de delitos. Dentro desse contexto da pandemia, tivemos uma portaria da Secretaria de Justiça criando um comitê que vai acompanhar todas as políticas de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes. E posso dizer que esse comitê veio muito nesse processo de articulação, devido a preocupação com esse fator agravante que a pandemia traz que é crianças sem escola todos os dias, sem aulas todos os dias. Tínhamos, anteriormente, com essa frequência cotidiana às escolas, as escolas como fator central, o lugar central de recebimento de revelações e de denúncias pelas próprias crianças e adolescentes. Não raro, aliás, sistemática-

mente as escolas faziam campanhas em relação a isso, e continuam fazendo. Só que, sem esse elemento presencial, sem essa confiança presencial da criança e do adolescente com o educador, essas denúncias acabaram diminuindo, o que não significa diminuição na violência. Então, nós nos preocupamos muito com essas estratégias. As medidas para contenção da contaminação e as consequências para a saúde mental de crianças e adolescentes. Toda a nossa atuação se pautou muito pela questão da saúde mental. A mudança drástica na rotina das pessoas, em especial de crianças e adolescentes, impactava severamente na saúde mental. Então tivemos muita necessidade de desenvolver estratégias nos equipamentos de atendimento de crianças e adolescentes, de desenvolver estratégias para que crianças e adolescentes pudessem lidar com as suas angústias, com as suas tristezas em relação a todo esse novo momento, que não somente nos isola, mas também nos atemoriza com a própria perspectiva de uma doença que, em alguns casos, foi e pode ser fatal. Então é uma situação extremamente grave que se apresenta, e que, realmente, demanda de nós uma atuação muito articulada e precisa. No campo da população em situação de rua, nós também atuamos em conjunto com o Núcleo de Direitos Humanos, na perspectiva de buscar o fortalecimento de políticas sociais que dessem contas do agravamento das condições sociais dessa população de rua durante a pandemia. Então, também para que crianças e adolescentes, em situação de rua, estivessem acompanhadas de suas famílias, ou mesmo desacompanhadas, pudessem ter serviços mais fortalecidos no sentido do seu atendimento. Nós, durante todo esse período, também nos pautamos por estar próximos, na Força-Tarefa, ao grupo que vem fiscalizando, e desenvolvendo uma sistemática de fiscalização da política de assistência social. Durante esse período da pandemia, a nossa equipe psicossocial fez um levantamento da situação de atendimento dos serviços para crianças e adolescentes, dos COSEs, que são centros de convivência e fortalecimento de vínculos familiares de crianças e adolescentes. Como esses serviços estavam atuando durante o período da pandemia, quais eram as questões de equipamentos de proteção individual em relação a esses serviços, especialmente todos os serviços socioassistenciais e os serviços de saúde mental para crianças e adolescentes. Os CAPSs, especialmente CAP-SI, CAPSAD, que atendem também adolescentes a partir de 16 anos. Então, nós tivemos a preocupação de mapear a situação desses serviços, que envolvem o atendimento de crianças e adolescentes. E nos preocupamos também, e nos reunimos através desse mecanismo de facilitação de diálogo que foi a Força-Tarefa, participamos também do desenvolvimento de uma recomendação para o Poder Executivo em relação às desocupações e despejos durante a pandemia. Sempre o

Ministério Público aparecendo como um guardião mesmo dos interesses das pessoas mais vulneráveis. Então nós tivemos toda uma articulação nesse sentido durante a Força-Tarefa, e a Promotoria da Infância participou de toda essa articulação trazendo o olhar dos direitos de crianças e adolescentes. Eu queria mostrar, Sabo, para trazer aqui uma ilustração dessa atuação, um vídeo que nós fizemos a partir dessa situação da pandemia nos serviços de acolhimento. E nós buscamos desenvolver recursos para ajudar os abrigos nessa tarefa árdua de lidar com as crianças e adolescentes acolhidas, tanto no aspecto da saúde mental como na facilitação de diálogos para evitar os conflitos ou para tratar conflitos já existentes dentro dos serviços de acolhimento. Queria, se possível, passar esse vídeo.

(Veiculação do vídeo sobre os impactos da pandemia nas instituições de acolhimento do DF)

Procurador Eduardo Sabo

Maravilha.

Promotor Anderson Pereira de Andrade

Parabéns, Rosana. Isso é que é fazer uma fala pronta.

Promotora Luisa de Marillac Passos

Na verdade, não foi a fala da Rosana ainda, foi só o vídeo. Mas então é bom quando a Rosana trazer essa fala porque, na verdade, trará essa perspectiva de trabalharmos no coletivo. Então, a Promotoria tem se constituído, exatamente, como esse lugar, como esse fórum de debate entre todos os atores da política que envolve crianças e adolescentes, para que possamos encontrar soluções e estimular a própria execução da política e até fiscalizar. Porque na verdade essa atuação em rede tem essa função também fiscalizatória das políticas públicas, porque é ali onde se prestam contas, das políticas serem executadas, e das ações que precisam ser priorizadas. Nós ali também fizemos um papel de ponte entre esses órgãos e o Judiciário, facilitando o diálogo também com a Justiça da Infância e da Juventude, para que pudés-

semos aprimorar os serviços durante esse contexto da pandemia. Então paro por aqui para deixar a colega Rosana trazer mais detalhes sobre a nossa atuação em relação a esses dois grandes pontos, importantes pontos, que são os conselhos tutelares e o acolhimento. Muito obrigada pela oportunidade. Foi um prazer muito grande estarmos aqui prestando contas do nosso trabalho, tanto para Ministério Público como para sociedade .

Procurador Eduardo Sabo

Luisa de Marillac, sua presença aqui reflete a atuação da Promotoria. Você não só integra, como se mostra integrante de uma rede, que é a principal mensagem que temos para levar a sociedade. Ou seja, o Ministério Público atua em rede. E a rede envolve diversos segmentos que buscam a proteção desse conjunto que integra, mais uma vez, a infância e juventude. Foi muito legal quando você colocou, principalmente essa atuação enquanto Promotoria, Promotora, Ministério Público, com diversos atores, buscando superar cada um desses desafios, desde o recolhimento, desde a suspensão das aulas, das atuações diversas dos conselhos tutelares. E me chamou a atenção, e eu creio que nós devemos e podemos incrementar cada vez mais, essa interligação com a área de educação, não é verdade? Para trazer os alunos, trazer os professores para serem mais ativos nessa proteção contra a violência. Parece-me, e aqui nós temos uma equipe, não é, Talita?, que nos escuta, que manda áudio, que faz ofício e tudo, nós vamos ser mais atuantes nisso aí, inclusive trazendo as escolas e todos aqueles que integram esse ambiente. Mas Luisa, ficamos com vontade de ouvir a colega Rosana Viegas.

Rosana Viegas de Carvalho
Promotora de Justiça de Defesa dos Direitos
da Infância e da Juventude



Bom dia, Sabo. Bom dia, amiga. Bom dia a todos vocês que estão nos assistindo, cara colega Luísa, Anderson, Talita, Rhavenna e Lia. É um prazer muito grande estar

aqui com vocês nesse momento para poder refletir sobre o nosso trabalho na pandemia, também sobre o que ganhamos com isso tudo, as experiências, nesse momento tão trágico, tão triste. Mas é claro que de tudo aprendemos e levamos como lições. Então nesse momento, temos uma oportunidade de fazer essa retrospectiva de reflexão sobre o que nós fizemos e o que ganhamos, quais foram os legados dessa nossa experiência para o futuro. Então, como disse a Luisa, eu vou começar falando aqui sobre esse trabalho com os conselhos tutelares. A Promotoria da Infância sempre teve um trabalho muito próximo com os conselhos tutelares. Nós temos um

“*Percebemos o recrudescimento das relações familiares em razão do estresse natural da pandemia e da escassez material a que as famílias foram submetidas em razão da intensificação da crise econômica. Foi aí que o MPDFT articulou com a Secretaria de Justiça do DF uma ação conjunta para capacitar os conselheiros tutelares nas técnicas de autocomposição e de comunicação não violenta, oferecendo-lhes uma ferramenta transformadora para difundir a cultura de paz*”.

plantão diário para atendimento de situações urgentes que demandem pedidos cautelares de proteção, e os conselheiros têm o número telefônico da Promotoria, que sempre tem um promotor à disposição para essa atuação em rede de forma célere. Nesse período de pandemia, nessa atuação, foi com o promotor normalmente em casa, mas sempre com pelo menos um servidor na Promotoria de forma presencial, porque nem sempre todas as denúncias podem ser feitas por canais telemáticos. Então, percebemos, nesse período, que houve um recrudescimento muito grande das relações familiares, que os conselheiros relatavam, tudo em razão do estresse natural da situação de pandemia, e da escassez material a que as famílias estão submetidas em razão dessa crise econômica, ainda intensificada pela situação de pandemia. Foi aí então que a Promotoria, com a Secretaria de Autocomposição, articulou com a Secretaria de Justiça uma ação conjunta para capacitar os conselheiros tutelares nas técnicas de autocomposição e de comunicação não violenta, oferecendo-lhes uma ferramenta que consideramos transformadora para difundir a cultura de paz. Então eu vou pedir agora para transmitir o vídeo da campanha de sensibili-

zação dos conselheiros feito aqui pelo nossa pela Secom.

(Veiculação de vídeo sobre os impactos da pandemia no trabalho dos Conselhos Tutelares do DF) .

Procurador Eduardo Sabo

Fantástico, hein? Fantástico mesmo. Colegas Anderson, Lia, parabéns à Luisa, à Rosana. Vou ser muito sincero. Há muitos anos tenho o maior, não só respeito e consideração, como verifico a importância dos instrumentos de autocomposição. Mas sabe o que me deu vontade? Deu vontade de fazer o curso. Eu falei: “Nossa. Eu que gosto muito de ouvir e de trabalhar com essas dinâmicas, e, também, colaborando para a solução de conflitos, certamente vou poder aprender um pouco mais”. Depois me manda o link e tudo. Bom. Isso aqui só foi para elogiar. Rosana, continua aí que nós estamos gostando muito.

Promotora Rosana Viegas de Carvalho

Nessa toada, Sabo, aconteceu comigo e com a Luisa em 2019. Quando nós formatamos, com a Secretaria de Autocomposição, o curso de “Círculos Restaurativos e Técnicas de Autocomposição” para os serviços de acolhimento, nós nos inscrevemos também, e fizemos toda a formação e alguns círculos restaurativos. Foi muito legal.

Procurador Eduardo Sabo

Nós podemos colocar isso para o público? Ou seja, as pessoas podem se inscrever nesse curso?

Promotora Rosana Viegas de Carvalho

Normalmente os cursos da autocomposição qualquer pessoa pode se inscrever no site do Ministério Público. Já está lá. É possível.

Procurador Eduardo Sabo

Então nós vamos fazer o seguinte. Talita e nossa amiga Rhavenna, vamos colocar, durante o nosso webinário, as orientações. Pode ser? Vamos fazer esse esforço. Para divulgarmos, porque muitos assistem agora, e até cumprimentamos a todos, mas muitos assistem depois. Mas já vamos colocar agora. Em algum momento aqui. Desculpe, Rosana.

Promotora Rosana Viegas de Carvalho

Muito boa a intervenção, Sabo. Excelente. Então, ainda nesse nosso trabalho com o Conselho Tutelar, nós tivemos uma atuação importante no que toca a exigir do Governo do DF que garantisse o atendimento presencial da população pelos conselheiros tutelares de forma segura, tanto para os conselheiros e servidores do apoio, como também para população atendida. Fizemos várias reuniões em conjunto com a Frente Parlamentar da Infância, o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, reuniões em que participaram também o MPT (Ministério Público do Trabalho), a Associação dos Conselheiros Tutelares e demais representantes da sociedade civil,



Criança brinca e é observada por familiares no Parque da Cidade: direitos da infância e juventude receberam atenção especial do MPDFT durante a pandemia. Foto: Agência Brasília.

para garantir a disponibilização de máscaras e de EPIs e a desinfecção, tanto das sedes, quanto dos veículos que os conselheiros tutelares utilizam para os seus trabalhos. Fizemos, e esse trabalho foi subsidiado por essas pesquisas que a Luísa já noticiou, esses questionários e pesquisas feitas pelo nosso setor psicossocial, a fim de sabermos onde estavam os gargalos e as dificuldades do atendimento presencial pelos conselheiros tutelares. Também, já nesse ano, tivemos a questão da vacinação, em que percebemos a importância de que os conselheiros entrassem na lista de prioridades para a vacinação. E tivemos um importante apoio da PDDC, que oficiou e se reuniu com a Secretaria de Saúde, a fim de incluir os conselheiros tutelares na lista de prioridades, junto aos professores e servidores da assistência social, que são trabalhadores que estão diretamente envolvidos na proteção da infância e juventude. Então, a essa ação agradecemos muito o trabalho realizado pela PDDC. Foi muito importante também porque nós percebemos que as crianças e adolescentes foram muito invisibilizados nesse período de pandemia .

Procurador Eduardo Sabo

Não há dúvida nenhuma, colega Rosana, da importância do fato de vocês e de todos os promotores de saúde, vocês especialmente, terem nos trazido essa questão. Houve uma sensibilização de todo o Ministério Público, fazendo com que colocassem muito claramente a importância da infância, a importância desses agentes, e foi muito bom que conseguimos fazer com que essa vacinação e essa proteção fossem feitas em nível de prioridade para esses profissionais. E, Rosana, parece que nós já temos o link. Talita? Já temos o link para quem quiser fazer o curso?

Apresentadora Talita Medeiros

Estou à procura. Enquanto a Rosana fala, mais um pouquinho, eu passo, assim que tiver direitinho para dar a informação completa para quem quiser.

Assessora de Planejamento e Desenvolvimento de Ações Educacionais da Secor/MPDFT Rhavenna Chmieleski

Doutor Sabo, já disponibilizamos o link no chat.

Promotor Anderson Pereira e Andrade

Ótimo. Obrigado, Talita. Doutora Rosana. Com relação aos serviços de acolhimento, nós passamos a partir de abril a fazer reuniões quinzenais com a presença dos serviços de acolhimento, os servidores da Secretaria de Saúde (do DF), da Secretaria de Educação (do DF), e da SEDES também, Secretaria de Desenvolvimento Social (do DF), como já foi até visto no vídeo que a Luisa passou, justamente para que pudéssemos articular as políticas em defesa da proteção das crianças em situação de acolhimento. Tivemos também, nessas reuniões, várias vezes, oportunidade de participação de colegas do próprio Ministério Público. Acho que um legado que nós recebemos dessa pandemia foi a articulação interna. Porque a Promotoria da Infância sempre teve esse papel de articular, em razão da própria natureza do Direito da Infância e Juventude, interdisciplinar, a Promotoria sempre teve essa atuação em rede com vários órgãos e instituições. Mas penso que nós tivemos um salto quântico dentro do Ministério Público no sentido de atuarmos de forma interdisciplinar, de forma transversal. E essa atuação, junto à PDDC, aos promotores da Educação, promotores da Saúde, me fez sonhar. Eu passei a sonhar que o Ministério Público possa ter como estratégia implantar a prioridade absoluta dentro de nossa atuação. Essa prioridade absoluta não significa um super empoderamento da Promotoria da Infância. Não é isso. É, justamente, a atuação transversal de todo o Ministério Público na prioridade. É o promotor de Família, que tenho certeza de que já faz isso, atuar com aquele olhar voltado para a proteção da criança nos conflitos familiares, aplicando os conceitos do marco legal da primeira infância. É a Promotoria de Saúde dando essa prioridade da infância e juventude, trabalhando para implantação da RAPS da Infância e Juventude. É a Promotoria do Urbanismo trabalhando no sentido de termos cidades mais amigáveis para a infância e juventude. Conforme prevê o marco legal da primeira infância que está hoje no Estatuto da Criança e do Adolescente. Então eu acredito que nós somos capazes de fazer isso e já estamos fazendo. Dentro ainda desse trabalho em rede, com a rede de proteção, a rede de acolhimento, em uma dessas reuniões nós sentimos a necessidade de uma maior divulgação do acolhimento familiar, que é uma das formas de acolhimento também, e que o Estatuto da Criança prevê preferencial desde 2009. Porém só há dois anos é que foi implantado, no Distrito Federal, o primeiro serviço de acolhimento. E em uma dessas reuniões o serviço estava com dificuldade de ter famílias credenciadas e preparadas para o recebimento de crianças. Então, em razão disso, nasceu o nosso

“Projeto Ninho”, que é voltado para incrementar os serviços de acolhimento familiar no Distrito Federal, de forma a efetivar a preferência legal prevista no estatuto. Então nós fizemos um vídeo de sensibilização e de divulgação do serviço que eu vou pedir licença agora para compartilharmos, aproveitando essa oportunidade para divulgar a importância do serviço.

(Veiculação de vídeo sobre o “ Família Acolhedora”, serviço de acolhimento destinado a crianças e adolescentes do DF que foram afastadas do convívio familiar por medida judicial)

Procurador Eduardo Sabo

Fantástico, colegas. Confesso que conhecia pouco sobre esse programa de acolhimento de crianças e adolescentes. Claro que conhecia a questão das casas lares, casas de família, mas não esse programa com essa integração toda. E eu diria o seguinte para o Rafael que está aqui do meu lado e a equipe do grupo da Força-Tarefa, manda-me o vídeo específico, que eu já vou colocar, nós estamos nessa live, e já colocarei o vídeo no nosso grupo. Gostei muito. Acabei de receber a informação, temos a integração direta com o público, pessoas já no YouTube elogiando o programa. E teve uma pergunta, além do elogio, uma pergunta que podíamos responder, colega Rosana, se algum aspecto de situação econômica da família que queira participar do acolhimento é analisado? A pessoa está perguntando. Como é isso?

Promotora Rosana Viegas de Carvalho

É a situação psicossocial da família que é analisada, e a família é preparada para receber essa criança. E existe também um benefício governamental. A família que recebe a criança recebe também um subsídio da ordem de mais ou menos 400 ou 500 reais para reverter esse valor para ajudar no sustento e na educação dessa criança nesse período provisório de acolhimento familiar. Esse programa, a coisa mais fantástica dele, é que ele concretiza o comando, tanto da Constituição como do Estatuto, no sentido de que a responsabilidade sobre as nossas crianças e o dever de cuidado com elas são compartilhados entre a família, a sociedade e o Estado. Então, é uma forma de a sociedade se fazer presente no sentido de apoiar as crianças e as famílias em situação de vulnerabilidade. Eu acho que o nosso tempo está se esgo-

tando. Nós tínhamos mais coisas para falar ainda, mas eu quero nesse momento agradecer muito o Ministério Público de um modo geral. Todos os servidores do Ministério Público que nos ajudam, a Procuradora-Geral, que sempre nos apoiou, a Secplan, a Secretaria de Autocomposição. Sem palavras para agradecer todo o trabalho que a PDDC tem feito de apoio e articulação das nossas demandas. E agradecer o apoio dos servidores, o trabalho dos servidores da Promotoria, sem os quais nós não estaríamos nem poderíamos estar aqui fazendo esse programa. Tanto dos assessores jurídicos, quanto dos servidores das secretarias, a Assessoria de Apoio Institucional, a Secretaria-Executiva da Promotoria. E um agradecimento especial a nossa Secom, que tem tanta sensibilidade para fazer vídeos tão lindos e comoventes. Obrigada, Talita. É isso.

Procurador Eduardo Sabo

Olha , Rosana. Estou achando que você tem que falar até mais, porque aqui chegou uma outra mensagem, elogiando tudo, e até dizendo que o programa “Família Acolhedora” tem que ser mais divulgado em mídias. Ou seja, eu já vou pedir agora para a Elisa, e a Fabíola que está nos escutando, hoje mesmo já vamos preparar uma nota e já mandar para a mídia dizendo: “Olha. É uma prioridade da Força-Tarefa e do próprio Ministério Público fazer com que a Infância e Juventude seja cada vez mais preservada, mas às inteiras.” E esse é um programa que integra o conjunto da família.

Promotora Luisa de Marillac Passos

Eu queria corrigir uma informação. Eu falei do Disque Denúncia para os Conselhos Tutelares como o número 109, mas é 135. O canal de denúncia que foi criado no Distrito Federal para denúncia de violação de direitos de crianças e adolescentes, e que nós na Promotoria da Infância trabalhamos muito nos bastidores para que isso acontecesse. Então assim, é o Poder Executivo quem realiza, mas nós também nos sentimos muito realizados, e contemplados, quando temos um canal que facilita a denúncia de violação de direitos de crianças e adolescentes, e que vai direto para o Conselho Tutelar. Então, corrigindo aqui, o número é 125.

Procurador Eduardo Sabo

Que coisa boa você falar porque esse foi um dos pontos que nós destacamos, que destaquei depois da sua fala, justamente para que houvesse, e pelo que eu entendi já está havendo, uma integração maior com a Secretaria de Educação e com um conjunto de professores e educadores de alunos. E nós vamos, se você me permitir, inclusive officiar, conversar com a Secretaria de Educação e já officiar, para que essa política seja inserida, e haja uma maior participação e conhecimento disso por parte desse conjunto docentes e discentes. Combinado?

Promotora Luisa de Marillac Passos

Combinadíssimo. E muito obrigada pela grande oportunidade, Sabo. Muito obrigada mesmo.

Procurador Eduardo Sabo

Excelente. Mas sabe que o nome dele foi referido uma ou duas vezes, e o tema Família foi colocado várias vezes aqui. Isso significa que está na hora de nós ouvirmos o Doutor Anderson, que tem uma experiência humanística, acadêmica inclusive, de diversos campos e de diversas esferas. E que hoje vai nos trazer, não tenho dúvida nenhuma, essa perspectiva da importância da família e das dificuldades da família, não é, colega Anderson?, nesses momentos por quais passamos. O papel do Ministério Público foi bastante impactado também. Colega, Anderson Pereira de Andrade, com a palavra.

Dia 5

Tema 2: Família e Sucessões

Anderson Pereira de Andrade
*Promotor de Justiça Cível, de Família,
Órfãos e Sucessões*



Bom dia a todos e todas que nos ouvem ao vivo, e que depois vão ouvir essa gravação. Essa reunião de trabalho, de prestação de contas que fazemos aqui ao vivo, e que depois ficará gravada. Antes de começar a minha fala, eu não posso deixar de me solidarizar com as 600 mil famílias que tiveram seus entes queridos perdidos nessa pandemia, 10 mil e 700 no Distrito Federal. Ainda estamos vivendo, mas, afortunadamente, estamos saindo da pandemia, mas ainda sob a tristeza do luto de tantas perdas. Ontem mesmo eu trabalhava em um processo de inventário e me deparei com uma sessão de óbito de um cidadão de 55 anos que morreu em um hospital da cidade e a causa mortis estava consignada “pneumonia”. E nos perguntamos assim: “Nossa, será que foi pneumonia mesmo?”. É a questão da subnotificação. Mas, enfim, são muitas perdas, e somos solidários, preciso ser. Eu cumprimento também o Eduardo Sabo, grande Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, a quem parableno de público pelo trabalho que vem realizando durante a pandemia na coordenação dessa Força-Tarefa do Ministério Público, que tanto tem feito, contra obstáculos e dificuldades, enfrentando todo tipo de barreiras, inclusive barreiras que não imaginávamos que fossem enfrentadas, representadas por negacionismo, até de altas autoridades da República, mas sempre com a sua competência, a sua dignidade, o seu bem fazer, conduzindo o Ministério Público, liderando Ministério Público, as várias promotorias, os promotores, as promotoras, os servidores e as servidoras nesse trabalho. Parabéns, Eduardo.

Procurador Eduardo Sabo

Obrigado.

Promotor Anderson Pereira de Andrade

Cumprimento as grandes queridas colegas e amigas Luisa de Marillac e Rosana Viegas de Carvalho. Que alegria as ouvir. Que alegria ver o trabalho da Promotoria da Infância e Juventude. Nos meus 27 anos de Ministério Público, 20 anos eu estive na Promotoria da Infância e Juventude. Então, sinto-me em casa. É muito bom ver uma Promotoria que atua onde o Ministério Público deve atuar de fato, que é na construção das políticas públicas. Esse programa de acolhimento familiar é espetacular. Porque só quem trabalhou, lidou, fiscalizou e interagiu com as equipes de uma instituição de acolhimento é que sabe o quão duro é uma criança, um recém-nasci-

“
Na Promotoria de Família, procurou-se dar o entendimento de que a convivência familiar não é uma prerrogativa do pai ou da mãe, mas um direito fundamental da criança e do adolescente. Nos fundamentamos bastante para garantir que nenhuma criança ou adolescente deixasse de conviver com seu pai ou sua mãe em função da pandemia da covid-19”.

do, ou mesmo um adolescente, um jovem, entrar em uma instituição de acolhimento e aí permanecer, muitas vezes, aos cuidados de pessoas dedicadas. Quem já teve um bebê, eu sei que aqui, não sei Lia, mas esses quatro eu tenho certeza de que já tiveram um bebê nas mãos, e sabem o nível de interação exigido por um bebê. Então, se pudermos realmente entregar esse bebê que, por circunstâncias da vida, está numa situação de risco e necessita ser temporariamente acolhido, que entreguemos a uma família devidamente preparada e até modestamente remunerada para exercer aquele serviço público espetacular ali. Parabéns a vocês por esse trabalho. Cumpri-

mentar também a colega Lia, da Violência Doméstica, e dizer que, infelizmente, querido Sabo, não arrefeceu a violência doméstica. Na verdade, aumentou em um nível muito grande. Nós das Promotorias de Família temos a atribuição agora, o ar-



Menino brinca com parentes em quadra do Plano Piloto: MPDFT atuou para garantir o direito à convivência familiar a crianças e adolescentes na pandemia. Foto: Agência Brasília.

tigo 689 do Código Civil determina a intervenção do Ministério Público nos processos de família em que há violência doméstica. Então nós também temos lidado com esse tema tão difícil e tão duro que a colega Lia vai abordar, que é a questão da violência doméstica. Cumprimentar a Talita, a equipe da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão também. E dizer que, eu aqui estou, representando um universo bastante significativo, o trabalho das Promotorias de Família, Promotorias Cíveis de Família, Órfãos e Sucessões do DF. São 60 Promotorias de Família no Distrito Federal. Então aqui está um representante destas Promotorias. Somos muitos. E as pessoas trazem os seus problemas, suas dificuldades, com suas crianças, seus adolescentes, seus idosos. Eu vou tratar, basicamente, desses dois temas. A proteção, o desafio de garantir o direito fundamental à convivência familiar da criança e adolescente, e daquele submetido a curatela. Que na maioria das vezes, mais de 90% das vezes, são idosos. Pessoas que desenvolvem algum tipo de doença, e a família pede à Justiça que os coloque sob curatela. Então, dizer que conseguimos realizar, estamos realizando o nosso trabalho, o desafio de proteger crianças e adolescentes, na linha do

que expressa a nossa Constituição Federal no artigo 227, que já foi citado pela Rosana, e trata da prioridade absoluta na garantia de direitos. Entre esses direitos está lá o direito à convivência familiar. E nós temos buscado dar uma interpretação diferente, dar uma interpretação de acordo com a Constituição a esse direito fundamental à convivência familiar. Nossa Constituição está fazendo aniversário esse mês. Idade de Cristo, 33 anos. Aqui no Brasil não festejamos. O Doutor Eduardo Sabo sabe que na Espanha, por exemplo, o dia da Constituição é feriado nacional, dia 6 de dezembro. Aqui, a nossa Constituição, é no dia 5 de outubro de 1988, enfim, é uma data importantíssima, fundamental, que estabeleceu esse direito. E por que que estou falando no direito da convivência familiar? Porque o nosso papel na Promotoria de Família tem sido garantir esse direito. Então houve pedidos, especialmente de homens de paz, no começo da pandemia, no sentido de que não poderiam ou que não deveriam conviver com seus filhos. E aqui é bom dizer que a Promotoria de Família,

“
Um dos pontos positivos dessa pandemia foi a possibilidade de realização de audiências judiciais por videoconferência. A partir do momento em que dominamos a ferramenta de utilização da internet e dos computadores para realizar audiências, isso deu uma agilidade muito grande ao trabalho. É uma coisa que veio para ficar”.

a Promotoria da Infância e Juventude, trabalham na proteção macro e, também, nos casos individuais em que a criança e o adolescente não estão no seio da sua família natural, como o Estatuto da Criança e Adolescente aborda. Se eles estão em alguma situação de risco, quando não estão, essa criança e adolescente vão para as Promotorias de Família. O seu caso, se for judicializado, vai para a Promotoria de Família. E na Promotoria de Família procuramos ou damos esse entendimento de que a convivência familiar não é um direito do pai ou da mãe. Ela é um direito fundamental da criança e do adolescente. Então, ao contrário do que diz lá o artigo 1.589 do Código Civil, que fala em direito de visita, na Promotoria de Família estamos abolindo essa expressão “direito de visita”. Não é o pai ou a mãe que tem o direito de visita ao filho. É o filho que tem o direito à convivência familiar com o pai ou com a mãe. E nós nos fundamentamos bastante para garantir esse direito, para fazer com que

nenhuma criança e nenhum adolescente deixem de conviver com o seu pai, com sua mãe, em função da pandemia da covid-19. Inclusive, em algum momento, dizíamos que a humanidade já passou, e passa, por cataclismos como esse por qual passamos. Pestes, tsunamis e vulcões, enfim, dificuldades. E isso não pode fazer com que um pai ou uma mãe queiram, por qualquer motivo que seja, evidentemente, os cuidados têm que ser tomados, e em um primeiro momento não se sabia bem que cuidados tomar. Eu me lembro que no começo da pandemia eu saía à rua para comprar comida e quando voltava em casa entrava no banheiro, tomava um banho e trocava a roupa inteira, quer dizer, não sabíamos o que estava diante de nós. À medida que isso foi passando, à medida que o tempo foi passando, melhoramos a nossa forma



de ver, de lidar com isso. E há muitos pontos negativos, os maiores realmente dessa pandemia, foram as perdas de vida. E há tantos outros menos importantes, que poderíamos citar, mas um dos pontos positivos dessa pandemia foi a agilidade na prestação judicial. A possibilidade de realização de audiências judiciais por videoconferência. A partir do momento em que nós dominamos esse mecanismo, essa ferramenta de utilização da internet e dos computadores para realizar audiências, isso deu uma agilidade muito grande ao trabalho. E é uma coisa que veio para ficar. Por exemplo, no caso dos curatelados, das pessoas sobre curatela, o interrogatório

que o juiz tem que fazer, muitas vezes, nas salas de audiência, deparávamos com pessoas portadoras de enfermidades graves que eram levadas ao tribunal para que fossem ouvidas pelo juiz em situação que, realmente, não lhes recomendaria que saíssem de casa, que deixassem um leito para se dirigir ao fórum. E agora, com essas ferramentas, acreditamos que, certamente, isso vai mudar. O juiz, o promotor de justiça, os advogados vão poder tranquilamente ouvir essas pessoas em casa. Então, no que se refere à criança e ao adolescente que são objetos de litígio, o papel da Promotoria de Família é garantir um direito fundamental à convivência familiar na forma do que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, no caso com a família natural, de forma equilibrada entre o pai e a mãe. O Ministério Público tem um papel muito importante nas Promotorias de Família, no caso da defesa da infância e juventude, é ele diz qual é o melhor interesse daquela criança. Porque o pai acha uma coisa, a mãe acha uma coisa. Se é um adolescente, o Estatuto da Criança e Adolescente manda que ele diga, que ele externe a opinião dele, dá a liberdade de opinião, liberdade de expressão para ele. Agora se é um bebê, quem é que vai dizer? O juiz vai ter que decidir, mas quem é que vai dizer quais são os melhores interesses daquela criança e daquele adolescente é o Ministério Público. E temos feito isso, para garantir o direito fundamental à convivência familiar da criança e do adolescente. No que se refere à curatela, eu poderia ter trazido um vídeo muito bacana se me tivesse ocorrido, e, é claro, não iria rivalizar com os vídeos da Promotoria da Infância, porque são fantásticos, evidentemente são profissionais. Mas gostaria de falar, no marco da lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, que as Promotorias de Justiça de Família de Brasília, por intermédio das colegas Sandra Albuquerque, Isabel Figueiredo e a Ana Paula Thomaz, desenvolveram um projeto muito interessante. Viu, Sabo? Depois eu vou lhe mandar esse vídeo. Chama-se “Sistema Protetor”. Não sei se você conhece. Você já viu?

Procurador Eduardo Sabo

Anderson, ouvi falar nesse trabalho. Esse trabalho é belíssimo. E aí, nossa equipe que está atuando a mil, já vai identificar esse vídeo. Quando fizer a edição da nossa web, coloca o vídeo (à disposição do público), Anderson. Ou seja, combinou. Fechou. Mas fale um pouco do projeto.

Promotor Anderson Pereira de Andrade

O projeto é uma plataforma. Ele não tem esse apelo porque não é dirigido ao público externo. Mas, inclusive, está concorrendo ao prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 2021. É uma plataforma que facilita a tomada de decisão pelo promotor de justiça responsável pela curatela, por intermédio da fiscalização das atividades do curador. Então o curador do interditado, como se dizia antigamente, aquela pessoa que está sob curatela, sobre interdição, tem, basicamente, duas funções: cuidar, que é a mais importante, cuidar do curatelado, dar todas as condições, garantir os direitos fundamentais dele, e, por outro lado, cuidar do patrimônio dele. E muitas vezes isso traz dificuldades, traz problemas, traz entreveros familiares muito sérios. E aí entra também a mediação. Temos lançados muito mão da Coordenação de Autocomposição, lá com a colega Leila Duarte, por intermédio da nossa Central de Controles e Tutelas e Curatelas também, o colega Saulo. E temos conseguido fazer mediação. Muitas vezes, a família, os irmãos não convergem para a forma de cuidado daquela mãe ou daquele pai, à administração do patrimônio. E gente temos conseguido fazer isso. E o Sistema Protetor permite acesso rápido aos casos, permite economia de tempo, permite agilidade nos casos urgentes, que muitas vezes recebemos uma denúncia de que um curatelado está sendo maltratado e temos que agir rapidamente. E, em definitivo, a maior proteção a esse curatelado. Então é bastante interessante. E aí, Sabo, você veja com a sua equipe se pode passar esse vídeo, que é bacana. Eu vou finalizando. Eu queria ressaltar, nos aspectos negativos da pandemia, uma coisa que realmente não conseguimos, e, no âmbito jurídico, foi o maior problema com o qual nos deparamos e não encontramos solução, foi a questão da prisão do devedor de pensão alimentícia. Já em um primeiro momento, os tribunais, o próprio STJ decidiu que não seria conveniente decretar a prisão civil para o devedor de pensão alimentícia. E nós que trabalhamos nas Promotorias de Família, Órfãos e Sucessões sabíamos que muitas vezes é difícil fazer com que o pai, geralmente é o pai, 90% das vezes é o homem, pagar a pensão alimentícia, e ele só vai pagar quando tem uma medida privativa de liberdade. E diante da impossibilidade da decretação dessa prisão, tentamos, de todas as maneiras. Pessoalmente, entrei em contato com a Secretaria de Administração Penitenciária, no sentido de se colocar talvez a tornozeleira eletrônica no devedor, pois você já restringe o direito de ir e vir dele de uma forma. A Secretaria não colocou óbice a isso. Quer dizer, o juiz de família definiria a forma de utilização dessa tornozeleira, mas aí o Tribunal

deu uma decisão dizendo que não seria adequado porque a lei fala em reclusão e a tornozeleira eletrônica não deveria ser usada. Então, realmente, ficamos com essa lacuna. O Tribunal, por outro lado, flexionou o procedimento. Você pode transformar o procedimento de prisão em penhora, em ataque ao patrimônio do devedor, mas se o devedor não tem patrimônio, você fica impedido de dar efetividade àquela sentença ou decisão judicial. Então para finalizar, eu acho que podemos ter como saldo positivo desse período, realmente, o aumento expressivo da atuação do Ministério Público. Nossa querida Procuradora-Geral da Justiça, Dra. Fabiana Costa, quando fez o seu balanço de final do ano passado, disse que as novas ações judiciais cresceram 120% no ano de 2020, passando de 13 mil e 700 para 30 mil ações. Então, temos visto isso, as pessoas procurando Justiça, confiando na Justiça cada vez mais. No âmbito da Promotoria de Família Cível de Órfãos e Sucessões, confiamos muito e temos certeza de que o Ministério Público tem que caminhar no sentido da mediação, da composição de conflitos. Eu não sei se eu estarei ainda na atividade para ver isso, mas eu quero ver o dia em que, antes do ajuizamento de uma petição inicial, até lá, no escritório de advocacia, na Defensoria Pública, haja equipes muito bem preparadas e muito bem estruturadas de mediação para fazer todo um trabalho que impeça ou que desestimule as pessoas a procurarem a Justiça. Confio muito nessas ferramentas. Chego a falar para as partes: “Não entreguem o futuro, o destino do seu filho a um advogado, a um promotor de justiça, a um juiz que não lhes conhece. Tomem para si a decisão do seu filho ou do seu pai, da sua mãe. Tomem para si a decisão desse teu problema e procurem decidir”. E hoje podemos dizer com alegria, se você quiser dispor de uma ferramenta de mediação, o Ministério Público tem à disposição e o Tribunal de Justiça tem à disposição também. Então eu agradeço mais uma vez o convite e parabênizo o Sabo, a Luísa, a Rosana, a Lia, e toda a equipe da Secom e da PDDC. Um abraço a todos.

Procurador Eduardo Sabo

Muito obrigado, colega, Doutor Anderson Pereira. É muito importante ouvir seu depoimento, assisti-lo. Não há dúvida nenhuma que a família foi muito impactada nesta pandemia. Foi, está sendo e ainda vai ser. As contaminações, as sequelas, os óbitos, e todas as nossas famílias sentiam essa angústia no dia a dia. Não só a minha angústia, mas a angústia de todo um conjunto de pessoas em razão do conhecer dessa doença, do descobrir dessa doença, dos encaminhamentos que são e que foram dados. Encaminhamentos esses que você participou, que todos os colegas aqui

participaram, inclusive tornando o Ministério Público mais proativo, colocando esse ponto como claro. Nós fizemos com que houvesse inclusive uma maior eficiência. É claro, nós temos obstáculos ainda muito fortes a superar, acreditamos que, com nessa retomada, nós possamos superar esse obstáculo, inclusive com a prisão desses irresponsáveis que não cumprem com as suas obrigações de pensão alimentícia. Verdadeiros irresponsáveis. A família é tudo, proteção fundamental à criança, ao adolescente. E antes de passar, porque nós é que estamos ficando ansiosos de ouvir a Doutora Lia Siqueira, mas antes de passar a palavra, colega Lia, nossa turma é tão rápida, colega Anderson, que eles já têm o vídeo pronto que você comentou em relação ao Sistema Protetor.

Apresentadora Talita Medeiros

Doutor Sabo, vou pedir só mais uns minutinhos porque conseguimos o link do YouTube. Esse vídeo está nas nossas redes sociais do MPDFT e vou só passar o arquivo para o pessoal da Secor para passarmos bem bonito esse vídeo. Muito legal.

Melhor ainda porque a Lia quase que me manda aqui um zap dizendo que ela está pronta. Então pronto. Colega Lia. É uma alegria muito grande estar aqui com você, justamente com você que tem compartilhado desses desafios da sua atuação profissional, da atuação de tantos outros colegas nesse tema muito caro para o Ministério Público, que é a violência doméstica. Lia.

Mulheres em Situação de Violência Doméstica

Lia Siqueira
Promotora de Justiça de Defesa da Mulher
em Situação de Violência Doméstica



Bom dia, Doutor Sabo. Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer o convite para participar desse evento. Cumprimentar a iniciativa de realização, já que estamos

tratando de temas tão importantes para a sociedade, nesse momento de tantas mudanças, de tantos desafios. A minha participação hoje é para tratar do impacto da pandemia na área da violência doméstica e familiar contra a mulher e as perspectivas sobre o futuro. Quando falamos sobre o impacto na violência contra a mulher, como já falamos muito aqui hoje de manhã, sempre pensamos na família. Porque a maior parte da violência que ocorre contra mulher é no âmbito doméstico familiar. E em razão do isolamento social, e do fato das pessoas ficarem em casa, surge a ideia de que os conflitos familiares podem ter se acirrado durante esse período. É importante falar aqui da questão das crianças que começaram a ficar em casa mais tempo, e isso impactou bastante a rotina das famílias, e os custos que as famílias têm, principalmente as de condição socioeconômica mais desfavorecida, já que as crianças permanecem em tempo integral na escola; todas as atividades, os custos com alimentação foram impactados. O aumento do consumo de bebida alcoólica dentro do

“
Dados oficiais mostram que, comparando 2019 com 2020, houve queda de 5% nos registros de violência doméstica no Distrito Federal. Tal fato significa que houve uma redução desse tipo de violência durante o período de isolamento? Não se pode afirmar isso porque é sabido que a subnotificação nessa área sempre foi grande. E os números não são insignificantes. E em 2020 foram 16 mil ocorrências no DF, quase 48 por dia”.

lar, a angústia gerada pela situação de incerteza pela pandemia e o próprio medo da doença. É importante falar também da questão financeira da família, a renda das famílias foi impactada na pandemia pelo fechamento das atividades econômicas. Eu queria destacar a importância que teve o Auxílio Emergencial. Eu ouvi muitas vezes das mulheres que foram atendidas, tanto em audiência, quanto do atendimento psicossocial, como o auxílio emergencial era a única fonte de renda da família durante esse período de pandemia. Então isso foi muito importante. Nós sabemos que essa questão financeira e o álcool não são as causas da violência. Tem aquela famosa frase que ouvimos, quem trabalha em violência doméstica, praticamente todos os dias, que “ele é uma excelente pessoa, marido excelente, mas quando ele bebe fica violento”. Sabemos que o álcool em si não é a causa da violência, mas é um fator de tensionamento do relacionamento, e, principalmente, das pessoas com uma

condição socioeconômica desfavorecida que não têm outros mecanismos de ferramentas psicológicas e de conhecimento para lidar com esses impactos de crises tão graves como é a que nós vivemos. Então essas reflexões levam a afirmações de algumas pessoas que a violência doméstica aumentou nesse período de isolamento. Mas o que nós percebemos no aspecto quantitativo no Ministério Público foi que, ao contrário, houve uma redução significativa dos registros de ocorrência policial e dos pedidos de medida protetiva de urgência no ano de 2020. E essa percepção que nós tínhamos com o Ministério Público foi confirmada pelos dados que recebemos da

Somente em 2020, primeiro ano da pandemia, foram registradas 16 mil ocorrências de violência doméstica no Distrito Federal. Foto: MPDFT.



Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, comparando os dados de 2018 até o presente momento. Então vimos que, comparando os dados de 2018 e 2019, houve um aumento de 7% de registros de ocorrência capituladas como violência doméstica, aquelas situações em que o delegado de pronto já verifica que é violência doméstica. Então houve esse aumento. Comparando 2019 com 2020, houve uma queda de 5%. E comparando o primeiro semestre de 2020 com o primeiro semestre de 2021, uma nova queda de 2%. Esses dados do Distrito Federal também apareceram no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, que indicou também uma redução drástica de 7% de registros de violência doméstica de lesão corporal. Os feminicídios também caíram. Ocorreu um aumento entre 2019 e 2020 de 1,7 %, e

agora houve uma queda de 0,7%. Então isso significa que houve uma redução na violência doméstica? Não podemos afirmar isso porque sabemos que a subnotificação nessa área sempre foi grande. Alguns monitoramentos de redes sociais mostram índices bem altos de conflitos entre vizinhos, e nós que acumulamos essa atribuição de violência doméstica e Juizado Especial Criminal, percebemos esse aumento de conflitos entre vizinhos e também conflitos familiares. Então não sabemos se houve, efetivamente, esse aumento ou não houve. Uma outra hipótese que é levantada também é a questão de, se as pessoas ficaram em casa e ficaram ali convivendo durante mais tempo, elas refletiram mais sobre os relacionamentos e puderam tentar resolver alguns conflitos. Mas essa nossa percepção pessoal ainda não foi confirmada. Então sendo feitas pesquisas e essas pesquisas vão ser muito importantes, não só para analisar esses números, a questão quantitativa, mas também pesquisas com as pessoas que não foram até o sistema de justiça para procurar a responsabilização, ajuda em relação às violências. E essas pesquisas vão ser importantes para gerar um aperfeiçoamento da nossa atuação. Verificar onde é que estão os gargalos, onde estão as dificuldades dessas mulheres para procurar o sistema de justiça. Foi só o fechamento de uma delegacia ou quais outras questões aqui que estão envolvidas nessa procura. Eu quero destacar o que eu falei sobre redução de registro de ocorrência, mas que isso não significa que os números são insignificantes. Ao contrário. Eu falei de uma queda de 5% no ano de 2020, mas em 2020 foram 16 mil registros de ocorrência de violência doméstica no Distrito Federal. São quase 48 registros de ocorrência por dia no DF só de violência doméstica, já capitulado como violência doméstica. E isso em um período em que as pessoas praticamente não saíram de casa. Então são números bastante altos. Os desafios do Ministério Público nesse período foram bem grandes, porque o enfrentamento da violência doméstica depende dessa proximidade pessoal com as vítimas e com os ofensores. Porque a Lei Maria da Penha não tem como objetivo principal a punição criminal dos ofensores, mas o estabelecimento de estratégias para evitar que a violência aconteça como um fenômeno social. Então o impedimento dos atendimentos presenciais inicialmente causou um grande desconforto para nós, uma grande preocupação com as pessoas que estavam sendo atendidas, e que não estavam conseguindo chegar até nós. Logo vieram os meios de acesso virtual, que foram ganhando corpo, e isso foi importante para o atendimento às vítimas e a retomada desse contato pessoal. Em São Sebastião, que é a Região Administrativa que eu atuo, há alguns servidores que são especificamente designados para esse atendimento às vítimas. E foi com satisfação que eu ouvi em

alguns momentos que o Ministério Público era a única instituição nesse período em que as pessoas estavam conseguindo atendimento, que os outros órgãos não atendiam o telefone, não tinha ninguém para atender. Isso, ao mesmo tempo que gera uma grande satisfação para nós, pelo nosso esforço em estar próximo da sociedade, também nos causou grande preocupação porque as pessoas ficaram desamparadas em relação a algumas outras instituições tão importantes nesse mesmo período. Em relação à Justiça Criminal, o que nós percebemos, foi um grande desafio, foi o represamento de processos, das ações penais, em razão da não realização das audiências durante um tempo. E como os números da violência doméstica são muito altos, em pouco tempo já gera um impacto muito grande para nós. Então gerou um represamento. E, mesmo os atos virtuais, geraram grandes dificuldades, porque a população mais favorecida não tem acesso à tecnologia adequada para participar dessas audiências. Então muitas vezes a pessoa tem até um smartphone, tem um acesso à

“*Na violência doméstica, o atendimento psicológico às vítimas e aos homens é muito importante. O auxílio para fornecer às pessoas ferramentas para a solução pacífica dos conflitos foi prejudicado na pandemia. Os serviços de atendimento, que já tinham problema de falta de vagas, se agravaram. Com o atendimento virtual, houve uma retomada, mas não é o ideal para esse tipo de situação*”.

internet, mas a internet não sustenta o aplicativo do Tribunal de Justiça, que antes era um aplicativo um pouco mais pesado. Depois a internet corta, ela faz audiência com as crianças em volta falando. E isso pensando em uma vítima que está contando fatos que são muito íntimos do relacionamento de um casal. Então é muito desafiador fazer uma audiência virtual. Em relação a esse represamento de processos, foi com muita tristeza que eu vi vários processos infelizmente prescrevendo durante esse período. Porque a violência doméstica, apesar de serem fatos muito graves, as penas são muito baixas. E sempre nós tivemos essa preocupação com a celeridade para que ocorresse, não só essa resposta à vítima, mas uma responsabilização efetiva. E essa demora fez com que alguns processos, infelizmente, prescrevessem. Mas o mais desafiador para nós na demora que esses processos tiveram foi que a

dinâmica da violência doméstica é muito específica. Então as audiências que não foram realizadas em 2020, referentes aos fatos de 2019, 2018, vão ser realizadas agora. E tratar com uma vítima de violência doméstica em 2021 sobre um fato de 2018 é muito complicado, porque existem algumas situações específicas. Por exemplo, essa vítima veio sofrendo violência reiterada ao longo do tempo. Então foram vários episódios de violência ao longo desse tempo, e se lembrar de um fato específico de dois, três anos atrás é muito complicado para essa vítima. Para as testemunhas, principalmente policiais também, é muito complicado elas se lembrarem de um fato de muito tempo atrás. Fatos que geralmente os históricos são semelhantes. Uma outra questão também difícil com as vítimas é que elas, chamamos de fenômeno do ciclo da violência, em que ocorre o conflito, em seguida há uma reconciliação do casal, entramos em uma fase de lua de mel, os conflitos começam a se acirrar novamente e explodem em uma situação de violência. E esse ciclo vai se repetindo ao longo do tempo. Então, o tempo vai passando e essa vítima pode entrar novamente em uma fase de lua de mel, e ela simplesmente não quer falar sobre o fato, não quer depor contra o seu agressor. Então chega a situação na audiência em que ela simplesmente diz que não quer falar.

As consequências da demora da prestação jurisdicional para as vítimas de violência doméstica

E, por fim, a situação que acredito que é a mais complicada para nós é quando uma vítima chega e nos pergunta por que estamos tratando daqueles fatos nesse momento, quando já passou tanto tempo e ela já teve que resolver com os meios que tinha. Nesse caso, é um descrédito para a justiça, e uma preocupação que a mulher não procure mais ajuda. Então essa preocupação com a celeridade tem sido importante para nós. Já lidávamos com números muito altos e agora estamos estabelecendo estratégias para que esses processos realmente andem, vão para frente para que essa responsabilização e a proteção fiquem cada vez mais eficientes. Como eu falei, as audiências de videoconferência foram um grande ganho porque permitiram o prosseguimento dos processos, principalmente o contato com as mulheres. A grande vantagem dos réus presos é não ter a necessidade de levá-los até o fórum, então o gasto de dinheiro público, os riscos aos policiais, enfim, de levar os presos até o fórum também foram muito importantes. E há vários trabalhos sendo publicados sobre essa questão das audiências, comparando as audiências virtuais com as audiências presenciais. São trabalhos muito interessantes. Na minha experiência pessoal, tenho uma preferência pelas presenciais por conta da delicadeza do assunto. É

complicado tratar com uma pessoa, como eu falei, que tem criança falando, e a não sabemos se o ofensor está ali no outro cômodo com ela. Então é difícil controlar um ambiente assim, sem saber o que está acontecendo ali. Há dificuldade com a tecnologia, tanto os cortes que vêm nas falas das pessoas, a dificuldade de você ver a expressão facial para perceber se a pessoa está dizendo aquilo com certo receio, se ela deixou de dizer alguma coisa, aí você tem que puxar um pouquinho mais aquilo. O choro. É muito comum as vítimas chorarem. Então ficamos em uma situação em que não sabemos como lidar com uma pessoa que está tão longe de nós. Por isso, acredito que a audiência presencial traz esse contato com a vítima, que é muito importante. Mas nós vamos observar o futuro. Eu acredito que as audiências virtuais vieram para ficar em algumas situações. Então vamos observar como que vêm acontecendo e como nós podemos cada vez mais aperfeiçoar esses mecanismos. Eu queria destacar algumas medidas que foram feitas no âmbito da violência doméstica nesse último ano, que foi a criação do crime de perseguição, crime de stalking, que são aqueles atos reiterados de perseguição, de perturbação da mulher. Isso foi muito importante que são violências muito impactantes para as mulheres. Sempre ouvimos relatos muito emocionados dessas mulheres que são perseguidas pelos seus agressores. A criação do crime de violência psicológica foi muito importante esse ano porque eram situações que nós não conseguimos abarcar na responsabilização, porque são violências muito sutis que antes não conseguíamos dar uma resposta para as vítimas, e, agora conseguimos. E a determinação de que as medidas protetivas valem de forma indeterminada durante a pandemia. Muitas medidas protetivas, infelizmente, são fixadas com um prazo de validade. Em torno de 60 dias, 90 dias. E caso não haja manifestação da vítima, elas deixam de ter vigência. Durante a pandemia essas determinações não aconteceram. Então elas continuam até que haja uma decisão judicial em contrário. Como último ponto que eu queria abordar, como eu mencionei, a Lei Maria da Penha, embora trate de questões criminais, o ponto central dela é o estabelecimento de múltiplos campos de atuação para proteger a vítima em situação de violência doméstica. É uma lei então que afirma expressamente que não basta punir, que é necessário lidar com outras questões. E por isso é que essa lei, no artigo 8º, dá ao Ministério Público a atribuição de participar da rede de proteção, realmente de articular a rede de proteção entre todas as instituições, órgãos e atores que tratam do tema. Dentro da Lei esse é o primeiro artigo em que o Ministério Público é mencionado, e logo a primeira referência é sobre a rede de proteção. E essa rede de proteção ficou bastante comprometida nesse período da pandemia, porque as reuniões, os debates foram muito prejudicados. E na violência

doméstica o atendimento psicológico às vítimas e aos homens é muito importante. A superação dessas consequências nocivas da violência, a superação do ciclo da violência, o auxílio para fornecer às pessoas ferramentas, que não sejam violentas para solução de conflitos, foi prejudicado nesse período. Os serviços que já tinham problema de falta de vagas e se agravaram. E agora com o atendimento virtual, novamente nós temos uma retomada. Mas como eu disse, eu acredito que atendimento virtual para esse tipo de situação é muito complicado. Por exemplo, o serviço do Tribunal de Justiça que realizam atendimento às vítimas de violência doméstica passou a realizar contatos via telefone. E realizar um atendimento psicossocial de uma vítima de violência doméstica de 20 anos, 30 anos de violência pelo telefone é muito difícil. Então eu acredito que a retomada do atendimento presencial vai ser bastante importante para essa proteção às vítimas. Em relação à rede, embora exista uma defesa bastante grande dos estudiosos sobre a fluidez nas redes, para não gerar um engessamento das redes, o que nós temos é que acaba dependendo de uma grande iniciativa das pessoas, uma iniciativa pessoal, e não das instituições. E na violência doméstica aqui no Distrito Federal, falando disso, nós temos um problema porque cada Região Administrativa tem mais de um promotor de violência doméstica. Então essa iniciativa pessoal de cada um de nós gera um problema em um momento em que houve fechamento de serviços, houve fechamento de igrejas, fechamento da justiça, então não há um protocolo de como agir institucionalmente. E eu não falo só de Ministério Público, mas em relação a todos os atores. Na minha dissertação de mestrado eu já trabalhava nisso: até que ponto é necessário organizar essas redes de um modo mais formal. E eu acredito que a importância das redes e a firme organização dessas redes nunca foi tão evidenciado quanto agora. Esse é um desafio, agora pós-pandemia, grande do Ministério Público. Como atuar com essas redes para continuar melhorando e deixá-las mais organizadas, inclusive em momentos de grande crise, que são justamente esses em que ela tem de estar funcionando e muito bem. Então esses são os termos que eu queria tratar. A violência doméstica é um tema bastante desafiador porque é o âmbito íntimo das pessoas. Ocorre dentro das casas, em relacionamentos próximos, e entre adultos, o que é bastante sensível porque ficamos com a preocupação em proteger pessoas que são vulneráveis, as mulheres que estão em situação de vulnerabilidade, mas sentem a capacidade de autodeterminação. Então a pandemia trouxe essa reflexão. Como proteger de um modo eficaz, mesmo nas situações mais desafiadoras, e ao mesmo tempo, proporcionar à sociedade os meios para que esses conflitos sejam manejados da melhor forma possível pela sociedade. Então agradeço a atenção de todos. Estou à

disposição para dúvidas, para comentários. Muito obrigada.

Procurador Eduardo Sabo

Muito obrigado, colega Lia Siqueira. Tivemos hoje, nesse final de manhã, uma panorâmica muito assertiva a respeito de dados numéricos, inclusive, o que posso dizer que nos surpreendeu sabermos que, apesar do aumento há dois anos, nos últimos dois anos, ou ano e meio, houve uma redução, por volta de 5%, dos números registrados de casos de violência doméstica, que, certamente, deverão ser mais estudados, como você mesmo disse, com relação à dificuldade, inclusive do registro face ao posicionamento e à situação das próprias delegacias. Então eu creio que nós devemos ter cautela nesta informação, em razão da própria subnotificação. Mas é claro, eu vejo, certamente, nós temos, então, enquanto Ministério Público, de sermos mais ativos nesse momento em que vivemos para termos uma consciência de todo o sistema da importância da realização dessas audiências de forma presencial. Eu acredito que essa é uma perspectiva encapada aqui agora, pela PDDC e pela Força-Tarefa, no sentido de que temos que fazer gestões para que esse relacionamento seja um relacionamento, sim, presencial. Não há dúvida que nesses casos, pelas diversas características do ofensor e da vítima, tantas características que o próprio legislador e a doutrina e os pesquisadores, vocês sabem bem disso, há alguns anos, tinham trabalhado com crime de stalking e a própria violência psicológica e, felizmente, o próprio Poder Público agora valorou esses fatos e os transformou em norma. Eu gostei muito e eu tenho certeza de que os nossos internautas, os nossos ouvintes e os que nos assistem vão gostar muito desse fecho dessa nossa manhã. Parabéns. E, agora, Talita, a nossa equipe é tão dinâmica, a própria Anne, depois eu vou chamar ela para no finalzinho aparecer aqui, mas a equipe é tão dinâmica que agora nós temos o vídeo do Sistema de Protetor.

Apresentadora Talita Medeiros

Temos o vídeo. E queria falar algumas coisas bem legais, viu Doutor Anderson? A Secretaria de Comunicação do MPDFT fez esse vídeo sobre o Sistema Protetor para mostrar no Prêmio do CNMP. A premiação acontece hoje, e o Sistema Protetor é um dos finalistas. Então estamos torcendo. Vamos então assistir esse vídeo.

(Veiculação do vídeo sobre o Sistema Protetor, plataforma digital que otimiza a fiscalização e o acompanhamento das tutelas e curatelas pelos membros do Ministério Público.)

Promotor Anderson Pereira de Andrade

Suave presença da nossa querida colega Sandra Albuquerque, coordenadora do Projeto, com a Ana Paula Thomaz e a Isabel, que teve uma passagem também memorável pela Promotoria da Infância.

Promotora Luisa de Marillac Passos

Que lindo. Maravilha. Parabéns, Anderson. Parabéns a toda a Promotoria de Família. Essas colegas que são fantásticas mesmo. E você chegou nessa equipe. Parabéns!

Procurador Eduardo Sabo

Muito bom. E nós estamos encerrando esse momento, esse dia. Amanhã teremos um outro dia. Mas hoje é um dia especial, porque vejam só a participação de todos mostrando, demonstrando, apresentando a transparência do Ministério Público, a efetividade do Ministério Público, a independência do Ministério Público. E fica aqui o momento em que eu acredito que não seja a hora do parlamento, por meio de reformas, por meio de emendas, alterar essa nossa forma de funcionamento, essa nossa forma de atuação. Fizemos referência há pouco, o Conselho Nacional (do Ministério Público) que hoje inclusive está avaliando todas as ações, que continue assim, e que possamos ser esse Ministério Público integrativo, participativo e, ao lado da sociedade, mostrando os resultados. Nós estamos fazendo aqui isso. Colocando com transparência o que fizemos, e como nos expomos e como nós procuramos ajudar não só sistema de justiça, mas a própria sociedade. Estamos nessa fase final, fica aberto para o nosso, que não é adeus, é só um até logo, não é isso, Talita? Se alguém quiser fazer ainda algum comentário... Eu vou chamar aqui a Anne. A Anne não aparece, mas ela nos ajuda demais. Enquanto vamos se despedindo, a Anne aparece aqui, senta-se aqui do meu lado para dar pelo menos um tchauzinho

para todos nós. Talita, colegas, palavra aberta para irmos finalizando. A Anne Chegou. A Anne trabalha. Viu? Obrigado! Quem quiser a palavra.

Promotor Anderson Pereira de Andrade

Um abraço a todos vocês. Foi uma honra, um prazer estar aqui junto e seguimos em frente, rumo ao fim dessa pandemia.

Procurador Eduardo Sabo

Vamos em frente. Com ação, com dor, mas com iniciativas e sempre com vitórias. Muito obrigado a todos. Talita, você tem aí um encerramento e já um convite?

Promotora Luisa de Marillac Passos

Antes de a Talita falar, deixa eu fazer uma homenagem ao Sabo. Enquanto Procurador-Geral, ele fez um programa chamado “MP de Portas Abertas”, nada mais é do que o que nós estamos fazendo aqui hoje também, de forma virtual e com novas tecnologias, não é, Sabo? Mas sempre nessa perspectiva de aproximação do MP da sociedade, de prestação de contas, de possibilidade de escuta. Acho muito importante aprimorarmos esses canais para que o Ministério Público seja de fato esse órgão de defesa da sociedade, e represente mesmo os interesses fundamentais e os direitos humanos da população. Eu fico muito feliz de fazer parte dessa equipe.

Procurador Eduardo Sabo

Muito obrigado, Luisa. Realmente fico tocado. Deus me deu mais essa oportunidade. Jamais imaginaria, ninguém imaginaria que uma Procuradoria do Cidadão, um Procurador do Cidadão, tivesse que ter essa atuação que nos foi apresentada. Mas nada seria possível sem o apoio de todos vocês. O Ministério Público sempre esteve de portas abertas, ficou mais ainda. E houve até o relato da própria Lia nesse sentido. E devemos continuar assim, independente da situação, prestando contas para socie-

dade. E com esse sentimento que o Anderson colocou, que muitos países e nações têm, nós temos que ter mais ainda, um sentimento de brasilidade, um sentimento de sermos o que somos, sermos fortes e sempre seguirmos adiante, independente dos obstáculos que se nos apresentem. Talita.

Apresentadora Talita Medeiros

Gostaria de agradecer a presença de todos aqui. Doutora Luísa, Doutora Rosana, Doutor Anderson, Doutora Lia, Doutor Sabo.

**Dia
6**

Abertura do Webinário

Eduardo Sabo

**Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão
e Coordenador da Força-Tarefa**



Considerações iniciais da apresentadora do evento, Talita Medeiros

Bom dia, Talita. Hoje nós temos uma bela oportunidade de trabalhar com temas que são muito caros para sociedade, para o DF, e, com certeza, para o próprio Brasil. E o Ministério Público tem se mantido forte, atuante, presente em muitas áreas. Tivemos a oportunidade, em dias anteriores, de abordar, refletir e apresentar à sociedade o que fizemos em diversos campos, desde o sistema prisional, a educação, saúde, infância. Agora, mais do que nunca, estamos numa retomada de crescimento, de economia, de relações entre as pessoas e entre as empresas. E hoje nós teremos uma grata oportunidade, com colegas que conhecem, atuam na área de falências, na área de acompanhamento de empresas, no campo da ordem tributária, no campo das fundações e entidades, de discutir esses temas. Mas, Talita, eu creio que nós podemos hoje começar com um vídeo que relata ou retrata as nossas atividades, o que fizemos, o que estamos fazendo e ainda queremos fazer. Pode ser?

Apresentadora Talita Medeiros

Exatamente, Doutor Sabo. Então vamos assistir agora o vídeo sobre a atuação da Força-Tarefa, feito pela Secretaria de Comunicação do MPDFT. E esse vídeo participou da premiação do CNMP.

(Veiculação de vídeo da Secretaria de Comunicação Social do MPDFT sobre o trabalho da Força-Tarefa)

São desafios, não é colegas? Desafios que impactaram em todos os âmbitos da sociedade. E o Ministério Público esteve atuante e presente. E hoje nós temos a grata oportunidade de começar esse debate, essas reflexões e até a análise dos impactos. E gostaríamos até de entrar nas perspectivas. Começando pela ordem tributária, começando por ouvir o nosso colega, o Doutor Rubin Lemos, que tem se dedicado há muitos anos a essa matéria que tem conhecimento. E que tem acompanhado, não só a lei de responsabilidade fiscal, mas também a própria concessão ou evolução dos benefícios fiscais. De tudo o que tem sido importante no âmbito dessa crise, e realmente impactou em diversos setores da sociedade. Por isso eu convido com muito prazer o meu colega Rubin Lemos para abrir os debates.

Temas do Dia 6: Ordem Tributária, Falência e Recuperação Judicial, Fundações e Entidades de Interesse Social.

**Dia
6**

Tema 1: Ordem Tributária

Rubin Lemos

Promotor de Justiça de Defesa da Ordem Tributária



Bom dia, Sabo. Obrigado pelo convite. Doutor Antônio Marcos Dezan, Georges, Talita, Rhavenna. Bom dia para todos que nos assistem. É um prazer participar desse evento e poder falar um pouquinho sobre as nossas atividades, que muitas vezes deixam de transparecer porque acabam sendo atividades nem sempre vistas com bons olhos. Porque a fiscalização, em termos financeiros, de receita e benefícios fiscais, às vezes são mal interpretadas. Mas, como o Doutor Sabo falou, uma das nossas funções da ordem tributária é também a fiscalização da receita arrecadada pelo Distrito Federal. E aí inclui-se a questão da concessão de benefícios fiscais em que o Ministério Público do Distrito Federal tem a função de fiscalizar a constitucionalidade e a legalidade dessas concessões. Além disso, também lidamos com a parte da persecução penal ligada à crimes contra a ordem tributária. Tudo isso tem uma relação direta com o direito financeiro, que é importantíssima, ainda mais nos dias de hoje. A pandemia demonstrou cada vez mais a importância de se dar não só respeito, mas a importância que tem um orçamento público. A discussão que envolve orçamento público e todo espectro democrático que o orçamento público leva consigo, e a importância do cidadão cada vez mais se envolver nessa questão, e isso também é uma função do Ministério Público. Então vou começar pela área cível, que é a questão do acompanhamento da fiscalização, Doutor Sabo, para mostrar um pouquinho essa relação que nós tivemos com a questão da pandemia. Todos nós sabemos que há muito tempo, não é só no Distrito Federal, mas no Brasil inteiro, há concessões de benefícios fiscais de forma não muito apropriada, no sentido de um estudo econômico e financeiro sobre o impacto que isso causa nas contas públicas.

E isso preocupa muito, e há muito tempo, o Ministério Público.

A fiscalização do Refis durante a pandemia da covid-19

Nós fazemos essa fiscalização, não só no início, mas durante a execução orçamentária, e, em 2020, nos preocupou demais a concessão no início do ano de um benefício fiscal chamado “REFIS”, Recuperação Fiscal, durante a pandemia, que poderia causar um impacto muito mais negativo do que positivo, além do que ele já causa normalmente. E o Ministério Público atuou fortemente nessa questão no ano de 2020, no início do ano, fez os parlamentares do Distrito Federal discutirem, profundamente, essa questão, uma coisa que não vinha sendo feita há muito tempo. E, felizmente, nesse primeiro momento de 2020, no primeiro semestre de 2020, sentimos uma gravidade da pandemia no Distrito Federal, esse REFIS foi retirado de pauta pelo governo em função de toda a discussão que ele acabou causando na Câmara Legislativa. Isso tudo em função do trabalho do Ministério Público, no sentido

“
O Ministério Público não é contra benefício fiscal, nem é contra a atividade de atacadistas ou varejistas. Ao contrário, quer um mercado fluído, com concorrência leal, com os parâmetros legais de concorrência estabelecidos e um tratamento isonômico para todos os contribuintes”.

de fazer com que se pensasse melhor, se refletisse melhor sobre todas as circunstâncias e as consequências da concessão de um benefício fiscal. No segundo semestre do ano de 2020, foi mandado novamente um outro projeto de lei para concessão do REFIS, de 2020, esse, sim, foi aprovado a partir de novembro com muitas melhorias e, mesmo assim, ainda há uma discussão que nós estamos travando em relação a esse fato em si no Tribunal de Contas do DF, que ainda não está totalmente resolvido, está em julgamento. E o que acontece? O Distrito Federal disse que, em função do parcelamento, foi ampliado para todos os tributos, e não só para o ICMS ou para o ISS, e aí, sim, o Ministério Público tem uma concordância em relação a esse tipo de compreensão sobre o benefício, ele teria arrecadado para os cofres públicos em torno de 2 bilhões e meio de reais. Mas, em compensação, deixa de arrecadar em

torno de 60% ou 70% da dívida que era devida ao erário público do Distrito Federal. E isso é uma questão que também discutimos no Tribunal de Contas. Em 2021, não houve um novo REFIS, o que é bom. Continuou-se prorrogando o REFIS de 2020, dando oportunidade para quem quisesse pagar, com os descontos ali estabelecidos, as suas dívidas. Temos notado que, infelizmente, apesar dos REFIS, como atuamos também na área criminal, ... em relação à supressão e redução de tributo, deixando

Consumidores olham mercadoria em loja no DF: Ministério Público buscou garantir concorrência sob parâmetros legais e mercado fluindo durante a crise sanitária. Foto: Agência Brasília.



bem claro que todas elas embutem em si fraude, não é apenas um deixar de recolher por questões de dificuldade financeira, que tem relação direta ou indireta com a pandemia, mas em relação a atividades fraudulentas. Muitos desses contribuintes que têm sido processados criminalmente, são muitos, infelizmente, utilizam do pagamento ou do parcelamento da dívida para se verem livres de uma punição criminal. Isso também é um objeto de estudo, de debate, dentro do Ministério Público. Estamos recorrendo às cortes superiores para ver se os entendimentos são alterados e, com certeza, muitas empresas foram impactadas. O que é bom deixar claro é que o Ministério Público não é contra benefício fiscal nenhum, não é contra a atividade de atacadistas, varejistas. Ao contrário, o Ministério Público quer um mercado fluindo, com concorrência leal, estabelecidos os parâmetros de concorrência legais, sem benefícios que possam tergiversar em relação a terceiros. Quer dizer, há que se ter

um benefício genérico para todos, um tratamento isonômico de todos os contribuintes. E é isso o que o Ministério Público preza muito, Doutor Sabo. Eu não sei se Vossa Excelência gostaria de fazer algum questionamento?

Procurador Eduardo Sabo

Doutor Rubin, a sua fala foi e está sendo excelente. Até porque nós temos a consciência de que houve, durante esse ano e meio, um empobrecimento da sociedade. Houve, sim, um maior endividamento dos cidadãos. E nós temos consciência de que essa matéria REFIS deve ser tratada com a maior cautela e com o maior cuidado. E aqueles que prejudicam esse trabalho são justamente os contribuintes que agem de forma fraudulenta, de forma criminosa. Ou seja, por isso que o Ministério Público é levado a agir, e assim ele está protegendo, que fique bem claro isso, não é Doutor Rubin? Ele protege a própria sociedade, os próprios consumidores e os próprios contribuintes.

Promotor Rubin Lemos

Exatamente. Para o senhor ter uma noção, teve um estudo que saiu há pouco tempo mostrando que o impacto da pandemia no setor de saúde aumentou a demanda por valores monetários em mais de 700 milhões de reais, no segundo semestre de 2021. Então para o senhor ter uma ideia do impacto que é isso, e da necessidade que o Estado tem para fazer face às suas demandas da arrecadação. Da concorrência leal. Do pagamento solidário por todos os contribuintes. Daquilo que cada um deve como participante dessa sociedade.

Procurador Eduardo Sabo

É verdade. E nós somos, como o Ministério Público, partidários dessa contribuição, ou seja, solidária. Todos devemos participar. Não existe Estado que subsista sem a arrecadação de impostos e a contribuição de cada um deles. Mas nós, tanto na ordem tributária como em todas as áreas, somos aqueles que acompanhamos as políticas públicas, e até buscamos direcionar e buscamos acompanhar a efetividade dessas políticas. Não é, colega Rubin? Para que, justamente, o resultado dessas po-

líticas de benefícios, seja, e vou ser repetitivo, mas seja benéfico.

Promotor Rubin Lemos

Exato. Só para terminar, Doutor Sabo, uma notícia, parece boa, é uma melhora na economia do Distrito Federal em termos de arrecadação, tivemos um aumento um pouco maior em relação ao ICMS. E tivemos um aumento do ISS, o que significa que o setor de serviços começou a melhorar, depois de um período enorme fechado, bares, restaurantes que, realmente, são molas propulsoras aqui para o Distrito Federal. E na questão do ITBI, onde há movimentação, compra e venda, de bens imóveis. Então há uma perspectiva de melhora em termos de arrecadação, mas infelizmente, no cômputo geral, o Distrito Federal deixou de arrecadar quase 2 bilhões de reais de 2019 para 2021. O que é preciso tratar com cuidado a questão da concessão de benefícios, tratar com cuidado realmente quem merece a postergação do pagamento dos impostos. E tratar com cuidado a necessidade de trazer para o erário público os valores que são demandados pela sociedade. E, assim, termino a minha fala, Doutor Sabo.

Procurador Eduardo Sabo

Doutor Rubin, mais uma vez eu lhe parablenizo, inclusive por esta análise sistêmica, atestando, ademais, esse aumento de arrecadação em termos de ICMS, em termos de ISS e até de ITBI. Tudo isso é muito importante, porque nós precisamos de emprego e renda, e os impactos são muito grandes em todas as áreas, que inclusive nós vamos tratar aqui hoje nesse seminário. Estou vendo aqui o Doutor Antônio Marcos Dezan, até um pouco ávido para entrar, para começar a falar, para nos dar essa perspectiva das empresas, e da própria economia, como tem se portado ou quais foram os efeitos e consequências desse momento, que certamente foram muito grandes e tiveram impactos, como nós vamos ouvir depois com o Doutor Fernando Gonçalves Mendes, nosso colega da Promotoria de Falência e Recuperação Judicial. E, também, obviamente, no âmbito do Terceiro Setor. Nós estamos aqui com o colega Georges, que me dá muita alegria em vê-lo aqui. Inclusive ele está tela aí, em um local especial, com o fundo do Ministério Público e tudo. Muito bom. E eu estou aqui, para aqueles que me veem e me escutam, na sala de reuniões da PDDC, da Pro-

curadoria do Cidadão. Ou seja, cada um de nós está em um lugar, mas estamos todos juntos. Mais uma vez, Rubin, muito obrigado, todos nós agradecemos. E, Talita, sem mais delonga, como é? Eu convido ou você convida o nosso palestrante?

Apresentadora Talita Medeiros

Doutor Sabo, então vamos lá. Agora vamos para o nosso segundo painel. Vamos falar sobre Falência e Recuperação Judicial. E quem participa é o Procurador de Justiça Antônio Marcos Dezan e o Promotor de Justiça Fernando Henrique Gonçalves Mendes. Bom dia, Doutor Dezan.

**Dia
6**

**Tema 2:
Falência e Recuperação Judicial**

Antônio Marcos Dezan

Procurador de Justiça Criminal



Muito bom dia. Bom dia, Doutor Eduardo Sabo. Bom dia, Doutor Rubin, Doutor Fernando, Doutor Georges, Talita e Rhavenna. Quero dizer que é com muita satisfação que estou participando deste evento, desse 2º Webinário, que traz à sociedade uma espécie de prestação de contas do que faz, do que fez, do que deve fazer o Ministério Público, não só em razão da pandemia, que é o motivo presente, mas durante toda a nossa atuação. Inicialmente, na pessoa do Doutor Eduardo Sabo, o Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, parablenizo a atuação da Força-Tarefa no enfrentamento dos malefícios que são provocados pelos efeitos da pandemia da covid-19, que de maneira cruel assola o nosso país, em especial o DF. Como se tem constatado neste evento o Ministério Público e todos os seus órgãos, ou na maioria deles, tem atuado em comunhão de esforços com a Força-Tarefa afim de buscar a atenuação desse cruel cenário envolvendo diversos setores de interesse público. A nossa fala de hoje busca trazer a público a atuação ministerial no campo recuperacional e falimentar de empresas, e de insolvência civil de pessoas físicas e entidades não sujeitas à legislação falimentar. Tudo isso nessa fase delicada em que estamos vivendo já há cerca de 18 meses, desde o início da pandemia. Antes de qualquer coisa, nós devemos contextualizar as razões de intervenção do Ministério Público nessa área que, à primeira vista, pode-se até imaginar desprovida de interesse público, por tratar de interesses patrimoniais e de créditos que teriam a característica de direito disponível, mas não é assim. Pois bem, o Ministério Público atua na área recuperacional e falimentar com o objetivo de, em um primeiro momento, promover a defesa do crédito público. O crédito público, eu quero dizer, não o crédito tributá-

rio, aquele que o Doutor Rubin falou há pouco, mas o instituto que propicia o bom andamento e o desenvolvimento da economia. Se não houver higidez do crédito público, desse instituto do crédito, se lhe for subtraída a fidúcia, a confiança que se deve ter no crédito, fatalmente não haverá quem conceda esse crédito, seja por meio de empréstimo, financiamento, venda, prazo etc., tornando inviável a existência de empresa que não disponha de recursos próprios. E mesmo aquelas que possuam esses recursos próprios estariam fadadas ao insucesso pela falta de com quem transacionar, a não ser entre elas mesmas. Não é difícil a compreensão do fato de que são as empresas dos mais diversos segmentos as responsáveis pelo fomento, pela produção, comercialização, prestação de serviços, enfim, que geram riquezas, tributos e especialmente empregos. Nesse sentido, a atuação do Ministério Público nessa seara busca dar efetividade ao comando principal da atual legislação sobre o assunto, que é a preservação da empresa. A atual legislação, no seu artigo 47, que é a Lei n. 11.101, de 2005, diz exatamente o seguinte, vou ler aqui um trechinho apenas

“
Não é difícil compreender o fato de que são as empresas as responsáveis pelo fomento, pela produção, comercialização e prestação de serviços, e que geram riquezas, tributos e, especialmente, empregos. Nesse sentido, a atuação do Ministério Público nessa seara, no período de pandemia ou fora dele, busca dar efetividade à atual legislação sobre o assunto, que é a preservação da empresa”.

que vai dar bem a noção de como o legislador encara a situação de empresas. Diz lá o artigo 47: “A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”. Então como se vê, o legislador dispensou a atenção especial à preservação empresarial, reconheceu expressamente a sua função social, tendo como pressuposto a manutenção da fonte produtora, e por consequência o emprego dos trabalhadores. Isso sem olvidar dos interesses dos credores, aquela preocupação inicial que eu disse que é a defesa do instituto do crédito, que faz mover toda a eco-

nomia. Tudo isso deve ser tratado simultaneamente, são medidas interdependentes, não há como se manter o estímulo à atividade econômica, a fonte produtora e o emprego, sem que se mantenha a empresa em atividade, e se defenda o interesse dos credores como forma de proteção ao instituto do crédito. No entanto, necessário se faz, como se diz no dito popular, e até na menção bíblica, “separar o joio do trigo”.



Trabalhadoras operam máquinas de costura em fábrica no DF: na pandemia, MPDFT prestigiou legislação que busca preservar empresas e empregos. Foto: Agência Brasília.

Às entidades empresárias que se mostrem viáveis se buscam à recuperação da situação de crise que atravessam. Presentemente, por conta da pandemia, de maneira seriamente agravada. E aquelas inviáveis, seja por terem dissipado irresponsavelmente o seu capital social ou pela prática de atos ilícitos, se têm a falência decretada. Nesse caso, podendo ser submetidos posteriormente a uma recuperação judicial mediante substituição dos gestores. Isso tudo que eu disse parece óbvio, muito tranquilo, mas não foi sempre assim.

As inovações da nova Lei de Recuperação Judicial e o impacto na preservação de empresas

Eu vou agora fazer uma rápida incursão pela antiga Lei de Falências, apenas para ver como era antigamente, e quão terrível seria nos dias de hoje se essa legislação ainda estivesse em vigor. Pois bem, se a legislação anterior, que na verdade é o Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, estivesse ainda em vigor, nenhum de

nós, com certeza, estaria já vivo, era muito severa, pois quando um comerciante - antigamente se falava apenas em comerciante, a denominação “empresário” passou a ser tratada mais recentemente - se tornava inadimplente e tinha um título protestado, o credor pedia a falência desse devedor, que tinha o prazo de, pasmem, 24 horas para apresentar defesa. E nessa defesa ele podia fazer uma espécie de depósito que se dava a denominação de “depósito elisivo”. Por que essa condição ou essa faculdade? Porque caso a defesa dele fosse julgada improcedente, após essas 24 horas seria lhe decretada a falência. Não é muito difícil perceber que isso, trazido aos dias de hoje, com a pandemia e tudo mais, seria uma enxurrada, por assim dizer popularmente, de falências decretada, extinção de empresas e, por consequência, extinção de empregos. Nós tínhamos na legislação antiga a possibilidade das concordatas preventiva e suspensiva. Como o próprio nome está a sugerir, a preventiva era para se evitar a falência, e a suspensiva, após a falência, o devedor conseguia reunir elementos e convencer a Justiça, o Juízo, o Ministério Público, de que poderia então voltar a ter uma atividade. Mas voltando agora à legislação atual, que é o que nos interessa, a Lei nº 11.101 foi sancionada em 9 de fevereiro de 2005, entrando em vigência 60 dias após. E ela, diferentemente da legislação anterior que dava uma ênfase maior à falência, prevê em primeiro lugar a recuperação. Por quê? Como foi lido na disposição do artigo 47 há pouco, é o objetivo principal do legislador preservar a empresa como uma medida de preservação, em última análise, do próprio emprego. Porque sem a empresa evidentemente não há emprego, não há arrecadação de impostos, e o próprio Doutor Rubin nos falou há pouco que a cessação temporária de algumas atividades causou aí uma quebra de arrecadação de cerca de 2 bilhões de reais. Isso temporariamente, graças a Deus, mas se houvesse um encerramento definitivo dessas atividades, essa quebra de arrecadação seria definitiva. Essa mesma Lei nº 11.101 incluiu, como já vem acontecendo no Direito brasileiro, uma possibilidade maior de conciliação e de transação entre devedor e credores. Isso desde a edição da Lei, em 2005, já era possível porque a recuperação judicial prevê que o credor ofereça um plano de recuperação, e esse plano deve ser aprovado pelos credores. Obviamente o devedor, o empresário, não vai apresentar um plano demasiadamente nocivo aos credores, que não aceitarão. E obviamente os credores não rejeitarão o plano, porque a rejeição do plano significará a quebra da empresa, a decretação da falência, e, em outras palavras, a morte da galinha dos ovos de ouro. Então o Ministério Público tem a função de intervir e fiscalizar todas essas atividades a fim de que aquela interdependência que eu mencionei de início, a defesa do crédito público, o incremento da economia, a função social da empresa

e a preservação dos empregos seja mantida e preservada. Além das empresas de uma maneira geral, o Ministério Público atua também nos casos de insolvência civil. A insolvência civil é destinada às pessoas físicas e àquelas entidades que a própria legislação considera fora da abrangência da legislação falimentar. Então as próprias pessoas físicas e essas entidades que eu mencionei quando se tornam insolventes, ou seja, quando a dívida delas é superior à renda e ao patrimônio que elas têm, então se decreta a insolvência civil e se adota um procedimento similar ao de falência. Nesse caso de insolvência civil não há previsão de recuperação. A legislação não tratou desse assunto. É importante mencionar também que essa nova Lei de Recuperação e Falências, ela recentemente introduziu, como eu disse há pouco, a possibilidade de conciliação e mediação antes do ajuizamento, antes da existência do processo. Uma maneira de se resolver antes mesmo de trazer a questão à juízo. Isso tem sido já uma regra no Direito brasileiro. Nós temos no Código de Processo Civil a recomendação de que a negociação seja sempre colocada na pauta, nas ações judiciais. Nós temos o projeto, melhor dizendo, de não persecução civil, não persecução criminal, que, recentemente, o nosso Ministério Público normatizou no âmbito do Conselho Superior. E temos também, esta mesma Lei nº 11.101 foi modificada agora em 2020, para disciplinar a insolvência transnacional, ou seja, há empresas de grande porte que tem sede no Brasil e filiais no exterior, ou vice e versa. Então era muito comum uma questão que envolvia uma filial que tinha problemas no Brasil, por exemplo, e a matriz no exterior, que estava em boas situações e não se alcançava aquela matriz para se trazer recursos para fazer frente à recuperação dessa empresa. O que foi resolvido agora recentemente com a Lei nº 14.112, de 2020. O Ministério Público também atua no caso de intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras. Recentemente não se tem muita notícia desse assunto, mas, em um passado relativamente distante, se tinha quebras, intervenção, liquidação extrajudicial decretadas em bancos, em financeiras. E em decorrência dessa liquidação e dessa intervenção, que é promovida pelo Banco Central do Brasil, o Banco Central realizava um inquérito civil, e mandava as conclusões para o Ministério Público, que, por seu turno, promovia a ação em busca do ressarcimento dos prejuízos causados pelos administradores dessas instituições. Na verdade, isso é feito ainda hoje, mas, como eu disse, a incidência desses casos tem diminuído bastante. E na sequência o Doutor Fernando certamente vai nos trazer alguma informação sobre o que tem acontecido recentemente. E só para concluir, eu mencionei que a legislação anterior propiciava ao devedor o prazo de 24 horas para a defesa. A atual legislação ampliou isso para 10 dias, e, ainda assim, nesse prazo de defesa o

devedor pode, como matéria de defesa, ofertar uma proposta de recuperação judicial, o que era totalmente impensável na legislação anterior. Bom, são esses os principais pontos que eu gostaria de trazer, até para que se tenha uma noção, ainda que superficial, das razões pelas quais o Ministério Público atua nessa área que, equivocadamente, muitos pensam que se trata de Direito simplesmente disponível .

Procurador Eduardo Sabo

Olha só o meu esforço aqui. Estou, inclusive, conversando aqui. O webinar é muito dinâmico, Doutor Dezan. (...) E eu diria, Doutor Dezan, que, além de gostar muito da sua exposição, fiquei imaginando, e tendo mais a certeza, da importância, do papel das empresas agora nessa retomada econômica. Não tenho dúvida de que essa novidade trazida pela Lei nº 14.112 na conciliação e na mediação está sendo e vai ser fundamental. Houve um enfraquecimento da economia, mas houve também agora um reaquecimento da economia. E essa situação obriga que a produção seja incrementada. No entanto, como bem se sabe, e você vai me ajudar, nós não temos agora os insumos necessários para que os níveis de produção cheguem aos níveis do ano passado. E tendo como tônica a preservação de empregos, e tendo como tônica a função social das empresas e sua necessária e indispensável importância no âmbito da sociedade para que as nossas relações se estabilizem, eu diria que o papel do Ministério Público é fundamental para separar o joio do trigo. Para que nós tenhamos a certeza, e a sociedade tenha certeza, de quais empresas são realmente críveis, ou que tenham credibilidade para atuar conosco. E aí eu lhe pergunto, Dezan, como é que tem sido ou como é que foi a sua experiência, ou como é que está sendo a sua visão nesse sentido de credibilidade. Como é essa nova perspectiva da lei, desde o início de sua vigência, e agora com essas mudanças. Qual é a perspectiva que se tem?

Procurador Antônio Marcos Dezan

Evidentemente que o fomento para a recuperação das empresas, além do próprio plano de recuperação, depende fundamentalmente do crédito de instituições que financiam este empresariado que tem dificuldades. E a legislação também prevê nessas hipóteses que os créditos concedidos no decorrer do processo de recuperação, uma vez já deferida a recuperação, eles têm um privilégio diferenciado. Ou seja, é uma espécie de proteção também que se dá àquela instituição que fornece esse

crédito. Então com essa disposição, e acredito que os bancos, os financiadores, não terão maiores receios, maiores preocupações em fornecer esses insumos creditícios necessários, até porque terão a sua situação também protegida pela lei, que, numa hipótese de insucesso da recuperação, ele terá a sua garantia do seu recebimento preservada. Falando em instituições financeiras, evidentemente, como disse o Rubin, no que diz respeito ao crédito, o REFIS e tudo mais, é uma situação que se pode até considerar como não muito simpática, não se veem os financiadores com muita simpatia, mas eles são absolutamente imprescindíveis. Porque sem esses recursos, sem a injeção de recursos no negócio, o negócio não vai evidentemente andar. E quando da edição da Lei nº 11.101, que é a atual Lei de Recuperação e Falências, esse grupo de banqueiros conseguiu uma importante vitória no que diz respeito à classificação do crédito deles. Que na legislação anterior nós tínhamos o crédito trabalhista, como ainda hoje tem a primazia total, e na sequência o público, o crédito tributário. Mas eles conseguiram, digo, os banqueiros, inverter essa situação. Então, logo após os trabalhistas, hoje vêm os créditos que têm garantia real decorrente de empréstimos de instituições financeiras.

Procurador Eduardo Sabo

Qual é a consequência para economia, Dezan? Eu posso dizer que eu vou ter um fomento na economia com essa inversão Eu acredito que pelo menos há uma dispo-

Procurador Antônio Marcos Dezan

sição maior do fornecimento do crédito. Evidentemente, a análise deve ser feita sob todos os prismas. Isso vai impactar possivelmente a arrecadação, mas, por outro lado, vai propiciar a preservação da empresa, que, lá no desaguar da preservação do emprego, vai cumprir a função social da empresa, que é o principal objetivo a ser defendido pelo Ministério Público. Procurador Eduardo Sabo

Procurador Eduardo Sabo

Com certeza. Era esse o fechamento que eu gostaria, é o objetivo do Ministério Público preservar a função social da empresa.

Procurador Antônio Marcos Dezan

Sim.

Procurador Eduardo Sabo

E nós temos que ser parceiros a toda forma de fomento para que os empregos sejam mantidos, renda circulando, as atividades sejam exercidas e, naturalmente, o Estado possa ser sustentado. E, evidentemente, essa tem sido a tônica do nosso trabalho, do Ministério Público, fazer com que, efetivamente, os serviços públicos funcionem e atendam a população e a sociedade. Bom, o debate está ficando excelente, mas eu estou vendo que alguém está se preparando para entrar, que é o colega, o Doutor Fernando. É isso?

Procurador Antônio Marcos Dezan

Sim. Eu continuo à disposição aqui se houver alguma dúvida acerca da minha exposição. Continuo até o final da exposição do Doutor Fernando para, junto a ele, esclarecermos eventuais dúvidas.

Procurador Eduardo Sabo

Com certeza. Hoje a nossa manhã está sendo profunda, com várias reflexões importantes não só para nossa sociedade, mas com essa relação econômica e social que impacta todos nós, inclusive no âmbito internacional. Até porque, quando você disse das empresas internacionais, hoje a economia é uma só, o mundo é globalizado. Temos um impacto muito grande não é apenas aqui ao lado. É da China, com relação à produção e à compra de insumos, até aqui no Brasil. Então nós estamos perfeitamente irmanados. Talita, quem anuncia o meu colega e amigo Doutor Fernando? Você?

Apresentadora Talita Medeiros

Vamos lá, então. Vou chamar agora o Promotor de Justiça Fernando Henrique Gonçalves. Doutor, com a palavra. Bom dia.

Fernando Henrique Gonçalves Mendes
Promotor de Justiça de Falências e
Recuperação de Empresas



Bom dia, Excelentíssimo Doutor Eduardo Sabo, o Procurador Distrital. Bom dia, Doutor Rubin. Bom dia, Excelentíssimo Doutor Antônio Marcos Dezan, que com a sua preleção facilitou a minha, porque desenvolveu diversos temas em torno da Lei n. 11.101, e permitiu uma melhor compreensão do que cabe ao Ministério Público zelar no trato das recuperações judiciais e das falências. Bom, a princípio, eu pretendo situar a minha exposição ao momento devido, em que a pandemia tem ensejado uma série de adaptações de modo a tornar a prestação jurisdicional na área de falência e de recuperação de empresas mais eficaz no propósito da preservação, mais eficaz no propósito de valorizar o reestabelecimento do equilíbrio econômico. Valorizar também o trabalho das pessoas, valorizar a manutenção da renda e minimizar os impactos. E as medidas indispensáveis à preservação da saúde e da vida demandam um caráter acessório. Para contextualizar, gostaria de mencionar uma nota técnica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, que deixa clara que existe uma repercussão das medidas de afastamento, das medidas de isolamento, das medidas necessárias à contenção da contaminação, na atividade econômica e, em decorrência, na saúde econômica das empresas. Para isso, foi mencionado como um efeito colateral indesejado o fechamento de diversos estabelecimentos comerciais por determinações administrativas, que teria gerado efeitos negativos na forma de investimento postergado, na redução do consumo de bens e serviços, e que demandaria queda no emprego e na renda dos trabalhadores formais e informais. Bom, tentando evitar esses custos, as empresas buscam alternativas que tentam conservar a capacidade de sustentação da sua atividade e minimizar o impacto sobre o seu corpo de trabalhadores e colaboradores. Menciono então a nota técnica em que há um número grande de falências de empresas, principalmente, micro e pequenas empresas, em decorrência de problemas de restrições ao comércio de bens e serviços, e da retração natural da demanda, nesse contexto,

em que a pandemia afetou gravemente o livre exercício da economia. Alguns setores, inclusive, são destacados, tais como os setores de bares e restaurantes, companhias de viagem aéreas e terrestres, transporte público, hotéis, setor de turismo. No propósito de colaborar é possível destacar diversas atas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), preocupado com o efeito que eventual diminuição da atuação jurisdicional nas Varas de Falência e de Recuperação de Empresas poderia contribuir para uma piora de um cenário já bastante complexo. A principal atuação veio através da Recomendação n. 63, de 2020, em que o Conselho Nacional de Justiça, considerando que a suspensão do processo de medidas de distanciamento social poderia gerar no funcionamento de empresas e na manutenção de empresas, e considerando ainda o caráter de urgência dos processos de recuperação empresarial, recomendou a prioridade na análise de decisão sobre questões inerentes à recuperação judicial. Questões relacionadas à arrecadação e liberação de valores em favor de empresas recuperandas, questões relacionadas à admissão em caráter excepcional

**“
Na pandemia, o eventual descumprimento de obrigações assumidas no plano de recuperação relacionadas ao distanciamento social e à quarentena, imposta pelas autoridades públicas para o combate ao coronavírus, passou a ser compreendido como situação de força-maior ou caso fortuito. Esse entendimento permitiu oferecer às empresas em recuperação judicial a possibilidade de adequar seus planos de reabilitação”.**

de assembleias gerais de credores não presenciais, questões relacionadas ao prazo de duração da suspensão das execuções e da proibição de medidas de constrição contra bens das empresas recuperandas. Um prazo que inicialmente teria a sua previsão na Lei n. 11.101 para vigorar por 180 dias, e que, mediante a sugestão do Conselho Nacional de Justiça, passou a ser avaliado caso a caso quanto à possibilidade da sua prorrogação. E que depois veio através da legislação mencionada pelo Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça, o Doutor Antônio Marcos Dezan, a ter previsão expressa na Lei n. 14.112 da sua renovação por mais 180 dias. De modo que eventual descumprimento das obrigações assumidas no plano de recuperação relacionadas ao distanciamento social, relacionadas à quarentena imposta pelas autoridades públicas para o combate a pandemia, passou a ser compreendida como situ-

ação de força-maior ou caso fortuito, permitindo, então, oferecer às empresas em recuperação judicial a possibilidade de adequar seus planos de recuperação, seja através de modificação em assembleia ou após as assembleias, seja através do entendimento com os credores que agora, pela Lei n. 14.112, estão legitimados a oferecer um plano também de recuperação que venha a oferecer uma saída para a preservação da empresa. De modo que são medidas destinadas a tentar suplantar eventual dificuldade momentânea que ainda não tenha significado a incapacidade absoluta do exercício da atividade empresarial.

O CNJ e o esforço do sistema de justiça para auxiliar a preservação de empresas

Além da Recomendação n. 63, é possível mencionar outros atos do colendo Conselho Nacional de Justiça que vêm também cooperar com todo o esforço para que a recuperação judicial possa se aproximar do disciplinamento legal, de modo que se reestabeleça a saúde financeira, se preservem as empresas e se consiga dar continuidade à sua atividade. A Recomendação n. 71 traz, como foi antecipado pelo excelentíssimo senhor Doutor Antônio Marcos Dezan, uma regulamentação da conciliação e da mediação através do serviço empresarial que tem o propósito de tratar adequadamente conflitos envolvendo matérias empresariais de qualquer natureza e valor, inclusive decorrentes da crise da pandemia da covid-19. Seja na fase pré-processual, seja em demandas já ajuizadas. A Recomendação n. 72 também contribui para uma maior celeridade e organização da tramitação processual das recuperações judiciais. Ela disciplina uma série de relatórios que permite ao juiz, e ao membro do Ministério Público, uma atuação mais eficiente, mais expedita, na compreensão de toda a temática a ser suplantada para que a recuperação tenha sucesso. Então prevê o relatório mensal de atividade, relatório de andamento processual, relatório de incidentes processuais, e, inclusive, oferece modelo para sistematizar o trabalho a cargo dos administradores judiciais. A Resolução n. 393, do Conselho Nacional de Justiça, preconiza que os tribunais, inclusive o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, formem um cadastro de administradores judiciais. E, com isso, permita que esses processos que demandam a intervenção desse profissional especializado tenham adequadamente o atendimento de todas as suas funções, cujo objetivo final é conservar a riqueza que advém da atividade empresarial, como mencionado pelo excelentíssimo senhor Procurador. Inclusive, como decorrência, recolhimento de tributos, manutenção de empregos, oportunidade de renda. A Recomendação

n. 103, do colendo CNJ, oferece também, nas recuperações judiciais, a orientação para que haja uma prévia constatação da regularidade dos documentos que vão ser indispensáveis ao conhecimento e aprovação do pedido de recuperação. Significa que o CNJ hoje oferece aos empresários, oferece àqueles que já tem a necessidade de lidar com uma vasta legislação e regulamentação, oferece a possibilidade de ter já um rol pré-determinado de toda a documentação, todos os laudos, todas as informações cruciais para a admissão dos seus pedidos serem assim atendidos. No propósito de serem auxiliados pelos benefícios previstos na legislação, através do prazo a ser concedido na suspensão das suas obrigações, através da renegociação de valores, de prazo de vencimento, de incidência ou não de correções. Para que eles possam readequar todo o seu quadro de despesas às receitas vivenciadas nessa fase de dificuldade. A Lei n. 11.101, alterada pela Lei n. 14.112, prevê que a redução da atividade econômica possa ser suplantada com o auxílio da atuação dos órgãos de administração das despesas, mediante a adoção de providências efetivas para a manutenção e funcionamento das organizações, e, como consequência, dos empregos diretos e indiretos, formais ou informais. Exemplo disso é a disposição lançada no artigo 6º, do parágrafo 4o, inciso I e no inciso II, que preveem prazos em que a impossibilidade momentânea de atendimento daquelas dívidas poderão, então, ser diluídas no tempo e repactuadas, gerando uma novação que permitirá a empresa a atender, se tornar... , de modo a prosseguir no exercício da sua atividade. Também o parágrafo 7o-A desse artigo 6º tem uma disposição em particular que surge com certa frequência na atuação diuturna junto ao juízo de falências e recuperação judicial que diz respeito à competência do juízo para determinar a suspensão de atos de constrição que caiam sobre bens de capital essenciais a manutenção da atividade empresarial. Essa é uma exceção que incide no prazo de suspensão, após o prazo de suspensão, por compreensão da jurisprudência, incide sobre bens que estão submetidos à garantia real. E que propicia uma proteção para que a empresa tenha condições de chegar a bom termo na sua recuperação. É uma providência a título de tutela de urgência que tem sido tomada nas varas, inclusive aqui no Distrito Federal, que tem se revelado muito importante para que a recuperação tenha condições de existir. Aquele bem que poderia, através de uma consolidação de propriedade, ou que poderia ser retomado através de uma execução em função da garantia real que sobre ele incide, muitas vezes é indispensável para que a empresa sobreviva, a sua sede, o seu maquinário. E o juiz da recuperação judicial, ele hoje é por jurisprudência do egrégio STJ, competente para preservar esse bem de capital, desde que ele seja essencial à manutenção da atividade empresarial. Destacam-se então no exercício

diuturno do trabalho junto a processos relacionados à matéria. A suspensão de execuções e a proibição de constrição sobre bens, admita a prorrogação do prazo inicial de 180 dias, inclusive por dificuldades advindas de efeito da pandemia. A suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial. A tutela de urgência para antecipação dos efeitos do processamento da recuperação judicial. E a possibilidade de modificação do plano de recuperação durante ou após a assembleia, por iniciativa do devedor ou dos credores, como alternativa à decretação da falência. Exemplificativamente se tem na jurisprudência situações em concreto que permitem verificar que, nesse período vivenciado de maior dificuldade relacionada a medidas que dificultam o exercício da atividade empresarial, o propósito justamente é de tentar minimizar esses efeitos. Pode-se citar a situação em que, considerando a viabilidade técnica, e amparada nos princípios de celeridade e utilidade, e na Recomendação n. 63, do Conselho Nacional de Justiça, se compreende que é possível a realização virtual da assembleia geral de credores na ação de recuperação judicial. Também a questão de se preservar o bem essencial. O credor proprietário fiduciário de bem móvel ou imóvel não se submete aos efeitos da recuperação judicial, mas ele não pode retomar bens essenciais à atividade empresarial. Os bens essenciais são protegidos no exercício da competência do juízo da Vara de Falências e Recuperação de Empresas. Uma situação que aconteceu também no âmbito do Distrito Federal, e que foi objeto também de decisão aqui, que é o atraso no cumprimento do plano de recuperação judicial. Conferido caso a caso e verificado se em decorrência das medidas indispensáveis a contenção da pandemia da covid-19. Essa situação permite a prorrogação desse prazo, inclusive para o cumprimento do plano de recuperação. Assim como a suspensão de parcelas remanescentes de pagamento do plano de recuperação judicial. Também na jurisprudência se tem essa situação em que mesmo aquelas parcelas mensais já previstas e aprovadas em assembleia deixaram de ser pagas em decorrência de dificuldade momentânea acrescida por medidas tomadas para a contenção. E para a superação dessa situação foi possível então, através da intervenção da Justiça e dos órgãos auxiliares da Justiça, para que as empresas fossem favorecidas no propósito de sua recuperação. Eu agradeço a gentileza e a oportunidade.

Apresentadora Talita Medeiros

Muito obrigada, Doutor Fernando.

Tivemos a oportunidade agora de ouvir o Doutor Fernando Henrique Gonçalves Mendes fazendo uma análise muito apropriada, e contextualizada, com normas, com recomendações que são muito fundamentais para o nosso sistema de justiça. No momento em que temos essas resoluções do CNJ, tendo toda essa atenção especial como foi dito, colega Fernando, preservando as empresas com a tônica que eu me atreveria dizer que o importante é que as empresas sobrevivam. Mas as empresas sérias, que efetivamente estão cumprindo o seu papel. E eu lhe diria, colega Fernando, que tive a oportunidade, na medida em que tanto eu como diversos colegas, tivemos a obrigação de nos expor, acompanhamos as condições dos bares, restaurantes e de diversos outros estabelecimentos comerciais. E vivemos essa angústia. Porque foi uma angústia. E porque a nossa prioridade primeira foi preservar a vida e preservar a saúde. Mas, em um momento da pandemia, tivemos que ter a percepção de que as duas questões têm que andar em conjunto. Não podemos deixar de preservar a vida e a saúde das pessoas se nós não preservarmos os empregos das pessoas; e as empresas, pequenas e grandes empresas. Esse é o nosso desafio. Então, ao ouvi-lo dessa forma técnica, mas também com sensibilidade, ficamos, todos nós do Ministério Público e a própria sociedade, muito tranquilos no sentido de que temos esse acompanhamento muito claro para a preservação da saúde das empresas. E quero dizer que nós temos recebido informações, elogios, não só à sua palestra, mas também a esta contextualização que nós estamos fazendo. O Ricardo Lott se posicionou no sentido de que há necessidade de que esse acompanhamento continue, que essa nossa atuação continue, inclusive para que nós possamos agir apurando desvios dos gestores públicos. E aí eu falo para o Ricardo, o Ministério Público tem se especializado, nós temos promotorias que acompanham e defendem o patrimônio público que têm trabalhado nesse sentido de apurar essas irregularidades ou eventuais verbas desviadas. E aqui, no próprio evento, temos um Núcleo de Orçamento da PDDC que acompanha e municia diversas promotorias nesse trabalho. Por isso, colega Fernando, parabéns pela sua exposição e sem mais delongas, vejo que o Doutor Georges está com o semblante de expectativa para nos brindar com uma visão específica da sociedade. Como é que entidades do Terceiro Setor têm se posicionado nesse ambiente, ou até como a pandemia impactou nas atividades dessas entidades. Talita, eu creio que é contigo convidar o nosso também amigo e Promotor de Justiça, hoje titular da Promotoria de Fundações e nosso Chefe de Gabinete. Alguém que tem a

visão mais ampla do Ministério Público e da atuação dos nossos colegas.

Apresentadora Talita Medeiros

Muito bem. Bom, agora vamos para o nosso último painel do dia, que vai trazer, como o Doutor Sabo falou, o tema “Fundações e Entidades de Interesse Social”. E quem participa é o Promotor de Justiça Georges Seigneur. Bom dia, Doutor.

Dia 6

Tema 3: Fundações e Entidades de Interesse Social

Georges Seigneur

Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ)



Bom dia. Eu fico muito honrado pelo convite. Bom dia, Doutor Sabo. Aos meus colegas, Doutor Dezan, Doutor Fernando, Doutor Rubin, Talita, e todos os que nos assistem aqui. É muito interessante a forma como o painel foi organizado, porque a minha fala usa um pouco do que cada um falou anteriormente. Pensemos no seguinte, o momento de pandemia foi um momento muito complicado na nossa vida. Se lembrarmos, a última pandemia igual a essa foi há mais de 100 anos. E a sociedade era completamente diferente, e a pandemia talvez tenha sido diferente exatamente pelos avanços tecnológicos que acabaram também influenciando na atuação das fundações. Por que eu cito as falas anteriores? Porque imaginemos o seguinte, quando você tem um quadro de pandemia, como aconteceu, a arrecadação vai cair. A atividade laboral, produtiva, reduz. Como bem apontado pelo Doutor Dezan, e pelo Doutor Fernando também, se a arrecadação cai, e aí o Doutor Rubin destacou, você tem a possibilidade de falências ou de necessidade de recuperação judicial das empresas porque elas não conseguem empregar. Ou seja, não conseguem vender, a produção acaba sendo travada. Daí pensamos no seguinte: “Ora, se eu não consigo arrecadar, se eu não consigo produzir ou produzo menos, imagine se eu quiser doar”. E esse é um ponto muito importante para tratarmos do Terceiro Setor e de como ele é afetado. Por que o Terceiro Setor? Um esclarecimento básico, na verdade, temos um Primeiro Setor que é o Estado, um Segundo Setor que é o mercado, e o Terceiro Setor que é uma mistura. A Promotoria é uma Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social. Então, na verdade, o objetivo é exatamente essas entidades de natureza privada, mas cuja atuação é uma que, originariamente, seria

pública, cujo interesse é público, na verdade é um interesse social, mas a noção é: “ Ora, eu preciso, eu busco, até pelos ditames do Código Civil, quando ele fala das fundações, do artigo 62 ao artigo 69, verificamos que as finalidades das fundações, em sua grande maioria, têm interesse social. É um interesse muito claro, seja educação, seja saúde, seja assistência social, seja a cultura. E aí qual é a dificuldade? Ora, s muitas das veze presto esse auxílio, como inúmeras fundações e entidades assim o fazem, em um momento de pandemia isso se torna quase que um choque. Porque como eu vou fazer, por exemplo, vou poder acatar, receber pessoas que precisam dos meus serviços de interesse social, sejam eles de educação ou saúde, o que seja, se eu tenho um quadro pandêmico? Ou seja, esse é um primeiro desafio. O segundo desafio é o desafio financeiro. Porque se eu não tenho muitas das vezes dinheiro para sobreviver, porque eu perdi meu emprego, e temos que lembrar que muitas das entidades que aqui estão recebem contribuições, algumas contribuições públicas e contribuições privadas. E nessas contribuições privadas se a pessoa está tendo dificuldade de subsistência, como é que ela vai continuar essa atuação? É claro que muitas pessoas, muitos de nós, conseguimos às vezes, até ampliamos as nossas situações, mas isso também gera um quadro inicialmente complicado. E eu falo de uma atuação muito específica do Doutor Evandro. Falo porque estou na Promotoria há bem menos tempo, o Doutor Evandro está há mais tempo. A Promotoria de Fundações, até por um respeito ao que o Código Civil coloca, tem uma ideia muito clara de que deve zelar por essas fundações. Na verdade, o interesse não é apenas, única e exclusivamente, a fiscalização contábil, que é fundamental, importantíssima, mas, sim, buscar mecanismos de apoio a essas fundações.

O apoio do MPDFT ao Terceiro Setor durante a crise sanitária da covid-19

Alguns atos foram realizados ao longo da pandemia, e isso eu acho que fica um pouco claro. Tivemos um despacho em que foram encaminhados vários ofícios, seja à Ministra Damares, à Secretaria de Pessoa com Deficiências, mandamos à Procuradoria dos Direitos do Cidadão, encaminhando as situações e as dificuldades que as inúmeras fundações e entidades tiveram. Por exemplo, o Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia, o Centro Comunitário de São Lucas. E, com isso, a atuação da Promotoria foi exatamente dar esse apoio a quem dá apoio a outras pessoas, e isso é muito importante. Na verdade, hoje a pandemia passando - ainda não acabou, mas já reduziu muito - tivemos um papel fundamental aqui do Ministério Público. E eu falo claramente, até pela chefia, pela atuação do Doutor Sabo junto à Força-Tarefa, como

foi muito importante para nós, foi muito importante a atuação do Ministério Público, e como tem sido elogiada por todos os que integraram a Força-Tarefa. Isso foi muito importante para nós. Isso acaba vindo também o nosso outro lado, que é o lado do Ministério Público. De quê? De auxiliar a sociedade, pois somos parte dela. Então ao verificarmos isso, aqui no braço especificamente das fundações e entidades de interesse social, a necessidade de quê? De que elas continuem. Porque imagine como vão ficar desamparadas essas inúmeras pessoas que são atendidas diariamente, sem essa ajuda do Terceiro Setor, e podendo, além do efeito da pandemia em si, viver uma situação caótica de não ter mais esse apoio. Então, por isso, é que essa é uma ideia muito clara dentro da Promotoria de Fundações. Tivemos algumas atuações específicas que foram a permissão de que você tenha as reuniões de forma

“

A Promotoria de Fundações e Entidades de Interesse Social tem uma ideia muito clara de que deve zelar por essas instituições, principalmente, em momentos delicados como o atual, de pandemia. O interesse não é, exclusivamente, realizar a fiscalização contábil, que também é importante, mas buscar diversos mecanismos de apoio”.

remota, porque nós todos estamos de forma remota, esse webinar, o conceito de webinar, é um conceito remoto. A pandemia, nesse aspecto, deu um tapa. Eu não vou dizer um tapa, porque um tapa é uma coisa dolorosa, mas deu um “chacoalhão” na nossa vida, porque na verdade isso é um fato, vemos claramente o quê? Que as reuniões poderiam ser feitas de forma remota, de forma online, por videoconferência. Então, por exemplo, houve uma possibilidade de utilização de assinatura eletrônica. E temos que lembrar que existem os ditames do Código Civil, e precisamos respeitá-los, precisamos adaptá-los a nossa realidade. Sempre lembrando disso. Então foi feito um despacho, um despacho permitindo que essas entidades de interesse social pudessem realizar, eventualmente, as suas reuniões em um ambiente virtual. Nós também tivemos o acompanhamento desde o início, o Despacho 26, foi lá em 22 de abril de 2020, logo no início da pandemia, assinado pelo Doutor Evandro e pela Doutora Rosimeire Cirilo, que já se aposentou. E nesse despacho pediu-se informações às entidades, exatamente para que trouxessem sobre as medidas preventivas e, eventualmente, sobre funcionários que tenham tido covid e dificuldades, o

que permitiu posteriormente essa solicitação de apoio. Então isso mostra, exatamente, essa vinculação, ou seja, a Promotoria de Justiça PJFeis sempre tem essa preocupação, esse interesse de quê? De que tenhamos exatamente a sustentabilidade dessas entidades. Então houve uma evolução, e com essa evolução, um novo método. Olha, as entidades muitas das vezes... muitos de nós recebemos ligações, alguns não desejam, alguns reclamam, é verdade, que é uma atuação de telemarketing. Então nós também, de certa forma, fomos atrás de informações, exatamente para ver eventuais irregularidades, seja na atuação de telemarketing, seja eventualmente na própria doação. Nós fizemos até um vídeo institucional com relação a isso, o Doutor Evandro, o nosso modelo, falando sobre esse assunto. E foi importante, exatamente como a população pode auxiliar, pode participar nesse modelo de doação. E muitas das vezes a doação era feita em dinheiro e havia, eventualmente, a informação de que essa doação não teria chegado à finalidade em si. Mas o fato é que isso faz parte exatamente dessa atuação da Promotoria de Justiça, que a PJfeis. É importante que tenhamos alguns dados financeiros para que possamos compreender exatamente a atuação das fundações. As fundações, aqui eu tenho um dado, elas têm uma média anual, normalmente de recursos distritais, de cerca de 800 milhões reais por ano. Ou seja, isso mostra o tamanho das fundações e das entidades de interesse social dentro do Distrito Federal. São beneficiadas cerca de 180 associações. Além de tudo, as fundações partidárias, que também estão conosco, e foram uma média de 970 milhões de reais por ano. Sendo que são apenas 16 fundações partidárias, exatamente para desenvolvimento e evolução dos próprios partidos políticos. Nós tivemos, ao longo desse período, cerca de 1.27 bilhão de recursos fiscalizados pela PJfeis. Sendo que é interessante uma outra coisa que também aconteceu na pandemia, para termos um parâmetro de como ela funcionou e afetou a atuação da PJfeis, houve um termo de cooperação entre o MPDFT e o MPT, e nesse termo de cooperação, o MPT, PRT da 10ª região, a ideia era o repasse de recursos originários de acordos, TACs, multas e congêneres no âmbito do MPT e na Justiça trabalhista para exatamente as entidades de interesse social. Temos uma certa noção disso na nossa atuação, muitas vezes em acordos penais, transação penal, mas ali era exatamente com relação à Justiça trabalhista, ao Ministério Público do Trabalho. E nos últimos cinco anos foram repassados mais de 5 milhões de reais às associações do DF, fiscalizadas pelo PJfeis. Mas, durante a pandemia, foram repassados 1.5 milhão. E para que foram usados esses 1.5 milhão? Basicamente para fabricação, aquisição de materiais de limpeza e proteção individual, os EPI's. Bem como para a manutenção e reparo de respiradores mecânicos. Então isso é muito interessante porque isso demonstra exa-

tamente o porquê da existência do Terceiro Setor. Porque as pessoas muitas vezes perguntam: “Ué, mas o Estado deveria fazer isso”. Mas o Estado é muito grande e às vezes a pessoa, o indivíduo, ele pode querer destinar para uma determinada finalidade, é um direito que todos nós temos. Daí vem a decorrência da necessidade da fiscalização das fundações, para que, exatamente, o interesse do doador seja cumprido. Qual o interesse? Seja ele voltado para a proteção da criança e do adolescente, seja ele a proteção do idoso, saúde, segurança. São todos os pontos que precisamos muitas vezes respeitar exatamente a construção do Terceiro Setor. Como diria um determinado professor muito mencionado, o Doutor Eduardo Sabo, na área de fundações. É impressionante, qualquer reunião que tenha alguma coisa com relação a fundações e entidades de interesse social o nome do Sabo no Brasil inteiro é mencionado. Isso aqui é uma coisa que eu queria deixar bem claro porque é impressionante. Eu estou até tenso aqui nessa fala, porque queira ou não, estamos falando para pessoas que têm mais conhecimento sobre esse assunto. Mas é importante, é necessário que tenhamos essa dimensão de que o desenvolvimento de uma sociedade vem muito do desenvolvimento do Terceiro Setor. Os países desenvolvidos em regra têm um Terceiro Setor desenvolvido. Como envolve dinheiro, infelizmente também muitas das vezes é uma fonte, isso jamais pode ser tolerado, pelo contrário, de certa forma tem que ser combatido, especialmente pela Promotoria. Mas é importante, é fundamental que tenhamos esse desenvolvimento exatamente para quê? Para que essa assistência social de forma ampla, seja feita de uma forma efetiva. Que nós, como sociedade, possamos nos desenvolver, não só economicamente, mas humanamente. Então esse é um papel que o Ministério Público, pela sua natureza, não pode deixar de atuar, não pode deixar de se aproximar, e ele precisa necessariamente de quê? Desse apoio e levar àqueles que mais precisam exatamente um mínimo de subsistência. Eu agradeço demais o convite. Espero ter mostrado um pouquinho do panorama da Promotoria de Fundações. Um grande abraço a todos.

Procurador Eduardo Sabo

Doutor Georges. Eu o parablenizo pela excelente palestra. Quando nós vemos que o Ministério Público, por meio de um colega titular na Promotoria de Fundações e Entidades de Interesse Social, se posiciona no sentido de que o importante para a entidade e o importante para o Ministério Público é que o Terceiro Setor seja um vetor de sustentabilidade, de ações que visam a concretizar a cidadania, concreti-

zar os direitos fundamentais. Isso é primordial para que nós entendamos cada vez mais que não existe Estado sem sociedade, e não existe sociedade sem a junção das pessoas, objetivando superar os desafios, que são muitos, e que nós não precisamos depender tão somente do Estado. E o Terceiro Setor, como disse aqui em números, se aproxima, em termos de Brasil, e no DF não é diferente, a 3% do PIB. Ou seja, algo que é muito representativo. E nesses últimos anos, notadamente, nesse ano de pandemia, houve união de esforços objetivando, por exemplo, como disse, junto a um acordo de cooperação do MPT, a propiciar mais de 1 milhão e 500 mil reais. É muita coisa para o Terceiro Setor ir em busca de condições. Não é verdade, Georges? De equipamentos de proteção individual. E mais ainda, essa captação de recursos ou essa sensibilidade para sociedade nessas ações de telemarketing, que fazem parte hoje da nossa vida. Mas o que a Promotoria tem feito? Expressão do Dezan, “separar o joio do trigo.” Ou seja, nós somos capazes de, pela nossa forma de fiscalização, velamento, acompanhamento, dizer assim: “Sociedade, nós temos tantas e tantas associações, tantas e tantas fundações”. Que, Doutor Fernando, não são empresas. Tem uma natureza diferente. Elas não objetivam o lucro, mas obrigatoriamente têm que ter o superávit. Isso é importante também para nós entendermos a economia como um todo. Ou seja, a economia e a sociedade não podem prescindir do esforço das pessoas, do talento, da abnegação, da dedicação de cada uma delas. É claro que esse é um mundo. É um mundo tão grande que, além de parabenizar o nosso colega Georges, eu vejo aqui que há perguntas a respeito dessa atuação, Georges. Aqui o Ricardo Lott pergunta se o MP está tomando ou está respondendo a supostos desvios patrocinados pelos gestores públicos. Ou quem fiscaliza a verba pública que são destinadas às entidades sociais. Ou seja, cabe ao Ministério Público, Ricardo, e o Doutor Georges deixou essa mensagem na sua fala, o Ministério Público não só vela, como acompanha, oficia, recomenda, e até busca punir essas entidades que desviam recursos públicos. É claro que temos diversas entidades de natureza associativa, natureza fundacional e recebem qualificações. E o Ricardo pergunta das organizações sociais, e aí eu já digo para ele, Ricardo, que é uma qualificação diferenciada de entidade, mas que merece também o acompanhamento do Ministério Público. É uma lei própria, a Lei n. 9.637, que também se sujeita, pela natureza que essas organizações têm, que são pessoas privadas associativas, e o acompanhamento do MP quando recebe recursos públicos. Colegas, eu tenho a impressão de que houve mais alguma pergunta. Dezan, houve mais alguma pergunta do Ricardo Lott a respeito de um determinado ponto? Eu creio que houve.

Procurador Antônio Marcos Dezan

O Ricardo Lott faz uma indagação no seguinte sentido: “Quais ações o Ministério Público está tomando em relação aos supostos desvios patrocinados por gestores públicos locais em referências às verbas enviadas para o enfrentamento do covid-19?”. Esse assunto não tem pertinência com a atuação do Ministério Público em face de recuperação de empresas ou de falência, mas, na condição de integrante da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível, em conjunto com a Doutora Rosynete e a Doutora Laura Beatriz, nós fazemos o acompanhamento, a coordenação e a revisão de atos das promotorias de Defesa do Patrimônio Público. Essas promotorias estão incumbidas, e fazem isso diuturnamente, de fiscalizar a correta aplicação dos recursos. O consultante Ricardo pergunta sobre a dispensa de licitação. Efetivamente, por ocasião da pandemia, se viu premida a sociedade toda da urgência que se fazia na aquisição dos itens indispensáveis, seja equipamento de proteção individual, seja respirador, oxigênio, enfim, toda essa gama de insumos, e, obviamente, houve a necessidade de dispensar a licitação, porque, como todos nós sabemos, é um processo que não é rápido, depende de formalização, documentação, análise, julgamento, recurso. Enfim, não atenderia a urgência que se faz necessário ao atendimento à pandemia. Em razão disso se instituiu a dispensa de licitação nesses casos. Evidentemente que esses recursos aplicados dessa forma, sem que se tivesse sido feita a licitação, estão sendo acompanhados caso a caso pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público. E na eventualidade de se detectar malversação dessa verba pública, certamente a Promotoria vai promover as devidas ações de responsabilização, seja na área de improbidade, que busca punir os infratores, seja na área de buscar a recuperação desses valores indevidamente, supondo que possa ter acontecido, apropriados. Basicamente é isso. Enfatizo que o Ministério Público, através dessa Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, está atento a esses fatos. E, evidentemente, não se divulga com antecedência, mas, no momento oportuno, são tomadas as devidas providências.

Procurador Eduardo Sabo

Muito obrigado, Dezan. Nós estamos aqui nos aproximando já do final, e eu creio que aí no YouTube estamos todos na tela quem sabe para essa saudação ou esses comentários. Eu me recordo agora o Doutor Georges inclusive ter salientado

algo que nós verificamos em todas as Promotorias que hoje estão aqui: uma sensibilidade muito grande para buscar a preservação das atividades sociais e econômicas. E dou um exemplo, a atitude da Promotoria de Justiça de Fundações, de imediato, a construir uma saída para que as reuniões, assembleias, conselhos curadores de fundações, conselhos diretores e de administração, e assembleias de associações fossem virtuais foi um avanço. Foi um avanço inclusive, porque a legislação aplicável e aplicada não dispôs sobre situações que se estendesse para o ano de 2021. Ou seja, foi feita uma construção, por quê? Porque nós temos que entender que vivemos um novo momento. É claro que o desafio, colegas, é a retomada, não? O desafio é a retomada. Porque nós temos as nossas ansiedades, temos os nossos medos, mas, ao mesmo tempo, nós temos que entender que a realidade é uma realidade humana em que a convivência, conviver, viver com, é essencial. Nós precisamos, viu Talita?, porque eu estou longe aqui, porque se tivesse perto nós tínhamos que nos cumprimentar, nos abraçar. E já agradecer a sua atuação, e agradecer a atuação de todos os colegas já nessa parte final. Acho que nós podíamos passar para as mensagens. Nossa, fizemos, colegas, cinco dias de webinar. Três dias no mês passado e agora dois, que só tenho a agradecer aqui ao Doutor Rubin, Doutor Fernando, Doutor Antônio Marcos Dezan. Enquanto vocês dão as últimas palavras, eu vou chamar umas moças que ficam escondidas aqui, a Anne, a Marta. E depois você vai aparecer, Rafael. Porque você fica aí... alguém que trabalhar. Colegas, mensagens finais?

Procurador Antônio Marcos Dezan

Doutor Sabo, nós é que temos que agradecer o honroso convite. E procuramos trazer aqui, dentro do possível, aquilo que faz parte do dia a dia do Ministério Público na sua atuação nas mais diversas áreas. No nosso caso específico, meu e do Fernando, o Doutor Fernando, foi a atividade das empresas, a necessidade da preservação dessas empresas até como um pressuposto da preservação dos empregos. Basicamente é isso. Uma boa tarde a todos. Agradeço a Talita, agradeço a Anne, a Rhavenna, pela oportunidade que nos proporcionaram de trazer essa mensagem a todo o público. Muito obrigado.

Procurador Eduardo Sabo

Obrigado, Dezan.

Promotor Rubin Lemos

Sabo, eu queria também ressaltar que acho que esse trabalho foi uma experiência única no Ministério Público, e que, já há algum tempo, via a necessidade de fazer um trabalho conjunto, de todos imbuídos em uma só causa. Essa experiência que você proporcionou a várias Promotorias foi fundamental para que o próprio Ministério Público se reinventasse. Eu inclusive entendo que esse tipo de trabalho conjunto, tenha o nome que quiser, Força-Tarefa ou outros, é necessário que continue a existir para determinadas áreas. Especialmente, por exemplo, saúde. Não é demérito a promotorias especializadas que trabalham com isso, ao contrário, eu acho que é um auxílio fundamental. Porque a sabemos que uma promotoria só não consegue dar conta do influxo de atividades que acabam sendo importantes para o melhor desenvolvimento daquela mesma atividade fim. Então, mais uma vez, parablenizo a ideia, o trabalho, e acho que essa sua ideia deve continuar para determinados casos específicos. Já agradecendo o convite, parabenizando todo o trabalho de todos os colegas presentes aqui. Um bom dia para todos.

Procurador Eduardo Sabo

Muito obrigado, Doutor Rubin.

Promotor Georges Seigneur

Bem, eu queria agradecer a participação. Acho que é importante que nós, o Ministério Público, mostremos à sociedade aquilo que é feito. Como é essa atuação, esclarecer para as pessoas exatamente, para o público, em que parte ele pode sempre contar com o Ministério Público. Eu acho fundamental. A sociedade nutre um carinho muito especial pelo Ministério Público, mas é muito importante que ela saiba sempre nos acionar, e que sempre estejamos disponíveis. E eventos como esses são fundamentais para que, cada vez mais, nos tornemos mais próximos da população, e ela saiba exatamente como é o nosso trabalho. Falo como Chefe de Gabinete, agora eu escuto muitos elogios com relação a atuação da Força-Tarefa, essa atuação do Ministério Público. Porque é muito importante que as pessoas percebam, e sempre tenham a sensação de que possam contar com o Ministério Público, não só no

caráter coletivo, mas também no caráter prestativo, no caráter de poder fazer esse auxílio a todos. Eu agradeço demais o convite, Doutor Sabo. Um abraço aos demais participantes. E estou sempre disponível. Eu acho que iniciativas como essas são fundamentais para que consigamos engrandecer a atuação do Ministério Público.

Procurador Eduardo Sabo

Muito obrigado, Georges, Doutor Georges. Já nessa fase do encerramento, Doutor Fernando receba mais uma vez o meu agradecimento, o meu abraço virtual nessa contribuição essencial para a discussão dessa temática da importância das empresas. E, nas suas palavras, de empresas saudáveis, de empresas que possam contribuir para o desenvolvimento do país.

Promotor Fernando Henrique Gonçalves

Eu agradeço, Doutor Sabo, a oportunidade. E agradeço a todos que me permitiram aqui partilhar essa oportunidade. E agradeço, particularmente, ao Doutor Antônio Marcos Dezan também. Muito obrigado.

Procurador Eduardo Sabo

Muito obrigado. Colegas, o meu agradecimento à Anne, que está aqui. Anne, obrigado.

Coordenadora do NUO/PDDC, Anne Comber

Obrigada. Eu é que agradeço de ter participado desse momento.

A Marta que está aqui . A Marta apareceu hoje, mas ela está sempre atuando.

Obrigado, Marta. E ao Rafael. O Rafael é aquele que trabalha muito, mas ninguém vê.

Chefe de Secretaria da PDDC, Rafael Novaes do Nascimento

Eu estou sempre no backstage ali.

Obrigado a todos. Porque realmente tem sido um desafio para nós. Um desafio muito forte porque nós não nos esquecemos das pessoas que foram acometidas pela covid, do impacto que isso trouxe para as famílias, do impacto dos óbitos, do impacto dos afastamentos. E isso faz com que cada um de nós busque se superar. Tudo foi possível fazer, a todos os momentos, com a colaboração de cada um dos colegas e de cada um dos integrantes dessa rede que envolve o Poder Executivo, envolve o Poder Judiciário e envolve todo o conjunto do Ministério Público. Nós vamos seguir adiante, e só conseguimos isso graças a esse apoio incrível que temos no âmbito da própria Doutora Fabiana Barreto, a nossa Procuradora-Geral, e de cada uma das secretarias que compõem aqui o Ministério Público, e que tratam dessa comunicação e dessa realização de cursos. Talita, obrigado, e obrigado a toda a equipe, e a Rhavenna. Agora é com você para fazer o fechamento, para depois colocar isso no YouTube, porque quem não está aqui vai ver e vai participar depois, não é isso?

Apresentadora Talita Medeiros

É isso, Doutor Sabo. Bom, mais uma vez eu gostaria de agradecer ao Doutor Rubin, ao Doutor Antônio, ao Doutor Fernando, ao Doutor Georges, e a toda essa equipe que está por trás das câmeras. Rafael, Anne, Marta, Rhavenna, o pessoal da Secor. Gente, muito obrigada a todos vocês.



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



127
www.mpdft.mp.br/ouvidoria

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2,
Sede do MPDFT, Brasília-DF, CEP 70.091-900
Telefone: (61) 3343-9500 | www.mpdft.mp.br

 [mpdftoficial](#)  [mpdftoficial](#)  [mpdft](#)  [mpdftoficial](#)

ISBN: 978-65-89246-04-6

CPL



9 786589 246046